

SEGUNDAS LINHAS

SORRE

0 PROCESSO CIVIL.

PARTE II.

POR

MANOEL DE ALMEIDA E SOUSA,
de Lobão.

LISBOA

IMPrensa NACIONAL

1855.

PREFACIO.

B ùiis-aquí, meus amados Principiantes, a segunda Parte* das Segundas Linhas sobre o Processo Civil, fructos de huma arvore velha, falta de vegetação; mas produzindo-os, não quanto deseja, quanto em si pôde. Não me notem a diversidade de me-thodo; porque o meu habito de discorrer livre, e raethodicamente, prevaleceo á escravidão, que padeci nas Notas á primeira Parte, tendo por mais livre a ordem, que segui. Se Deos me continuar alguns tempos de vida, eu, (apartando me daquella escravidão de me sacrificar a notar cada ama das Notas de Souza, e sem perder de vista as que resta o desde a 758 até 930, e reflexões sobre ellas) tractarei sys-tematicamente: 1.*, das Causas Summarias em geral, e em particular; 2.º, da Via executiva por Privilegio, e das differenças entre a execução, que procede por essa via. e a que procede por Sentença obtida em Juizo contradictorio: 3., darei huma Ana-Jyse prática da Ord. L. 3. T. 86., e T. 87., da JL de 20 de Junho de 17-74, e do Assento de 18 de Agosto de J774. *Faxit Dêús 7 "*

SEGUNDAS LINHAS

SOBRE

O PROCESSO CIVIL

PARTE II. CAPITULO X

Dos Recusões

Nota 590.1

Deixada a geral accepção da palavra *Rekursus*, de qõa Faciolat, hoc Verbo, he certo que *u* Revivi sio, supplicatio, reclamatio, *Rekursus*, et que-«« rella, utpote reniedia, licet diversis nuncupata no-« minibus, *eundem lamen respicientia Jinem*, syno-« nima, et idem importantia; videlicet ad reviden-« dam rem judicatam introducta, promiscue apud «DD. ut pior im um sumunlur. » Pereir. de Revis. Cap. 1. n. 8. Em sentido stricto não só se dá o nome de *Recurso* ao Aggravo, que se interpõe das Justiças Ecclesiasticas para o Juizo da Coroa; mas he propriamente *Recurso*, e assim se denominão na Lei de 9 de Julho de 1773 §. 30., em Alvará de 27 de Novembro de 1804 §. 13., os Recursos que. contra o julgado pelos Magistrados nos casos destas Leis se devem interpor para o Tribunal do Deserobargo do Paço, e em outros casos, que se referirão ao Artigo 2. das Appellações debaixo da Nota 605. Secção 4. Artigo 2.

V. >-----

Nota 691.

1. Que *Embargos* sejão num dos Recursos ordinarios, come aqui diz Sousa; não o posso comprehendêr, porque em todo o Direito Romano não ha idéa alguma dos nossos Embargos, mas *eó* de Appellações: Nas Nações também não se praticão (que eu saiba) mas só Appellações: Foram antigo invento L. (tio nosso Reino, como reconhece Sousa na Nota 594.: * Elle na Nota 592. já os baptisa com o diverso nome de *remédio ordinário contra a Sentença*; ahi confessa, que não s. to meio legitimo de pedir, mas *^SÓ* de impedir; que são como excepções, que contém defeza natural, *tc. Classificarem-se pois entre *Recurso* [509 parece impróprio: He mais próprio denomina-los *códigos* ou *impedimentos* como sempre os denominarão os nossos Senadores nas suas Tenções: Muito mais quando o *Recurso* se faz ao Juiz superior dsquelle, que proferio a Sentença: E os Embargos se propõe perante o mesmo •

2. Entre os Recursos extraordinários connumera Sousa, depois de revista a querella iro mediata ao Príncipe: Deste Recurso tracta a Ord. L. I. T. 65. §. 28., L. 1. T. 18. §. 66., 4. 2. T. 62. §. 6., L. ». T. 5. §. 10., e T. 78. in principio: JRsteiRecurso he competente nos casos, era que he protubida a Apeilação, e sempre permitido, Peg. Tom. 5. ad Ord. L. 1. T. 66. §. 28. a n. 2., Silv. ad Ord. L. 3. T. 78. in pr. n. 10, ídem Peg Tom. 12 da Ord. L. 2. T. 45. §. 26. a n. 9. *Ftdendus*, Altim. de Nullit. Tom. 1. Rubr. L. Q. 7. n. 6. et 7. et *lalissime* Nigr. Cyriac. Contr. 413., aonde tracta dos seus requisitos, e diflerenças entre este Recurso, e o da Appellação.

3. Esta Querella, ou Recurso ao Rei, he hum remédio subsidiário, Peg. Tom. 6. ad Ord. d. §. 28.

sub n 2.: Pode interpor-se em **qualquer** tempo, Silv.

ti)

supra ad §. In. 6.: Mas como extraordinário não suspende a execução da Sentença, ou deter mi nação, contra a qual se fôrma a queixa: Peg. supra n. 2 : he notável a Carta do Senhor O: João V. trancripta por França ad Mend. P. 2. L. 1. Cap. 2. §. I. n. 72. pag. 10., e por Negreir. Introd. ad LL. Crim. Cap. 27. n. 69. pag. 364.: Sendo certo, e geral que a Relação ao Príncipe não suspende, em quanto o Príncipe não põe as mãos no Negocio, e não manda suspender: Negreir. supra pag. 339. a n. 27., aonde muitas vezes o refere julgado, Salgad. de Reg. Prot. P. 1. Cap. 7. n. 50., Altimar. supra n. 9., e he bem expresso na L. de 22 de Dezembro de 1761 Tit. 2. §. 35., (Jyriac. supra a n. -23.

4. Ha outra espécie de Recurso(equiparado á Appellação) não para o Rej, ou seu Supremo Tribunal, mas para o Superior immediato ao Juiz; qual o recurso que se interpõe para o Juiz Superior, quando, o inferior, ou denega, ou retarda a administração da Justiça; Recurso de que tractão Cvriac. Gontrov. 413. a n. 34., JBoehmer. ad Pand. Exerc. 103. = *De de-negatce vel protractce justitim querella* = Stryk. VoJ. 11. Disp. 2o. de *Moris judieis* Cap. 2. §. 7. Rigant. ad Regul. 37. Cancellar a n. 11., aonde os requisitos, e Stryk. os. mod. L. 49. T. 2. § 6., Van-Esp. de J. E. Part. J.".T. 7. C. 4. n. 48.

ARTIGO I.

fl

Doà Embargos. ■

Nota 592. 693. 594.

1. A palavra = *Embargamento* = e que significa *Embargo, impedimento, dtívda opposição, embaraço*, já era entre nós praticada no Século XIII, Fr. Joaq. no *Elucid. Verb. Embargamento*: A palavra = *Desembargo* =»"já foi usada na Oferto Senhor D. Manoel L. 4 T. 46.: de que foi compilada a Fiúppina L. 4. T. 14.: e o"que ei la sig-nífica se pode vêr em Pereir. in *Elucid. n. 1990*, em lSilv. ao d. T. 14., em Maced. *Dee. 94.*, em Aroue. na L. 32. §. I. n. 8. ff. de Legib.

2 O Direito Romano não nos dá idéa de tal- *re-médio* contra as Sentenças; mas s<5 nos dá excepções contra.as Acções, e Appellaçdes contra as Sentenças. Nas Nações não vejo praticado tal remédio de Embargos, mas só o das Appellaçô*es. Sousa na Nota 594. nos instrue (sup pondo nesta Monarchia o seu nascimento) que « No' principio desta Monarchia « erão desconhecidos os Embargos offensivos da Senti tença. A origem deste Recurso proveio do uso do " foro, principalmente depois que os TVibunaes de " Appellação deixarão de ser deambulatorios. Os « primeiros Embargos, que pozerão enlre nós fora o « os *modificalivos*, como se deduz da Ord. Affonsina « L. 3. T. 105. Depois se admitlirão também os « *offensivos* » (limitando os Embargos opposlos na C?hancellaria ou execução, de que logo (rataremos), ff s. Eu passaria de extenso se me propozesse indicar aqui em particular todos os lugares da nossa Legislação, em que ou se permittem, ou se enunctfo

J |

Emhargos: Basta-me a passagem do ultimo Alvar, de 6 de Dezembro de 1813, ut ibi: *u Regra geral, «de que o meio de Embargos he sempre appKcavel « a toda e qualquer Sentença segundo a Legislação Pa-u iria. :>*
lfii 4. Desta geral perro iss TO (n. 3,) exceptua Sousa na Nota 693. (1) a Sentença na Causa da suspeição, findos os 45 dias: Esse Assento está na Coliecção n. 28., em Cost. nos EslyJ. pag. 155.: (2) o Acórdão, que denega Carta de seguro: Esse Assento está na ColI. n. 152.: (3) a Sentença sobre Coimas : Esse Alvará de 13 de Novembro de 1610, que copiou Peg. Tom. 6. á Ord. pag. 234., não prova tal these; sô sim o Alvará, ou aliás Provisão de 5 de Janeiro de 1647, transcripto por Peg. supra pag. 219. (não he Carta Regia), e confira-se Oliveir. de Muner. Provi-sor. Cap. 7. n. 7 pag. 202.: *Vôde* aqui adiccionar-se (*■) que se não podem embargar no seu expediente as informações, a que se manda proceder, salvo só o remédio dos Embargos para a execução das Cartas ou Provisões, de que são preparatórias as informações. Alvar. de 10 de Agosto de 1750 no Append. do Repert. n. 10 : Da prohibição de segundos Embargos se tractará na Not. 696.

Nota: Em quanto Sousa no fim da Nota 593.
diz ==í Não he admittido a Embargar a Sentença I
hum Terceiro = Ord. L. 3. T. 20. §. 31. nas pa-I lavras
== *antes do Feito ser finalmente concluso «*»*
excepto se comparece como Assistente pelo be-I
nefício da restituição, = não foi bem pensado :
Veja-se a minha Nota 347. n. 2.

6. Convenho que não são propriamente Embar
gos os oppostos a preceitos Comniinatorios, porque
Parte II. *

supposlo que os oppostos ao Despacho, que deferia? do a supplica, commina a pena, comtudo, esse Despacho, esse preceito, logo que.a Parte precilada comparece, fica sem effeito, e se converte em simples criação: Leit. Fin. regund. C. 3. o. 25.,Themud. Dec. 86. o. 33. et 34., Peg. de Competent. C. 81. n. 2., Sa« bell. §. Praeceptuin n. 1. Attendida .a índole, e natu-

freza de taes preceitos, que, demonstrei no meu Trací. dos Interd. e Remed. possessor. desde o §. 98.; he hura erro da praxe embarga-los ; e, ficando pela comparen* cia *como libello*, só se deve contestar su raro ária mente, e só impropriamente se podem dizer *Embargos* por uma das significações da palavra — *Emhargamen-to*. =s(n, l.) O mesmo digo dos Embargos de nova obra (Veja-se o dito meuTract. a §. 124.), porque são propriamente hum interdicto, ou acção; e só *lato modo* são *embargamento* da obra.

6. Exceptuados os casos, em que se não admit-tem Embargos (n. 4.), ficámos na regra Lega) (n. 3.): Supposta ella, se se pede vista para embargar alguma Sentença *definiliwh* ou *inlerlaculoria*, não pôde denegar-se, como além dos DD. citados por Sousa. Vanguerv. P. 5. C. 20. n. 1. Sousa limita = ear-cepto se he pedida calumniosamente; = mas Footanell. Dec. 2!>8. n. 10., que cita, tal não diz; se o também citado ValensuelU, o ignoro, porque o não tenho: Sei sim com. certeza, porque o diz França ad Mend. P. I. L. 3. C. 3. n. 80, que essa regra falha quando a vista para embargos se pede calumniosamen ■ te, e assim o refere julgado em 29 de Agosto de

i 17&0 «• *quia ea* (diz França) *quce aliás essent conce-u denda, denegantur, si calumniose pelantur**» Mor. de Exec. L. 6. C. 9. n. 57., Peg. For. C. 24. n. 41.: Bem como o Juiz pôde reptllir *in Umine* as exce-pções manifestamente, calumniosas: Valasc. fle

Partil. Cap. 2. n. 27. Conf. Barbos, et Tab. JL. 6. C. 31. Ax. 12.: Para segundos Embargos também se denega vista ex Ord. JL. 3. T. 88., quando se não verifica alguma das limitações desta Lei (V. Not. 569.)

% As nossas Legislações não declararão as espécies de Embargos, que se possam oppôr nas primeiras instâncias contra as Sentenças definitivas: *JÁ* vimos (n. 2.)' que a Ordenação AfFonsina siS permiltia contra ellas Embargos *modificativos* (quaes os já tocados na minha Nota 309. n. 7.) j e quaes cs *offen-stvos* se attribuem só á praxe, que apesar daquela Ordenação, passou a admitli-los. Não fatiemos por ora dos *offensivos* oppostos na Chancellaria, eu execução, e dos casou em que se admitlem abi: O obje-cio da cliívda consiste no exame das Questões: (I.*) Se admittirem-se antes da Chancellaria, e execução Embargos *offensivos*, he e Óbito da praxe, depois da AfFonsina, como diz Sousa ; ou se he permissão Legal? (2.*) Quaes Embargos offensivos se de vão a (tender oppostos antes da Chancellaria ou execução? N 8. Quanto á primeira Questão: Se reflectimos a Ord. do Senhor D. Manoel L. 3. T. 71. §.)8. 19. 20. 21., (de que foi compilada a Filippina L. 3. T. 87. §. I. 2. 3.' 4. por formaes palavras): El Ia no §. 19. (Filipp. T. 87. §. 2.) snppõe legislativamente (ex iCordeir. Oub. 8. n. 25. et 26.) a regra geral (contra a Affonsina): que as Sentenças antes do transito da Chancellaria, ou execução se podem embargar cuoro Embargos *offensivos*; e limita esta regra só depois da Sentença no transito da Chancellaria: 1.º, quando Jurada, como superveniente de novo a matéria *offensiva*: e depois de dada a Sentença: 2.", quando o que os ai lega offensivos fosse Cavalleiro (id esf, Soldado, como interpretou a Filippina): 3.º,

B 2

(1 2)

quando Lavrador rústico habitante em Terra aonde não ha Letrados-- . £ isto só « *por privilegio especial* « *que lhes por Direito he outorgado podem allegar os j* « *taes Embargos, depois das Sentenças dejinüivas, ain*i* « *da que as offendão em todo, ou em parte deltas:*» 4.º, o caso do §. 20. da Manoelina, e do §. 3. da Pi-lippina. Ora: estas- limitações suppõe me firmão a regra geral, que antes da Sentença passar pela Chancellaria se podem oppòr por toda a pessoa, seja ou nao privilegiada, Embargos *qffensivos*; porque na Chancellaria, ou execução (que he o mesmo conforme o 4, 21. da Manoelina, e 4» da Filippina) o vem a prohibir em geral, e só admitie as quatro Limitações. Logo, admittirem se Embargos o Ofensivos antes da Chancellaria, e execução, não he por praxe depois da Aflbnsina, mas por permissão da Manoelina. confirmada na Filippina; porque a prombicão no transito da Chancellaria, em geral, suppõe a permissão antes dessa conjunctura: fiarb. et Tab. L. 14. C. 186. Ax. 25. y. *Et e contra*; o que a Lei suppõe, tem força de Lei, Cordeir. supra: B as excepções, quanto aos *offensivos* opposlos na Chanellaria, firmão a regra em contrario.

9. Quanto á seguuda Questão: Ou he Em bar -gante o Auctor, ou he Embargante o Réo: Se he Embargante o Auctor, Sousa mesmo nos está concedendo com Caldas e Pegas, què os Embargos *não são meio legitimo de pedir*, mas só de impedir: Ora: eu reclamo para aqui o que a respeito da replica do Auctor discorri na Nota 338., e affoutamente firmo a conclusão, que tudo o que ò Auctor não pôde mudar ou alterar replicando o Libello (conforme o abi exposto), também não por Embargos que ainda menos são meios legítimos de pedir.

10. Se o Réo he o Embargante : Eu reclamo pa-

(- M*)

ra aqui o que se disse nas minhas Notas ao Cap. J4, Ag excepções, que os Réos ajiás podem oppôr a todo o tempo depois da Jitis-contestação, e não op-poserão, e que referi na Nota 3to.; aquellas, que oi Juiz pôde supprir *ex officio*, quaes as referidas na Nota 313. e 416 , e que o Juiz não suporia; todos os Embargos *modificativos* (de quibus Not. 309. n. 7.), tudo se pode oppôr pelos Réos, e por via de Embargos ás Sentenças antes da Chancellaria, ou exe-lução: Tudo o que de novo o Auctor ou Réo podem por *nova razão* allegar no Juízo da Appellação na conformidade da Ord. L». 3. Til. 83., com a exposição de Silv- ao mesmo Tit., e de Hontalb. de Jur. supervenient. Tom. I. Q. II., se pôde por um ou outro oppôr por Embargos á Sentença, da primeira instância.

Nota: A excepção do que assim ho per-I mittido (n. 9. et ÍO.) oppôr por Embargos, nada fl mais se deve admillir por elles, e a este sentido *M* se devem reduzir os *brocardicos*, que cumulou *m* Sousa ao diante na Nota 602, sobre se formarem os Embargos de novas circumstancias, etc-, I e outra vez na Nota 880. e 881.

m II. Depois da resolução destas Questões, tornando em particular ao mais que diz Sousa nestas Notas 692. 593. 694.: Elie diz (Not. 592.) que se os Embargos se não recebem, ou se despreção *como não provados*, fica á Parte salva nova acção; não assim se se despreção *como não verdadeiros*, citando Arouca, e Silva, mas he menos sólido, quando se despreção *como não provados*, ou *como não verdadeiros*: Veja-se a minha Nota 312. n 3., e a Nota 582. Ve-

ja-se lambem Madeir. de Sous. Alleg. sobre a Casa do Aveiro. P. 1. a n. 439. pag. 188. 189.

12. Em quanto diz que a nullidade das Sentenças não a« deduz senão por meio de Embargos, e sobre elles, se & Causa se acha na superior instância, "se de libera por tenções ; sou obrigado declarar que esse Decreto de 14 de Novembro de 1784 declarou, que a nullidade dos Accordãos da Relação, por não serem tirados segundo as lenções, só se possa declarar por via de Embargos; e o Aviso de 7 de Janeiro de 1787 declarou que as Sentenças *ainda não publicadas*, quando discordarem do que nellas se vencera, se devem emendar na conformidade do vencimento (V. Not. 660. iv. 7.)

13. São contradictorios os remédios de appellar, ou aggravar, e juntamente embargar a Sentença #, mas não são contradictorios os remédios do recurso á Coroa, e juntamente appellação para a Metrópole contra as Sentenças do Juizo Ecclesiastico: Osor. de Patron. Reg. Resol. 67. n. 12., Salgad. de Reg. Prot. P. 1. Cap. I. a n. 339., *quidquid dicat* Pereir. de Man. Reg. Cap. 27. n. 40. A razão porque nos mais casos pôde embargar no c/fcem/io,-desistindo da appellação, he porque «*data desiscentia, resmanet, ac si nunquam appellalum esset*» Ord L. 3 T. 72. in fin., Pereir. supra y. *Unde*, Osor. n. II.» Nos Embargos á Chancellaria, que desislindo-se do Aggravo, se podem oppôr *depois do decendio*, ha razão diversa; porque ahi em quanto a Sentença não vai á Chancellaria, e não passa por ella, está informe, e não passa em julgado, Silv. ad Ord. L. 3. T. 87. §. 4. n. 2 com Peg., Mend., Arouc, e Pereir.: O mais das Notas 692. e 393. não precisa de outras Ulustrações.

Moraes de ISxec. L. 6. C. S. a n 42., discute essa Questão com razões opostas, e vem a assentar na incompatibilidade de ambos os remédios juntamente, ainda mesmo que a Sentença seja só* appealável no *Devolutivo*.

14. Que na Cancei/aria, e execução se não podem embargar as Sentenças com Embargos offensivos, bem cJaro na'Ord, L. 3. T. 87. §. 2. e 4, Sousa escreveo nesia Nota 694. as limitações Jitteraes da JLeí (omittindo a do §. 3.) j porém estas limitações (que a Ord. mesma diz serem privilegio por Direito, id est, Romano, e de que deve jeceber illustração, Estat. da universid. L. 2. T. 3. Cap. 6. §. 21, e Tit. 5.) Cap. 2. §. 8.) não devem passar sem alguma declaração.

I 15. O Soldado, pelo Direito, a que nossa Lei se refere, *PÓ* (em privilegio de restituição, contra os aclos, que se fazem durante a sua expedição militar, então, quando com licença em sua casa: JL. ult, Çod, de Reslit. milit., Gaspar Mauz. de Kestit. in iulegr. Tit 3. n. 30. et 31., nem ainda quando absente; oul se foi Jurista ou se pôde consultar Sábios, Silv. nú Ord. L. 3. T. 87. §. 2. a n. 6 : Do rústico diz. Leiser. ad Pand. Spec. 64. Med. 8. : *«Igiur sola rusticitas causa restitucionis in inleyrum non ent. ruti erro* u rern, quem rusticus cnmmisit, adhibila diligencia, qualis in istiusmodi homines cadit, ei consultis peritooribus, vitare facile non potuisset, Conf. L. 2. Cod. dei ««Injusvoc. ti. lo. de Bonposses-, JSerger. in CEconom\ u Jur. L. 3. T. 15. §. 14. n. 4.» Confira-se Silv. á Ord., L. 3. T. 87. §. 2. an. 9. m 16.* Conciliada a Ord- L. 3. T. 87. §. 2 nas,' pa-l lavras —salvo se o E">b;>rgante jurar, *que novamen-*

* Moraes de Exec. L. 6. C. 5. a n. 42., discute essa Questão com razões oppostas, e vem a assentar na incompatibilidade de ambos os meios juntos, ainda mesmo que a Sentença seja só appellavel no *Devolutivo*.

14. Que na Chancellaria, e execução se não podem embargar as Sentenças com Embargos offensivos, he bem claro na Ord. L. 3. T. 87. §. 2. e 4. Sousa escreveo nesta Nota 594. as limitações litteraes da Lei (omittindo a do §. 3.); porém estas limitações (que a Ord. mesma diz serem privilegio por Direito, id est, Romano, e de que deve receber illustração, Estat. da Universid. L. 2. T. 3. Cap. 6. §. 21, e Tit. 5. Cap. 2. §. 8.) não devem passar sem alguma declaração.

15. O Soldado, pelo Direito, a que nossa Lei se refere, só tem privilegio de restituição, contra os actos, que se fazem durante a sua expedição militar, e não, quando com licença em sua casa: L. ult. Cod. de Restit. milit., Gaspar Mauz. de Restit. in integr. Tit. 3. n. 30. et 31., nem ainda quando absente; ou se foi Jurista. ou se póde consultar Sabios, Silv. ad Ord. L. 3. T. 87. §. 2. a n. 6.: Do rustico diz Leiser. ad Pand. Spec. 64. Med. 8.: "*Igitur sola rusticitas causa restitutionis in integrum non est, nisi error, quem rusticus commisit, adhibita diligentia, qualis in istiusmodi homines cadit, et consultis peritioribus, vitare facile non potuisset, Conf. L. 2. Cod. de Injussoc., L. 10. de Bonposses., Berger. in Econom. Jur. L. 3. T. 15. §. 14. n. 4.*" Confirma-se Silv. á Ord. L. 3. T. 87. §. 2. a n. 9.

16. Conciliada a Ord. L. 3. T. 87. §. 2 nas palavras= salvo se o Embargante jurar, que novamen-

ofensivos da Sentença; os de nulidade, constante dos Autos, ainda que ofensivos da Sentença, Moraes de Exec. L. 6. Cap 9. n. 16.: O mais he que, como atesta o mesmo Moraes (e vejo praticado) «*In Supremo Senatu, iste enim « cum suum Tribunal sit Supremum, et Magis-ut trale, non solei in hoc servare regulas; imò «< admittit exceptionet, revocat Sententias, et sus-«pendit executiones, cum sibi cequum videtur, u secus ac ceteri Judiccs.. ■ lia observabil Sena-« tus in causa D. Laurenlio*» etc.

18. Pelo que respeita aos Embargos *modificativos*, de que também tracta Sousa nesta Nota 594 , eile referindo alguns (esses, e outros se veja*o na minha Nota 309. n. 7 , *et adde* Moraes de Exec. L. 6. Cap 9. n. 15 , aonde entre as excepções *modificativas* connumeram-se as do *Macedoniano*, do *Villeiano*, da *Competência*, et ne conveniatnr ultra quam facere possit, a *Cedendarum actionum*, a do *beneficio do Inventario.*, a da *compensação*, a da *retenção por bem-feitorias de novação*, da *Sentença*, *transacção* ou «o* *lução* supervenientes) Sousa, digo, referindo algumas destes execuções modificativas, diz que podem oppôr-se na execução; *com tanto que não hajão sido allegadas na Causa principal: o mesmo com esta simplicidade repele na Nota 880, e 881.*

19. Porém: E quanto á *compensação* já opposta na Causa principal, distingue com muitos DD. Silv. á Ord. L. 3. T. 87. §. 1. n. 15. 16. 17., ut ibi: «*Dummodo tamen hasc exceptio compensationis non tefuisset opposita in causa; nam si semel fuil opposita, non poterit de illa iterum opponi in executione* «*Sententice, ex §. 5. 7. et 10., hujus Tituli... Ad quod << inspiciendum est, an Judex reprobaverit compensa-* Part. li.

c

(lt)

" tumem tanquam Hon competeutem ,ut pote aromam, « vel alio modo insubsistentem ; vel tanquam non ti-M quitlam, nam in primo casa mititai quidem opinio « prendida supra n. 16,. . Posleriori vero COMI, quan-» do rtjecta juit ttnqmm mo Iwaida, m iterum ea-■ dem compensou* opponaha; etdmit tenda est, modo « tiquidcl.ur, ut supra diciūm M... Et idem erit in | « eompcnsatunut é Jwitct in dúbio • escluta, seu rtpro-« Ao'a; i/utt lume cmsctw reseroata in tempos execu M tionis >> .*

• In dúbio rtjecta fuerit com pensa tio, sci-licot, Mr/n *expresm* ràtua *exclitstonis*, devo sup-prir-oe com Bersan do Oomponsat. Cop. I. Q. lè. n 6.. HC crês contando n. 10. que « si judex « rteglexorii *expresse* com pensa tionem reprobare, M censetur reservasse illam in tem pus executio-« nis. »* Confira-se cm indo o mesmo Beraan. Cap. 4. Q. I. a n. lt., aonde fax; as mesmas distincçfies de Silva.

20 E mais genericamente, coraprehetidendo> a mesma, o outras excepcAeo oppostas, o nSo afctendidas na causa principal, e quando possuo ou nlo rel*etir-se na pxeurilo, distingue Moraes do Exec. L. 6. Cap. 9. n. 17. ut ibi:

« Quid notem, si e.vceptio, quam victus inten-ii dil in executione opponere, fuit jam aliegata ante <c Sententiam, Judex tamen eam non determinavit; • M possit do novo ad impeditulam, vel Jimitan-u dam exeeutionem allegari ? Ord. d. T. êf. §. 1. in u lin. videtur faculta tem iterum opponendí omnino **ié exclmiere, ibi: se já na causa principal nàoforão** u *flUegados*. Distinguendi tamen sunt duo casos. Pri-« mus est, cnm exceptio talis est, quae non compa-

l» titur cum veritale condem nato rias Sententiae, ut [« quia exceptum est de pacto de non petendo; et a Judex, nulla facta exceptionis mentione, simplici-« ter condemnat; et tunc, cum condem natio, et pa-« ctum de non petendo simul stare non possint, et « repugnent; Judex, qui, exceptione non obstante, '« ad condemnationem processit, censetur tacite ex-« ceptionem repellere; quia alias condem natio non u esset rite facta.

« Secundus casus est, cum exceptio latia est, « quae se compatitur, et simul stare potest cum Sen-(V tentia condemnatoria, ut quia condemnatio non « respicit, sed executionem; tunc enim, ei Judex, u non habita mentione exceptionis, condemnat, eam « non videtur rejicere, sed potius noluisse super ea u pronuntiare, eamque rejicere, vel ad tempus executionis, vel etiam ad iudicium. Ita deducitur. m lura ex L. e. §. ff. de Negot. gest., et L. In « diem §. i' ff. de Compensat., quae jura id ita in " compensationis exceptione decidunt *: facta deducendo istam doctrinam ad exceptionem retentionis j « pro rationabilis, ita post alios resolvunt Gar. M de JBxpens. Cap. 6. n. 17., Barbosa, in L. Divarlio ô. u fin. a. 56. in fin., Gratian. for. Cap. 4-15. n. 16. • *: « Quae ratio pro regula ponit Aret. L. Rei judi-« catas §. fin. 8. de solut. ma (rim. quod exceptiones « non impugnant Sententiam condemnatoriam, sed « executionem respicientes, semper in executione u opponi possunt, « quandoque iam prima inslan* « tia de illis fuerit oppositum, sive non fuerint ad-« missae per Judicem; vel si fuerint discussae, non « fuerint expressim per Judicem reprobatæ, « te.

I Bald. na d. L. si aulem 8. §, R. de Negot.

I gest. dec. Jara assim = Nota in isto, §., quori factenw

C 2

« tentia Jata super exceptione non examinala, M
 necdiscussa valet, quoad excludendam exceptio-B «
 nem, se d non quoad excludendum jus agendi: « Secus, si
 super exceptione plenarie examina-w ta, sit lata Sententia
 definitiva = Brunnenian. « na d. L. §. 2. n. ft, gftjKjgipde
 assim = Quando « Judex cpjdemnat reuroiin super habita,
 et I, <« neglecta ^G,ep.tí©B,e.^pJH^e^aAi gto is
 ^tMÉft^oin*-« nifio
 direct^^ctio.níjiJQQují^slit^ed.qíárideQíe-bitum,^a^l
 cpmj>ensaní^3fcj/idii#«ifcuBi, prmcedmte « pUnq
 çqgmtiozi&c>.coíígíç ■^r^êcktrih ntanoitao^êi « actione
 .(sejj excepçion^ípeitávnequifciut Êí>n£ supra n. Ij. <89jic4
 ôfib èynsasid ma absoildiiJ * #. E\$ta mesmft.iriMtiniçSo!
 nã?iquanto ás bemfeljLorias o p postas' na,
 çaiiusanipeneápal ^iSe o Juiz 'ri&o .as
 .atte^deo»in(\$ÍOL>repjf©?oBÍ expressa-mente, se .podem
 repetir, na execução: Se expressamente; as, feproý&u
 como inaliegíaveis-, & inattendiveis na matéria .sujeita,
 aão se podem mais oppôr na execução, Peregrin* de
 Kideicom. I art. 50.. a. n 80., Cxq\$tpa\$Ui\$le}
 E&iotldQs 2®. >M 32., A ngelis de,. Jny^&tqefe
 JVíéHoíhis orè^fjio-:-' n. 36., "t^tigií JR^g^jiTorawbíi^*»!.)
 ©nhcpsaj; «o.¹-rfliA% àr,to/; asa ietr ty eup <•*«« «bq
 oJei. L.obcaafItfitorôt cinaem «Cl :.ei u BgJaefcéDa I
 « Tertium tandem (continua «Moraes.) ioasum ad-« dere
 possumus, cum exceplioneoi oppositaru ante « Sententiam
 Judex *expresst* reprobavit; in quo satis *u* com per tu m est
 denuo eadem exceptionem opponi «non posse... Et juxta
 hos três casus exponenda, « et intelligenda est praedicta
 Ordinatio:» Outra vea o mesmo Moraes d. C. 9. sub n.
 118., aonde em menos palavras vem a concluir:«Quod
 exceptiones « non impugnantes Sententiam
 condemnatoriam, sed *u* executionem respicientes, semper
 in executione

«oppom possuot, quaravis ante Sententhm w •#•

fiumanama ==fiviJiart9b uijflsiaeô sj
3bnfiüp=rnn8«i ab(«otã tfà&n .S \$.,

f dwaeM. NotaX «KftHL, »?n? Y *J*B?m» Sousa v«

»_a»ç.ei&a% íe 22SWSS*i ** d* W ■*> estar, ío*estar

e_BC_{ue} lx£-^hf-^C<íllaria, «»<>

onde ^««..àa-Ghanoellarir^de ertbSl " Parier, t«WiA>t.
anlinomw dewyC. eu aue £"■ "ro* auu

«rv.» a variedade,*)éjgala*_e ^ wⁿ_{fi} ora,a i °> «eve

e_{rao}a_{rg}ar e_m de? dt Xffi^Ste 2

ahi se exceptua desta geral regra hum caso de se opporera Embargos pelos condeinnados, em que pe-ção conmiutações de degredes, e isto pelas espe-ciaes razões, que neste caso ponderou o Assento: Essas Ordenações L. 3. T. 16. §. I., e Tit. 54. §. 16. e 17., tem resposta bem obvia. A primeira Iracta do revel, a que a Sentença não foi noticiada, e apparece antes da Sentença passar pela Chanceliaria, ou ser entregue á Parte: E se apparece depois, lá lhe salva embargos na execução, ut T. 87. §. 3. A segunda Ord. falia no caso de necessidade, de ter progredido a causa, em quanto a inquirição se foi tirar a terras remotas. Só, quando muito, estes casos especiaes podem ser limitação da regra geral; mas mio destrui? a regra ex Moraes L. 1. C. 4. n. 3., Boehm. ad Jus ff. L. 1. T. 1. §. 5. n. 4.

3. Que baste pedir vista da Sentença para Embargos dentro dos dez dias, ainda que se formem passados elles, e quando se ha de embargar nos autos; não o sigo: Porque he regra legal que a Sen -tença, não se appellando em dez dias, passa em julgada; Diga hum, que pede vista *paraajfpetiür*, e não appelle nos dez dias: Por ventura não passarão, só por isso que pedio vista para appellar ? E que razão de differença? Os dez dias para embargar não são eües a exemplo das appellações ? Exceptuada a Ord. L. 3. T. 25. no seu caso, que outra Legislação, antes do dito Assento, havia que regulasse os dez dias para embargos? Sc Sousa nos diz (Not. 592., e he certo) que, quando se appella, se desiste da appel-laçãoj e se varia para Embargos, he necessário que estes se formem dentro dos mesmos dez dias; eñle se envolve em contradictorios: A Lei de 22 de Dezembro de 1761 Tit. 3. §. 7.. ainda mais o confirma; porque manda que os cinco dias para embargar essas

Sentenças conde m na tonas físcas correm depois da notificação d ei las, e de momento a momento.

I 4. Também não sigo que os dez dias corrlfo só depois da vista pelo Escrivão ao Advogado: Essa De- eis. 28. de Cabedo, essa doutrina de Mend. P. I. L. 3. C 32. n. 5.6., e outros mais que cumulou França ao mesmo Mend. n. 197., fallão na assignação dos dez dias, e destes mesmos antes de haver Sentença : E que paridade ha aqui ? Ainda Mor. de Exec. L. 6. Cap. 2., n. 14., nesse caso constitui a Parte na obri- garão de recorrer ao Juiz, que obrigue o Escrivão a expedir-Jbe os autos com vista. Já está a Ord. L. 3. T. 87., que até mesmo conta nos seis dias para esses Embargos o tempo, que o Escrivão gasta em copfarl os Autos, obrigando o condem nado, que quer embar- gar-, que « terá" o cuidado de pedir e diio traslado, e «< o haver, de modo que dentro dos ditos seis dias os « apresente; porque não os apresentando assi em es- i* *cripta* (não se satisfaz com que nos seis dias se peça u vista para elles) dentro dos ditos seis dias, não será « mais recebido aallegar Embargos, •*posto xjut por pá- « lavra* os tivesse âilegado.» etc. E que razão de diflè-l rença ?

Nota: Essa L. de e. de Dezembro de 1612 I §. 17., sobre proceder no seu caso, náSn está em' uso geraí mente, pela impossi- bíidade de se em-I bargar em 44 horas hura processo volumoso; et maxiitre, quando ao Advogado oceorrern outros I ao mesmo tempo: Esse Assento de 17 de Agosto de 1737 na Collec. n. 203., e essa doutrina de I Sífv. á Ord. L. 9. T. 88. n. te., o que provão he, que mio ha Embargos aos autos nesses JuizosJ I e em que as Sentenças vão á Chanceliaria: iWas Sousa ao diante no f.=**Sea Parte se demorar* feda a limitação.

6. *u* A Chancellaria (diz-Sousa nesta Nota) não «• he hum Tribunal de nova instância, mas num a « Mesa, aonde se vai pagar certo direito imposto « nos instrumentos de Sentenças diretamente con-« demnatorias, e aonde he permittido offerecer Em-<< bargos para impedir o transito, e entrega dellas ás «Partes. » Mas Sousa ainda não disse tudo» Ubi « Cancellaria est (diz Mell. L. 4. T. 22 §. 21. Not.) *u* Sententiae in illius Cúria iterum examinandse, et « inspiciendae priusquam próprio signentur sigillo. Ad « Officium Cancellarii pertinet inale scriptas, id est, *u* contra jura,, et Ordinationes iatas rejicere, ac can-«cellarej bene scriptas, et júri conformes signare, « Ord. L. I. T. 4. \. i. De fôrma, que-se o Chan-celler vê *ex officio* nulla, e contra as Leis a Sentença, que vai a passar, põe neJla (ainda independente de Embargos da Parte).- a sua glossa, que passa a ser votada pelos Senadores sobre a sua justiça, para se confirmar ou revogar. Veja-se Peg. á dita Ord. L. 1. T. 4. §. I., a melhor o Repertor. debaixo das Conclusões = *Chancellor não deve passar* = etc. = *Chancellor tendo dúvida* = etc Se a glossa se confirma pelos adjunetos na fôrma da praxe referida no Repertor. ainda a Parte, que soffreo a glossa confirmada, pôde embarga-la, Repertor. supra, Cabed. 2. P. Arest. 80. Se o Chancellor assim *ex officio* nSo glossa as Sentenças, e ellas não tem fundamento para numa justa glossa, então sim he necessário que as Partes ahi embarguem; para o que não passa tempo em quanto as Sentenças não vão á Chancellaria (Not. 592.)» ^{ou} como aqui diz Sousa, em quanto se não entregão á Parte (Conf. Peg. ad Ord. L. 1. T. 30. §. 3. n. 1. *Vide ad omnia supra dieta*, Mor. de Execut. L. 6. Cap. 5. a n. 36.

6. Oppostos na Chancellaria os Embargos, se-

gundo a praxe, que aqui escreve Sousa; voltão para o seu Despacho aos Juizes, que proferirão o Accor-dão embargado aos mesmos, e nã*o a outros (aliter quando o A ecordao foi gtossado, e ha votos sobre a glossa) tanto assim que, *üém* o Regedor, nem o Senado Pa latino pode 'dispensar que os Embargos se defirà*o por outros diversos Desembargadores; e o niare he que/^sé íiurn pir *ÍDéfamissa*" ó^erri ahsenciado p rií»èi*ônV@rfâao Q<A' 'C&üsa,^' e d^pow 'toéSse^-tf' abierreki dô j^^Mtf^n^^n<^^iVi4MrgéSi4â^t^ka«yci9ttairini ao qtíe- i^ofioílofio^OérAwWâflQ, ^tiâô'^© proprietário; como-í-tudo Jíerti Sétóln(*tâlWQÍfl-èfâés 'ée' J3x.ec**. iL. 0. CV-íi^rr flWiíkfiiqtfnWiqtoe ^4#áifêês;3Qfte píôfètópSo I a'3\$font<erfl^£ as£inP -tífti-bafrg-ada na Chancellaria, rejeitem Osf-BnibâPg^syn^tisem attençâ"o a elles mandem passara ^enferrça "pela Chancellatíaj ainda mesmo nçjstee^aç^ *pòáe* ô CfeaWêfeltefr', MStfAuq^fcMpfoiPà re-queftttieftto^e^Pâfêe^g- lossar eâsa'segunda Sentença *ob vitium dtípniMiiMém* *visitrifeWlp-ítl tjus Glossa per novos discutia lw Senatorês,* Moraes supra nl 38., Mend. «. #?•«&\$ 3y^'.o-Í-s. ri»>^4ô.^ubi França n. I4fc*«

M ^N0Té .--Os* rtlesmos casos, em que as Senten- ças não vão^íí-Chanoétíariái refere o citado- Mo- 'ráesfiífj^4. V' Qüe^a ç0hahcellà^ria só se podem opjiÔT ^òs^tfr^iflc\$li9^b&-' e só os que se-podem I ^@pf)éí^nâ^ ^xecú^So^ Se veja no -mesmo Moraes I o.-"#5.,sêfado: a*ss rg n àdós pela Parte, ou suficien te Procurador; Moraes n; 36/

I ^i- t-i <)! " •;. ::■■. ■■<. .. byp I
-X Debaixoáa mesma Nota 535 escreveo Sousa esta-The%fe «a* Qtiando^éé-^pretèhfla embargar alguma Provisão, ou alguma *Carla*^ exteuloria, ou de *Posse*, devem oflerecer-se logo o& Embargos, e *nôo ha con cessão de dez di'f;* = *Mas* precisa de declara cio, e il- Part. II.

D

lustração esse These. Q Alvará de 30 de Outubro de 1701, que permite embargar fl* execução com oinbargos de ob e subrçpção as Cartas, Provisões, »tc, não assigna tempo algum, era q.ue se pposão embargar: &uppõe que se podem embargar* antes de principiada a sua execução, no progresso delia, ou depois de cousummada; o s<5 quanto Á suspensão ou nfto suspensão (de que traetarei na Nota §oi.) man* da que os opposios. Embargos se remettão conforme o estado da e.xecuçaa, e prática, que nesta parte se obsçrva. Quantas vezes se embargão passados tempos depois das suas execuções, fazendo-se exhibir pa* ra esse fim ?

0. Se se ha de embargar alguma *Carta executo-ria*? Ou esta tem por tira a execução de alguma divida, ou a immissão em alguma posse. *Si prius, o\»* conforme huwa pratica se principia por peuhora, e no ao to delia he citado & -Devedor, para allegar os Embargos, que tiver no tempo, que abi se lhe assi-gna, e então estes. Embargos (accusada a citação) se oppõem e devem oppôr po tempo apr&sado, ou em todo em quanto não he lançado dellesj e a penhora se não julga por Sentença: ou *ex vi* dessa Carta; he citado para em 84 horas pagar, ou dar bens á penhora, e, então feita esta, deve embarga-la nosseisdias da Ord. JL. 8. T. 08.. e 87.\-Veja-se o meu Tract. do "Dir. Em-phyt. a §. J269.

ü, Se a *Carta executaria* tem por fim a im missão em posse da cousa julgada; neste caso he indispensável que se assignem, e em audiência os dez dias da Ord. L. 3. T. 86. §. 15., para allegar oa Embargos, que tiver o executado, e de outro modo se com-mette spolio; veja-se o meu Tract. dos Remed. pos-sessor. §, 153., spolio, de que se pôde agravar pelo estilo do Reino: veja-se o d Tract a §. 240., ou op-j

■ (27;

pôr a exceção, de que ahí trata a §. 246.: Se ha Carta Regia para a im missão na posse: Veja-sé o d. Tract. §. 153. : Se a Carta executaria manda immitir alguém na posse era execução de alguma Escriptirâ publica na fórmula da Ord. L. 4. T. 58. §. 3. e 4., ou da Ord. L. 4. T. 57., sempre he necessária citação da Parte, que pôde embargar a mesma posse pedindo vista delia, sem precisão de ajuníar Jogo os Embargos : veja*se o d. Tract. desde §. 63. até o §. 73. I

Io. 8e sem tal Carla *executaria* se requer ao Juiz Ordinário a posse na conformidade das ditas Ordenações L. 4« T. 57., et T. 58. §. 3. et 4., procede o mesmo, que acima disse, n. 9. no fim.

Nota: Tractando Sousa neste lugar do tem-I pò de dez dias para Embargos, parece que de-I via lembrar-se aqui dos éez dias, qtie manda a Mj Ord. L. 3. T. 86. §. 15. assignar aos condemna-

■ dos pára opporem os Embargos á pretendida posse; dizer que a posse tomada antes de assignados, e passados elles he spoliativa, ex Silv. ad Ord L. 3. T. 48. ín rubr. B. 40., Guerreir, Tr. 4. L.-8. Cap. 4. n. 36. et 37., Peg. 1. For. Cap. 225. n. 92., mas que esta regra se limita (i.*) quando se toma em execução de Sentença a posse spoliada, caso em que nem ainda he necessária citação de Parte: veja-se o d. meu Tract. dos Interd. e Rerned. possessor. §. 328., I e addicioie-se o Repertõr. debaixo da Conclusão = *Dez dias se dão ptíra etittegaf a causa* =*ete :

■ (2 ;) " quando se tracta He Execução de Carta de partilhas, Leit. frn. regond. Cap. 14. n. 9., 8o-lart. in dommenlar. ad Regirti. Foditt. §. 4. ti. ti. pag. 96, parece que devia também lembrar-se

Da

dos Embargos, para oppôr os qua.es manda a Ord. L. 3. T. 25., que se assignem dez dias, e com Moraes Lívr. 6. Cap 2. a n. 6 , e com Silv. á d. Ord. ín pr. a n. 70., coinpemliar nos casos, em que estes dez djas .ou não-pxioci-pião, ou se suspendem depois de .principiarem : são Livros familiares a todos, e por isso a eJ-Jes me remetto: não devia esquecer os dez dias que a Lei de 22 de Dezembro de .liei. Tit >3. §. 6., manda assignar nesse caso aos Devedores da Real Fazenda para ajuntarem seus Documentos contra a conta liquida, e os cinco dias peremptórios, que concede para embargar essas Sentenças condeinnatorias.

Nota 596. i ::■..

1. Nesta Nota escreve Sousa a regra geral da Ord. L. 3. T. 88. = *Não são admitidos segundos Embargos á mesma Sentença.* = Esta Ord. não só foi cora-pillada da L. do Senhor D. Sebastião de 18 de Janeiro de 1578; mas d'outra Lei de D.ºFilippe de 27 de Julho de 1582, no art. 13. ibi : « *E por quanto upela Lei que El Rei D, Sebastião meu Sobrinho, que « Deos tem, fez, está provido, que se não possa vir mais « que com huns embargos a qualquer Sentença interlo-«cutoria, ou definitiva*»* etc. Leis que parecem ter bom fundamento na razão da L. 5. Cod. de Precib. Imperat. Ofierend. Hum exemplo, em que esta Ord'. se dispensou por Consulta, o refere o Kepertor. debaixo da Conclusão •= *Embargos á Chancellaria não se pode vir mais que com kuns.* —

3. Como pois principiando a Causa por preceito comminatorio, e embargando-se este preceito, só he definitiva e primeira a Sentença proferida sobre esses Embargos, ex Leit. de Jur. Lusít. Tr. I. Q. 1. n. 20.

ei 21.: E como principiando a Causa por privilegio executivo, que se embarga, a Sentença sobre estes Embargos vem a ser a primeira; he consequente que os Embargos oppostos a eJia são os primeiros oppostos á Sentença condemnatoria. ou absolutoria ; que não são segundos oppostos á mesma condemnação ou absolvição; e que he racionavel a Praxe attestada por Silv. seguido *pt>P* Sousa nesta Nota, e por França ad Mend. P. *tíL* & Cap. 1\$. n. 121., Fonsec. ao Arest. 23. do mesmo Mend. n. 4.

■ Nota 597.

Põe Sousa por primeira limitação da regra da Lei d. T. 88., quando os segundos Embargos são de *suspeição*: A citada Lei de 27 de Julho de 1582 art. 13 , he bem clara a declarar = salvo sendo fundados em suspeição « *que a parle não sabia nem úi-« nha razão de saber, a algum Juiz, que fosse nofei-u to.... taes Embargos de suspeição não sejam admit-u dos, salvo sendo fundados em suspeição de inimysa-«de capital, ou de algum dos Juizes lhe ser em ou-ntra causa julgado por suspeito, por causa, que ainda « dure: ou em que haja a mesma razão.»* Pelas mesmas palavras se vê compilada a Filippina, e não he aqui preciso Com (Dentário.. Raras vezes ou nunca terá applicação.

I Nota 598.

1. A Lei, em quanto limitada a regra, admitte Embargos segundos, *sendo de restituição*, he nestas palavras geral; e recebendo illustração da Ord. L. 3. T. 41. §. 4., este beneficio da restituição compete aos menores, aos furiosos, aos pródigos, aos mentecaptos, e pelo mesmo §. 4. a toda a pessoa, *que conforme a direito goze do beneficio da restituição*:

Direito que so entende do *Romano*, Peg. Toim 4. ad Ord. L. I. T. 62. §. 24. n. 3, Eu já na Nota 394. mostrei em especial competente este beneficio ás Igrejas e Corporações Ecclesiasticas, ás Universidades, Collegios *, e, conforme a melhor opinião, ás Misericórdias, Confrarias, Irníandades, e Corpora* ções pias: Ahi com remissão a Pegas, e Leiserô indiquei outras pessoas, que gozão deste Privilegio, e que pelo Assento de 29 de Março de 1814 se de-negou ás Viuvas: Compete também á Republica* ao Fisco Real, ao Rei, á Rainha, Manz. de Restit. in integr. T. 3. a n. 173, ao Carcerado, Peg. Tom. 3. ad Ord. pag. 598. n. 28., mas não aos exterminados, Mame. sopra Tit. 9. n. 43., aos Pobres* Vfelasc. de Privil. Pauper. et foiserab. persoft. Q. 30. *», Manz. supra Tít. 8. n, t? a, atos Ausentes por causa da Republica. E quando? Veja-se Manz. T. 3. a n. 1. : Quando a num áoh cônjuges maior pela Cabeça do cônjuge menor; Gama, Phsebo, e Mendes citados por Sousa, e que antes, e a Reinos, e Cardoa. havia citado Silv. á Ord. L. 3. T. 4I> §. 4. adde Gtre-rfeir. Tr. 2. Lr. 7-. Cap. 8. n. 48. seria infinito se aqui car* reta-se tudo o que escreverão Od., e Manz. de Res-titut. in integr., e Gald. na L. ãi Curatorem: não omitto porém que 6o cego compete este beneficio, Leyser, ad Pand. Spec. 64. Medit. 9.

2. Este beneficio, quando assim competente ás pessoas physicas, he transcendente a seus herdeiros (clentro do tempo de implorar a restituição) : L. 18. §. fin. ff. de Minor, e isto *m e& mtjffü&, quttd cuñ ei gcsium fuerit*, Franc. ad Mend. V. I. L. 3 C. 21. n.\ 288», Moraes L. 8. C. 9. n. 42., Guerteir. Tract. 3. L. 8. Cap. tfvfi. 14.: Compete também aos Owsfo-narioe dos Menoresj França *ti. 23G.*, Moraes n, tf , Slrrk. de Aclionib. nòn cessfbiüb. Cap\ 5 §. 4.:

Com. tanto que este beneficio se ceda junta mente oom A cousa; porque, separada mente não pôde ceder-se: Stryk. supra, Brunneman- de Cess. action. bap. 4. n. 72., ÇWM de Cess. jur. Tit. 9. Q. 8. a n. 42.: Digo acima = *dentro do tempo de implorar a restituição* =: Se porém o herdeiro do menor fôr menor, sô çprre o tempo .depois dos 36 annos. Altim. T. 6. Q. 88 n. 437, ?».í

* Nota: Quanto á Universidade para este I fim do beneficio da restituição: Não basta que l., seja de li uns Sócios, ou união *de* muitas pessoas

não confirmadas peio Príncipe, Leyser. ad Pand. Spec. 64. Medit. B. et 3.

I #* « *Pauper non per omnia in integram*

H *ii restituiiur, sed quoad illa saltem negotia, in quibus pecunia npus sit*, Leyser. Spec. 64. Me d.

5.; Por exemplo, se não appellou* não ije resli-I tu ido; sim se appellou, 6 não levou a appelJa-ção, JUEyser. Meu\ 7. s*

3. Que a restituição do menor, ou outro que go- sa desse beneficio, aproveita a Litis-eonsorte na cau sa *individua*, he sem duvida, França supra nu 237., Guerreir., Tr. 3. L. õ. Cap. 11. n. J6J. et 1658., Peg. Tom. 15. ad Ord. L. 3. T. 41. jx. J7., Htryk. VoJ. 5. Disp. 26. Cap 6. a n. 79.: Porém qual seja aqui, e para este fim a causa *individua*, hoc opus nic labor est: He notável o muito, que extra vaganciã- rão os DD. em variedades de opiniões, que refere Sí,ryk, a a. 83 , e depois de as confutar firma estas d nas regras. I

I." « Rectius ergo senti unt, qni rem *indtoiduam* «eam esse dicunt, quae sui natura est indivisibiJis *, «et saltem júris intellectu dividitur in partes intel-

«lectuales. ## Res enim indivisa non statim est i i-«divisibilis dicenda; nam et agri, et grez ovium, et « pagus possunt esse res indivisa, scilicet quamdiu »< possessores inter se non dividunt; sed non indivi-«dua seu indivisibilis-

* Conf. Pereijr. de Re^vja^pap 87. n 9 ex nostra *Ord,ãi.* ,3. T. 8<b J&j\$ñ'<lk&' «Salvo, se «a cousa, sobre que-erja- a 6on,igr)Q^a3 fosse índice vidua, *c que não podesse ser partida*; porque «então, pois Jie cousa, que em si »ãq padece par « tição, ou devisão, a restituição.dadaa hum apreze veitará aos rouiros *necçss,ct&^XÎ^ie*, jw JBxem pi os de algumas cousas *indivíduos* dá [^]/Qgd,ⁱL. 4.T.

96. §. 6 ,rf* ftn, 1 i*fo«S3ji>Í,iui?!

■ ## A herança-em: quanto indivisa *jûris no-men est*, L. 3. ffi de Bpn. poss. L. *fâlJLjj.* 138. ff. de Verb. Sign., *intjûre-eQmistererifâGtiür*, L. I. ff. de Rer divis. §.. Li Inst. de Re,b. Corp., *ac proinde absque idlo corpore. jûris inlelleçtum ha-bet*, L 50 ff. de Haered. petit..., Viçai, ^hoc Verbo: E eis-aqui a.razão, porque a OMI. L. 3- T. 80. §. 1. reputa como individua a herança jazendo sem partilha.

4. 2.º «Quoties is, qui res.tituend.us est in inte-«grum, non potest plene sentire eflèctum restitutio-*u* nis, nisi si mui prosit et communis sit caeteris litis «consortibus, hujus beneficia alias incapacibus, to-*i*< ties dicitur causa inseparabilis. et individua. Conte tra causa dividua hic est, si possit a restituto ple-«nesorliri effectus restitutionis absque illa extensio-«lie. » A mesma regra com Lynk. de Individuit. C. 5. Sect. 2. n 6. firma Leyser. ad Pand. Spec. 41. Me-dit. II. ibi:

<« Inciividuum, quod adeo connexum est, ut sal-" vura jus minorum esse nequeat, nisi maiores simul » restituantur, cujus rei exemplum in servitute»elc.

Nota : Que as servidões reaes, e ainda pes-soaes (excepto o usufructo) urbanas, e rústicas, quando devidas a muitos são individuns; e que, sendo devidas junctamente a menores, a resti-tuição competente a estes nas causas sobre ellas, ou contra a prescripção dellas, aproveita aos maiores litis-conсорles, o prova muito bem (e contra Gomez 2. Var. C. 14. n. lo.) o mesmo Stryk. desde o-n. 90. até 95.; Se o beneficio

- da restitu ição competente aos menores contra a prescripção em geral na cousa commuro com outros aproveita a estes para lhe não obstar também a prescripção, disputão os DD. Huns reputão individua a prescripção, e fazem transcendente a todos esse privilegio do menor, como muitos, que refere Stryk. n. 97.; e o
- nosso Gam. Decis. 291. assim o julgou contra a prescripção da lesão em cousa commua a menor, e maiores: Porém Stryk. n. 98. justamente os reprova, dizendo: *uaed male hoc ex «• ipsa praescriptione dijudicatur; potius ex re*

H u seu jure praescripto hoc aestimandum, e. g. si M obligatio sit conrealis, et correus *credenti* sit « minor, isque contra praescriptione m restilu ■ « tus, hac ralionc affirmialivam admiltinius; se- « eus, si res praescripta sit dívidua, v. g., fundus, « vel aclio pluribus competens tantuin pro rata » etc. Reputarão muitos *individua* a condição *faciendi*, e communicavel aos maiores o privilegio da restituição, quando a condição se não adim- plio no tempo aprazado; mas Slrvk. a n. 127. *Pari. II.*

*E

se oppõe a esses DD. Outros fizeram cotnmuni-
cavel este privilegio nas hypolhecas, tidei-com-
niisso, e contractos, reputando*os individuos;
mas o mesmo Stryk. a n. 13J. os confuta ner-
vosamente: A eiJe se recorra na occorrençia I
desses casos.

I

M 6. Não gosa porém de restituição o menor para
embargar segunda vez no caso da Lei na Ord. L. 1. T. J.
Col. I. n. 1. §. 9.; isto he, quando o preso lie sentenciado
em acto da visita da Gadêa.

Nota 599. Admitte Sousa também
segundos Embargos quando de declaração, e os
exemplifica, pondo a praxe desses Embargos: Confira-
se b rança ad AJend. L. 3. Cap. 19, n. 16., e confira-se
aqui o que expuz na Nota 560. n. 7., e na Nola 584.:
Porém, para que o Juiz revogue inteiramente a
Sentença, não podem admittir-se segundos Embargosj
porque quem declara nada addiciona de novo; e se o
addi-ciona he nova disposição, Castilh. L. 6. Conlr.
Cap. 181,: Ora: tendo os segundos Embargos por fira
não huraa declaração do duvidoso, mas huma
correcção, reincidentem na prohibição da Lei: Nem
Brunneman., nem Luc. citados na Nota são applicaveis
a segundos Embargos, e só apenas attingem o caso da
nossa Ord. L. 3. T. 66. §. 6., caso diverso.

Nota 600. 1. Em fim admitte Sousa
segundos Embargos, *quando na ultima Sentença houve
innovação da antecedente*: Citando Mend. e Silv., a
que pôde addi-cionar-se França ao mesmo Mend. P. 1.
L. 3. Cap. 19. n. 117., que demais cita Hontalb. o
Pereir. de

Revis, e dá a mesma razão « *quia non ãalur confor-« mitas in Senlentiis, quando in ultima aliquid de ít novo aãditur.* » Porém ielo depende de exposição, e iilustra cãõ porque « *Ut*

*Sententice ãicantur confor-« mes sufficit concordará in qualitate, ei subslaniãa... u Illas Scnlenliàs esse conformes, quos tendunt ad *t eundem finem, ei effeclum, quamvis in causa prin-u cipali non cortveniant.* » Ita Osor. de Patron.

Reg. Resol. 68. n. lio., Salga d. de Supplic. P. 2. C. 31. n. 103. E quando assim, cessa a these daquelles DD., tí não ha

lugar a segundos Embargos: Também não, quando a Sentença *contém* varias causas, e matérias; caso, em que se reputão tantas Sentenças, quantas as cousas diversas julgadas, Salgad, de Reg. Prot. P. 2. C. 7. a n. fio.: E se ha conformidade* nas duas Sentenças sobre alguma das cousas decididas, já a este respeito cessa a dita these, e não pôde haver segundos Embargos; mas so quando em alguma das cousas disputadas ha diformidade na segunda Sentença,

Osor. supra sub n. lio. So neste caso praticavel a these; porque a ultima Sentença nova a este respeito vem a ser a primeira decisão. Videndus Salgad. de Reg. Prot. P. 3. Cap. 16. a n. 19. 2. *Só pois*, e propriamente pode entender-se, e ser praticavej essa these; quando v. g. nos primeiros Embargos, ou no Juízo superior se allegãrão novos fundamentos, e causas totalmente diversas das de que se haviãõ tractado, e que se- haviãõ decidido- na primeira embargada, ou appeflada Sentença; e sobre esses novos fundamentos ou causas decidio a segunda: Porque a esse respeito, e de novo gravame fica sendo a primeira Sentença, que se não pôde dizer conforme com a antecedente, nem os Embargos sãõ segundos, mas os primeiros a esse respeito, Salgad. supra proxrtne, Hontalb. de Jur.

Superv. Q. li. o. 117. et 118. et Q. 12. n. 99. et loo., Ainat. Variar. Resol. 6. n. II., et n. 14. et 15., aonde « *quando ex Sententia novutn dicatur illatum grava-* " *men inteliigas procedere, quando in secunda Sen-« tentia ultima opponeretur aliqua declaralio, mode-« ratto, vel adjectto, cum íamen euper Ma nova adje ■ « cthne non/uerü in pr&cedenpi Sénimtia a et um ta-« cite, vel expresse, sed sèlttm hoc in ultima Senten-« tia fuerit deffinitum. Item quando dieta nova adje-« ctio inferi novum gravamen, et nonalíteüL. Quod « cuidem intelligitur, ut «dettír 'secunda vetnsia quoad " illam adjectionem taníu.m^pe^úuetmrmfeiftur novum " grava men » ele. • »i * Ü n»vv>n«o.> ih >v «*

N<rta 60í.obfiJi£qe mo fñiè}

1. Debaixo da linha 296. *t= fierterice u conhecimento dos Embargos ao Jüüz;-qu& dwfa-SeTtíMflçrii ou ao seu Successor* = discorreio ísou sã ladtMtfá \$el me nte com a individual expos-rçãoi,¹ esapptí&gf So^desta regra ém variedade <ie casos ■*- Bsta^e^mtídTeito he a regra geral da nossa Legislação, li cg. H9y deChan-cell., Ord. L I. T. 30. f finfcuLJteif/IVtfí. *f 10., Tit. 63. §.4 6 5, L. a. T.-i9W\$.> 3. e Htíjü., 5. T. 138. §. 4. ad fin., Moraes- de ■KxecAL. 6. C. 5. n. 37.: Regra,' que ampliando-se aos Embargos oppostos na Chancellaria, Moraes supra se limita quando nella he .glossada pelo Chancellor a Sentença, caso em que a glossa he votada por outros Desembargadores (Not. 596. u. 5.)-

2. Também debaixo da mesma linha collocou, e arranjou justamente os Embargos de ob e-subre-pção, que na conformidade do Alvar, de 30 de Outubro de 1761 se devem remetter aos Tribunaes respectivos. d'onde emanarão as Cartas, Alvarás, Provisões, e Despachos embargados. O mesmo Alvará diz que esta remessa se faça « com suspensão,

« ou sem elia, *segundo o estado, em que se achar a*
 « execução das Cartas, Alvarás, Provisões, e Despa-
 « chos, conforme a prática, que nesta parte se ob-
 « serva. »> Sousa aqui nus explica, que *pelo simples*
cumpra-se do Juiz Executor não se entende começada
a execução da Provisão: Isto he certíssimo, e assim
 o vi julgado na Relação do Porto em 18 de Setem-
 bro de 1814, Juizeá -rn Câmara, Ribeiro Vieira,
 Torres, <A y>\ ■ V. obur>^ u- H

vô. Mas *om*[«quanto Sousa diz « que *em quanto u não*
começa tâ execução da Provisão deve-se dar « vista
 t»uspe*sivano e proptios Autos delia; *mas «depois de*
começada a executar-se, só se concede « vista em apartado
sem suspensão dos seus eflei-« tos n citando Gabedo,
FediQ, Pegfo e França: Nesta parte precisa Sousa de
 declaração, ou censura. Porque o Alvará .não faz
 talidistincção: JEUE manda lazer a<mmessa com suspensão,
 ou *6em>elln.,segundo o estado*il em.i<q u e se achar a
 execução, o conforme *a prática- que nesta pária ^e*
observa»

4. Oral o *Estado* pode ser antes dó principio; no
 ptrinç:pio, no progresso, ou fim da execução da Provisão;
 (A prática, com que o Alvará se conforma já¹ era esta: Se os
 Embargos se oppunhão antes da execução,. a. suspendião,
 SiJv. ad Ord. L. 3. T. 76. §. 3. n. 8,: Se depois no progresso
 da execução, que se não consumaiava em hura só acto,
 oppostos os Embargos, era o Embargante conservado DO
 estado, em que estava, quando pedio vista para os oppôr;
 Eis-aqui o sentido, em que falia Peg. 2. For. (citado por
 Sousa) Cap. 18. u. 61. ut ibi: *u Et Ínterim pars u*
conservalur in eo statu, quo erat, quando Cópia t< pelita
fuit ad opponendum contra rzscriplum» etc. Pela idêntica
 frase se explica o mesmo Peg. no Tom. 7. á Ord. no Regim.
 ao Tribun. Cap. 100.

n. 5., e na Tom. 12. á Ord. L. a. T. 43. iã pr, n. 4J.: Logo, tendo a execução da Provisão tracto eucce-sivo, ge os Embargos se oppõem antes de coosnoi-mada a sua execução., suspendem quanto ao futuro, conservando-se o Embargante no estado, em se estava quando oppoa os Embargos. E

9 6. Se eJleg se oppôera consummada, e perfeita já a execução (como quando ella consiste na immissão de huraa posse, ou em hum acto momentâneo), neste caso he o. claro sentido de Peg. a. for. Cap. 18. n. 50. e bt., que os Embargos nada podem suspender ; este he o mesmo sentido de-SiJ.v. áOrd, JL. 3. T. 76. §. 3. n. to., e do Repertor. debaixo da Conclusão = *Nulla he qualquer Carta t>u Alvará **» etc. ibi: Si tamen ipsiu.s Rescripti eflecttts *jam* subse* u cutus sit, *executinqe perfecta*; tone non suspendi* « tur ejus viriús.»

6.. Hum bello exemplo em que assim, e com estas diatincções se interpretou o Alvar, de 3o de Outubro de 1751, nos offereceo Aresto transcripto por França ad Mend, P. 2, L. 1. C. 3. n. té. pag.396. ut ibi:

« Aggravado foi o Aggravante pelo Desembar-« gador Conservador da Nação Harubürgueza em « lhe mandar dar vista em Auto apartado para era* <(bargos de obrepção, e subrepção ao Deer. foi <« 1815 : provendo-o em seu agravo, vistos os Au-« tos; e oomo os Embargos de obrepção/e subre-« peão *fazem suspender as, exeeuções das Provisões u xif) estado em que se achãa*: E, assim pedindo o « Ággçavante vista <Io Decreto foi. 181S., *ainda que ia se não suspendesse quanto ao. deposito, e entregado <■< Navio, que estava já executado*; pediado-se vista «< *paras* embargos de obcepção, e. subreposto, para o « que se devia mandar dar vista nos mesmos Autos, e « não por traslado :• Por Cajilo maodffo <^ae o Desem-

« bargador Conservador dos Hainburguezes mande « dar a vista pedida para os ditos Embargos *nos « mesmos Autos; ficando em seu vigor o deposito, e « entrega do Navio, qui se acha executado*, Lisboa « 19 de Agosto de 1752 (depois do dito Alvará) « Cunha, Doutor Pinheiro, Poroilie, Justiniano, Doü* « tor Figueiredo, w

1. Limita-se a si mesmo (*e ejt própria marte* sem Lei ou Doutor) Sousa, dizendo: «Tem prinoi* palmente lugar a suspensão, quando da execução da Provisão so seguiria damno irreparável.» Desejava eu, e desejarião os Pfiuedpientes, que Sousa exemplificasse aqui os casos particulares, a que possa ser applicaval a sua limitação: Se elia podesse seir pra~ ticavel, eu não vejo; similes jurídicos, senão ou os casos, em que o espolio sfe não purga nem restitue, em attenção ao damno irreparável, que seria oonse*- quente da sua restituição,- quaes os referidos por Silv. ad Ord. L. 3. T 48. ín rubr. n. I 13. 114., ou os casos figurados na Ord. L. 3. T. 69. §. I. e 2 ., ou por Moraes L. 6. C. 9» n. i24.: Mas aonde já mais Provisões sobre taes objectos, ou outros, cuja exe^l cução seja depois irreparável ?

8. Mais fundada he a minha, e contraria limita* ção gera]: «*Excepiio lurbida subreptionis, seu cum subreptio non est ciara, non potest retardare ex€cutio\ nem Lillerarum n etc.* Rosa de Executor. Litterar. Apostol. P. i. Cap. 6. n, 116.; E aqui era lugar próprio para a Questão incidente; Se he já mais allegavel a ob e subrepção, quando ao Direito, ou Provisão precedeu informação, ou Consulta ? Mas eu me reaieüo ao Repertor. debaixo das Conclusões = *Cartas impetradas de El-Rei com falsa informação—ele.* =Nutta he qualquer Carta, ou Alvará, etc, e ás beliiasimas Tenções transcriptas por França ad Mend. Arest. 22.

9. Debaixo da mesma linha = *Pertence o conhecimento dos Embargos ao' Juiz, que deo a Sentença, ou ao Successor*=e debaixo desta sua Nota ioge-rio Sousa, que opondo-se Embargos a algum Precatório, devem remetter-se ao Juiz deprecante, o não deve deites conhecer o deprecado, menos se fôr notória a incompetência do deprecante, ou a incurialidade do Precatório, etc. Em pouco disse muito. Com efleição, se o Precatório não vem curial, não tem o deprecado obrigação de o cumprir; e então he incurial: 1.*, se o Precatório não he passado com todos os requisitos da Ord. L. 3. T. I. §. f.º., L. 1. T. 21. §. 1.; isto he, se não he expresso o nome do Juiz deprecante, e do deprecado (menos quando o Precatório he geral), o nome de quem requer a citação, o uorae do citando, o lugar em que habita, em que lugar, e em que dia - deva comparecer, a causa, e o fim para que he citado, subscrição do deprecante, e transito pela Chancellaria (aonde a ha) etc. li faltando algum destes requisitos he incurial o Precatório, e não o deve o Juiz cumprir. Moraes de Exec. L. 6. Cap. 1. sub n. 48. i. = *Pr o resolu-tione* = Bagn. Cap 34. n. 6. 7. et a n. 93. cum seq. ubi optiroe: Conf. Peg. Tom. 13. ad Ord. L. 3. T. 1. §. 5., e veja-se Ferreir. Prat. Cr. Tr. 3. C. 7. a n. 27.

10. He incurial o Precatório: %.; quando o Juiz de graduação inferior ao deprecado- não antepõe o nome deste, e pospõe o seu próprio; ou, quando o Precatório he geral para todo o Reino, não antepõe todos os Magistrados delle superiores ao deprecante, Moraes supra n. 49., Peg. Tom. 13. ad Ord. L. 3. T. i. §. 5. a n. 70.

11. He incúria! o Precatório: 3.", se o deprecante usa de palavras imperativas: *mandamus*, et *impera-*

mus, porque deve usar das deprecativas *rogamus*, *requirimus*, *horta mur*, Cortead. Decis. 13. a o. 39. Bagn. Cap. 34. n. 2., e sempre se deve juntar a cJau-suia, que o deprecante fará o mesmo quando da parte do deprecadp fôr requerido, Cariev. de Jud. Tom.

1. Disp. 2. Q. 1. n. 42. et Q. 7. o. 766., Bagn. n. 3. Meu os que o Precatório não seja passado pelos Jui zes Superiores,-em nome do Reij porque se deve formalisar com palavras *imperativas*, Pereir. Dec. 2. n. 17. % J3&jqyt?u,SfBagn. supra n. 29., Mor. de Exec. L.'56yiG—lfi. a. Sêa , H

JIJ8., He incúria) 3." o Precatório, quando sendo fundadoi 0U.em>iPcpvissão de com missão da causa ao deprecante, ou em Jurisdicção particular deJie, ou em privilegie-da pessoa, que requer a citação para esse juizo, -ou em desaforamenio do R. para elle, etc, não' vem copiados no Precatório a Provisão, a Delegação, o Privilegio, a Escriptura, em que o Réo citando, se desajuisou, etc. Bagn. d. Cap. 84. n. 5-, et a n. 77.,-Peg. 2. Forens. Cap. li. a n. 7. jf. l)« *qua re*, et a u. 13., Parex. de Instrument. Edit. T.

2. Resol, 3. â n. 6. et 94.: E mesmo, se a Carla Precatória he requerida por algum como Procura dor tToutro, deve nelJa inserir-se o mandato procu-ratorio, Carleval. de Judie. Tom. 1. Disp. 2. Q. 1 n. 26., Bagn. n. 4.

f;i 13. He incúriaJ 4.', o Precatório do Juizo Eccle-siastico, em que implora o auxilio do braço Secular para a execução da sua Sentença, se não vem junta mente a copia dos Autos: Moraes de Exec L. 6. C. Jl. n. 29. Se porém um Juiz Secular depreca a ou tro a prisão de algum delinqüente, e remessa deJle não be necessário inserir no Precatório a copia da culpa, devassa, querella, ou denuncia; mas basta di zer no Precatório, que he delinqüente, sem ainda se *Pari. II.* F

expressir a qualidade do crime: Esta he a praxe *do* nosso Reino, que com Barbosa attesião Bagn. Cap. 1 34 ii, 46., Ferreir. Prat. Crim. .Tract. 3. C. 7. O. 26., Landim, de Syndicat. Tract. 2. Q. 13. n. i : Se porém esse delinqüente já tem segure, e o mostra ao Juiz deprecado, este lho pôd© guardar não executando a prisSo, Phaeb. 1. P. Ar. 135. sed. vid. eund. Phaeb. 2. P. Ar. 146. et 162. Bagn. supra n. 73.

J4. Com hum de três fundamentos se pôde embargar pelo citado a Carta Precatória: eu 1.º, por alguma das ditas incurialidades: ou 2.", com incompetência notória do Juiz deprecante: ou 3.", com matéria, que respeita a causa principal: Se pelo primeiro modo, he sem dúvida, que o depredado p,óde (se não he que deve) conhecer da incurialidade do Precatório opposta: se pelo segundo modo., e do defeito de Jurisdicção do deprecante para conhecer da causa consta notoriamente, lambem o depreeado pá* de (imò deve) conhecer da incompetência, pelas razões, que bem ponderão Moraes de Exec. JL. 6. Cap. 1 n. 48. f, *Secundus.*, optime Bagn. Cap. 34, a o. 77. ad a. 8&., Peg. 2. Foreaas, Cap. 11. a n. 7. : e se I- remette estes Embargos ao deprecante pode o Embarga u te agravar desse Despacho, como muitas vezes se vê julgado no mesmo Peg. pag. 796.. 797., e o segue Bagn. n. 83.: Cessando nestes casos a regra, que òs Embargos se devem remetter ao deprecante, de qua Peg. n. 6., Bagn. n. 86. Se pelo terceiro modo; he sem duvida, que os Embargos se devem remetter ao deprecante, Moraes *jf. T-eHius**

I Noia : Se a Carta cita to ri a provera dos Juí- zos das Correições do Civel com o pretexto de privilegio do requerente; e o R. embarga, ou arguindo, que o requerente se não qualifica em

termos cora o affectado privilegio; ou ai lega o próprio prevalescente, ou por igual em quali-I datle de Réo, ou maior, etc, be hoje estilo, re-I raettidos (como sem dúvida devem remetter-■ se) estes Embargos áquelles JuíZOS, rejeitarem -pi se, por mais concludentes, que sejam, com direito salvo l.ara opporem sua matéria por ex-cèpção declinatoria, ou de incompetência : E isto talvez pela razão, de que- taes* excepções se devem propor perante os Juizes*, cuja juris-dicção se declina, assim como a recusação, etc: *M*

E por isso a minha nova pratica, depois deste I novo estilo, he protestar na Carta (pedindo vis-j-i ta delia), oppôr no Juízo Superior a e.xcepção P declinatoria, e de incompetência, e deixar de embargar.

Muitas vezes nas Cartas*, que não são desses respeitáveis Juizes, escrevem os Escrivães, que oppondo-se Embargos de qualquer qualidade, se remettão, etc. Taes formulários, attribui-dos aos Escrivães, que não são superiores ao Direito, não se devem atlender, ex Cabed. I. P, I Decis. 5 n. 3.:

Dos Embargos- oppostos ás exe-J © cuções das Sentenças, quando depreçada a sua p execução, se tracta, e tractará na Nota 885.

Nota €03.' 1. Debaixo da linha = *Sendo relevante os Embargos são recebidos para se confessarem,, ou contes -tarem—* cumulou Sousa tudo quanto se podia dizer. Aqui prescrev-eo com os Praxistas a ordem dal impugnação dos Embargos, ou sustentação delles. Depois passa a discorrer, quando relevante eadmissível, ou irrelevante, e inadmissível a matéria d os Embargos : *Só lhe esqueceu dizer que não he mate-*

F 2

ria velha aquella, que não foi deduzida por artigos, mas só proposta era Petições de agravos, ou Alle-gações jurídicas, Phaeb 2. P. Ar. 92., Silv. ad Ord. L. 3. T. 87. §. 7. n. 4., França ad Mend. P. 1. L. 3. C 3. n. 96. Faltou-lhe dizer, que são receptíveis os Embargos, ainda que em parle formados de matéria velha, quando esta de novo se clarifica melhor, e se faz mais attendivel -eem algumas novas allega-das, e :Cori0ÍfiBgntes circumslancias, ex Phaeb. supra, Sil*.-supra n. 3., Osotíude Palroo. Reg. Resol. 64. rfiiM^ Arouopyâ L?T\$.iql.*M'ífr^de6düSt>-et jur.J Maced. &e<i. 57. n. 2 Fatftoudhe'dfceiU/ que se reputa matéria nova, sobre-ique deve haver nofas provas, *usi ariiculi contineam fnat€f*ii/irrt"matfÍG ipeciji-« cam et dislindam, non solum in corlice verborum, « sed circa subslanliam »* etc. Hontalb. de Jur. Su-perv. ToiDJ<t. Q. 10. mU7JjiSabelk §v Remissoria n. 7., Pacichell. post TrÁcti.' dfc Distant. Dec. gp.oò. 6., Ridolfin. in Prax. Roman flCur.>ifóup. Cap. 12. n. J2G.

2. Que devão reGeber-«e Embargos relevantes, ainda que logo não venhão provados, não ha principio mais natural: mas lá está a Lei de 22 de Dezembro de 1761, que no Tit. 3. §. 6., manda logo provar em 10 dias a defeza dos devedores do Erário com Documentos. Quando hum Feito se faz Sum-mario logo se diz de facto e de direito. Que ao Em-bargante mais propriamente excipiente (Not. 592. n. 9. e 10.) incumba a prova do seu allegado, he a regra; mas ella tem as fallencias expostas nas Notas 313. e 416.: Que quando os Embargos sem dependência de outras provas se verificão pelas dos autos junctas as disposições do Direito, se devão receber e julgar provados, sim he na praxe admittido; mas o foi com erro, ou equidade cerebrina: Pois nesse

supposlo *não* estava lá aberta a porta para o remédio ordinário da appellação ? Só se a Causa cabe na alçada do Juiz, e falta aquelle remédio ordinário. I 3. Esse brocardico === *Não se diz matéria velha a que foi recebida sem que lhe desse prova* == assim absoluto haverá caso, que degenere em erro, e iniquidade : Se essa matéria foi rejeitada, porque opposta *preposteradamente*, ou *incompetentemente*; sim será admissível, quando opposta por Embargos em tempo opportuno, ei competentemente, sendo aliás relevante; mas se, ella fpi recebida, e o articulante a nao provou; e entio, ou fp i j u s t a m e n t e * lançado de prova, e não lhe resta mais lugar a aJlega-la para a provar, ou produzio sobre ella testemunhas e não a provou : então peor um pouco.

II*

I

I • Se o articulante foi justamente lançado
I de provas que razão pôde ha Ver para se lhe ad-mittir a me9ma matéria por Embargos? Não poderia elle por este modo ludibriar o juizo? E que direi se n;3o embargou, podendo, o lançamento? Só pois, no meu arbítrio, pôde ser pra-ticavel este brocardico, allegando-se com essa matéria (aJlegada huma vez e não provada) juntamente o justo impedimento, que teve para a não provar no termo probatório; e o legal impedimento que teve para não embargar o lan-i I çamento: Quem nos certifica que (na falta da I prova destes impedimentos) não achou teste-■ raunhas, com que provasse o que queria; que por isso deixou de dar prova, e que depois as achou corruptas? A Ord. L. 3. T. 87. §. j. no fim he geral = se já na causa principal não fora o *allegados* —et §. 7.=föramjá *allegados*~§. 8. — nunca *forão allegados*. = A Lei não quer re-

petição do matéria por Embargos; batia que H *i já fosse allegada, fosse ou uão provada. Huma Lei assim geral nao sofre tal **dislinçião**: A **Ord.** L. 3. T. 95. no princip, não faz argumento; porque, se na revista adoulle a arguição da falsidade *não recebida.*, eu supponho aqui recebidos os artigos, a que se hão deo prova, excludo no pi *ti. n. 00* que nunca forão recebido»: Só pois com a minha declaração» se pôde praticar o bro-cardico.

4. Também não posso soffrir o outro = *Não se diz matéria velha, a que he Consistente em Direito* = Valha-me Deos com tanto erro dos Praxistas! Esse Direito não he elle mais velho ? Ou esse Direito se aiiegou já, e seria uma repetição reprovada: se se não aiiegou, o Juiz o devia supprir: se o não sup-prio, ou o ignorava, não estava Já o remédio orai-' nario da appellação ? Só será descolpavet a brocar-dico, se a causa lie inappellavel por não haver outro remédio, e para que o Juiz que ignorava, e não sup-prio esse Direito, o saiba, e applique como deve

Nota 603. *Que os Embargos recebidos se pmcessão tumma-riamenie*, diz Sousa no §. 297.: Os DO. editados nesta Nota, e Assento referido, fali ao dos Embargos na l Chancellarra, e estes são os que nũo podem addir-ae. Os .Embargos seguem a natureza da Causa, em que se oppõem; se he suminaria, se proeessão summa-ri a mente; se ordinária, ordinariamente : se a Causa principia por preceito penal (que hoje a pratica extravagantemente adinitle em muitos casos) ese embar-ga, tem **este»** Embargos procedimento ordinário, So-lan. **Cog.** 69. n. 4. use o preceito be fundado na Ord.

(«*)

L. 3. T. 78. §. 4^M he essencialmente posseásorio; e, ajuda que se embargue, os Embargos se devera converter em contestação, como mostro no meu Tr. dos Remed. possessor. a §. 98., e §. IoI. na Nota.

I Nota 604.

I. Que os Embargos são regularmente hum remédio suspensivo, melhor o prova Mor. de Exec. JL. 6. Cap. 9. n. 122.: Esta regra se amplia aos Embargos oppostos á via executiva, quando esta procede pela natureza da cousa, ou privilegio; pois igualmente suspendam essa execução. Veja-se o meu Tract. do Dir. Eraphyt. §. 1274., e no §. 1279., aonde as muitas diflerenças entre esse procedimento embargado, e o por Sentença coocleninatoria. Alem das limitações lembradas por .Soa-sa, pocle limitar-se a regra no raso da Grd. L. 3 T. 21», quando os Embargos se não provão plenamente nos dez dias. Eu limitaria jjlaüsiy.eáoinen.Le a mesma negra no caso, em que são oppostos a alguma Sentença só no devolutivo apneldavel : Porque o jemedio da appellação be o mais antigo, e ordinário em Not 592. n. 2. * o meio, ou remédio de Embargos não he tão eÉ&eâ-z, como o da apipeUação; antes» mais débil: e por isso se «rá « *excepiionis concedendum non est, quod remédio ap~ a pellaüonis non permütiur; cum debüius sit remete dittm exoeptionis, quam appellatíonis; nec est con-Í cedendum una via, quod per aliam denegalur; »* he conseqüente, que se a appellação não suspenderia, se se interpozesse, a execução dessa Sentença; também não o remédio mais débil de Embargos: o que bem se confirma com os Similes da Ord. JL. 3. T. 86. §. 3-, e L. 4. T. 96. §. 22 , aonde no effeito de não suspenderem os Embargos são paralelos com a appellação nos casos, em que esta não suspende* ria se se interpozesse.

K («)

I Das mais limitações aqui indicadas por Sousa tracta *elle* no seu próprio e competente lugar nas notas 878. e seguintes.

I ARTIGO II. I

Das appellações.

foi Nota 606. w

Tendo escripto das Appellações e Aggravos magistralmente Sousa nesta 2.* Parte, e ex professo *o ur.* Antônio Joaquim de Gouvea Pinto no seu Manual de Appellações e Aggravos, parece supérfluo (e na realidade o he) notar eu, e addicionar Sousa nestes Artigos; nem haverá muito, que addicionar; porque ambos estes *DD. omne tulerunt punctum:* Porem, e por não faltar ao projecto, que me propuz, não o mil tirei algumas addiciuneulas; e antes, como em prenoções scientificas (bem que pouco necessária* no Foro), mostrarei a origem e progressos das Appellações e Aggravos, conforme o Direito Civil; conforme o Canonico, e conforme o Pátrio, que teve em grande parte por fontes estes Direitos, e de todos formou particular systema.

SECCÃO I.

Origem, e progressos das appellações, conforme o Direito Romano.

A Republica, Romana, em quanto livre, nos juízos particulares eram raras as Appellações ; e os Tribunos da plebe intercedião, para que não houvesse Aoções (como hoje na França os Juizes da Paz peli^j.QçvLy do I^ocedim. Civ. T. 2.): Nos Juízos públicos, .appellava-se para q Povo. No tempo dos Césares cresceu a faculdade de appellar. Augusto delegou ©. conhecimento das Appellações ao Perfeito da Cidade: Caligula as prohibio, mas durou pouco a prohibição. Nero com min o ai pena ao que appel-lasse, e succumbisse: Outra vez as Appellações se commetterãoao Perfeito da Cidade, e deste finalmente se appellava para o Príncipe, ou para quem o Príncipe delegava; Stryk. Vol. 12. Disp. I. de Process. jur. Rom. anliq. Cap. 6. a n. I. ad 12.

2. A ordem de Appeliação era esta: Proferida a Sentença, ou logo nos Autos se interpunha a Appeliação, e bastava dizer = *Apello* =, ou se oppunha em letras appellatorias na causa própria no seguinte; na alheia ate o 3." dia. As letras appellatorias con-tiuhão por escripto quem appellava, contra quem, e cie que Sentença; e assim se entregava© ao Juiz, de que se appellava, que era obrigado recebe-las, sob pena de 50 pesos de curo. Interposta assim a Appeliação, o Juiz dava os Libellos demissorios, vulgo *Apóstolos* • para o Magistrado, para quem se appellava, os quaes eriio concebidos assim — *Appellavit*

Parte II.

6

Lucius Tilius Sententia, quas inter, et adversarium ejus dicla est=, os quaes o Appellante devia pedir *ins-lanter et sapius* dentro de cinco dias contados do da Appellação, receber, e entregar: O que neste termo os não pedia, era repellido da Appellação por pres-aipção, Stryk. supra a n. í4.

- Esta palavra *Apóstolos* provém de huma palavra Gregay o mesmo que na Latina *mulo; quasi apostou sinl lierce, qute miiluntur ad It**-

I *periares judiccs a judkibus inferioribus*, Fragosí de Regim., Reip. P. I. JL &; Disp. 24. §. i. n.

I 58., Vical. bocVerb., Pereir. in Elucidai, n. 1266.; Cartas *dimissoriaes*, as denomina Boehm. ad Decret. L. 2. T. 28. §. 3i.: Dividem-sc em

I Cartas *dimissoriaes, reverenciaes, refualorias*, etc, Fragos. supra, e destes largamente traeta-rei na Secção Jit; porque hoje praticados, ao* gundo o Direito Canonico, aá no Foro Eccle-siastico., Conf. Mell. L. 4.T. 23. §. io., Digei*.
L. 49. T. *.

3. Depoia de recebidos os Apóstolos devia o Appellante caucionar com penhores, ou fiadores, pagar certa pena se não vencesse no juizo Superior: Se era possuidor do prédio,, que foi condemnado dimil-tir, logo os fructos se sequestrão (veja-se a notável L. 21. §. 3. fi* de Appellal.: No juizo Superior se justi-ficavão as causas da Appellação: e se esta se pronunciava injusta, era o AppellaMe condemnado (alem da caucionada pena) era quádruplo em todas as des-pezas, que o Adversário tivssse feito, e a causa se remettia ao Juiz inferior para executar a Sentença: L. 2. Cod. de Episcop. audient., Stryk vol. 12 d. Disp. I. C. 6.. a n, 20., Conf. Voei. ad Pand. L. 3. T. 6. n.

(«O

8 et 9., Rajvard. L. 5. variar. Cap. 10., Rrísson. An-tiqu.il. L. 2. C. 18. (Estas penas ainda eslão em uso na Hollandar Voet. acl Pand. L. 3.T fi. n. 0., na Alemanha Stryk. us. mod. JL. 49. T. I. §. 18. et Vc4. 0. Disp. 30. C. I. a A 44.) e na França Domat. Supptem. ao D ir. Publ. pag. I7C art. 7.

4. Não era permillido appellar de todos os Magistrados para o Príncipe, nem de toda a causa: Porque (1) era prohibido appellar do Senado em razão de serem os Senadores huma parte do Corpo do Prin-Icípe: (2) do Juiz delegado pelo Príncipe debaixo da condição que deJle se não appellaria: (3) daquelle Juiz de que os litigantes caiaionavão, c^{ue} nãoappellarião : (4)> do Prefeito do Pretorio; porque julgava o Príncipe que estes Prefeitos *ob singularem industriam, exploraía eorumâde et gravitate ad hujus officii magnitudinem adhibebunlur, non aliter judicaturus pro sapientia ac luce? dignitatm suas, ae si ipse for et judicaturus solus enim hic vere sacra vice judicabat; nec ulla maior post Principem polesíasfuit.* Stryk. supra n. 27, 28. %9ut Coaf. Stryk. (Pai) no ias. mod. L. 49. T. 2. §. I., aonde acerescenta que também se não podia appellar do Procurador do Sacro Palácio: outros mm Magistrados, de que se não podia appellar, refere (alem destes) Struv. Exerc. 50. thes. 6. V. Novell. 82. C. 12., NoveJk ti 9, C.ô.eô , Voet ad Pand. L. 49.T. 2i. sub n. i.

Ij 5. « Contra hujus (Prasfecti Praetorii)tamen Sen-« tentiam beneficio o* restitutionis ia integrara in-« troductum est; quod idcirco indulserunt Impera-« toies^ quia hujus petitione-, non Judicis iniquita-u. tem, sed se ipsum accusaret gravatas, dura erro-« ris proprii vertiam pe terei, aut adversam cürcum-« ventionem allegarefc. Atqrae bwc novo jure benefi-« dum supplicationis supvratdAilum-, quo grava-fcus, ut

u denuo causa cognosceretitr petebat; *cuitamen tanta u vis non erdt, ut Sententioe execulionem impedirei*, << sicut appellatio, nisi LibeJus Principi intra deceu» « diu offerretur, tum enim eo suspendebant, donec a victor, dañis fidejussoribus, ca» tio nem praestitisset, « restituendi, quanta foret condemnatio, si legítima « retractatione Sententia resolvatur: aliassi post de- « cendum cauio praestanda non erat, sed indístín- « te Sententia executioni mandabatur. Atqueexois tt facile intelligenda diflerentia inler Appellationem, u restitutionem in integrum, et Supplicatiouem * » Stryk. d. Vol. 12. Disp. i. C. 6. a n. 31.: Confirase Stryk. (Pai) us. mod. L. 49. T. 3. §. 6., Brunne- man. et Perez. in L. un. Cod. de Sentent. Praefect. Praetor. k » J

- O mesmo Stryk. Vol. J2. Disp. 24 C. 4. a n. "84. mostra as diferenças entre a *Appellação*, *Supplicação*, *Revista*, ou *restituição*, *in tnegrum*, contra as Sentenças, e os diversos efeitos destes recursos. A AppellaçSo já se sabe o que era: A *supplicação*, que também se diz
- I *reclamação*, he subrogada em lugar da Appel-
- I lação, quando pela eminência do Julgador (n. 4.) era illicila a AppellaçSo: A *revista*, diz o mesmo Stryk. d. C. 4. n. J. foi desconhecida por este Direito, e inventada pelas Nações f o que não profundou assim Sous. de Revisiun. Cap. 3. confundindo a *supplicação* com a *revi-*
- I sã; quando no Direito Romano não ha contra
- I as Sentenças outros recursos senão a *Appellação*,
- H a *restituição in integrum*, a *supplicação*. A mesma L. un. Cod. de Sentent. Praef. Praetor., que cita Sousa, falia da Supplicação, ut *ibi = Supplicandi.....Supplicandi eis tribuatur facul-*

to;;»O mesmo Stryk. d. C. 4. n. 42., faz difie-rença entre a revista, e a supplicação, e com effei to entre nós não faltão differetças entre hu-ma, e outra, como não dever affiançar a execução da Sentença o que a obteve na Casa da Sup-plicação, em quanto o Adversário pede revista, Pereir. Sous. de Revís. C. 44. (confessando no i n. 14., que nisto diflere a revista da suppJica-ç5o, e no.Cap. 9. indica outras diferenças); como não se deverem resiiluir fructos pelo vencido em gráo de revista; devendo os resiiluir o vencido na supplicaçãoj ainda que vencedor no Juizo inferior: Idem Sous. Cap. -93., etc.

6. Nem de toda a Causa era permittido appel-lar pelo Direito Romano (n. 4.) «Ob Causas quali-* talem (diz o cit Stryk. d. Diss. 1. d. C. 6. a n. 32.) «< non poterat appellari (1) si res diialionem non re-u cíperet, et ad utilitatem publicam pertineret, v. g., « de frumento in usum militum, in annonae subsidia u conlrahendo; quod vulgo ad causam alimentorum u privatis debitorum protrahunt. Barbos Cabed. « (2) Sententia vel nihil, vel parum noceat adversa• « rio, ut de testamento aperiendo; de haerede scripto « in possessionem mittendo (3) Sententia tribuat id, « quod certo jure tribuitur. PJures apud interpretes u habentur, quarum 45. refert Marant., etc » Confira-se Stryk. (Pai) no us. mod. L. 49. T. 1. §. 9., aonde refere outros casos, mas declarando prohibida a Appellação só no devolutivo. li 7. Nos casos assim appellaveis, segundo o Direito Romano, devia o Juiz receber a Appellação, debaixo de graves penas se não a recebia, nos casos não exceptuados, L. 21. Cod de AppeJlat.: Desta de-negação havia segunda Appellação, ou recurso aoSu-

perior, para decidir se se devia ffeceavl». \$. e 6. \$ de Appella,t. L. 19. Çod. de Appella,k, Stryk.,l Voet., Boehm., et Struv. ad Pao4- X, 49. %. 5.

8. Devia interpor se por graduação para o Juiz unmediatamente Superior, e não omissio médio L 1. §• a- L. 21. in pr. et §. J. fi; 4e- AppellaL, t. 32. Cod. eorf.T, Novell 23. C. «. n. n. DI), ad Pand. JL. 4.9. T. 3 : Bem que se se errava, não se» frustrava a Appella.ç5o, mas se remeti »a a,® competente d L. I. §. 3. SL de Appell., L. ai. ia pr. et §. 1. ff. de Appellat.; e quaes nos Romano* erito os Superiores por graduação, bem os. re-lada Voet. ad Pand. L. 49 T. 3

9. << Illinl scíendnm est, inquit Uipian. in L. 8. << ff. de Appell eu.ni qui provocavit, non debere con-« Yiit.iai.4 ei, a quo appetfat.: Cate rum oportet eum " plecti: Et ita Divi fc-Ures Feseripseiiiiuit. Nullata-<< mpn injuria, inferiu* Jhuliçi, (acereecenta Stryk. us.l l« uipdj. L. 49. T. 4. \$. #.) qnamvis appeJJans: Senti, leojt.iani *miquam*, aul male judicatum esse dioat, « Brunne>m. ad d- L- B. ff iÜe AppelJ. D. 3. et in << Process. Civ-, Ç. 28. a 52- » Ganf. Ferreis, in Prax, Oria%.Tç. 1. C 2 n U.

10 Peto, Direito dio Digeslo.» o que defendia a causai pF<?pria devi-a ap,pellan dentre-de dois dias;- se em nome al;b.eio a defendia^ eoioo Procurados, devia appellap dentro; de três dias computados da publicação, da Sentença L. to. §. 1. ff*. de- Appellat., L. s. §, \$., L. 2. ff. Quando, appell. sit., et.intr. qu» tenop A Novelia 23. C. I. dei qi»e> foi tirada a Aqthenít. *Hodie autem* Çod. de AppelJat., coustiluio o termo de dez dias, indistinetamente: Este termo he ufcij, que só corre do di% dia noticia, e não corre contra o feerdeiro, em q.uantoi ignorante da Sentença: L fin. Codi. si pendeü,t. appelJat ; mas contínuo» q*ie

corre dá hora, em que se publicou, o'tí noticiou a Sentença, o neJle se Cdmprehetodern as ferias, ainda que solemnes, L. I. Cod. dê Fer., *ad omnia* Stryk. us. mod. L. 43. T. 4. §.], Mui. ad Struv. Exerc. 60. lhes. d. í Aínda que A Sentença seja condicional), não se espera o tempo do evento da condição, L. l. § 8. fl*. Quandi appell. \$il, 01 inlr. quas temp.: Não Corria porém o decêndio, se o vencido I em ia pôr justo medo comparecei perante o Juiz, L. I. § 7. tf eod. Tit.: Também contra o Lapso dos dez dias se concedia o beneficio da restituição por causas justas, JL. uli. ÍT. de in integf. festil., L. 7. §, í i. ff. de Minor. 25. an., *ad otnnia* Voei. ad Pand. L. 49. T. 4. n. 2.

3. 4.

1]. Os- tempos (que chamavão *Fataes* ») para levar, e prosegfír as Appellações interpostas, se as-signavão' c'o'tf forme as distancias das Magistraturas, que as havião do decidir, L. ult., et tot. T. Cod. de Tempor. èt reparat. appellat.; e se limitava o bien-nio para no Juiz o superior se fazerem terminar, com pena de findo esse tempo se frustrar a appeJiáção, L. ult. §. 4 d. T. *Auth. El quiappellat*: Veja-se Brun-l neman. a esta Authent. Cod. de Temp. Cl repar. AppeJI. L. 7. T. 63., o Perez ao mesmo Tit : (Porém esse armo, ou biennio estabelecido pelo Dir. Rom. paia no Juízo superior se terminarem as *Ap*-pellações, está abrogado pelo uso das Nações, huma vez que nesse Juízo se apresentem no fatal assigna do, Groennweg. de LL abrog. ad rubr Cod. de Temp; et repar. appell. Nem na Câmara Imperial- da Alie-manha Brunnem. na L. ult. Cod. de Temp. appell. a n. 9.)

- «Vocanlur *Faialia* appellationis, eo quod *u* si haec elabi sinantur, ãppeIJatio ejfficiatur

« deserta, et quasi moriatur, seu falo quodam-
 « modo extingualur. » Van-Esp. de J. E. P*
 3.T. IO. C. 2. n. 35. ' J

12. « *Appellatione interposita* (inquit Ulpian. « in L. 1. ff. Nihil innovar. appell. interpôs.) sive\ " *ea recepta sit, tunc non, medio tempore nihil in-u novari oportet; siquidem recepta fuit appellatio, * < quia recepta est: Si vero non est recepta, ne pra-«judicium fiat, quod deliberetur, ulrum recipienda « sit appellatio, an non sit. Recepta autem appellatione, tamdiu nihil erit innovandum, quamdiu « de appellatione fuerit pronuntiatum »*: Porque pela appellação se suspendia a Sentença L. 6. §. 1. ff. de his qui not. infam.: E os condemnados em degredo perpetuo, os privados da ordem Civil, em quanto pendia a appellação, se conservava no estado Civil; não eram repellidos dos Empregos, L. un. §. 2. 3. 4 ff. Nihil innovar. appell. interposita; não ncivão privados da facção testamentaria, L. 13. l§. ti 11 ff. Qui testam, facer. poss.; nem eram reputados infames, se a Sentença irrogava infâmia, L. 6. §. 1. ff. de His qui not. infam.: Eximia a appellaçSo ao Appellante da jurisdicção do Juiz nessa Causa, L. 3. Cod. de Appell.: Estes effeitos produzia a Appellação ainda contra o Fisco L. 6. Cod. de appel-fat. recipiend.

13. Não produzia porém a Sentença estes effeitos: quando a SenteDça continha diversas condemna-ções, e só de alguma se appellava; porque ficava exequível quanto áqueIJas, de que se não appellava, menos quando havia conexão, L. Appellanti pr. ff. Appell ; Cessava o attentado, ou revogação do innovado pendente appellação, naquelles actos continualortôs da posse antecedente, L. un. §. 4. ff. Nihil innovar.

appell interpôs.; nos juizos *momenlanecepossessionis*, JL. un. Cod; si de raoment. possess., se se appellava da execução L. ã. Cod. Quor. Appellat.: Não obs-tava a que no juizo superior se produzissem novos Documentos e provas, e novas razoes L. 6. §. i. e 2. Cod. de Appell, L. 4. Cod. de temp. et repa-rat. appell., etc. Veja-se ad L. un. ff. Nihil innovat: não se admittia também appellaçSo, si quis a paena JLegis appellet., L. Prospexit ff. Qui et a quib , L". si qua paena ff. de Verb. sign., nas causas, que não soffrião mora L. fin. ff. de Appell. recip., de três conformes L. uri. Cod. Ne lie. m un. ead. que caus. tert. provoc, etc.

Nota: Destas, e outras LL., e* por inferencias deduzirão os DD. os casos, em que a

- I appellação não suspende, e em que pendente
- I ella se podem executar as Sentenças; casos que se referirão em outro lugar.

14. O exposto procedia nas Appellações interpostas das Sentenças *Definitivas*: E quanto ás *Interlocutorias*: por Direito Romano era geralmente prohibida a Appellação das interlocutorias; porque o Juiz as podia revogar livremente; se não as revogava nunca passavão em julgado, e a Appellação da definitiva ia emendar os erros, ou gravames dellas: assim a L. Ifl. Cod. de Judie, a JL. 16. do Cod. Theodosian. de Appellat., a L. 3. do mesmo Cod. T. Qtiar. appell., a L. 14. ff. de Re judicat., a JL. 6. e 7. Cod. Commination. etc, a L. 7. Cod. de Sen-tent et interlocut.; e finalmente Justinian. na L. 36. Cod de Appellat. (restituida por Cujac. L. 12. Obs. 3.) tirou toda a duvida, ut ibi:

« Ópportet post omnem litem finiám tuuc ap-
Part. II H

" pellationem reddi. Neque enim iasditor quis, si " interea facta fuerit interlocutio, qua? illi denegetl " iufc compeñens i. e. vej tertiam- produciónem, vel " relictionem instrumendi, potest enSin .in appella-l " tione omnia denudare seu exercerei ne contra " medii temporis interlocuñionem data appêlJa.tioDel « mora iniciatur dilalionibus, saepe in eadeni causa << data appeilatione, et exam inata iterum ajio eapi-" tu Io ventila to, et iterum contra ipsum porrecl» << appeilatione. n

16. Só sim no mesmo Direito Romano se ad. mittia appellação das Sentenças *Interlocutorias*, que ou linhão força de Sentenças definitivas, como no caso da JL. 39, ÍT. de Minor., bem aolysada por Boehm. ad Decretai L. 2. T. 27. §. 4., tfu quando dellas era conseqüente hum dam no irreparável, L. 2. Cod. si peod. appeil., L. 2. Cod. ée Appell. recip., L. 18. Cod. Theod. Tit. Quar.appell. non rec.: outros casos se no tão, na L. 23. 37. e 43., juncta a L. 18. do mesmo Código Theodosian. (que vem a coincidir nas ditas duas limitações,,) ,J2 ainda que parece ohsta a generalidade da d. JL 36. Cod. de Appellat. o mesmo Buehmer. no §. 5, e 6., ,aXtri bue a Triboniano a mutilação de algumas palavras do Cod. Tfoeodosiano a esse respeito: a mesma conci-•linção com as ditas Leis faz Voei. ad Pand. L. 49. T. 1. ia. 42 , adisiillindo a Appellação da inlerlocu-toria <EòS djitQs dois casos, e .attestando ser esta a intelligencia e praxe na Hollanda: Conf. Stryk. us. mod. L. til. T. 1. §. 40., Struv. JSxerc. 49. lhes. 3. et ibí Muler. Lei. Y.: As mesmas Limitações do Direito Romano at-tingio o nosso Cod. Aflbnsin. L. 3. T. 80.

16. Quanto já Appellação *dos actos extrajudiciaes*: Esta que se define = *Provocalio á gravamine per judiciem vel parlem extra judiciam italo, vel*

infertndo =*=> ex Lynker. de Gravam. Extrajudic. C. I. Sect. I. §. 2.; ella, apesar do que quiz demonstrar o mesmo Lynker. Sect. 3., não tem fundamento algum no Direito Romano, como defendêo contra Lynker. Boehm. ac! Decretai. L. 2. T. 28. §. 2. pro-pondo»se mostrar, que a Appellação extrajudicial, que parece ter base na L. I. §. 2. e seguintes, Quand. appell. sit, e na L. 1. Cod. de Teinp. appell., não he propriamente Appellação, mas huma *querella simples; provocação ao Superior*, que nada tem de eu tu mu m com a Appellação, tanto, que *n&o* tem o *Jatai* de l« dias; não suspende, etc.

19. Porém 4o vejo -Slruv. fíxerc. 49. thes. 3., dando-lhe o nome de *appellação*, e não menos seu Addicionador Mu ler; dizendo que « Sic recte *appeí-lalwr* a suspensioe ab officio... a vocal iene ad mu-nera et honores, L. í-pr. et §. ff. de -vocal, et ex-cusat. muner,.. «delata lute-Ma, L. 17. §. I. ff. de Appell. et reJat., L. 2o. ff. de Admkiistr. et peric. tut., L. 4. ff. de Exectisat. Tut. etc.

Nota: Esta variedade *êe* Leis Romanas poz o nosso "Cod. AfTorasino em lal perplexidade que no L. 3. T. 80. no princip. escrevéo estas palavras: « Mas os Direitos Civis no m allarguain «tanto a facilidade do appellar, cá vos autos ** judiciais estabeleceram, que em certos casos •« podessem appellar dos interlocutorios, e em « outros nom: *e nos autos extrajudiciaes falia-« reim por desvairadas maneiras,*
h

18 Em fim: Por Direito Romano era prohi-bida terceira AppeMação, L. un. Cod. Ne lie. in i*o. ead. que caus.: E a primeira se devia interpor (ou a 2.*) para o Juízo Superior, que tivesse jurisdição

H 3

para o conhecimento da Causa, *h. J. §. 3. & de Appellat.*: do Delegado para o Delegante L. 82- §. 3. Cod. de Appell., isto quando se delegava ia causa particular; não assim quando se delegava universalidade de causas, L. I. ff. Quis a quo appell., Cavallar. Inst. Jur. Canon. P. 3. Cap. 33. §. 36. *M* 19. Por Direito Romano era commua a Appel-iação aos Litis-consortes interposta por hum delles, e ao Adversário, L. Aroplioem ult. Cod. de Appel-lat. Stryk. Vol. 5. Disp. 20. de Communionne Appel-lationis.

20. Por Direito Civil, todo o interessado pôde appeliar da Sentença, L. 4. ff. de Appellat.

21. Por Direito Romano na L. 1. §. 3. e 4., pôde o Príncipe delegar causa ou causas com a cláusula = *appellalione remota* = ; e fica prohibida a Appellação da Sentença do Delegado do Príncipe L. 1. §. 4. ff. A quibus appeliar. non Lie.

22. Por Direito Romano não passava o decen-dío para appeliar, ou se o Juiz se subtrahia,. e não dava copia de si para não ouvir a Appellação, ou se o Appellanle tinha justa causa de medo era comparecer, perante elle. L. 1. §. 7. et seq. ff. Quand. appell. sit., Mui. ad Slruv. Exerc. 50. thes. 9. pag. 1178. col. 2., Voet. ad Pand. L. 49. T. 4. n. 2.

K 23. Por Direito Romano aquelle, que pedia tempo para pagar o em que era condemnado, renunciava a Appellação, e acquiescia á Sentença, L. Ad solutionem 5. Cpd. de Re judicat.

24. Por Direito Romano o contumaz não pôde appeliar, L. 11. Cod. de Judie, L. 1. Cod. Quor. appell. non recip, L. 73. ff. de Judie, Allim. de Nullit. Tom. I. Rubr. 4. Q 8. ubi Jatissime.

(61) SECÇÃO

II.

*Origem, e progressos da Appellação com ampliação
dos casos do Direito Civil pelo Canonico no Foro
Epclesiastico ; e sua prática neste Juízo.*

_ abemos com Pleury fnst. Canon. P. 3. Cap. 23., e no seu Discurso Hístor. 4., com Dtipin. Dis-cipl. EccJes. Diss. 2., com Van Esp. de Jur. ECCJPS. P. 3. T. 10. Cap. 1., com Boehmer. a d Decretai. h. I. T. 29. §. 2. 3. 4., com Rieg. P. 2. a §. 1911., e com a Deduc. Chronolog. P. I. a §. 740. na grande Nota, e melhor com Cavallar. Instit. Jur. Canon. P. 3. Cap. 33., que nos primeiros Séculos da Igreja os Bispos com seus Presbyteros sentenciavão as causas: que raras erão as Appellações, e estas para o futuro Concilio Diocesano, que se fazia duas vezes no anno, ou para o Provincial: Que os Cânones dos Concilios de Nicea e Sardique; as falsas De-cretaes de Izidoro, incorporadas no Decreto de Gra-ciano franquearão, e introduzirão o uso (que passou Ia abuso) das Appellações para o Papa, e para as suas Delegações, etc. E ainda que o citado Bohe-mero morde (como Protestante) os Papas; contra esse e outros hereges defende a sua boa fé Cavallar. supra d. Cap. 33. a §. 15. digno de ser visto, depois dos mais Orthodoxos.

2. Entre tanto o certo he, que não se podendo, segundo o Direito Civil, appellar, senão nos dois casos, da Sentença interlocutoria (Sec. I. n. 16.); o Direito canonico antigo permittio a Appellação ge-

\

AT TT(o*)J⁷ TI

ralmente de toda a interlocutória, e em toda a causa por mais mínima que fosse; como se vê nas Deere-taes, que citão o mesmo Cavallar. §. 24., Van-Esp. P. 3. T. 10. Cap. 1. n. 12., Boehmer. ad Decretai. L. 2. T. 27. a §. 7.: O mesmo Direito Canonico, se nSo inventou (Sect. 1. 'n. 16. et 17.), estabelece© e fixou o uso das Appetiações dos autos extrajudí-ciaes, como se té nos muitos Textos, que cita e transcreve o citado Boehmero L. 2. T. 28. §. 2. et seq., Cavallar. supra §. 2. (aonde sem o citar, se aproxima a Boehmer.) Oonf. Van-Esp.' supra n. 12.

3. Esta freqüência das Appè'l facões, segundo o •Direito Canonico no Poro Ecclesiastico, occasionou, e fundamentou as justas queixas, que referem os mesmos Cavallar. §. 25., Van-Esp. a n. 13., Boehmer, ad Decretai. L. 2. T. 28. a §. 8. • 'até que no Con-cil. Trideritín. Sec. 24. de Fleformat. G. 2<© , te proscreverão todas essas - AJppeMações das interloGUt-o^rias, e só strict-arnentè se peruitttíráo aos dois casos em que as admiti ia o Direito Civil (Sect. 1. n. í>5.); o mesmo se confirmou pela Regr. 31. de OJiahCtel-laria Romana, que commentou Rigautio e Cavallar. supra "4- 26., VanMÊ&p. 'a n. 15 : Esta [disposição d'© Trídeht. se conformou com o Dír. Civil (Sec. I. n. 15.) como bem adVetftio Van-f3s'p. su'pr. n. 'T6. oom ffagnati.

Nota: Quaes sejam as Sentenças infeéplutor-iaã, que tem 'força de -definitivas, e 'quaes as que irrogão dawno irreparável tia definitiva, se mostrará no competente -lugar.

SpESEççÃo í-

*Em que concorda o Direito Cçtmoniça e Civil, quanto
ú forma, casos das suas compefencips, e
expediente das dppellqções.*

4. ConforíDO p Direi Io Canonico amigo, que de toda a interlocutoria admiltia. Appellação, devia es Ia ser interposta cora ps dez requisitos que reJa-tãp os DD. apud Rigant. ad Reg. 37., Çancejlar. a D. 35.: entre filies *IH%Q* dous os mais priucipaes, que a Appellação se iuterpozesse *in scriptis*. *O* que na sua interposição se expressasse a causa justa, provável, e verdadeira, que fundamentasse a mesma appellação como com Fagnan., Ridolfin., Gonzal., Passerin., e outros, Rigant. supra n. 36. et 37.: porém declara o mesmo Rigant. u. G4. que « JLicet ad *u* efíectuni, ut Appellatio adrnittatur a* siipplici inter-" locutoria requirantur ilia decora requisita, de qui-*u* bus supra n. 36. et 37., altamen conclusio est vera, « quando appellalur a mera interlocutor ia; secus *K* autem quando habet iila vim definitivas: et ratio « est, quia Sententia interlocutoria habens vim defi-*u* nitivae, *regulalur secundum naturam dcfinitivoc*, « *ejusque indollerri sorliiur*; unde nec expressio causa, *a* nec scriptura requirílur » etc. ■

5. As diferenças entre a Appellação da Sentença definitiva e da interlocutoria, mui.to bem as recapíulou, e demonstrou, Cavallar. Inst. Jur. Canon P. 3. Cap. 33. 4- 27., e em substancia se reduzem a estas: 1.^s, que a Appellação da definitiva produz effeito suspen.sj.vp; não assim a da interlocutoria, menos que ou não haja inhibitoria dp Juízo Superior, ou da execução não resulte damno irre-

(« 4)

paravel: 2.' Na appellação dà definitiva não he necessário exprimir a causa; bastando dizer *oppello*; na da interlocutoria he precisa a expressão da causa, porque como o Juiz a pôde revogar (não assim a definitiva) pode ser que vista ã causa a revogue, e quando não, o Superior: 3.*'A Appellação da definitiva, se sé fizer in contineuti (id est na audiência, escripta nos autos pelo Escrivão), para ser solem nêmetite interposta, basta 'a simples palavra *appello*; peto contrario a interposta da ihtèriocutO-na em todo o caso se deve propor *in scriptis*: 41* Quem appella da interlocutoria não pôde próseguir outras causas, mais que as expressas na Appellação; e pelo contrário o que appèlia dá definitiva, pode depois cumular e proseguir outras: 5.* A Appellação da definitiva se pôde instruir com novas provas no juizo superior; não assim a da interlocutoria, que se deve decidir strictamente pelos autos : confira-se Boehm. ás Decretaes L. 2. C. 28. a §. 11. (do qual succou Cavallario, sem o citar, tudo o acima exposto.)

Nota : Depois de se vêr cote Rigant. (n. 4.) que se equiparão as Appellações das Sentenças, que tem 'força de definitivas, com as Appella-

I ções das que são por primjgenia natureza definitivas: Depois de se vêr (n. 3.), que hójé pelo Direito Canonico (dè que sò estou traclando) são inappellaveis todas as interlocutorias; menos as daquellas duas espécies; parecerá ocioso fazer eu aqui com Cavallar. (n. 8.) essas difle-renças: porém não parecerá assim quando eu

I desenvolver o svlsma da nossa Legislação, em quanto teve por fonte este Direito, e o Romano; e em quanto se apartou d'elle em parte, etc.

6. Se pelo Direito Romano se devia appellar dentro de dez dias, contados da noticia especifica da fôrma em que a Sentença foi proferida (Sec. J. n. 10); o mesmo estabeleceu Innocencio III. *no* Cap. 15. *H . de Sentent. et re judicat.*, e Bonifácio VIII. ampliou as Appellações *extrajudiciaes* para se deverem também interpor *em* dez dias, Cap. 8. de Appell. in 6.: Conf. Cavallar. supra §. 30., JBoelim. supra §. 28 , Constit. do Bisp. do Port., Regim. *do* Audil. Ecclesiast. §. 15 , Constit. da Bahia no mesmo Regim. a n. 228., Van-Esp. de Jur. Eccles. P. 3. T. 10. Cap. 2. §. *lie* 15., Gravin. Inst Canon. L. 3. T. 14.: Este era o I.º *Fatal*, que não observado, parecia a Appellação, ex Texlib. et DD. supra.

7. Pelo Direito Romano primitivo, se logo que publicada a Sentença definitiva na Audiência se appellava, bastava dizer ahi verbalmente *appello*; se se não appellava logo, era necessário propor-se por escripto na forma exposta Sec. 1 n. 2.: O Direito Canonico imitou o Civil, quanto á interposiçãto da definitiva, Boehmer. supra T. 28. §. 19. et §. 26., Const. do Port. supra n. I., em quanto (com muitos Text. e DD. marginalmente Catados) diz = Appel-m iando-se da Sentença definitiva na mesma Audien-*u* cia, em que *fôr* publicada, poderá nosso Vigário *u* Geral, ou quem Audiência fizer, logo deferir a « appe llação, e appellando-se depois da Audiência « *ex intervallo*, se intimará a Appellação por escri-« pto, e sem mais as Parles haverem vista se des-
pachará.» Const. da Bahia supra n. 229.: Conf. Van-Esp. supra §. 19. et 20 , aonde attestaser este o estilo das Cúrias Ecclesiasticas Mechlinenses.

8. Como porém o Direito Romano antigo não conheceu Appellações de interlocutorias; e o novís simo só as admittio nos dons casos (Sec. I. n 14. et

Part. II.

1

15.D.; como o Canônico antigo as admitia era; lodo o caso, o o novíssimo. as limitou áquelles dous (supra n.º 2.3.); aioida. nas destas Constituições do Port. B.º 2, e da. Bahia. n. 230., vemos restos da» aril *úgm.* sole mn idades, das Apellações das Interlocutorias (n. 4); pois dizem, as ditas Constituições uniformemente: « Eappellando-sede Interlocutoria, que « tenha força de definitiva, da qual conforme os *Gotí-* « cilio Tridentino se possa apellar, virá o Appellante até a primeira Audiência com sua apellação por escrito » etc.

- 1 Nota; Esta ainda ha a praxe hoelierna de todos os Auditórios Ecclesiasticos, (e ainda mesmo em, alguns, quanto as Apellações das definitivas): Erro manifesto, depois de se ver com Rigant., e mais DO. (n. 4.), que nesse doq,
- casos as Interlocutorias fraternizão na índole, o natureza com as definitivas,, quanto á Appellação de humas, e outras: é por isso basta a fôrma estabelecida pejo. Direito Canonico para a interposição das Apellações duas definitivas, ou apellar-se simplesmente de viva voz eoi Audien?
- I cia, escrevendo o Escrivão o termo da Appellação, ou fora da Audiência por escriptoioi Appellante.

9., por Direito Romano antigo pedia- o Appellante os Apóstolos reverend-jes ou Cai-tas dimisso-riaes (See. J. n. 2v) Não se pedem ,jamais nos Audi- torios Seculares por uso das Nações: Groennewégcn* de Legib. abrog. ad L. 6. Cod. de Appellat, Voet. ad Pand. L. 4B,T. 6. n. 2., Stryk., ibidem 4 1..f. *Com-ler um* ; GudeJin. de Jur. novissim; L. 4. C. 14., Van-Esp-. de Jur. Eeeles P. 3. T. iO.-Gap-. 2. n. - 29.: O-

Direito Canonico no Gap. 6. de Appellat. in 6., fez preciso que os Apóstolos se pedissem dentro de 30 dias, *inslanter scepius*, com comminação de se frustar a Appellação: Porém a Clementin. 2. eod. T, moderado aquelle rigor (não dispensando pedirem-se) permittio que se satisfazia pedindo-se *simul et único contexto*, nesta fôrma = Peto responderi de *Aposto-lis inslanter instantius inslantissime* = Van-Esp. supra a n.-24., Cavallar. §. 31-, Boehmer. ad Decretai. L. 2. T. 28. §. 80. Conf. JVIend. a Castr. P. I L. 2. C. 11. § 2. n. 0, et ibi Fraca n. 8. et í>.

. Nota: Attesla o mesmo Boehmer que assim se pratica no Foro Ecclesias tico da Ailemanha : Porém na França não se usão taes *Apóstolos*, ou Dimissoriaes, Fieury Inst- Jur. Eccles.

P. 3. Cap. 23.: Neste Reino vejo praticada a fôrma I antiga, prática que escrevêo o nosso Caminha de JLibeli. na An notação 65., debaixo da rubrica = A ppellação: = u Com o devido respeito, *salvo te júris nullilalis*, appella (o A., ou R.,)

da Senti tença para o nosso S. P. Papa, ou perante os " Senhores Desembargadores de tal Corte; *só t* em cuja protecção, e amparo pôe sua pessoa, « e bens* (estas palavras se oniiltem hoje), e pede I a os Apo&tolos *sape stepius sapissime, inslanter M inslunlius instantissime, simul et uno contextlu-*« £ outra vez os pede com as maiores instante cias, e afinçamento que pódeE. pede ao Es-« crivão lhe dê por.instrumento, e aos presente tes lhe sejam testemunhas.» <

As Constituições dos Bispados nos Regi" isentos dos Auditórios suppõe que deve prati" car-se esta fórmula: Seria melhor que esta fórmula se proscrevesse dos Auditórios Ecclesias"

tigos deste Reino, assim como se proscrevêo na França, só porque ahi o Edicto de 1677. T. 1. iart 1., de quo Van-Esp. supra n. 29. in fin, La Comoe Jurisprud. Canon. Verb. *Appeli* n. 7., mandou que os Juizes Ecclesiasticos observassem nos Processos Civis, e Criminaes as fôrmas [prescriptas pelas Ordenações do Reino: E queriKI duvidar que no nosso se deve praticar o mesmo, Veja Moraes de Exec. L. I. C 6 a u. 3.

A divisão dos Apóstolos em *convencionaes* (que se dão pelo Appellado ao Appellante, queira ou não o Juiz), *testimonias* (que dá o Notariuj e sSo Certidão de que se interpoz a AppelJação), *dimissoriaes* (que são o recebimento mesmo da Appellação pejo Jujz)^ *reve-reiiciaes* (quando o Juiz por nenhuma outra causa defere á Appellação, senão em reverencia ao Juizo Superior); *refutatorios* (quando o Juiz refuta a AppelJação) Stryk. us. mod. L. 49. T. 6. §. 2. Fragoz. de Regíra., ReTpubl. R. J. L. [8. Disp. 24. §. 1., ubi laiissime: Conf. Berrad. Jus Eccles. Tom. 1. Diss. 3. Cap. 3. pag. 84. col. i. (Edição de Veneza): Elles forão assim divididos só pelas opiniões dos DD.: Os *convencionaes*, e *testimonias*, não são .propriamente Apóstolos: Os *dtmissoriques* são raros, e só prati-caveis, quando a Sentença não he proferida pelo Juiz, de que se appeíia 4a Sentença: proferida por Collegio jurídico (V. Not. 56o. n. 3) contra a opinião do mesmo Juiz. Os *reverenciaes* são os mais frequentes. Os *refutatorios* ainda estão em uso, e se praificação contra as Appellaçô*es frivolas; nem os Juizes podem melhor sustentar a sua authoridade, que por estes refuta ri os. Assim Síryk. us. mod. L. 49. T. 6. sob §. 2.

(«)

« Quando se appellar do Vigário Geral, ou
u outro Juiz, que da Causa conhecer, (diz a cí-J

I « tada Const. do Parl. n. 3., e concorda a da
m « Bahia, com muitos DD. marginalmente cita-
« dos) se náio receber a appellação, se manda-
Íí rã o dar os Autos á Parte por Apóstolos *refu-*
u talorios, se os quizer levar; e se lhos não

B « derem nem mandarem dar por *refulatorios*,
■ « e a parte pedir Carta *tesiemunhavel*, o Viga -
« rio Geral, nou Juiz da Causa, lha mandará dar
« cora o theor de todos os Autos; e não lha
« mandando dar, o Escrivão do Feito lha dê
« sob pena do suspensão.» (Esta comminação

I prova ad Const. com a nossa Ord. L. j. T. 80. I \>.
JL ubi Peg n. 4, Leit de Jur. Lusit. Tr. I.

Q. & n. '123.) Conf. Cavallar, supr. sub §. 31.
ex d; Clement. 2., Van-Esp. de Jur. Eccles. . P. 3.
T. 10. Cap. t. n. 27., aonde juntamente

adverte que « *ordinarie appellatíoni deferen-*
■ « *dum j neque facile de refutatoriis esse res-*
« *pondendum j' praesertim si sit Sententía defi-*
« *nítiva de se appellabilis, quia de justitia Sen-*
« *tentiae jam latas ulterius ípse Judex a quo ju-*
« *dicare non potest; sed Judiei ad quem judi-*
tt cium permittere debet.» O citado Van-Esp.
n. 28., continua citando exemplos illustres.

Jo. Por Direito Romano, interposta a Appellação, e
pedidos os Apóstolos, assignava o Juiz, como *l.' Fatal*,
tempo para se presentar perante o Juiz Superior,
conforme a distancia dos lugares (Sect. I. §. ih): O
Direito Canonico imitou o Romano; porque recebida a
Appellação, e concedendo os Apóstolos, o Juiz assigna
tempo racionavel, como J." *Fatal* para se apresentar a
Appellação no Juízo supe-

rjor, Cal>. 4. 5. 6. 2.º fi., 3.º, x de Appellat., Clementin. 4. eod. Tit. Ca. vali ar. supra §. 32., Boehner. §. 31., Van-Esp. a §. 30., Constit. do Parl. mo Regi oi. cio Auditor. §. 6.º o. 4.: Este 1.º Fatal, ou dias assignados começa a correr do dia, em que se publicar, em Audiência o Despacho, que reeefee á Appellação, e assigna o primeiro Fatal; se a Parte, ou seu Procurador, fôr presente á publicação do Despacho, e não o sendo, o Escrivão o .notifica á Parte, ou seu Procurado^ e desse dia principia a correr o 1.º Fatal, Const. do Port. supra n. 12. com a L. Judicibus God. 4º Appelat., e com Marant, *Peregrin.*, e Scacc. marginalmente citados.

II. Neãte primeiro fatal assinado, e com Certidão da Appellação, e seu recebimento, deve o Appellante requerer ao Juízo Superior compulsória dos Autos, e inhibitoria ao Juiz a quo para não proceder *ad ulteriora*, JBoehroer. supra §. 32., Cavallar. §. 32., oo fim, Van-Esp. a a.) 89. >

. 12- « JS se passado o primeiro *Fatal* a Parte « pedir segundo, allegando. justo *impedimento*, por « onde não pode no termo do primeiro seguir sua «- appellação, constando delle que fez a devida dili-« gencia, ou con vindo ambas as Partes nisso, lhe i< será assignado segundo Fatal.» Constit. do Fort. supra n. 6. Concorda a da Bahia, citando o Cap. *Ex ratione* de Appell., a Clementin. *sicut* eod. Tit., a Auth. *Qui appellat*. Cod. de Tempor. appellat., Peregrin. 3. P. Seot. 3. n. 5., 6., Fragot. de Regim. Reip. P. 1. L. 8. Disp. 24. n. 204, aonde juneta* mente se pôde ver quaes são os impedimentos legas?, que excusão desta deserção por se não levar ao Juízo Superior a Appellação no i.* Fatal : Esta causa, ou impedimento, não deve ser leve, mas ju* ridico, Van-Esp. supra n. 43iF

13. Se dentro das Fataes não impetra-, e pre-senta a conipujatoria, faz citar a Parte, o leva ao Juiz Superior o Processo; e se assim: o não faz certo, cita se, para ver julgar, e se julga deserta a Appelação se não allegar, e provar legitimo impedimento, Van-Esp. supra a n. 44., Const. do Port. supra n. 7. et 8., Fragos. do Regim., Reip, P. I. L. 0. Disp. 24. §. II. ubi iatissime de *síppelfatione de** seria: Esta deserção,, depois de lecebida a Appelação, e assignado o Fatal, se deve requerer no Juízo Superior, Van-Esp. n. 44., Fragos. n. 195. *ri* 14. Pelo Direito Romano, pendente a Appelação (ou o tempo concedido para apjellar) nada se pôde innovar que não seja aientado, e se deva res-tituir, reppndo-se tudo no antecedente estado (Sect. 1. n. 12-): O Direito Canonico estabeleceo o mesmo no Cap. &6. M de Appelat., e no Cap. 7., eod. T. in 6., optime Van-Esp. de Jur. fíccles. P. a. T. jo. C. 3. tot., Cavallar. supra §. 34.) Boehmer. §. 36.

Se pelo Direito Civil todo o interessado pôde appelar (Sect. 1. n. 19.), também» peto' Canonico' C. 16. M de Elecl. \§ 15. Se pelo Direito Romano não»prodrjzião esse effeio as Sentenças proferidas nos casos enunciados na Sect. í. n. 13., e outros: O Direito Canonico nos espirituas o imitou denegando esse effeito suspen-sívo da execução da Sentença (l.) nas causas notórias Cap. 61. §. Porco x de Appellat., Cap. cum sit Romana §, fín. de Appell. ia 6.: (2.º) nas sobre dízimos Cap) 26. H de Decim. (conf. Mui. ad Struv. Exerc. 49. pag. 1167. col, 2.): (3.*) na appelação da Sentença interlocutoria,, em quanto não havia inbi-bição do Juiz Superior, Cap. 7. de Appellat. in 6. •: (4.*) na Appelação da Sentença da Éxcommunbão, proferida júris ordine servato, e que declara excom-

mungado o Réo C. 63. H de Appell-, C, 80. de Sen-tenl..., Excom. iri 6., não assim quando se ap. peia da Sentença, que só coinmina a excommunhão, Cap. 40. H de Appell. (conf. Ferrar. Verb. *Appellatio* a u. 15.) j (5.º) na Appellação interposta pelo Regular da Cor-recção do Superior, Cap 3. C. 26. x de Appelat. menos que não exceda o modo, e a Regra, Cap. 13. de Offic. Jud. Ordin., (V. Ferrar, supra n. 2.): (6.*) nas Appellações interpostas contra as deter-ininações dos Prelados, que tem por objecto a emenda, e correcção dos costumes,, Trident. Sess. 22. Cap. I. et a d omnia Cavallar. supra §. 34., Ferraria Verb. ■ Appelatio art. 6. oprime Van-Esp. de J. ES. Part. 3. T. JO. Cap. 3. omnino videndus: Outros casos reconta Cavallar. §. 4oi, em que o Direito Canon, prohibio a appellação; como quando o crime he notório, quando, o Réo confessou o crime, aliás provado, quando houve verdadeira contu-macia, quando se approvou a Sentença, quando se appella da execução, se não ha nella excesso, quando ha três conformes, etc.

* Esse Cap. 7. de Apipellat. in 6.* procedia nos termos do Dir. Canon, antigo, que admiti ia Appellação de toda a inlerloeutoria: Cessa porém hoje, em que sò se admite *em* dons casos (n. 3.); e nestes a Appellação fralerniza com I a da definitiva (n. 4.): Só sim esse Cap. pôde ser que fosse fonte das nossas Leis Pátrias, que não dão effeito suspenuivo aos Aggravos de instrumento interpostos de Interlocutorias nos permittidos casos,nem aos de Petição, em quanto não baixa Avocatorio do Juízo Superior.

Pelo Direito Romano era commua a Appella-

ção (Sect. 1. n. 18.) E lambem depois pelo Cano-nico, Cap. una Sententia 72. de Appellat. I 16. Se o Direito Romano prohibio as Appellia-ções *omisso médio* (Sect. I. n. 8.), o mesmo imitou o Papa Honorio III. no Cap. 66. x de Appellat.: concorda o Cap. I. §. 1. de Appell. in 6., pelas genuínas razões; que dá Cavailar. supra P. 3. C. 33. §. 37., Boehmer. §. 29., Van-Esp. Cap. 2. a n. 2.: mas prohibindo o Direito Civil appellar *omisso médio* lara o Príncipe, L. 21. ff. de Appellat.: o Direito Canonico se apartou do Civil nesta parte, per-mittindo a Appellação, *omisso médio* immediatalamente para o Papa, ou seu Legado, Cap. ult. x de For. compet., Cap. 7. et 64. w~de Appellat, Cap. 1. M de Offic. Legat.

Nota: As razões, que moverão os Papas a estabelecer estas Decretaes erão erradas, fundadas em Decretaes falsas, como demonstrarão Van-Esp. supr. a n. 6., Cavailar. P. 3 C. 33. §. 38., Estat. da Universid. L. 2. T. 4. C. I. §. 26. No Concilio de Basilea se estabeleceo que as taes Appellações para o Papa se decidissem por *Legados inpartibus*. Du Creux Secul. Christ.

M Tom 7. Sect. 15. art. 13. n. 4 , Miliot. Histor. Univers. Tom. 6. Epoc. 7. Cap. 7.: Na França nã*o pôde por tanto appellar-se para o Papa *omisso médio*: La-Conib. Verb. *Appel*. n. 1., Gibert. Corp. Jur. Canon. Tom. 3. pag. 478., Van-Esp. supra C. 6. a n. 6., e só por delegações, o mesmo La-Com b. Verb. — *Caus^ddegreees ou ren-*

m voyées in pafitibus. = Neste ReinVtemos a Carta Regia de 29 de Novembro de 1613. (Ind. Chronolcg. das LL. Tom. 1. pag. 44.) para se impedir que haja terceira instância em Roma Pari. II. K

nas Causas Ecclesiasticas, mas que para eTJãsj nomeie o Papa Juiz neste Reino. Apesar da repugnância dos Bispos, se estão praticando Appellações *omisso médio* para o Papa, na intelligencia, que o mesmo heappeilar para elle, que para o Nuncio, que pôde conhecer das Appeln Jações *omisso médio*. França ad Mend. P. I. L. 2.C. ii, r 5., SiJv. ad Ord, L. 3. T. 68. inrubr. art. 6. n. 21., ubi pluries judicatum. A opinião de Valasc Cons. 62. bẽ manifestamente errõnea, fundada em princípios falsos. A praxe e fõrma como o Nuncio commette as causas, se pode versem Peg. no Tract. de Compelerit. Cap. 74. Não deixo de notar, que nas Cartas reversaes ao Nuncio Arcebispo de Nicomedia no anno de 1744, e a outro Nuncio Arcebispo de Petra no anno de i 764, (transcriptas na Petic. de Recurs. no Tom. 2. das Prov. da Deduc. ChronoJ. pag. 212. e seguintes) não se vê restricto o poder de conhecer tias Appellações *omisso médio*, reco-inendando-se-lhe somente, que os Ministros que eleger para Legacia sejam em tudo hábeis, *para qtie os Prelados Ordinário» se não sinião, e queixem de que as suas Sentenças se revoqão por pessoas, em que folião os-requisitos referidos*: Estamos pois na mesma irresolução da Questão, se se pode, segundo o genuíno e puro Direito, appeIIar *omisso médio* para o Papa, abandonado o Metropolitano? A Praxe do Reino o admit-le: Eu não o disputo aqui; só digo, que he abuso, como está assentado na França ex La-Comb. 9erb. *Appel.*, e repugnão os Cânones citados por Gibert. Tom. 3. pag. 47*8. Sect. 4., apesar do que era contrario discoreo Berard. Tom. 1. a pag. 33.:
O Papa não he o que jul-

ga no seu Consistorio, são os Juizes que elege o Nuncio, e a que commette as causas: Ora: serão estes mais Sábios, que os dos Metropolitanos? Não são estes os Superiores im media tos dos Bispos? Por que foi a sua instituição na Igreja?
ff(Veja-se Silv. ad Ord. L. 3. T. 68. rubr. art. 5. a n. 43.

17. O Direito Romano prefénia tempo para no JUÍZO Superior se terminar a Appellação (Sect. I. In. II.) também o Canonico: Mas não está em uso: Vau-Esp. de Jur. Eccles. P. 3. T. 10. C. 2. a n. 30.,[#] Cavallar. supra § 33., assim como no Foro Secular.
(^{d m U})

18. O Direito Romano prohibia 3." Appellação (Sec. J. n. 17); também á sua imitação o Canonico, Cap. 39. et 65. x de Appellat., (menos que na segunda não se irrogasse novo grava me, He quo latissime Arnat. Variar. Resol. 6.) Confira-se Gibert. Corp. Jur. Canon. Tom. 3. pag. 478. Sect. 6., aonde outros muitos Cânones, Pragmáticas, e Concordatas.

19. Pelo Direito Romano se seqüestrava a posse dos bens de raiz detidos pelo vencido, pendente a Appellação (Sect. 1, n. 3.); também pelo Canonico, mas provada a dissipação, Cap. 3. H de Sequestr. possession.

20. Se pelo Direito Romano não podia appel-lar o Contaimaz (Sec. I. n. 23.), também não pelo Canonico: Cap. *Ei qui §. sunt eñiam* Caus. 2. Q. 6., Cap. de *Illicila* Caus. 24. Q. 3.

II 21. Por Direito Romano na L. 1. §. 4. ff. A quib. appellar. non licet, pôde o Príncipe delegar causas com a cláusula <= *Appcllatione remota* = (Sect. I. n. 20.) O Direito Canonico imitou também o Romano, delegando os Papas Causas com a dita clau-

K 2

sula inserida nos Rescriptos das Comissões, como se nota no C. J. x de Rescript, Cap. 15., 27., {£ *Si vero* x. de Offic. et Potest. Jud. Deleg., Cap. 18. 41. 62. 53. x de Appellat C. 4. de Arbitr., C. 5. de Pact., C. 6. x de For. compet. Cap. 10. x de Restit. Spoliat.

Bí 22. Entra pois aqui a famosa Questão: Se por esta cláusula, ou seja em Rescripto, ou em Lei geral, ou em Lei especial; se subentende absolutamente prohibida toda a Appellação, e lodo outro remédio, ou de nu 11 idade, ou de restituição *in inle-*

•*grutn*: Sobre isto escreverão largamente Boehm. ad Decretai. L. 2. T. 28. a §, 20., Stryk. VoJ. 3. Disp, 3. C. 4. a n. 32. et Vol. 7. Disp. 6. Cap. 2. §. 5., et ín 4Js. rood. L. 49. T. 2. §. 16., Begnudeli. Prax. Clau-sular., Apostolicar. a n. 6., aonde cita innumeraveis DO., Alümar. de Nulít. Tom. 1. Rubr. 5. Q. 37. a n. 45., Barbos, de Clausul. Claus. = *Jppellatione remota* = Brunneman. Diss. de *Appellatione Rescripto Principis remota*: Mu ler ad Struv. Exerc 60. thes. 6., Luc. Ferraris, Verbo *Appellatio* art. 6., et íbí Addítio, CavaJlar. Inst. Jur. Canon. P. 3. C. 33. §. 1. no fim, Silv. á Ord. L. 3. T. 68. rubr. art. 3. n. 6.

23. Estes e outros DD. assentão uniformemente (I.*) que esta cláusula sò obsla as AppellaçSes fri-yolas, e não quando a Sentença fae manifestamente injusta (o que bem se deduz do C. 63. H de Appellat., e do Cap. 9. x de Sentent. et interloc.) (2."}, que não ezclue tal cláusula, nem o remédio da re-cusação do Juiz: nem o remédio da restituição *in integrum*; nem a querella de nulidade: (3.º) que não obsta a que qualquer Terceiro prejudicado ap-pelle dessa Sentença: Confira-se além dos DD. citados Pereir. de Mang-Reg. Cap. 21. a n. 23., Portug.

de Donalion. L. 2. Cap. 33., a n. 33., Fragos. de Regi m. Reip. P. 1- L. 8. Disp. 24. §. 12. a n. 212. I 24. Por Direito Romano não passavam os dez dias para appellar. se o Juiz não dava copia de si, ou o Appellante tinha justo lemor de comparecer perante elJe (Sect. I n. 23.): O Direito Canonico em tal caso introduzio o remédio da Appellação *coram probo viro*, Cap. 10. M de Appellat. Veja-se JBoehmer. supra §. 27., optime Monacell. Fortn. Prat. For. Eccles. Tom. 2. Tit. 16. Form. 2., Barbos, in Cap. fin de Appelat. a n. 20. Late Silv. ad Ord. L. 3. T. 68. Rubr. art. 3. a n. 1J. B 26. Por Direito Romano he duvidoso (Sect. i. n. 16. 17.) Se os actos extrajudiciaes gravosos são appellaveis: no Direito Canonico vemos sem duvida, que são appellaveis, como no Cap. 6. M de Apel-Jat. no C. 8. de Appellat. in 6.*, na CJement. 3. eod. Tit, e mesmo no Cap. 12. M de Appel. especialmente se faz esta difierença entre o Civil, e o Canonico : exemplifica o d. Cap. 8. nas AppeJJações, que se interpõe das eleições, postulações, provisões, e quaesquer actos extrajudiciaes, em que qualquer se reputa gravado. Se o Direito Romano não prefinia tempo para se interporem, Boehm. ad De-cret. L. 2. C. 28. §. 2.: o Canonico na d. Ciemen-tin. 3. prescreve a ambas o fatal de dez dias; que a extrajudicial be Appellação *imprópria*, além de' Boehmer, o dizem .o Addicionador de Ferrar. Verb. Appellatio art. 1., *optime* Cavailar. Inst. Jur. Canon. P. 3. C. 33. §. 2. *videndus*.

Se o Direito Romano punia ao Appellante temerário (Sect. 1. n. 3.) também o 'Canonico no Can. 27. Caus. 2. Q. 6.

(*«;

SUBSECÇÃO Jf.

Appellação no Foro Ecclesiastico, de que o Direito Romano não teve idéa; introduzidas pelo Direito Canonico das Decretas, e pelo novíssimo em vários Casos.*

2G. Deixemos por supérfluo tractar das antigas Appellações interpostas das Sentenças dos Bispos para os futuros Synodos Diocesanos; dos Papas para os Concilios dos condemnados em uns para outros; interpostas dos Papas mal informados para mais bem informados; das interpostas para Christo no Valle de Josafat, etc. Tractemos das que são praticadas pelo Direito Canonico, e o novíssimo no JUÍZO Ecclesiastico.

27. Da Excomunhão pôde appellar-se pelo Direito Canonico em todo o caso; mas com esta differença, que sendo interposta de Sentença, que em processo júrís ordine sérvato declarou excommun-gado ao Réo; a sua Appellação só produz o effeito *devolutivo*, Cap. 8. M de Gffic. Ordinar. C. 63. §. I., x de Appel., Cap. 20. de Sentent. JSxcommun. in 6.: E quando a Sentença ou Mandato do Juízo Ecclesiastico só Commina a Excommunhão, he appeal-lavei em ambos os effeitos, Cap. 40. M de Appel-iat. Esta he a distincção dos Textos e DD. com os quaes Ferrar. Verb. Appellatio art. 5. à n. II. et 15., Vàn-Esp. de Censor. Cap. 8. §. 3-, et de Jur. Ecoles. P. 3. T. 10. Cap* 3. a n. 24., Salgad. de Reg. Pro-tect. P. 2. Cap. 5.: vide cum ampliacionibus, et limitationibus Silv. ad Ord. L. 3. T. 68. iu rubr. art. 7. a n. 36. .

Nota: Tudo o que o Direito Canonico a este respeito dispoz quanto á AppelJação interposta da excommunhão declarada, ou cora minada, procede sem diferença, quanto á AppelJação interposta da pena da *suspensão*, declarada, ou com minada, Salgad. supra a n. 54. et 102.: Suspensão, que he a censura mais ordinária imposta aos Clérigos, CavaJJar. Inst. Jur. Canon! P. 3. O. 43., Gibert. Corp. Jur. Canon. I Tora. 3. pag. 566.: bem que na suspensão do Beneficio (quando não só da Ordem) admite o

I Adicionador de Ferrar, d. art. 5. u. 4. a AppeiJação em ambos os effeitos com Murr. de U AppelJat. P. 1. Q. 17. n. 648. H

I 28. Das Sentenças dos Bispos era acto de Visitação, e que tem por fim a correcção dos costumes, ainda que se pôde appellar, esta appelJação só produz o effeito devolutivo, e não o suspensivo, Cap. *Licel*, Cap. *Irrefragabilis* de Oíf. Jud. Ordinar. Cap. *Ad nostram de Appell.*, Concil. Tridentin. Ses. 24. C. 10. ubi Barbos, n. 2., Rigant. ad Reg. 37. Can-cellar. n. 27., Benedict. de Sjnod. Dicecesan. L. 13. C. s. n. 12., Feriar. Verb. Appellatio art. 5. a n. 1. et 3., Silv. ad Ord. L. 3. T. 68. in rubr. art. 7. n. 61.

29. Porém esta regra se limita 1.º,-e tem effeito suspensivo a Appellação interposta do Decreto em visitação « *quando dicium decretum respicil alia ne-ut.gotia, quae nihil commune habenl cum cultu divino, « morumque correccionem.* » Addit. ad Ferrar, supr. n. 2., Luc. ad Concil. Trid. Disc. 5., Van-JEsp. de Jur. JEccles. P. 1. T. 17. Cap. 4. a n. 3., Silv. supra O. 63.

30. Limita-se 2.º « *quando Ordinarius excederei « modum in corrigendo; lunc enim licel subdilo ad*

«*utrumque effectum appellare.*» Cap. *De priore x . de Âppell., Cap» Super quæstionem §. Nos autem* de Off. delegat, Rigant, supra n. 29., Ferrar, supra D. 2., Fagnan. ad Cap. *Ad nostram* n. 11. de Appel-lat., Silv. supra n. 64., Peg. 2. For. C. 15. sub n. 188., *aut procedit removendo, aut privando*, Silv. n. 65., *seu contra exemplos*, Peg. supra.

31. Limita se 3.* *u quando Episcopus in causa « Visitationis seu Correctianis morum procedit com-« pilato processu, et servata tela judiciaria; tunc t< enim admitlitur appellatio etiam ad effectum sus-upensivum.*n Cap. 13. de Offic. Ordinar., Rigant. supra n. 30., Fagnan. supra n. l. l. et 14., Ferrar, supra o. 10., aonde assim o prova com buma Decisão, authorisada pelo Papa, e com outra Decisão Rigant. supra i». 31., Peg. supra n. 189.

Nota: O mesmo Benedict. de Synod. L.

J'.i 13. Cap. 5. n. 12. ampliando a regra (n. 26.) ao caso, em que se appella das Constituições Synodaes, que tem por fim a correcção dos costumes, se oppõe ás duas limitações D. 28. et 29., dizendo-as inapplicaveis á Appellação interposta de taes constituições: «*Hat quippe* (diz «*elle*) non se babent per modum peculians Sente tentiae, contra aliquem latas, cui sit praemit-<< tendus ordo judiciaes, sed sunt Leges uni-

I «*versim editas ad Cieri, populique mores cor-« rigendos, et reformandos, quas in suspensivo « appellationem prorsus excludere, scite consi-« derat Pignatell. Cons. 72. Tom. I.»* Porém Jul. Capon. Tom. 3. Discept. 167. C. f. n. 5. só admitte neste caso a Appellação no << *Devolutivo « sit Constitutio Synodalis sit jurídica,* » e Ton--dut. QQ. Beneficiai. P. I. Cap. II. n. 9. et 13.

I admiite appellação suspensiva de huma Constituição Synodal que impunha com injustiça a pena de excommunhão, citando huma Decisão
9 da Rota, que assim o julgou.

31. O Parocho, o Conego, e todo o que tem obrigação de residir, sè não reside, e he preceilado, que resida, sim pôde appellar, mas a Appellação só tem effeilo devolutivo, e não suspensivo, Cap. *Rela-tum*, Gap. *Conquerente* M . de Cler. non resid., Con-cjl. Trid. Sess. 23. C. 1. Barbos, de Pote-st. Episc. Alleg. 73. n 37., com muitos DD. Peg. 2. For. C. 16. n.-149. Rigrant. supra n. 32.: *Limita •porém o mesmo Rigrant.*, ut n. 33. ibi: *uQuod tamen non procedít, u. quando adest injuslitia mandati, quia nempe con-u currat legitima causa non residendi ob capitales « tnimicitias, vel alia a Jure approhata ; tunc enim «admiltiur appellatio, etiam ad effectum suspen-u sivum,»* Quaes Causas excusão da residência? Vide Ferrar. Verb. Canonicus art. 5. et Verb. Pa* rochus art. 2.

32. Aquelle, que perlande ordenar-se, se o Bispo o não, admiite ás primeiras* ou outras Ordens, he verdade que não pode appellar da denegação da Ordem; porque o Concii. Trid. Ses. 21. de Reform. Gap o deixa a seu arbítrio, o que também dispõe o Cap. *Ad aures* de Tempor. Ordin., Rigrant. supra n. 17., Benedict. de Synod. L. 12. Cap. 8. §. 4. Pôde porém recorrer, se não por via de appellação própria, por via de recurso ao Papa, ou Núncio (se tiver esse poder), que commetta ao Metropolitano, ou Bispo mais \ isinho, faça exigir do Bispo as causas justificas por que denega as Ordens; e que, não as dando legitimas, inste três vezes ao Bispo, que as confira, com a comminação de se conferirem pelo

Pari. 11

i

Metropolitano, ©o Bispo visinho: AgsífD com tnoitas declarações da Congregação dos interpretes doCon-^í»** o citado Riganl. a n. 18., Benedict. supra.

33. Se porém * agilur de Cleriris, qut ralionē « JBeneficiorum, quce obtinenl, vel alias sunl aretali « ad ordwem ahquem suscipiendutn; tunc a deiiega- * " tieme illius Ordinis admittitur nppetlatio ad Supe- * <tiore*ny «<? obstringitur Episcopus rejectionis cau-" sam concludenler probare; ne alias in illius cctbi-«trio su per denegationem Ordinis Beneficiar ium " itnplicite suo beneficio privarei Rigrant. supra fl. JO. Coní". Barbos, de Pot. Epieec. Ali. 4. «n. 66.,. Card. Petr, to CoftstijL. Apostól. Tom. I. pag. UíS. ri. 19. et 2o., JLuc. de ténetic. Disc, 71. a ti; 3. I 34. He muito freqüente nos Bispos fundados no Tridenl. Ses. 14. C. I. de Reformat. com a interpretação dâ Congregação apud Bened. de Synod: i-»- 12. C. 8. n. 3., suspenderem qualquer Clérigo ea: informata conscientia, sem eer ouvido, nem provas publicas. Não digo que o Tridenfrino nesta parte parece opposto ao Direito Natural canonisado na Ofd. L. 2. T, i. §. 13, e ao Divino no Genes. Cap. 3. bem analysado por Hermenegild. de Rox. do Inoom-pat. l\ 3. O. I. a n. 32. : Não os arguo com o mesmo Benedict. L. 12. C. 8. n. 6., que se devem ab's ter de taes suspensões; porque o Bispo, que as praticasse « qwmdam redolcret ambitionem; alquepotes-«-latis o&tentationem; ipseque Bpiseojnu traducvre-u lur veluti in super biam eltltus, quasi VelUt tantum « in suam Clemm sibi dorntnatum adslruere, (mi in « exosam degeneret iyrannidem.»» Veja-se¹ a feet»Ü© 4. a n, 73.

35. Digo sim ao meu propósito, que se de tail suspensão *ex informata conscientia* não ha oppella-H[o própria, ha bitm recurso lal, como o de que

faJlei no n. 31., corno se pôde "vêr na Addição a Ferrar. Verb. suspensio n. 16., aonde a fôrma, e a pratica deste recurso.

36: Edicladas, e postas em concurso as provisões das Igrejas da coilação ordinária, *QÜ* de Pa-droado Ecclesiastico, que desvão conferir-se áqueJJe, que no concurso se provar mais digno; ainda que alguns DD. fundados na generalidade do Concilio Trident. Ses. 24. Cap». 18., denegrirão Appellação ao concurrenle., que foi preterido- nesse concurso ; com tudo a torrente "dos DD. a admite, mias só no d evolutivo, Rigrant. ad Reg. 37., CancelJ. n. 89. Sobre este objeclo, e com varias disliiações se veção as resoluções da Congregação, autorisadas por Clemente XI., a Carla Encyclica de Bened. XIV., datada em 14 de Dezembro de 1742, depois da Bulla de Pio V., que principia = *In conferentiis* = datada em 1563, e tudo manuscripto em Rigrant. sobre a Regr. 37. da Cha/vcellar. a D. 107., e a n. 210., em Feriar. Verb. *Concursos: Vejêa-aQ* o> mesmo Ferrar., e Rigrant. supra a n. 89., e Benedict. de Synod. Dicecesan. í. 13. C. 9. a o. J9., lição indispensável; porque neste artigo tractão da disciplina mais moderna da Igreja. 37. Esta disposição do Concilio Ses. 24. Gap. 18. procede (para o dito fim de se receber a Appellação só no devolutivo) não só no caso, em que se appella da Provisão do Beneficio em concurso, mas quando se suscita controvérsia entre dons Apresentados pelos Padroeiros no mesmo Beneficio, ou. quando entre o Apresentado pelo Padroeiro, ou seja a Coroa, ou outro particular, e o Provido pelo Bispo, ou Cúria Romana; Pois em todo o caso sentenciada a Causa a favor de hnm dos Pertendentes, ainda que o outro appelle, a. appellação não tem e(feito suspensivo, e-o vencedor he immitlido na posse do Beneficio, como

L2

largamente se vê disputado, e decidido por Assento em Osor. de Pairou.. *Reg* "Resol. 99., aonde se vê confutada a opinião contraria; de qua etiarn Peg. 2. For. Gap. J5. sub n. 147., Barbos, de Paroch. C. 2. n. 147. Só sim se hum provido entra na posse; e. por Sentença proferida no Juizo da Appellação, he revogada a primeira, que o graduou no Beneficio, julgando-se a outro Conlendor; então se o vencido no Juízo Superior, e que estava íla posse appelia, tem a sua appellação eAfeito suspensrvo, e deve ser conservado até haverem contra elle três conformes : Este he o caso, em que procede a doutrina de Peg. supra, Garcia de Benefic. P. 6. C. 2. n. ist. '

28. Se o Apresentado por hum Padroeiro em tempo competente presenta ao Bispo a sua Apresentação para ser instituído no Beneficio, e o Bispo sendo o Beneficio *Curado* dilata a Collação por mais de dous mezes, pôde recorrer ou appellar para o Metropolitano: Porém se o Beneficio he *simples* pôde recorrer ao Metropolitano, ou Núncio, que assigna ao Bispo tempo competente para que o institua no Beneficio, quando o Ordinário sem justa causa dilata ' a Collação: Portug. de Donat. L. 3. C. 28. n. 166.-et 156., Barbos, de Potest. Epise. AH, 72. a n. 191., Bagn. Cap. 47. n. 37.

Nota: Outros muitos casos, em que as determinações do Juizo Ecclesiastico sim são appellaveís, mas só no devolutivo, conforme os muitos lugares do Concilio Trídentino, cummulou Benedioto XIV. na sua Constituição no 3.* das Kalendas de Abril de 1742, transcripta em Rigant. sobre a Regr. 37. da Chancell. pag. 205., alguns dos mesmos casos se veção em Ferrar. Verb. *Appellatio* art. t1ptq era Monacell

li> Forrou I. Frat. For. ficclee. Toro. 2. T. 16. For-mui. 2. a n. 7. pag. (roijji) 162. et 153.

I 39. A AppelJaeê *oh denegalam, vel proiraclam juslitiam*, também não teve origem fundamentai no Direito Civil Romano, mas só no Canonico, Boe-iroer. ad Pand. Tom. 0. Exerci l. 103. §. 36.: » Ainda -que he *Querei Ia*, ou *Recurso* ao Superior, he com tudo huma esperie de Appellação, Boebroer. supra sub §. 25.: Esta Querella, ou Appellação u define

O citado Boehmer. no §. 23. ul ibi: «*Est querella u denegata, vel protracle justitia remedium extraor-M dinarium, quo n, quibus implorantibus justitia evi-« denter fton administra tur in foro inferiori, vel ob u expressam denegationem, vel temporis Lege defi- u niti proíeiationem, in subsidiam deferunt causam « ad judicem immediate ■ Superior em, vel decisionis « vel promovendo; justitia; gr alia. »* Conf. Rigant. ad Reg. 37., Canceil. a n. 10. ibi: *u Sunt plures casus, " in quibus ad términos Júris Canonici appellare u licet ante Sententiam, existente causa legitima ; ille n est ex prcecipuis, quando Judex nimium causam «protrahendo, illam terminare negligat; lunc enim u permissa est appellatio a denegata justitia» etc.* Conf. Câncer. 3. var. C. 12. n. 216., n. 262.

1 * Bem que parece poder fundamentar-se
I na L. 12. Cod, de Judie : Vide infra §41.

40. O Concil. Trident. Ses. 24. de Reforro. C. 29. determinou que « Causas omnes ad fórum Eccle-« siasticum quoinodolibet pertinentes saltem infra « biennium a die motas Jitis tefminentur; alioquoib «< post itl spatium liberum sit Partibus, vel alteri « illarum Judices Superiores; alias tamen-compe-

t< tentes, adire, qui causam in eo stalu, quo fuerit *u* assumat, et quam primum terminari curent. »> Na conformidade do Concilio, e no Juizo Ecclesiastico he praticavel esta Apelação (e eu felizmente a tenho praticado); mas adverte o citado Rigí at. a n. 2., **que** « Ut locus sit appellationi a denegata *u* justitia ptura requiruntur (i) quod tempus praefixum sit elapsum ». (2) quod Judex sit in culpa « quia nempe noluerit, vel non curaverit intra biennium causam expediri; Si enim ob illius gravi-*tatem*, et qualitatem, vel ob exceptiones Partium, «*airt* ob infirmitatem aliudve legitimam irapedi-*mentum* non steterit per ipsum, quominus causa « dicto tempore decisa remanserit, tunc cessante *u* illius negligentia aut malitia, non erit locus appel-*lationi* a denegata justitia ** (3) quod praecedat «judiciales instantiae ter repetita pro expeditione *u* causae, in quarum singulis contineatur protestatio M appellationis a denegata justitia, et cum modo-*u* rato dierum intervallo inter unam, et alteram.» Conf. Monacell. in Formul. Prat. For. Ecclesiast. Toro. 2. T. 15. Form. 2. n. 5. **pag.** (mihi) 152.

• *a* In Gallia non debet expectari Japsus *u* biennium. Si enim ante illud tempus causa **sit** « in statu, ut decidi queat, Pars tertio juri-«*airt* dice monebit Judicem, et si post tertium mense *t* monitionem adhuc perseveret in mora de-*cidendi* causam, poterit Pars appellare tan-*quam* a denegata justitia, ipsumque Judicem *u* vocare in jus atque adversos ipsum conclu-*u* dere a d damna, et interesse, uti notat Clau-*u* dius FJeury, P. a. In st. Jur. Canon. Cap. *t.m* Ita Van Esp. de Jur. Eccles. P. 3. T. 7. Cap. *. *i*. 48.

« » M Karus aut nuilus >j< pene est hodie
 « (diz o mesmo Van-Esp. n. 47.) Decreti Jau-
 « jus usus... «olent causae etiam ad plures an-
 [« nos protraiii... faoile oslenderetur, quod non
 l « stefcerit per Judicem, quominus iníra dietam
 [rf tem pus causam definirei ; sed vel ob quali-
 t ■■< latem causae, vel cavillationes Parti um : qao
 « casu Decreto locum non esse declaravit Sa-
 « cr. .Congregai, teste Fagnan. ad Cap. 5. x .
 M Judie.»

>í< Quantas vezes Decorrem casos, em que
 seja pralicavej este recurso! Jsu sou testemu
 nha, e *aó o* não será quem não freqüentar o uso
 I do Foro: Muitas vezes para proferir faum inler-
 F íoculorio = *Vista a Parte* = estão os Autos me-
 f zes na mão dos Vigários Geraes: E q«e direi
 das definitivas? Dormem afaí anãos os Proces
 sos. O não uso deste recurso, ou Appellaçfio,
 <**■' se deve attribuir antes á ignorância dos Procu-
 redores, e letrados, como em semelhante caso
 diz Slryk. us. mod. no Discurs. Prelimín- §. 34.
 Os Juizes Ecclesiasticos devem ser os mais exa-
 I ctos, e promptos para a breve expedição, e des-
 I pachos das Causas, como bem declama o citado
 I Van-Esp. §. 46. e 47., mas debaldeclama.

W

41. O Card. de Luca no Tract. de Jurisdict.
 Disc. 68. n. 8. e 9., que seguio Zaul. aos Statut.
 Favent. Rubr. 7. L. 3. n. 15., ainda fez aqui numa
 diflêrença entre o caso de ser o Juiz muitas vezes
 instado para o breve expediente da Causa, e não
 I administrar Justiça,, e entre o caso de passar o
 I biennio : No primeiro assenta, que *antes dejindo o*
 I *biennio* prescripto pelo Tridentino se pôde appeIIar
 da retardada Justiça: No segundo mais sem duvida,

ainda sem interpelações, bastando a do Concilio, que lhe perfine esse termo; Contra Luc. se levanta Monacell. Formul. Prat. For. Eccles. Tom. 2. T. 16. Forra. 2. n. 5., e parece que o segue Rigant. supra n. 16.. *ita ut*, que se deve em todo o caso esperar o tempo assignado no Concilio: Eu sigo Luc., não só pelo uso da França (§. 39. Not.⁴), mas porque este remédio he inventado, não pela denegação da administração da Justiça, mas pela dilação, Boehmer. d. Exerc. 103 : Ora, o Juiz, que antes, de findos os dous annos dilata o Processo, apezar das instâncias repetidas da Parte, demorando-o tempos para deferir a qualquer leve requerimento, denega, e juntamente retarda a administração da Justiça, muito mais quando ha presumpção de que quer favorecer o Réo possuidor, Luc. supra n. 7. Ou a Parte está presa, como reconhece. ítigjaot. n.; II.

Nota: Na Franca, diz Lacombe Jurisprud. Canon. Verb. *Officinl* pag. .(mini) 5. Col. 2. que esta Appellação não compete para o Metropolitano ; mas por via de recurso,, para o Juizo da Coroa j porque (diz e.lle) os Vigários Geraes, que exercitão a JurisdicçSo contenciosa dos Bispos, não tem o exercício delia mais que do Rei; e por consequência, quando elles refutão administrar Justiça, ao Rei mesmo, ou a seus Juizes, he que seus Subditos devem providenciar-se para os obrigar, e isto por vÍajie appellação como de abuso (entre nos recursos); e assim o prova com num Aresto de 1701: Isto repete debaixo da palavra =» *Abus* = e debaixo da palavra = *Jurisdiction*. = Esta mesma razão se verifica no nosso Reino á vista dos Estat. da Univers. L. 2. T. 8. C 2. §, 29., e em

- I Hespaoha á vista dos Jeis que refere JBova-dijh. in Polit. L. 2. C. 17. n. 198.: Porém ainda que neste Reino se realisa a mesma razão, que na França fundamentou esse A resto, não vejo que em tal caso se recorra á Coroa, o que só attribuo, ou á ignorância (§. 39. Not. ••), ou
- I * á indistincta, e geral recepção do Trídentino. que preferio os dous annos, e fez competente o Metropolitano para conhecer dos recursos *ob retardatam justitiam*: Agora porém encontro Portug. de Don. L. 3. C. 31. n. 36. com Sai-gad. de Reg. Prot. P. 2. Cap. 17. n 31., fazem-
- I do de recurso á Coroa este caso.

42. ü exposto a §. 88. procede segando o Direito Canon ico, e nas cauas Ira ciadas no Foro Ec-clesiastico : *Quid vero nas tractadas no Secular ? JJoc opus, hic labor esí*: Eu vejo no Direito Romano a L. 12. Cod. de Judie, dizendo, ut ibi: *Omncx Magistralus, et divini Judices compendiose liles dect-dant, et siquis litigantium crebor compellentem judi-cem adiens, sine justa causa diffetatur, adeat Prin-cipent, auxiliam ab eo expeclans*. Eu vejo a L. 13. §. 8. punindo os Juizes, que instados não terminão as Causas em três annos, não só puniveis, mas su-brogados outros em seu lugar, até o ponto da remoção do Ôfficio feia L. 3. Cod. de Offic. Praefect. Praetor. Orient.

43. Eu vejo em Stryk. us mod. L. 49. T. 2 §. 6. num retalho da Bulla de ouro na Allemanha, que concedendo a alguns Príncipes o Privilegio de serem nos seus Domínios inappellaveís para a Câmara Im-períal, algumas causas ou Sentenças proferidas pelos seus Juizes, limitou o caso da Appellação pela dene-gação da Justiça, utibi: « In defectum verojustitia»,

Pari. II

M

« praedictis omnibus ad Imperialem duntaxat Carneira m, et Tribunal, seu Judicem in media te in Impé-« riali Cúria pro leropore praesidentis audientiam ; «et etiam eo casu, non ad quem vis alium Judicem «sive ordinarium, sive etiam delegatum, his quibus « denegata fuerit justitia, liceat appellare.»

A mesma limitação firmou com outros DD. Na coleção de Mul. ad Struv. Exerc; 50. thcs. 7. pag. 1173. col. i, no fim: E com outros DD. Constantin. ad Slat. Urb. Annot. 62. art. 2. n. 492., atesta praeterea esta Appellação no Foro Civil. Na França ha a Ordenação, que refere Domat. Sup. ao Dir. Pub. pag. 178. art. 8.

44. Eu vejo a praxe universal dos DD. concedendo no Foro Secular, ou litem, e outro Te médio, Câncer, 3." var. Cap. 12. n. 216., ibi: « Utrum autem cum Judex denegat justitiam debeat adiri Superior per viam quaerellae, aut appellationis ? Com-« munis resolutio est, utraque via posse adiri... Et licet cum aditur Superior, in casu, quo inferior jus-« titiam denegat, sit ad effectum, ut Superior cogat «inferiorem ut justitiam ministret. Excellentissimus « lamen Seoatus solet tunc causam *ad se evocare*; et " sanetissime profecto more suo, ut ambages, et circumscriptiones, et frustraneae expensae evitentur.» João Sam. Stryk. VoJ. II. Disp. 20. de *Mora Judicis* Cap. 2. §. 7. deliberou assim:

«Securius ergo utitur laesus imploratione Judi-« uis Superioris, eique moram, et negligentiam Ju-« dicis inferioris modeste exponit; qui vel excitato-« rium, vel *avocationem actorum decernere*, vel Ju-« dicem inferiorem jurisdictione sua quoad hanc « causam privare solet Marín. .. Gail...» etc. Com outros DD. Nigr. Cyriac. Controv. 41 §. n. 34. et 35. ibi:

«Tertius est casus recursus quando Judex fa-u cit injuslitiam ■ vel protelando in Jongum causam H noa administrat justitiam, Anlon. BeJlon... et be-«ne Nevizan... Quo casu Superior potest avoca-«re causum ab eo etiam ex sola negligencia in ad-« ministrando juslií ia/n, ut per prsedictos, et per « Scacc. de AppeJlal... et iu Traclat. de Judie.» etc.

Sobre todos Boehmer. ad Pandect. Exercit. 103. *de origine, progressu, alque índole quer ela denegata. vel protractcti justilia* (aonde nSo cita os DD., que tenho referido á n. 38.), aonde cita muitos Diplomas antigos, em que assim se providenciava a falta de administração da Justiça, e mostra pratica vel no Foro Secular este remédio: E ainda que diz § 36., que não tem fundamento no Direito Romano, he fácil fundamentar se nas LL. referidas, no n. 41

45. « *Ut hoc remedium cffectum sorliatúr* (diz «Boehmer. §. 24.) *iria polissimum requisita adesse t(de bcnl: 1.º, ut jttslitia ab inferiore Judice vel ex-te presse, et evidenler denegata, vel dolose protracta ttil: 2.º, ut Judex ad quem immcdiale sit Superior: 3.º, ut qualiias causa ila campar ala sit, ut ad ejus u jurisdictionem perlmeat. »*

43. Quanto ao J.' requisito, exige Boehm. no §. 25. <« *Ut Judex inferior inslantissime ante omnia , ttimplorandus sit oro justilia legitime admirrstrav-ttda.n* E acrescenta que nas instâncias, que se fizerem ao Juiz com palavras temperadas, logo se lhe proteste que não despachando, se recorrerá ao JUÍZO Superior (Conf. n. 39.); junetamente disputa, se basta numa só requisição para este fim; e ainda que cita alguns DD., que se satisfazem com numa (adde Luc. cit. n 40., e Câncer. 3. Vat. Cap. 12. n. 259.) com tudo distingue dous casos: 1.º, quando o Juiz logo se negou expressamente * á administração da

M 2

•Justiça: 2.", quando com palavras subdoloas im-p o
 requerente: No J.* se satisfaz com uma só íriterpeUaçâp
 commiiiatpria: No 2." exige três: Conf. Câncer, supra.

* Adverte com Bald.. e Aviles o mesmo
 Cancerio n. 260., que se o Juiz se cala, e emudece
 nada respondendo, he visto querer dene-gar a
 Justiça.

47 Para satisfazer ao 1." requisito, he igualmente
 preciso « ut ís qui queritur, legitime probet, sibi " a
 Judice inferiore jus tiniam *nolorie* esse denega-" tam,
veldolose prolaclamdilatamqg.;?Boehm.§. 27.:
 Accrescenta no §. 20., que o Juiz Superior deve arbitrar
 nà*o só se a Jpstiça foi denegada, ou dilatada
 injustamente, mas se assim se prova com oer-teza; Que
 em dúvida deve mandar responder o Juiz inferior: Que
 este em defeza da sua jurisdicção perde arguir ob-e-
 subrepticia a A vocatoria,,excuIlpan-do-se com as
 justas causas, que tivesse para dene-gar, ou dilatar a
 Justiça (Conf. n. 39. et 40.) j

48 Quanto ao 2." requisito: Assim como se ap-
 pella *gradalim* L. 28. ff. de Appell.: Da mesma fôrma
 esta Querella, ou AppellaçSo se deve dirigir ao
 Magistrado Superior, ut late Boehm. §. 29. et 80., (conf.
 n. 39. et 40.) Quanto ao 3." requisito: O mesmo
 Boehmer. §. 31. exemplifica quaes na AUemanha são os
 Superiores com jurisdicção para conhecer dessas
 Causas,

49. Ainda que, conforme todos os DD., que citei a
 n. 39., verificados os requisitos, he em todo o caso
 pratica vel o Avocatorio, com tudo o mesmo Boehmer
 a §. 32. refere dous modos de proceder diversos, huni
 na Câmara Imperial, outro nos Tri-

h una es das províncias. Na Câmara, se a querella he por denegação da Justiça, se avoca a Causa citan-do-se a Parte para ahi responder: Se a querella só tem por fundamento a demora, e dilação, comnii-na-se tempo ao Juiz inferior para Analisar a Causa: Nos Tribunaes das Províncias não sei o que diz, porque escreveo na língua AJlemâ*.

60 No §. 35. refere as Causas, em que justamente se denega a Justiça, como : 1.º, aos Excommun-gados: 2.º, se não defere a Causa sobre a propriedade, em quanto se não decide a excêpção de espolio opposta: 3.º, quando o A. contumaz foi con-d em nado nas custas, em quanto não as satisfaz: 4.º, se repellio aquelle^que na fôrma da L. io. §. J. ff. de in jûirs vòtíatíj^s requeria citação sem obter Alvará de venia*: ô.^a, se in limrne rejeitou o LibelJo manifestamente iníquo: 6.º, quando inepto: 7.º, quando se declarou incompetente: 8.º, quando se oppõe á utilidade publica. (Muitos destes casos tem outras providencias.-)*

Quid' de jure, *ei* praxi hujüs Regní ? 9
Discorrerei em seu lugar.



SECÇÃO III.

Origem, e progressos das Apptllações, e Aggravos neste Reino: O que dos Direitos Civil, e Canonico adotárão as nossas Legislações: Systema dellas nas Appellações, e Aggravos das Sentenças definitivas, e interlocutorias.

ARTIGO I.

H

Origem, e progressos das Appellações, e Aggravos neste Reino: Julgadores, que delles conheciam, e conhecem.

1 JCM SO SOU nem Diplomático, nem J Historia[^]) dor de profissão, nem interessa hoje muito a sciencia das origens, e progressos das Appellações neste Reino. O grande Meij. Freir. L. 4. Tit. 23. se satisfaz cora as poucas Notas aos §§, 2. 3 5. 6. 9. JO. 12- 13. 16. 22. 23. 26. 28-, que, se se reduzissem a ordem, nos darião sufficientes noções, como effectivamente dSo: Direi pois o pouco, que sei nesta matéria (como nas mais), e quasi como hospede na mi- j nha Pátria.

2. Todos sabem com o Antiquario Pr. Joaquim, no Elucid. Verb. *Juzcjo*, que em os nossos Documentos, que precederão ás Cortes de Laroego, em 1142 se achà*o com freqüência estes lermos, *sicut Lex do-cel; Lexgotorum: Liberjudicn: Liberjudicum*, etc.: Com estas Leis dos Godos se conformavão os nossos Antigos em suas disposições, etc. Veja-se largamente no mesmo Auctor a Historia da origem, e progressos

iloCod. Wisigotico. Por elle scdespachávão as Causas Forenses, Mell. Histor. Jur. Civil, a §, 23.: Os Juizes se chama vão *Juiz do Livro*, e do *Foro*; porque decidiam as Causas assim criminaes como civis, já pelo que estava ordenado no *Livro* intitulado: *Fuero Juzgo*, que erão as Leis g-eraes nos princípios desta Monarchia, já pelo respectivo Foral, que se havia dado a cada Cidade, Concelho, Terra, ou Vil-la, o qual como Lei particular prevalecia a* geral no que expressamente determinava ou concedia : o mesmo Elucid. Verb. = *Juiz do Livro* : = Tal era a primeira instância, ou Juizo, em que se despa-ehavão as demandas.

Nota: Os nossos Estatutos da Universidade L. 2. T. 6. C. 8 §. 26., nos estão ensinando que pelo *Código das Leis Góticas* se regeo por muito tempo a Nação Portuguesa, antes de ter Leis próprias, e privativas: o mesmo repetem no.Tit. i 3. Cap. 9. §. 4 : No '§. 10. se nos ensina, que I esses primeiros Foraes erão Leis Municipaes, i etc. E tudo forão fontes remotas de algumas nossas Legislações.

3. Havia « *Sobre Juizes*; E assim chama vão aos l «Magistrados, que decidião as Causas na maior alça-«da, e ultima instância; E isto em todas as Terras, «e Comarcas, a que *pelos Reis erão mandados*. O « mesmo nome de *Sobre Juizes* estava declarando ««a sua jurisdição, e poder.« Elucid. Verb. *Sobre Juiz*. « A estes se recorria por *querimonia*, que era « queixa, ou querella, que do Juiz inferior se inter-« põe para o Superior, ou para o Soberano. Em mui-«tos Foraes se faz menção destas *querellas*. Porém «no de Villaboa de Jejua. dado por D. Marlinho Pe-

"

-«rèz no de 1264, se prohibem despoticamente por «estas palavras = *Qui fuerit cum queremonia de suo* " Vtino a Rege, et non quesierit recipere iudicium " de destros yuratos p. X. v̄mvi " et exeat de Villa et " remaneat h̄mreditale de manu deveètpo Concilio= " Doðiñr. de Thoniar. No Forál'de Castèllo Bran-** co se falia'da *Queritna*, que se havia de fazer ao «Mestre do Templo, oo ao Senhor da Terra. Pa-«rece que são sinonimos *Querimòniai* ou *Querima*, "e *Rancura*, apèzaf de dizerem alguns, que esta « na primeira instância, e aquella na segunda.» Assim o mesmo Elucidañi Verb. *Querimonia*, que copiei, não supprimindo roeu Credor, nem querendo aífetar de Diplomático: Ainda da palavra: *Sobre Juizes* na mesma inteUigência usou a Ord. do Sr. D. Manoel L."*í>. T. -4. no priiicip., e T. ^f32., é T. 37. na rubr: e §. 1. (depois da Affonsina) -Vide Cabed P. i. Decis. li. ij. 23., que falia conforme a Ord. do Sr D. Manoel.

4. Era costume dos*nossos Reis nos primeiros Séculos da Monárchta visitar quasi todos os annos o Reino a administrar justiça aos Vassallos, em quanto assim o permittia a esíreiteza, e limitação deste Estado sem a accessão da maior povoação, conquistas, etc, que desculpão essas annuaes Cor-recções, Monarch. Lusit: L. i6. C. 27,í Os Povos concorria© com as despesas, tanto que na Torre do Tombo (diz a mesma Monarch.) ha hum Livro, em que estão taxados os jantares de todas as Cidades, Vi lias. Mosteiros, Cabidos, e Ordens Militares, que se pagassem na occasi.io. em que El Rei hia fazer justiça : O mesmo praticarão os Monárchas deHes-panba: Sendo bem obvio que os Senhores Reis. quando assim o praticavão cõhecião .das *Queri-montas* dos Vassallos, como em secunda instância:

Depois ma rida vão *Sobre-Juizes* (n. 3.): veja-se o grande Mell. Freir. Insl. Jur. Civ. L. l.T. 2. §. 13, na Nota. .

6. Multiplicarão-se as Doações Redes coiu jurisdições, que suppoee a Aflbnsin. . L. J. T. 9., e Liv. 2. T. 39. e 6?., e L. 3. T. 73., a Manoelina L. 2. T. 26. e L. 3. T. 55.: e então os Donatários Senhorios das Terras com Jurisdição vierão por seus Ouvidores a conhecer das Appellações em se-guri da instância, como se vê no Cod. Affons. L. 3. T. 73., jurisdição que se lhe conservou no Manoe-lino L. 3 T. 65 , e no Filiippino L. 3. T. 7J.: e aonde não havia Senhorios de Terras ião as Appellações aos *Sobre-Juizes* ou mandados, ou depois ao da Casa do Cível, em quanto não fora o extinctos pelo Senhor D. João III., pela sua Ordenação de 9 de Julho de 1529. assim como os Ouvidores das Ilhas pela L. de 16 de Maio de 1684.

Nota : Havia os *Adelentados*-nas Comarcas d© Reino, e que punhão .Ouvidores, Cabed. I Dèc. 1. n..20., 21. *Meirinhos Mores*, que punhão Ouvidores, Peg. Tom. 4. á Ord. L. l.T. 58: in rubr. n, 6. ,«»

â.'«No tempo doi Senhor D. João J. foi por " eIJe instituído em Lisboa o Supremo Tribunal da « Relação, e Casa da *Supplicação*; mas não se des-«< cobre certeza do anno do seu estabelecimento; u sabe-se porém, que em 1426 fez o famoso João « das Regras, por Ordem do mesmo Rei, hum Vo-« lume de Leis, e que no anno de 1429 assistia o « mesmo Rei na Relação ao despacho na Vilia de « Santarém ; de que se reconhece que o dito Tri-« bunal da Supplicação foi estabelecido entre os

Pari. 11.

N

« annos de; 1425< .e 1429., e também por estes a
 « o Trifcúintfi da Casa ckfc Cível da Cidade Jde .Lisboa-u
 Assim o Repertori debaixo da palavra /ta/ec/or, trans
 crevendo huma Memória do, Desembargador Cras-
 bek... de Carvalh , e citando muitos 'Historiadores.
 Ei-Rei,o Sr. D. Duarte, filho do Sr. I). Joflo I., am
 pliou eate'Senado •* Ga b.ed. Dee>, ** n. 2.; os Vogaes,
 de que o todo se fõnna, sá*o os que no seu tempo
 descreveo^ííaiin. JAecis. li n. IO.,<quaes os que ve
 mos na Ord. Filippina L. lí.^desMeit%Êiio*«!jÉOnf.
 Peg.&.Ord. pag.; J 5 9. n. I. , - I

i*)»¹ > o;dc3 hzàt sfsn

Nota: O mesmo Gam. d. u. IO:e mais largamente

(Jabed. Decis, I;, CarvaMb<N-tle>fF«8la-

l'l ment. P.i.an. 406., Cost. in Dom. âuppliat. Annot.
 equiparão o Regedor. das Casa áaSuppli-cação ao
 Prefeito do Pretorio, que presidia ao

I Senado Romano: o ChancellorMôrao Questor do Sacro
 Palácio (combinados os empregos dos Romanos com
 os nossos), Carvalh. a n. 414., os Desembargadores do
 Paço aos Consoles Romanos, pela uniformidade das
 empregos, Carvalh. a n. 416., os Desembargadores da
 Suppücação aos Senadores Romanos, Carvalh. a n. 417
 , os

I Corregedores das Comarcas (como 3.* ordem de
 Magistratura) aos Pretores das Províncias, Carvalh. a n.
 431., os Juizes de Fõra^ aos Ifresiden-

I tes das Províncias, ut a n. 427., etc. Confirão-se João-Pinfc.
 Ribeir. Lustr. do Desembi do Paço Cap. li, Peg. Tom. 1.
 áOrd^pag. Iõ4. a-n.-;3.jel pagi .1691 n. 7., pag. 372. n.
 1., Tom. 2. pag. 3. a

I n, 10., pag. 32 j. a n. 1-, pag. 42,9. n; 3í,TJOIM. 4/ pag. 533.
 et 536., Cost; ini Dom; Supplicationv Annot. 1. e
 seguintes: o mesmo-Peg. «Fom. 13. á Ord. pag. 44. a n.
 77.

I O grande MelJ, Iiist. Jur. Civ. L 1. T. 2. §. 14. (depois de referir os nossos• Magistrados Lusitanos,, e seus 'ministérios) rompe nestas pa-la\ ras: *u Errant ergo qui ea, quos Romani>dt u origine ifurisi iBâ&mnium Mar/iSíratuum, L. I. « T. 2, Pándi f- dei Senaior. T. *L,ãk Offic. Gons. « T. 10., Prwton>T. .14., Pra\$Íài»T: 1-8-, cel. « tradideru nt,†nost ris'- eMagistratibtis ar com mn-« dane»** Eu;*, o min irmão dos Bscriptores, não me atrevo *í sen*I(3eíisar dntre tão 'grarídes Homens;* nem -a ser eclético:'.só os:ponho á vista dos mais Sábios: supponho que seria repre-hensível se atacasse o grande Mello, *aó* sim tmo posso deixar de advertir., que nesses Títulos do Direito Remano', que Mello abroga, se encontrão regras e.máximas admiráveis, e que são apjdicaveis aos nossos Magistrados, e não posso deixar de recommendar a lição de Stryk. Voj. li, Oisp. 1 õ. =*Deusw inutilium mjMr«.*= Também (e ao propósito de que tractâmos) hão posso aqui preterir o que (esquecido talvez, ou: obrigado) escrevêo o mesmo Mello depois no L. 4. T. 23. §. 22. na Nota, ut ibi : *; Cum jure Romano certí judices essent, a qui-« bus appeMare non lieebat, veluti *Prcefectus i(Prôstorii'*, L. 1. ff. de Offic. Prsef. pret., sed « tantum supplicari intra biennium, L. un. Cod. «de Sent. Pritof. prsat. (Conf. Sect. 1. n. 4.): I «-Cumque eodem jure appellatio ab jnterlocu-« toria,. quam jus Canonicum Deere talium con-« cedit, excogitata sit (conf. Sect. 1. n. 14. et « 16., et Sect. 2. n. 4.): patriae *legea* peregrina « hasc jura;, quae tunc temporis, et *hodie* etiam M cum magno in pretio habeotur, et *ab omni-« busferme* coluntur, *supplicationis remédio* in-

(100)

H troducfo, vi amicam quasi concórdia m reduzi cere j-
conatse sunt. Ilaque a Senalu Civilium " ca usar um,
et a Porlucalensi, qui in iUius lo-« cum successit (V.
infra n.) a Çurias Praeto-" riiwis etajiis maioribus
MagidtralibusappeJia-« tio nem denegarunt, quasi J4jre
Romano esset « denegata; *Supplicationem* (conf. Se et.
J. n. 6. " com a sua Nota) aulem concesserunt, quasi "
eodeni jure concessam j sed nos eandem qtoi-« dem,
quam jiis ipsum agnosck, sed Valiam »< certe, atque
aliam: quae ta-rnen ^cum ^uippJi-u catio audiretur, hoo
satis eraí, ut-eidem de-« bitus honor haberetur.» (Eu
não vejo, que diferença haja dessa *Supplicação*
Romana, cuja índole expuz Sect. J. n. fi.) com os
nossos A.g-gravos ordinários, combinada a Ord.L. 3. T.
84. 4. 14., só ha as diferenças que disse Moraes L. 6.
C. 5. n. ;], parificando se com as Appel» Jações em
muito mais (Moraes- n. 8.)

7. He a Supplicação composta de Senadores, que como
Sobre-Juizés eonhecem em 2." instância (Ias Appellações
interpostas do dislricto <!a Corte, e de Senadores que
conhecem dos Aggravos ordinários No lempo da
promulgação da Ord. do Sr. D. Manoel, como nella se noía L.
1. T. 4. até o 9., não, havia Senado e Relação na Cidade do
Porto: todas as Appellações do Reino fão á Supplicação,
conforme as diversas distribuições : no anno de 1682 se
estabeíeceo o Senado do Porto, Cabed. Deejs. 11. II. 2., e logo
em 1583 foi ahí o primeiro Governador • das Justiças Pedro
Guedes, Reperlor. Verb. *Regedor* Edição 1.* Vicentina pag.
294. Coí. J.

- A razão por que na Supplicação de Lís-

(loi)

boa se diz *Regedor*, e no Senado do Porto, *Governador*, V. Cabed. Detír*!. a n. 16.

I 8. Estabelecida assim a Relação do Porto, ficará o S'eu & Se'rtadtires Vco'nio Sobre-Juizes em segunda instância, constituindo hum Senado com Governador, *ad instar* do Prefeito do Pretorio, representa* tivo do Rei, e em nome do Rei; e ficou a mesma regra da JL. 1. ff. de Appellat. Peg. Tom. 2. á Ord. pag. 372. n. 21., Côt. Annot. 4. n. 3 junctis iisque França ad Mend. P. 2. L. I. C. 2. n. 262.; e também com Senadores aggravistas para conhecerem em geral dos Aggravos dos Juizes, de que se não pôde appellar, etc. 9. He pois o *Aggravo ordinário* o mesmo que *supplicação ordinária* (alludindo ás *Supplicações* dos Romanos contra as Sentenças, de que pela sublimidade do Magistrado não competia Appellaço) em differenças dos Aggravos de instrumento, interpostos das interlocutorias, como bem demonstrou Cabed. Dec. II. n. 14., com a Ord. Manoeiin. L. 1. T. 31. in pr. ibi: *u* Desembargarão todos os feitos, e *u* agravos que a elles vierem por *Supricação* que a *u* elles pertencerem (falia dos Desembargadores do « Aggravos); »é T. 32. §. 9. ibi: *u* Aggrave por via ordinária (dos Sobre-Juizes, que proferirem 2.* Sentença).»» Outra vez o mesmo Cabed, n. 22. diz: «Ordinária* haec *Supplicatio*, quam *aggravo ordinário* vocamus, sequitur Pereir. de Revis. C. 9. u. 4. ibi: quod gravamen alio vocabulo nuncupatur *Supplicatio ordinária*» etc. Em que estes Aggravos ordinários se identificão com as Appellações, e em que differem dellas, se verá em seu lugar, e entre tanto veja-se Moraes de Exec. L. 6. Cap. 6. n. 4.

Nota: Os Magistrados, dos quaes pela sua



~nõ2T"

|

aulhoridade se não pôde appellar neste Keino, mas 86 aggravar ordinariamente, são o Senado do Porto; o Juiz das Acções novas do mesmo Senado, os Corregedores da Corte, o Juiz de índia e Mina, o Juiz dos Alemães, os Conservadores das Universidades de Coim bf a, "é Évora, os Corregedores de Lisboa, que todos se nu mérito na Ord. L. I. T. 6., e L. 3. T-. 84., Cabed. Dec. II. n. 12., Vide Moraes de Exec. L. 6. C 6. sub. n. 2 f. es= /ud/ce\$;== Frättça ad Mend. P. i. L. 3. C. 19. o. 64 : Pirrt. Manual das AppellaçOes Cap. J7., e muito melhor Souz. ao diante na Nota 647.

10. Estes os Julgadores, que hoje conhecem das AppellaçOes, e Aggravos ordinários: quanto aos Aggravos de Petição, e instrumento interposto das Sentenças interlocutorias nas Comarcas do Reino : omitto a equiparação que Peg. á rubr. da Ord. L I. T. 68. n. 2. faz dos nossos Corregedores com os Presidentes das Províncias dos Romanos: deixo de referir com o mesmo Peg. n. 6. a sua antigüidade (o que por forraes palavras transcreveo França ad Mend, P. 2. L. 1 C. 2. §. 6. a n. 1293. ad 1304.) : os Corregedores já pela Ord. Manoelina L. J.X. 39. §. 7. podião conhecer dos Aggravos de Petição e instrumento (não das AppellaçOes *) na forma ahi exposta, que he a mesma, que se lê na Fi-l lippiwa L. J. T. 58. §. 25.

I^a * Hoje depois do Alvar, de 16 de Setembro de 1814, podem conhecer das AppellaçOes interpostas dos Juizes Ordinários, que não excedão as alçadas dos mesmos' Corregedores, ampliadas nd mesmo Alvará.

2.* O Direito Romano, nem o Canonico não I ti verão idéa de taes Aggravos de Petição ou ins-I trumento, mas só de Appellações, com a diffe-R rença que o Direito Romano novíssimo só ad-P mittia. A ppejlação das Sentenças interlocutorias, H "íjue tinham força de definitivas, ou que da sua execução resultasse damno irreparável (Sec. J." n.-14. et 15.) j o Direito Canonico antigo a admit-tia -de todas as interlocutorias, e o novíssimo sd daquellas, em que o Romano a admittio (Sec. 2.i n. I. e 2.).- Os nossos Legisladores na Ord. Aflbusin. L 3..T. 71., e Manoelin. T. 53., adepta rão nesla parte o Direito Romano, e não o Canonico antigo, que reprovarão: E não pôde pensar-se que adoptárflo o novíssimo; porque este foi estabelecido no Concilio Tridentino, e este principiou em 15 de Março de 1545, e findou em 4 de Dezembro de 1563, muito depois das ditas Ordenações, sendo a Filippina L 3. I T. 6». copiada daManoeiina L. 3.T. 53., ain-da que depois do Tridentino : Conf. Mell. Freir. L. 3. T. 23. §. 6. na Nota.

w II. E quanto aos Aggravos no Aclo do Processo: eu noto na Ord. do Sr. D. Manoel L. 3. T. 15. da *Ordem da Juízo*, que não se encontrão abi, nem ainda sombras de Aggravo no *Auto do Processo*: sd sim na Lei, ou Carta Regia de 5 de Julho de 1526 *, que estabeleceo depois a nossa Ordem do Juízo, e de que foi compilada a Filippina L. 3. T. 20., se achão os- mesmos Aggravos (e outros de Petição I e instrumento) em tantos casos, quantos hoje vemos no d. T. 20.

* Esta Lei ou Carta se vê em Leão P. 3.

T. 1 L. TU Qual seria a razão do novo invento dos Aggravos no *acto do processo*, não he fácil adivinhar : pelo que eonjecturo, a razão foi esta: via o nosso Legislador o Direito Canonico antigo (já disse que o Tridentino foi muito posterior) permitindo-appellar.de toda a interlocu-toria: via pelo contrario o Romano na celebre L. 36.Cod.de Appell. já transcripta, Sect. 1. n. 14., prohibindo-a das interlocutoriãs (que não tivessem força de definitivas): vio nessa Lei duas razões, huma, que multiplicadas as Appellações das interlocutoriãs se eternisarião as demandas; outra, que a Appellação da definitiva devolvia ao Superior os gravames das interlocutoriãs para ali serem corrigidos: por isso entre estes Direitos eiegeo o Legislador huma media, mas providente via: adoptou na Ord. L. 3. T. 69. a Legislação Romana, concedendo Appellação própria das Sentenças interlocutoriãs, que tem força de definitivas: quanto as mais, que são algum tanto gravosas, permittio o Aggravo de instrumento com as * vistas de que. Já ia mandar (ou estava mandado) na Manoel ina L. 3. T. 59. §. 3. (de que foi compilada a Filippina L. 3. T. 74.) que taes Aggravos não suspendessem o expediente da Causa; admit-lho os de Petição, com as vistas ein se decidirem brevemente, presentando se no Juízo Superior em dez dias: das interlocutoriãs sobre a ordem do processo, e menos gravosas, permittio o Aggravo no Processo, fazendo-o preciso, e interposto em tempo devido (como declara a dita. Carta de 6 de Julho §. 22.), para mostrar de algum modo a sua queixa, e que não acquiesceo tacitamente a esses despachos, porque aliás ia-

(«05)

cens in judicialibus consenlire videtur, Barb, et I Tab. L.
18. C. I. Ax. J'i.: Ita Lèit. de Gravam. Q. 5. n. 4.

ARTIGO II.

*Confrontação da nossa Legislação com as Leis Romanas,
e Canonicas.*

*Casos, em que as nossas Leis Pátrias se conformão
com os Direitos Romano, e Canonico, e em
que discordão deites.*

12. No Direito Romano não era permitlido ap-pellar de alguns Magistrados, mas sò o remédio da *Supplicação* se permiltia (Sec. I. n 4. et 5.); no nosso Reino procede o mesmo quanto aos Magistrados, que 6cão referidos, art l. a n. 1., de cujas Sentenças, não se dando Appellação, sò se concede *Supplicação*, vulgo *Ag gravo ordinário*.

18. No Direito Itomano erão limitadas da geral permissão da L. 5. ff de Appellal., L. Et raaioribus Cod. de Appell., Peg 2. For. C. 15. n 46., algumas Causas, e estas inappellaveis (Sec. 1. n. 6.): Outras pelo mesmo Direito se commettião com a Cláusula • *Appellatione remota* = (Sect. 1. §. 20.): e também pelo Canonico (Sect. 2. n. 20) No Direito Pátrio não vejo Com missões com tal Cláusula, antes facultada em todas a Appellação, e Aggravo para o Juizo competente: Vejo sim varias Leis denegando Appellação em alguns casos, como os do JLiv. J. T. 66. §. 11. (de cuja intelligência se veja meu Tract. dos Interdict. a §. 106.) L. 3. T. 20. §. 38.,

L. 3. T 70. §. 6., L.^{1*}. T. 6. §. 20., L 2 T. 1. §• 23 ,

Pari. II.

O

(J06)

L. 3. T. 20. §. 46., T. 20. §. B. fít §. 5., §. 16., L. 4. T. 96. §. 13, L. 3. T. 79., L 5. T. 122. §. 9., L. 3. T. 78, T. 79. §. 6.

14. No Direito Romano se não podia appellar *omisso médio* (Sect. I. §. 8.) nem pelo Canonico, menos que se não appellásse para o Papa (Sect. 2. §. 16); o mesmo no nosso Reino Ord. L. 2. Tit. 46. §. 47., e Liv. 3. *P. 71., menos nos casos, em que as nossas Leis, limitando a regra, determinão que as appellações se interponhão directa, e im media tamente para algum Tribunal, Conselho, Senado; casos, que referem Sousa na Nota 628., Gouvea Pint. Manual das Appellações Cap. 17., e antes deJles o nosso práctico Silv. á Ord. L. 8. T. 68. in rubr. art. S. a n. 3., aonde *non plus ultra*; o como he livro familiar a todos, dispenso-me de aqui o sucoar :.Só | sim a todos estes DO. accrescento, que de Appellações, ou recursos *omisso médio* para o Desembargo do Paço, temos exemplos no caso da Lei de 9 de Julho de 1773, ut §. 30., no caso do Alvará de 27 de Novembro de 1804 §. 18., nas querellas imme-dialas ao Príncipe, conforme as Leis, que citei na Nota 691. n. 2.

I Nota: Se se appella *omisso médio*, a Appellação não he nula, e se remette ao Juiz
I competente, Mui. ad Struv. JExerc. 50. thes. 8.

16. Pelo Direito Romano as o Juiz não rece» bia, nem admifclia a Appellação, aos casos em que não era prohibida, era punido, e da sua denegação se concedia segunda Appellação (Sec. 1. §. 7.): No nosso Reino não sei de Lei, que lhe com mine alguma pena: Só me lembrão a Ord. L. 2. T. 46. §. 28., que castiga com pena do nullidade, e devolução

para o Corregedor, ou Desembargadores, a denegação da Appellação pelos Senhorios de Terras, nos casos dos §§. 26. e 27. do d. T. 45.: Lembra-me a Ord. L. 3. T. 16'. no principio, determinando que quando os Árbítrios denegarem Appellação ás Fartes,

fação-lhà dar os Juizes ordinários; lembra-me a Ord. L. I. T. 58. §. 27., que jurisdicciona os Corregedores para mandarem (por via de Aggravo) receber

as Appellações injustamente denegadas pelos Juizes: e se os Juizes nem ainda querem conceder estes aggravos, lá eslá dada a providencia das Cartas teste m unha veis na Ord, L. I. T. 80. §. 9., e L. S. T 74., optime Mell. Freir. L. 4. T. 23. §. 16., e §. 24. na Nota: E o recurso ao Regedor das Justiças de Lisboa, ou Governador do Porto, para que faça o Juiz, e Escrivão remetter o Processo, ex Peg. Tom. 1. ad Ord. Pag. 157. n. 41.: O Juiz dos Feitos da Fazenda tem só pena de desagrado no Aiv. de 23 de Agosto de 1753, se não despacha em 2 mezes.

Nola: Já pelo Direito Romano na L. 6. e 6. ff. de Appellation. reeipiend., era privativo do Juiz Superior decidir se o caso era ou não

I de Appellação: E aqui tem bom fundamento as doutrinas de Peg. 2. For. Cap. 15 n. 250., e no Tom. 5. á Ord. pag. 18. n. II. de LeiL de Gravam. Q 3 a n. 64., de Mell. Freir. L. 4. T. 23. §. 14., e outros, em quanto dizem, e referem julgado que o Juiz com nenhum pretexto p/Sde denegar a Appellação para'o Supe-

I rior, do qual he privativo o conhecimento, se he ou não de appeliação o caso: Só sim a pratica admitte a rejeição pelo Juiz, de que se appella, quando a Causa eabe na alçada delle; mas isto tem outra razão, qual he denegarem

('08)

as Leis positivamente neste caso a Appellação para o Superior, como em outras Nações, Stryk. tis. mod. L. 49. T. 2., Mui. ad Struv. Exerc. 60. thes. 7. Lelr. y., signanter Boehra. ad Pand. I Tom. 6. Exerc. 1(2. C. 3. sub §. 6.

16. Pelo Direito Romano, quando o Juiz não dava copia da si para perante elie se appellar, não passava o tempo, e podia appellar se no Superior* (Sec i. n. 10., et a d de Sil-v, ad Ord. L. T. 68. arl. 3. n 8.): Pelo Oanonico se introduzio a Appellação *coram probo viro* (Sec. 2. n. 23.) Na nossa Legislação não se derão, nem *erUo* necessárias taes provi' dencias: Porque se eslabeleceo o Regimento das Audiências publicas que o Juiz deve fazer por si (e sem as cometterem *), aonde de necessidade se devem apromptar para ouvir as Partes* e receberem as AppeJiações, que das suas Sentenças se interpuserem. E se ha algum impedimento, se deo a providencia na Ord. JL. 3. T. 70. 6. §., para se appellar em casa do Escrivão, ratificando-se depois a Appel-lação na primeira Audiência, que fizer o Juiz. Só sim quando os Árbitros não querem (seja qual fôr o modo) receber a Appellação; a Ord. L. 3. T. 16. *no* principio, manda quefaçãolha dar os Ordinários: Judiciosamente diz JMell. L. 4. T. 23. §. 16., que supposto as nossas Leis não facão menção da Appellação, *coram probo viro*, o us.o a observa, *st Judieis copia haberi non possil vel si ipsa vincula, et carcereSi minatur.*

- Delegarem os Juizes as Audiências, dando Com missões a Letrados, he num abuso -repro-
- I vado por muitas Ordenações, que refere reg. Tom. 2. ad Ord. L. I. T. 6. glos. 18. n. 8. :

Menos alguns Magistrados, quaes os que re-■ fere Solan.
in succ. Verb. *Audientia*, sub. rubr. =5= *Qui Judices*
Audientiamfacere tenentun= etc, os quaes são exceptuados.

17. Por Direito Romano era punivel o que ap-pellava com calumnia, e afiançava a pena; Direito praticado em algumas Nações (Sec. 1. n. 3.), e pelo Canonico com pena arbitraria Cap. 50. H de Appel-lat.: No nosso Reino não *vejo* comminada tal pena: Só sim o AppelJante malicioso muitas vezes he no Juízo Superior conderonado nas custas em (resdo-bro, na fôrma da Ord. L. 3. T. 67.: Em algumas Nações o AppelJante, logo que appeJia, he obrigado jurar de calumnia perante o Juiz *a quo*, Slrvk. us. mod. L. 49. T. 6. §. 3., aonde refere Leis, e Estatutos de algumas Nações: Exigir-se na nossa não seria erro, ai tenta a generalidade da Ord. L. 3. T. 44. §. 1., com comminação de se denegar a Appellação, ex Stryk. supra, comminação, que parece authorisa a Ord. no principio: E então, convencida no Juízo Superior a calumnia, praticar-se o §.6. da dita Ord. por cuja prática declamo no meu Tract. do Juram, de Calumnia: Na Saboia pelo Cod. L. 3. T. 26. §. 18., he o AppelJante vencido condemnado nas custas e dam nos, e pena pecuniária: No nosso Reino sò se cauciona para a revista; e, se nella se não obtém, se perde a caução: Ord. L. 3. T. 96. §. 2. Pereir. de Revis. C. 69. e 70.

18. Por Direito Romano se devia appellar da Sentença dentro em dez dias úteis, contados do dia da especifica, e individual noticia da formalidade da Sentença (Sect. J. n. io.), e também pelo Canonico (Sect. 2. n. 6.): Pelos mesmos Direitos os menores (e outros, que gosão do seu privilegio), pelo bene*

(HO)

ficio da *restituição*, podião appellar passados os dez dias: O nosso Direito. Pátrio, quanto ao fatal dos dez dias, que só correm do dia da especifica noticia, he conforme com ambos nquelles Direitos, como se 'P nota na Ord. L. 3. T. 69. §. 4., Tit. 70. in pr., Tit. 78. §. 2., Tit. 79. §. J., Conf. Cordeir. Düb. 10. u. 61., Silv. ad Ord. L. 3. T. 66. in rubr. art. 4. a n. 13., et T. 70. in pr. a n. a.: Quanto porém a ser appeí-lavel a Sentença passados dez dias peio beneficio da restituição, julgaria o nosso Legislador supérflua esta especialidade, tendo em geral concedido esse beneficio aos menores, e aos que por Decreto gosão deJle na Ord. L. 3. T. 41. tot. et §. 4., et T. 87. §. tU 3

Nota 1.* Se o menor, ou qualquer privi-I legiado impetra, e obtém restituição para ap-I pellar depois dos dez dias, deve appellar dentro de dez dias depois de concedida a restituição, Vinguerv. P, 2. Gap. 24, n. 7.

Nota 2.* kSupposto que por via de regra, o menor, e qualquer outro semelhante privilegiado, se deva primeiro provar leso para se lhe conceder este beneficio, com tudo neste caso a lesão se verifica, *eo ipso qitod non Apptiaüii*, Silv. ad Ord. L. 3. T. 68. in rubr. art. 4. n. 14., Mane. de Restitution. Tit. 2. n. 169., Guerreir. Tr. 3. L. 6. C. U. n 219.

Nota 3." Se se não appella nos 10 dias, concede o Deserabargo do Paço aos não privilegiados dispensa da Lei, para appellarem de- ■ • pois de passado aquelle fatal, e isto pela facal- jfl I dade concedida ni> seu Regimento §. 91.; mas I he necessário que se appelle em 10 dias depois de passada pela Chancellaria a Provisão, e esta

(fll)

Appellaçião, ou se interponha perante o Juiz, que proferio a Sentença; ou não sendo assim possível, se interponha em huma Audiência da Corte, e pedir abi tempo ao Juiz para a ratificar perante o que proferio a Sentença: Com Certidão desta Appellaçião se vai ratificar dentro do assignado tempo perante o Juiz, que déo a Sentença, e se expede a Appellação; Esta he a praxe attestada por Peg. Tom. 2. á Ord. L. I. no Regina. §. 91. n. I., s Toro. 7. á Ord. Cap. 63. jf. = *Itaque hoc jus.* ==Silv. á Ord. L 8. T. 68. ín rabr. art. 3. n. 21., Conf. Portug. de Donat. L. 8. C. 20. n. 14. Veja-se n. 21. Not.

Nota 4.* Â Appellaçião assim interposta por effeito da Provisão de dispensa da Lei, passados os dez dias, e depois de extrabida Sentença, não suspende a execução delia, em quanto não na substatoria do Juízo Superior, Vanguerv. P. 2. Cap. 24. n. 32. et 33. Eu vi julgado o contrario na Relação do Porto em 1809, entre Partes Alexandre Jacinto de Povolide com as Freiras de Viseu: Porém, e oom o devido respeito ao Senado, eu não posso acquiescer a tal Julgado, que mandou suspender a execução e nem conselho, que se tome por exemplo: I.*, porque, quando taes Provisões se concedem, tem passado em julgado as Sentenças, e tem as Partea adquirido direito para as executarem: Ora, lá demonstra Peg. Tom. 7. á Ord. no Re-gim. do Senad. Cap. 20., que nem ainda o Príncipe de Poder Ordinário pôde mandar suspender a execução de huma Sentença passada em julgado, Conf. Slryk. VQJ. 12. Disp. 24. C. 1. n. 14.: 2.", pelo transito da Sentença em julgado se adquirio Direito ao vencedor para logo a

executar, e deste Direito não fae presumível que o Senado Palatino o queira privar; ut appo site idem Peg. Cap. 63. juncto ao fim 3, (e único fundamento em contrarie); se a Appellação ex vi da Provisão da dispensa tem a força *retroïctiva* ao dia da sua publicação, suspende a Sentença, e conserva o Appellante no estado, em que antes estava, Peg. 2. For. Cap. 15. a n. 16. Com tudo, tal *relroacção*. e união de extremos, tal ficção se não pôde dar, nem adiu ittir, estando no meio tempo adquirido direito ao vencedor para executar a sua Sentença passada em julgado, ex Jate congestis per Peg. 3. For. Cap. 36. a n. 191, Barb. et Tab. L. 16. C. 77. ax. 3.: Sá sim o vencedor será obrigado affiançar na forma da Ord. L. 3. T. 86. §, 3. et 4., e T. 25. no fim do Principio, Tit. as. §. 16., T. 84. §. 14.

19. Pelo Direito Romano: Se se appealava logo em Audiência bastava dizer ==» *Apptllo* ==> e não era necessária outra Appellação por escripto, só" se logo se não appealava (Sect. 1. n. 2.); o mesmo pelo Direito Canon. (Sect. 2- n. 7.); a nossa Ord. L. 3. T. 70. não exige tal formalidade; sò sim, que havendo Audiência se appelle nella por palavra, que o Escrivão escreva; e não havendo Audiência nos dez dias depois da noticia, se appelle perante o Escrivão, e se ratifique na primeira, e seguinte Audiência,

20. Pelo Direito Romano, interposta a Appellação, pedia o Appellanle os *Apóstolos*, ou Cartas demissoriaes para o Juiz *ad quem* (Sect. I. n. 2.), e também, e ainda hoje pelo Canonico no Foro Ecclesiastico, na fôrma exposta Sec. 2. n. 9.: Não assim nas Nações no Foro Civil de lias (DD. citados na

(H3)

Sec. 2. n. 9.); nem na nossa por Lei alguma, e só os Juizes, quando as Appellações se interpõem, as recebem *si ei in quantum* para se expedirem, excedendo as alçadas.

21. Pelo Direito Romano se assignavão para o seguimento da Appellação até se apresentar no Juízo Superior os Fataes, que ficão referidos Sec, I. §. II., ese Jimitavão a seis mezes computados do dia, I em que se interpoz a Appellação L. 2. e 3. Cod. de Temp. Appell., Silv. ad Ord. L. 3. T. 68. in rubr. art. 8. D. 7.. e pelo Canonico na fôrma exposta Sec. 2 n. 10. et 17.: A nossa Ord. L. 3. T. 70. §. 3. espacou seis mezes, menos que o Appellado não inste que este tempo se abrevie, e se proceda na fôrma do §. 4. da dita Ordenação. O Despacho, que avaliada a Causa recebe a Appellação, e a a (empa para se apresentar no Juízo Superior, pôde ter alguma analogia com hum daquelles *Falaes*.

Nota: Pelos mesmos Direitos, não se se guindo a Appellação dentro dos Fataes, ficava como se não se inlerpozesse: Porém se a Appellação no nosso Reino so julga deserta por dia de apparecer na fôrma do §. 8. e 4. da dita Ord., só assim se julga deserta no Juízo Superior: Mas aqui ha huma differença prática: Se a Causa se não chegou a avaliar, e atem par no Juizo inferior, e interposta a Appellação ficou ern silencio por seis mezes, pôde o Juiz inferior julga-la deserta, citado o Appellanle, e não allegando e provando legitimo impedimento: Não assim se a Appellação se preparou, e por Despacho final se atempou pelo Juiz; porque julgar neste segundo caso a deserção pertence ao Juizo Superior: Esta dislineção com a Ord.

Parte II. P

mesma firma Silv. á Ord. L. & T. 68. na Rubr. art. 8. o. ti.

Ainda que se não julgue deserta solémnemente, se he presentada no Juizo Superior, passados seis mezes, (que se conlão de 30 dias cada num, Süv..ad Ord. Li^fc, T. l»3. n.

31., e assim se observa na praxe), ou depois do tempo assignado pelo Juiz, pôde o Superior, *ex officio*, (e assim se costuma)- julgar deserta l a Appellação, *ex Cabecl. Dec.*

42. Repertor. debaixo da Conclusão = *Appellação deserta se diz, etc. Beta* que o mesmo* Cabed. no ir. 7. diz: *U*

Possunt Parles m Supremo Seriali®, *quando ap-« pellaio pronuntiatur ex adi» deserta, allegare «justas causas*

impedimenti, propter quas acta « in termino prees entala nonfuerunt. Ucet insup-« plicuiionihus Ordinarvis in

Partibus licitum non " sit. » O mais.frequente he recorrer-

se ao De-sembargo do Paço, pedindo Provisão, na fôrma do §. 91. {do seu Regimento,, que segundo o estilo (quando

não ha razão para sr idenegar, como quando se tem

approvado á Sentença) só se concede, citada a Parle para

responder em três dias, Portug. de Donat, L. 2. C. 20. n. 13.

et 14.: Se se denega esta Provisão numa vez, não se pôde

repetir segunda vez, como refere julgado Peg. ao d. §, 9¹!.

a. 5. Nem se costuma i conceder para appealar, de

Sentenças interlo-cutorias, Peg. n. 4. Vid. eund. Peg. Tom.

7. ad Ord- in Regim. Senat. Gap. 63. O mais se verá na -

Neta 630.

22. Pelo Direito Romano pendente a AppelJa-cão, ou tempo para appealar, nada se podia innovar, que não fosse attentado (Sect. 1. n. 13.); o mesmo pelo Direito Carionico (Sect. 2. n. 14.): Estes Direi*

O»)

tos adoptou a nossa Ord. L. 3. T. 73.: Pelo mesmo Direito Romano, pendente a Appellação, se seqüestra vão os froctos, quando era vencido o Réo possuidor de bens de raiz (Sec. 1. n. 3.); e pelo Canonico, só quando havia de Jaipidação (Seet. 2. n. 19.)-Eestes Direitos com modificação do Romano, e dis-tineção do Canonico, adoptou a nossa Ord. d. T. 73. §. 2 e 3 : Pelo Direito JJomano só a Supplicação (entre nós o Aggravo Ordinário) - não suspendia a execução da Sentença • as mais Appell&ções a sus-pendião (Sec. J. n. 4., ei adde o caso da L. 37. Co d. de AppelJat.): Peio Direito Canonico a Appellação não produzia effeito suspensivo em muitos casos (Sect. 2. n. 15.): O nosso Legislador seguio o Romano nos Aggravos Ordinários, peá Ord. L. 3. T 34. §. 14., e d. T. 73. §. 1., e imitou o Canonico nos casos referidos no d. §. 1., no da Ord. L. 4. T. 916). §. 22., Liv. 3. T. 86. §. 3., L. I 'C:*2 §. 25., L. 3.T. 48. §. 4., L. 8. T. 25. §. 1., L. 4. T. 49. §. ult : Da união d'estas Legislações Romana, Cano-nica, e Pátria, e em limitação da regra geral = *Ap-pellatione pendente, nihil est itinovandum* = Vou formar, e provar estas Proposições,

23. Primeira: Em todo o caso, em que a Appellação, segundo a nossa Legislação, e Direito recebido na praxe # não admite effeito suspensivo, se pode logo, ainda dentro dos dez dias, extrahir Sentença do processo, e dar-se á execução, sem atentado., Moraes de Execut. L. 6. Cap. 6. n. 6. f. *FaUi* 3.º, Hontaib. de Jur. superv. Tom. I. Q. 26. a n. 45.

* OJllustre, e in comparável Mello nas suas Instituições do Dir. Civ. Lusit. Liv. 4. T. 23. §. 17., não admite Appellações com -effeito de-volufivo, senão nos casos especializados nasOr-

P 2

(IJC)

denações do Reino: Em todos os mais não exceptuados por estas, firma a regra geral, de produzirem todas ambos os efeitos em todos os inais casos não exceptuados pelas ditas Leis. Porém *salva pace iantiviri*, se não sou reprehensível, permiti-me expor o meu sentimento.

Convenho que as Apelações, tão longe de serem favoráveis, são odiosas, o que mostrarei na Nota 605.; mas essa razão mesma, e a da multiplicação das Apellações. as mais das vezes dolosas, ou para demorar; "ou para vexar o adversário, he huma das razões; que forceja pelo recebimento no devolutivo, Boehmer. ad Pand. Exercit. 102. Cap 1. §. 1.: Haver o remédio do Aggravo ordinário (que não suspende) nada têm com esta questão, e muito menos quando nem todas as Causas cabem pela alçada em Aggravo ordinário: Não pensou bem Mello, quando escreveo = *Jus Romanwn appellalionem ignorai sitie effectu suspensivo* *= Porque no Direito Romano a *Supplicação* (appel-Jação com outro nome i Pereir. de Revi». C. 9. n. 1. 2. 3.4.) não suspendia a execução. (Sec I. n. 5.). Pelo Direito novo do Cod. na L. 37. Cod. de Appellation. vemos outro exemplo de não haver appellação suspensiva. Ainda mesmo a L. fin. ff. de Appellat. recipiend. nas palavras. « *Sires dilalionem non recípiat, nonper-« mittituf appellare; ne vel testamenium aperta-<< tur, ne frumentum in usu militum in annonas « subsidia contrahatur, neve scriplus hceres in « possessionem mittatur.*» Estas palavras, digo, sempre se entenderão que só obstavão á Appellação com effecto suspensivo, Boehmer. supra Cap. 2. §. 2.

Por outra parte : Se nas mais Nações o uso do foro se accomodou mais aos Princípios do Direito Canouico, Boehmer. supra sub. §. 2., não menos na nossa, como conhece o mesmo Mello na Nota ao §. 2. do T. 23. L. 4.: E que muito o mesmo Direito se imite, senão em tudo, em parte, e no artigo, que estou tractando ? Ainda mesmo pelo espirito das Leis Pátrias: Pois se a Ord. L. 3. T. 18. quiz se tractem nas ferias as Causas ahi referidas, por exigirem brevidade, e execução breve as deci-soes dellas, será crivei que das Sentenças admitia appellação suspensiva ? Também a Ord. L. 3. T. 69. nas Appellações manda que procederão os Julgadores de semelhante a semelhante; quem combinar os casos, em que as Leis Pátrias não permittem a Appellação suspensiva (supra n. 22.), e a sua razão, com os occurenles no Poro, achará muitos semelhantes, e em que a sua razão se identifique.

Km fim: No uso das Nações, e pelos seus Códigos se estão recebendo muitas Appella-ções só no devolutivo: Só Constantin. ad Sta-lut (Jrb. Annot. 52. art. I. a n. 624. até 641. refere 45. casos: Boehmer. ad Pand. Tom. 6. Exerc. 102.« *De executione pendente oppella-tione valide fadenda* =.refere a maior parte daquelles, que comprava com Legislações, adde Van-Esp. de J. E. Part. 3. T. 10. C. 3. a n. 29.,l c cora a razão; oraitlo outros: No nosso Reino, e em Peg. 2. For. Cap. 15. vemos a anti-quissima praxe: E que motivo.ha para se abandonar lambem este uso das Nações, e antigo estilo da nossa? Muito pelo contrario, advertin -do-se que o recebimento da Appellação no de-

(118)

volutivo somente ocorre a muitas AppellaçGes dolosas, <jue sò tem por fira espaçar o pagamento, ou entrega de bens, ou fatigar o Adversário, j niaxime neste Reino, no quai não tem pena (como em outros) o AppeJlante vencido: E isto quando praticando-se os recebimentos delJas no d evolutivo somente, e caucionando os vencedores, na forma da Ord. L. 3.T, 86. §. 3.-e 4., Caução, que exigem os DD., oom os quaesBoehnj.supra Gap. 2. § 6., e conduz a Aulli. *Quce swpplicatio Coa. de Precib. Imperat. Offerend., se* ocorre á indemnização dos Appellantes : Desejarei vêr a resposta dos que jurão nas doutrinas de Mello.

"^ "tyb.

24. Segunda : (e ainda aos casos, em que a Appellação produz ambos os efleitos) O Direito Romano era rigoroso, fazendo indistinclamente seqüestrar os bens, quando o possuidor vencido appeJlava : (Sect. 1. n. 3.) o nosso JLegislador na Ord. JL. 3. T. 73. §. 3.) moderou aquelle Direito, quando não ha temor da dilapidação, e insolvabijidade, satisfazen-do-se com que os annuos Jructos se descrevão: O Direito Canonico, moderando o Romano, sópermit-tio rigoroso seqüestro havendo aquelle temor, Cap. 3.⁴ H de Seqnestnat. posses, ibi: = Abeo quí àSen-tentia provocavit üructus possessionw* si *dissipentur ab ipso*, possunt Jite pendente rationabiliter seqüestrar! = .Este Direito seguiu o nosso JLegislador no d. T. 73. §. 8.

Nota: Se a Causa ap.pellada ainda não está preparada, nem atempada, pode requerer-seeste I seqüestro perante o Juiz mesmo., -de que se ap-pella : E se já está preparada, e atempada, então ^se deve requerer no Jui/o Superior, Moraes

de Execut. L. 1. Caj>. 4. §. %. M 6 7., Silv., ad Ord. L. 3."T. 68. iii rubr. art. 9. a. 16. et 17., ■ França ad Mend. P. 1, L. 2. C. 11. n 40.: Os I requisitos, que devem verificar-se para. se decretar este seqüestro, se veção em Síl. á Ord. L. 3. T. 73. §. 2., Livro familiar a todos.

26, Terceira: Ainda nos casos, em que a Appelia-ção produz ambos os effeitos, não ha attentado no que se innova pendente eJJa « Si (1) in alio capítulo quam ««a quo appeilatum, aliquid factum fuerit, nec enini umanus Judicia ita *ligatae* sunt, ut et in alio articulo, a quo appe'liatum non est nihil facere queat; «suspendit enitn appellatio solum executionem in «isto articulo, quo de Sententia soeat, vel ei *conte ne&is*, quorum ratio separari nequit: qua3 peni-« tus eo haereut, quorum unam sine altero non con-« sisti t, et quse ita conjuncta sunt, ut alterum sine «altero tractarinequeat. (2) Cessat revocatio in acti-»bus, qui li ti pendente per modum *conlinuationis* «fiunt: Sic non attentat, qui possessionem, quam «ante Litem motam habuit, continuai. (3) Cessat «revocatio si indubiè deserta sit appellatio : (4) «Quando volente Parte, seu ejus consensu vel ex-" presso, vel tácito, sive a judice *a quo*, sive ab al-«terá parte quid factum est. (6) Non revocatur at-«tenta ium, si cognitio ejus dependeat & cognitione «causas príneípales. (6) Cessat revocatio, si non vat-«tentetur contra principalem appellantem, sed con-«í tra tertium ; sicuti et (7) si tertius quid attentave-«rit; contra eum remedium attentatorum locum non «< habet, sed emendandum venit per judicem atten-« tantis. (8) Si per appeilatum timeatur depopulatio « fructuum (9) Si attentata sunt illiquida. (10) «Siquis libertate naturali uti pergat. (11) Cessat ob

"judieis executionera, confirmata Sententia fadam... " (14) Si a Summarissimo possessorio appelletur, at- tentata proprie non committutTtor ad effeclum re-" vocationis per manda Ia judieis Superioris, cum ap-"pellâtio haec non habeat effectam^Bspensivum. (15) "Si quidfactum fuerit, quod moram non feral. ve-" luti si lestes ad perpetuam rei memoriam fuerint " examina ti (16) Si ex delatione juramenti fuerit "judicatbro et Pars deferens sppellet, attentatorum "revocatio cessat: (17) JNTête revocantur at tenta ta «si ab executione fuerit appelialum, etiam si ab « excessu executionis appèjletií,"xíum hoc casu se- «questratio locum habere quea fc (IS^Notr attentat « Judex omnia in prislino statu conservans, et inno-(i vationí 'per 'ríécretum resiátens/^f Dènlque in ge-«nere, abi appellatío de jure noh'&d'm¹iltitôr, aut ef-«fectu caret suspensivo attentata non revocantur « Mull. ad Slruv. Exc. 5o. lhes. 15.» (Conf. o. 23.) Confirãð Se,¹âlÉWtlos DD. citados por' Muler, Va-lasc. Cons. Í56., Cabed.-P."&rDefc. 15, oCard.de JLuc. de Judie? Disc. 18., eiargaín-'èrite 'Silvvá Ord. L.' 3. T. 68 na Rubr. art. 9., e ao T. 73. irò principio, Rot. in Mantiss. ad Luc. Lnfc 10. Doeis. 86.

¹ 26. Pelo Direito Romano, e pelo Canonico se appellava de todas as Causas, ainda que mínimas: A nossa primeira Legislação, e as Ordenações sue-cessivas estabelecerão as alçadas» de todos os Magistrados, para só nos excessos dellas serem appella-veis ás suas Sentenças (aparlando-se de ambos aquel-les Direitos): Em 1570 forão levantadas, eaccrescen-tadas por huma Lei, que refere França ad Mend. P. 2. L. l.C. 2. § 6. n. 1510.: A Lei de 26 de Junho de 1696 (na Ord. L. j. T. ÍS.^Coll. i. n. I.) as augmentou mais pela razão expressa no seu proemio, ou ratões, quaes <í ovitíférii-sè démànffâsj que inrjuietão a RepuBli-

(J21)

« ca, perlurbão os Tribunáes, causão ódios e dísseri-
«soes entre os Vassallos, e os divertem de outras «mais
uleis occupaões:» e por isso a mesma JLei mandou
levantar as alçadas das Relações e Julgadores, porque
acabando as causas nas suas Sentenças, haveriíio
menos revistas, e muito menos Ag-gravos Ordinários e
AppeJlações, maiormente porque pela variedade dos
tempos, e levantamento da moeda, ainda que muito se
accescentassem as alçadas, não igualavão o que então
imporlavão, quando se.taxarão na Ordenação do Reino.
Telas idênticas razões o Alvará do 16 de Setembro de
1814 levantou mais e mais as alçadas.

• O que significa a palavra *Alçada* explicou o
doutíssimo Mell. L. 4. T. 23. §. 9. na H Nota.,

Nota: O mesmo tem sempre praticado as
mais Nações, e pelas mesmas razões, como se
vê em Struv. e Mui. Exerc. 6o. thes. 7., Stryk.
ue, mod. L. 49. Tit. 2 , Boehmer. ad Pand.
Exerc. 202. Cap. 3. §. 6.
pl

Se quando assim inappelJaVel a Causa por
jcaber na alçada do Magistrado, tem lugar o re-
curso *ab retardalamjusliiium*, de que tratei Sect.
2. a n. 38.: se veja Stryk. us. mod. L. 49. T. 2.
§.6.-

Como para este fim se deva avaliar a Causa
se verá na Nota 634.

27. Pelo Direito Romano era prohibida 3." Ap-
pellação, ou Appellação contra três Sentenças con-
formes (Sec. 1.i). 17.) e também pelo Canonico (Sect. 2.
n. 18.): estas Legislações imitou a nossa Ord. L.

Pari. II.

Q

3. T. 95. 4> 8., de qua Pefiek.de Re Gap. 23., aonde exemplifica os caso» das três conformes, otij quando o nflo são: «ide eliam Boehmer. ad Pand. Êxew. 102. Cap. 3. §. 6. *ubi quando tnesconformes* : Amai. Variar., Resol. 6., Van-Esp. deJur. 3-oles. P. 8. T. 10. Cap. 1. a n. 29. ad n. 38. ubi op-time: desta matéria se tractarí no art. das Revistas Not. 711. e seguintes.

28. Por-D ireito Romano se não admítlião Appel- lações das Inlerlocutorias, menos das que tivessem força de definitivas (Sec. 4. gjj 14. 16.): pelo Direito Canonico antigo se admitlião A-ppeflações de todas, e pelo novíssimo só das que tj/ihão força de definitivas, ou irrogavão dam no irreparável (Sec. 2. n. 2. e 3).* o systema da nossa Legislação a este respei-lto fica demonstrado (S*c. 3. n. 11. na Nofca#)

29. Pelo Direito Romano era continua a ãppel-Jação (Sec. 1.11.18.) e pelo Canonico (Sec. 2. n. 15.) :! o nosso Pátrio os imitou na Ord. L. 3i T. 80. (Vide a Nota 615.) .

30. Pelo Direito Romano podia appelJar lodo o interessado (Sect. 1. n. 19),. «pelo Canonico (Sec. 2. n. 14.); o nosso na Ord. L. 3> T. 81. o imitou (Veja-se Not. 6.i<6<-, 620.)

31. Pelo Direito Romano aeq uiescia sa Senten-ça, e não podia jamais appelJar a que lie, que pedia espaço para satisfazer o julgado, ou de outro modo

0 approvava, JL. Ad Solutionem Cod. de Rejudicat., o.mesmo seguio o nosso na Ord. L. 3. T. 79. § 2., e Tit. 80. §. 2. (Veja-se Not. 622. 623.)

- 1 Nota : Se he visto renunciar a Appellação a que lie que extraliio Sentença para a execuiar 110 favorável, ou executa "a«na Carla de Parti- l lhas, Vide Themud. OeciV. 298. a 11. 24., Pereir.

I Dec. 625., Solou. Cog. 72. n. 8., Guerreir. Tr. I. L. 2.
Cap. 3. n. 43.

32. Por Direito Romano o verdadeiro contumaz não pôde appellar, L. 23. §. 3. ff. de Appellat., L. 73. §- uR. ff, de Judie, L. 1 Cod. Quor. Appellat.: Bem entendido, que a Appellação se denega ao que foi sempre verdadeiro contumaz em toda a Causa, e não o que só foi contumaz *ou* em depor,, ou em ex-hibir algum Documento; porque poderia ter causa justa. L. 28. §. 1. ff. de Appellat., Brunneman. de Process. Civil. Cap. 28. n. 29., Slryk. tis. mod. L. 49. T. i. §. 4.: a nossa Ord. L. 3 T. 79. §. 3; e 4. (aonde bem explica qual para aquelle fim he o re-vel verdadeiro) imitou este Direito Romano, (Veja-se Nol. 621.) e o Canonico (Sec. 2. sub n. 19.)

33. Quanto ás Appellações dos actos exlrajudi-ciaes: sendo certo que são expressamente authori-sadas pelo Direito Canonico (Sec. 2. n. 24), já vimos Sec. I. §. 16. et 17. o quanto he duvidoso, se tem fundamento no Direito Romano, duvida mesma que embaraçou o Cod. Affonsino ahi citado : o grande Mell. L. 4. T. 23. §. 5. na Nota, também hesitou, até o ponto de escrever = *quomodocumque aulem se res habeat* = etc. Eu me persuado que não hesitaria tanto, e abriria o sentido da Ord. JL. 3. T. 78., se lesse Cavallar. Inst. Jtir. Canon. P. 3. Cap. 33. §. 2., e melhor a Boehmer. ad Decretai. L. 2. T. 28. a §. 3. et 5., aonde conciliando, e interpretando ambos os Direitos, faz esta essencial differença entre o Juiz, que grava como extrajudialmente *juns ordine non servato*, e o Particular, que grava, ou ameaça ut §. 3. No 1 ° caso assenta §. 6., que se dá aqui appeí-lação própria, e exemplifica ut ibi:

u A Judice, qua tali, quis extra judicium po-



BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

zo não he Appellação, que se interponha em dez dias; mas huma simples *querela*, *provocação*, ou *imploraração* do auxilio do Magistrado para a futura demanda, o* que nada tem de commum com a Ap-pellaçãói Boebmer. supra §. 2., Cavallar. d. §. 2. I P 86. iSupposlo isto, já a nossa Ord. L. 3. T. 78. : E/Ia no Principio até o f. *Salvo*, tracta dos actos I *exlrojüdhcaes*, qoe essas (JorporaçSes Ira tão e *fazem em modo de jurisdicção*, conforme seus Etas-tatosy-íSenten^çâsi, '#.£•,'. e nestes concede a ApeJp-laçâ*0¹• *patA* -òs-^^sertífrangMóres • esta pois interposta dos que assim procedem *em modo de jurisdicção* necessariamente se lia,de interpor em 10 dias (o. 34), maxime quando no 2." caso. que figura no f. §§/#», "•exfce-tfde.^ó a 30'dias 0 rjeciirsp, que fies-se'feaso'per inítte'para» o Rei: Vid. Themud Pec. 87.^n.f*1. -WJet* 8.'■ « *Inlelliç/enda lámeh'est hcec O r dite dinetítioi quatenus de appcllatione acfit in actihus tan~ u geHtiús* • 'UMüefyüatem in cominühi, \n quibus licet « *non açatiuni,* ' qui¹sunt de uúivêrsüâte, oliuuorum « *tartVeh* ¹>3Í?iifttíht%°ifertíttfi' pi *cejudicium*, quibus ea « *ratione concedilur, appellaíio; altas enitn, ti sta-u tulum solum respiceret universos in communi, non ♦♦ essa í&cm^ppeílaiiôiiiv, sed qucereloe, ut probat Ord. « L."-I v a"¹.'- r'èjê)*§. '29:-in fine. » Assim cora Bril.. a.dL_n*

Cap. '-2:.*>P.^{j.12.} ri¹.. 6Z.-èt seq de Locat., o ftepeV!₍ tor. I debaix;o¹da GonCJúsãð = *jactos extrajudicioes*_{ij}H *que se Jazem por modo de Jurisdicção* = etc. De- ,« J eJaração, que não attingio Si/v. no Commentario a esta Ord ^ bem que no caso da Ord. L. 1. T. 66. §. 29. concede Aggravo, citando Phaeb., e Pegas.

37. Nojf. *Salvo*, etc. tracta a Lei dos actos &r-I *trajudiciaes*, que ler mi não logo'o negocio, e de que* por Ordenação, ou Privilegio, nao corrpete Appel»

lação, Silv. ibidein D. 9.: e nestes a Ler mesma concede a quereJía ao Príncipe, interposta c pre-sentada em 30 dias, bem como em outros casos» (Veja-se No4. 591. n. 2.): sendo aqui bem notarei que antes que se ase desta quorelU eáfg*e a Lei, que o que se sentir agravado proponha a essas Corporações as razões do a-ggraivoy e lhe requeira a emenda delle com justiça : só assim, e sendo deg-attendido, justifica a querella, e ha processo esccr-pto que ao menos por copia se presente aa Rei.

87. No §. I. figura o caso do acto extrajudicial, qual uma fcransacção entre dois, prejudicial-a Terceiro (outros semelhantes figurão L.ynckor. *dc Gravam, extrajud. C. 3. Part. I. pag. 64., o Boehm. supra §. 3.),- e permite ao Terceiro' prejudicado o appellar desse acto « *declarando na Appellação a « razão legitima, e approvada da fraude e engano, út porque foi feita a transacção, e em seu' darnno, e ti prejuízo, c tornarão instrumento público da Appe-« lação, e presemta-lo-hão aos julgadeeres, a que o u conhecimento pertencei, os qtiafs vřslã a appellação u mandarão tornar *co> primeiro estado tudo bquefôr « feito, e at tentada em damnô dos Appellanles, depois « da appellação ser interposta. »*

38 Se a tal transacção he presentada pelos Transigentes ao Juiz para a confirmar por Sentu oça, na fôrma da Ord. L- l. T. 78. §-. 12., e o Juiz a con-l firma (o que he de jurisdicção voluntaria) ; aqui te* roos já huma base em que o Terceiro possa propor a razão legitima da fraude, e appellar e tomar instrumento publico da Appellação, etc.: PorénVa não ser assim, e celebrar-se só entre dois huma transacção sem irem confirma-la pelo Juiz; confesso, que não comprehendô como possa ser praticavõl esta Ordenação : neste caso : perante quem se ha de appel-

lar? Perante quem se ha de provar a fraude e engano desses transi gentes? Quem ha de passar esse instrumento publico da Appellação para se apresentar aos Julgadores ? Nunca vi praticada esta Ord., e pôde remetter-se á classe das abrogadas: sò se a quizermos supprir com -o caso do §. 6., que p<5de praticar-se fazendo-se fcuma justificação .deste protesto perante o Juiz, a que se recorre. ut ibi: e m-*Ifortnado*, etc; mas este §. 6., debaixo do th em a du §. 3, falia de caso diverso do do §. 1.: ainda mesmo nunca vi praticado o§. 6.º, em 50 anuos de prática do Foro:-Silva ao §. i- não me satisfez, porque sò irada das Appeflações exlrajudiciães, e oa deste §. l.i. com erro, em quanto diz no n. 5., que se deve linterpor em dez dias, o que não exige a Lej, como no §. 2., nem o Direito (n. 35.)

H

I Nota.: Podemos dizer supérflua a providen-
I cia do§. 1., porque esse Terceiro^ pode ancorar-
■ se na regra = *lie» inler alios acla aliis nocerc*
jq *nan debel* = Barb. Thes. Loc. Comm, L. 16.
l-i Cap. 58. Ax. 29 , e tprminan temente Valeron,
de Transact. T. õ. Q. 2., e esperando, que seja molestado
com esta transacção, excepcionar com aquella regra, e ex
abundanli com a fraude e doio maquinados em seu prejuízo.
No ponto da transacção, o mesmo Valeron. n. 16. sò indica
os dois casos especiaes da L. fin. ff. de transact., em que.a
transacção prejudica a Terceiro,; quaes a do Vendedor da
herança com p I devedor delia, e a .ido herdeiro gravado
com o
■ devedor da .mesma herança; -casos, em que essa
M transacção prejudica <ao Comprador da herança,
m ou fío -Fideiconiituisario r.mas nos termos desta
Lei .só a 'boa féexcu.sa a<> devedor da herança,

que transigio com o Vendedor delia, ou com o herdeiro gravado: Oraí a este caso não pôde applicar-se a Ord. que suppfito fraude de ambos os transigentes, e ô Terceiro sem outro regresso A indemnisação, >Se oruízessemos suscitar a observância desta Lei eov todo o caso além do exemplificado, irão posso idear outra forma de I prática que não seja esta : aquelle, a quem pó-de vir a ser prejudicai o coniracto entre Terceiros, recorra ao Juiz, narrando a fraude dos Corflràhentesy'e o seu prejuíio secundário: peça, quê' se lhe tome com citação delles protesto de íhenão prej udicar 'em. :lempo algum, e se não estfcí executado, que ■ não>cons u mão a sua execução', petoa de se revogar; como altentado tudo Ôqué itifiovarem ; hum protesto assim ju* dici.il e logo provado, maxime com citação de Parte,J,có^8eTva <u direito ao * Protestante, ex Peg.Tòmi 2.' For C/<*n; m-Si. r. veja-se Barbos, et TabvThesaur. Loc Coium.' L. 14. íap. 146. Áxiom-iMí!. ü' Por^^ste iiesdoise interpõe acue- l rtHa\pfovôtitlgéo, è ihiplorapão Ao auxilio do Magistrado contPãio gravame èxtrajudial causado por pessoa particular (if. 35-.);© então tudo o que se innovar depois será ai (enfado, ex.vi do d. §. 1. no fini, e doutrina de Pereir. de Man Reg. Gap. 21. faiih n. %K<

39. Também não «omprehendoa raZão. porque a Ord* no caso do §. 2. collocado debaixo da rubrt- ;.< ca = *quando poderão appellar dos aulas, que st fazem fora ao juízo* = exigio, que das partilhas feitas por Louvados, querendo-se usar do meio da Appella-ção, se appelle em dez dias, que são dados para appellar. O Sábio Mello L 4. T. 23. §. 5 uo fim da

Nota; diz o caso das partilhas he digno de especial favor, e que a dita Ord. parece dever entender •«♦* das partilhas feitas por mandado do Juiz, ou por sua authoridade, e assina quasi judiciaes. Remette-se a Pereir. de Mnn. Reg, Cap. 21. a n. 16., que não falia mais do que da Appellação interposta das Sentenças interlocutorias, e dos actos extrajudiciaes, seguindo a Clementin. *SicuX* de Appell., e não attingio Pereira o caso desta Ordenação.

Nota: Pôde plausível mente suppôr-se que os votos dos Arbilradores nSo sSo Sentenças, que passem em julgado, em quanto nïlo sAV» confirmados por Sentença do Juiz: Veja-se a Nota 6G0. a n. 6.º, *signer* Vai ase. de Parti t. Cap. 9.º. n. 41.; e pelo systema da nossa LegUlaçSo combinada esta Ord. L. 3. T. 78. §. 2 com a do JL. 4. T. S6. §. 18., só ha partilhas firmes, e constimadas, quando se reduzem a actos judiciaes: Húmus partilhas pois amigáveis por * Louvados; mas (o que he de necessidade para a sua cons um inação) reduzidas a actos judiciaes, fiel o hum mixlo participante do extrajudicial, e judicial: Epor isso este§. 2., quando se usar do remédio da Appellação, manda appell ar em dez dias, como de hum ar to, que mais participa dejudieial: N3o sei idear outra razílo.

40. Nos casos, que figurão os §§ 8. e 4.", es tes §§. mesmos dizem serem innappellaveis extraju-dicialmente esses casos: A primeira parle do §. §■ he implicitamente o petitorio de huma caução *de non offendendo*, de qua Ord. L. 5. T. 129., Silv. ao d. §. 6., Solan. ad Regim. Fodin. §• 1. á 0. 24 : A segunda parte do dito § 5. jf. = *E poderá ainda fô*

Pari. 11.

R

(*)»•)

ra do Juízo == he iupraikatla; ÜÁI ier-ceira parle 'lrgl
ctei no meu Opuscuio dos íuierdiclu* a § 38.º O i* 6.
não fajla ©ÜJ AppeJlação neuí attentado: Síoi 9 l, 7.:
Mae será mais provulenie /«ser esse protesto ju* díciaJ;
e eu só o admitiu ia extrajudicial com esae effeiLo, se
pula brevidade do tempo não podesse haver recurso ao
Juiz, *fd instar* ao caso da O/d- JU 4. T. 61. §. 2., -0011
for me a sua praxe. Con.fiar.de testemunhas a prova de
prole: laes, não he tãp seguro, como recorrer ao Juízo. Ü
§. 8. no seu caso sim permite appeUação extrajudicial
(não prefinindo tempo) : Mas boje está variada a praxe
desta Ordenação, depois do Assento na Coll, 3. da Ord.
L. 3. T 78., e do Assento de õ de Dezembro de ,1770.

Neta: liaptisia Fragos. de fiegiuj. (leip.

1\ I. Liv, 8. Owp 24. §. a. a «., 14. ad 2A., ex-l

B põe dez diferenças entre a AppeJlaçaojw/ição/, l

l* 8 a *extrajudicial*, das quaes .ajguinas Silv., á

I Ord. L.,3. T. 68. in rubr^l, t, a n. II.: He

I bem notável que nío suspjend,euup a *eglraju-*
dial a execução, nem produzindo ser attentado

tudo o que pendente eJJa se ipijova, .Silv. su

pra n. 13. A nossa Ordenação ,*\$m* alguns dos

casos, que figura, lhe dá o eíleito de ser atten

tado tudo o que pendente e/Ia se Jnnova (o que

nũo advertirão os citados QPv). } ,

I

I 4J. Quantoá AppeJlação *ob àenegalaw, seupro-tractam*
juslitiam inventada pelo Direito Canonico uo Foro
Ecclesiastico, e pelas Nações .civiíisadas no Foro
Civil, de que largamente traclei na Secção II. desde o
§. 38. até o4. 49.: Esta AppeJlação sim a tenho visto
praticar no Juízo £1 eclesiástico, mas não no Secular
deste Reino: Não vejo Legislação

('31)

espetei fica que a prohiba; antes nos casos omissos iras
Leis Pa Irias- temos permissão recorrer a'0 uso dáff
Wações: NSo aconselho, item quero ser aqui novador
temerário Ho Foro Secular. f(42, Só sim¹ com uso
desta AppéllaeSb- aa Foro Ecetesiastoy e> nas Nações-
, se podem fundamentar os requerimentos dos
Avocatorios das Causa¹ » dos Joize» Ordinários pBra os
Corregedores: e arruda mesmo dw Juizes d'e Fora para
os Corregedores, na fôrtti* do §.. 22. da Ord. L. r. T 5#.:
Ponqtae hum Juia de Fora, que dríata, «pesar das
instâncias da Parte, os despachos da Causa,
despachando aliás outras, tf n&o tendo o legitimo
impedimento; elle por si mesmo está mostrando a
paixão, que Cerfr pelo Réo devedor, ou possuidor, e a
suspeição própria l (por meia os razões se julgão
suspeitos os Juizes): JE como a Appellaçfio oh
relardatam juslitiam he mais propriamente hum
Avocatorio do Juiz imroe-diaito Superior (Sec. 3 n. 43),
pôde'o Corregedor avocar na fôrma da dita Ord. com
este fundamento, e só pela presdmpção da suspeição
ayocar as Causas retardadas pelos Juizes de Fora.

43. Também a mesma retardaçSo da adminis-
tração da Justiça, bem justificada com os requisitos,
pôde fundamenta* requerimento ao Desembarco do
Paço (como ao Soberano ex L 12 Cod. de Judie. V.
Sect. 3. n. 41.) para se arrancar a Causa de bum
Magistrado, eimpetrar commissão para outro, na fôrma
do §. 46. do Regimento do Tribunal Palatino; porque a
mesma retardaçSo inculpavel constitue suspeito o
Juiz da Causa.

Nota: O remédio único, a que no Foro
Secular tenho visto recorrer, he huma queixa ao
Rejjedor das Justiças, ou Governador dos

- k respectivos Districlos, que por Portarias com-mjnatorias instigão a diligencia dos Juizes mo-rosos. Na Roma, diz Constantin. ad Stat. Urb. Annot. 62. art. 2. n. 499., ser desnecessário o uso desta Appellação, já porque os Ministros
- j *HHO expeditissimos na administracSb da Justiça, já porque « Cum in Ūrbe sū pcesem Papa «facilis est recursus ad itium, ad hoc ul mandei v Judiei causa; expeditionem; necesteredendum, « quod Judices coram Papa velint se ponere sub*
- *U censura negligentw in administfandajusCiiw.»*
Assim he nos nossos Juizes em Lisboa, e Porto :
Mas que remédio nas fírovincias, e Terras remotas do Regedor das Justiças de Lisboa, e
- I Governador-do Porto? Que trabalhos •? Que des-pezas ? Que moras para recorrer ao Regedor, e Governadorr> Ah ! E quãoi justo seria adaptar-1 se o uso desta Appellação em termosfiha beis !
- m Objecto J digno de- huma.posfitwaívLegísIação, que he pura desejar, ou'*o4nen08 pars/isei fo-zer appelUvel este casoyLeacs Salgad: áe> Reg. Protectjáfr 2; Oap. jIT^np"»^ et P. 2JCp%. a n, i94JUinq " w o-ialosb gon «pfiêvoio89 asile*!;
- I to«tr»^/?■> ' ^i/(l - 4 oibio^a on gioJ ás
Pelo Direito Romano o contumaz não podia ap-pellar, Sect. I. n. 23, Struv. Erçere. 50. ihes^iS
Também pelo Pátrio ViaVNçt.Jéfe to .irçftn^
- I .6*. ii ivj»i) AicunH 9 c%uibri *fl
; >t iups eup 009inSi, Mf••*,e^
nocivo£1 S.f. .TH: "

A.R TI GO.III.

índole, e natureza -da Revista do Ag gravo Ordinário, da Appellação,t fio Aggravo de instrumento, do Ag gravo de Petição, do do, Auto- do-processe :Dijfe ; rendas enlneia; Revista, e Aggravo Ordinário ; entre este, e a AppeUação; mire esta, e o Aggravo tle instrumento: entre este, e o de Petição"; entre este;. 0. o do Auto dqtFProoesso.: Tudt conforme á nossa Legislação, e estilos da Supplicação, e Porto. .- íLÍ me> esxfut» eosson touú &á ':' i o ,BBioni.vo OitíK* s ïiOííhi &fsp úh fi _ . jciai J éb gsoijsoí, aeh iol>339.J3 ob salon *b auíJ Reviâtaixfíuaj indol^je- natureza.*

- 11oJi9j9Ü Ofi 19110091 B1IQ «filOÍTI SiiQ'S 8B.V '

ie;< 44. Devemos preseúidlr do/quanto sobre a índole, e natureza das nossas Revis:ía#jdiacorrêrão Pereir. de Revision^JSiliririá Ord. Ln11;bTíj;9>6.í com os mais Reinicola^i<;á face - do que noa declarão a L. de 3- ést Novembro de,Ji?68, e> Alvarií de 6 de Janeiro de 1813} porque apesar (Io qne alguns da-quelles escreverão, nos declarou a primeira das ditas Leis no Exordio 1. que « *Nestes Reinos são as « Revistas exorbitantes odiosas, e extraordinárias, «que somente se podem supplicar por via de espe « ciaí Graça. ».*« sfSt j\$#4e;ibi: • « *A qual revisão ht ti odiosa, e sempre de Graça especial por sua nature-« za. »* Parece que aqui seguio a Lei a opinião de Pereir. de Revision. C. 63.

A' vista desta legal declaração, longe de I nós os Reinicolas, e outros, que arbitrarão ser favorável o remédio da Revista, e dever conceder-se ainda em duvida, como Peg. 2. For. Cap.

(««)

9. D 316., et de Maior. Gap. 4. n. 355., et I 367., França ad Maod. D. J. art. 3. n. 29., e I outros: erro profligado por es Ia Lei pepctua-mente.

45. Declarou a l/ das ditas Leis: 2-*, que as Revistas sò se podem supptócar por via *de especial Graça*, e no f 4., que a revisão concedida *he sempre de Oraça especial por sua natureza* * Reprova o abuso* que se tem ferio das denominações *de Revista de Graça especial, e de Revista de Graça espe ■ cialissima*: ** E declarou: 0." que debaixo da primeira das ditas denominações se *não* possa entender ou julgar senão a primeira revisão, que se pede *contra as Sentenças da Oasa da Suppiicação*. *** E que debaixo da outra denominação de Revista de *Graça especialissima* se não possão entender, e julgar compreendidos senão es dons casos, *ou de será Re* vista reprovada por Direita* como screcede nas' Causai Criminaes* **a«t ou de ser passada» termo estabelecido peta Lei para a revisão* das Causas Cii>eÍ9*****<*

m A' face: desta Lei, & destas¹ rnylerioeas palavras:, ficou proscripta, e reprovada a dis-tineção», que fazia©¹ o* DD.- entre a Kevista

I de *Justiça*, e a *Revista de Graça* ; declarando os casos peculiares de íuma, e outra, como se pode vêr em Pererr, de Be vis. Cap< 4.,-e se-

I g umies, França ad Mend, P. 1. L. 3. C. 20. a n. 2.. et Arest. 22. com os mais, que cita Silv. á Ord L. 3. T. 96. in pr. a n. 14 : Assim» com esta nova Lei o advertio o grande

I Mello L. 4 T. fin. §. *ti.s* E longe de nós boje tal distineção, que também reprovou (não citando Mell.) o nosso Souz.: Not. ?e>5>.

(1A6)

*« lassa mesma diviisão fasia >tx professo
Pereir. de iRevision. Gap. 4- o- 7., e Cap. 99. toL: E
só fica praticavei a Revista de *Graça espècidUssima*
nos dous casos espeeiaíaisados na

*** bestas palavras == *contra as Sentenças da
Casa da Suppltação* =* e nesta restric-oão parece
excluir Revista de outra qualquer Sentença proferida
em ou Ire Senado-: Assim o sustentada jáSilv. á D.rd.
L. 43. T. 15. in pr. a n. 3.: Limitando porem era alguns
casos a n. 7. ad. J 2., esta restricçãoconã.; i.º, quando
a Causa se tractou no. Conselho da Fazenda, e ahi se
sentenceou : 2.º, quando se concede por Graça
esp&çialissima: 3.º, quando a Causa se tractou perante
o Juiz do. Fisco de Coimbra; porque supposit© deJJe
se não appelle para a Supplica-ção, sempre contra as
Sentenças do Conselho geral se pôde pedir Revista:
4.", quando a Causa por especial Com missão se
sentencea no Senado : S.% concede-se Revista das
Sentenças proferidas no Senado Bracarense: Estas
limitações, com varias declarações, se comprovSo
melhor «com as Notas de vários Senadores, que
Urancreveo o Repertor. debaixo da Conclusão I
■.==?= *Revista se concede doe Feitos julgados em cada
huma das Relações* = etc, ut ibi:

M Vide Per ei r. de Re vis. C. %v, quem eliam «
refertiSenator .Olivêir. in Sequenti Mota, ibi: « *Um
cada huma das nos sue Relações*. Veja-se Perejr. de
Rev.is, C. 27., ubi etíara das u Sentenças dadas em
outros Tribunaes, como « no *Conselho da Fazenda,*
ou nus Alçadas, ou « na *Relação do Fisco de*
Coimbra, e de *Êra~ «ga,* ou pelo *Physico Mor.* Em
quanto ás de

« *Braga*, vide etiam Portug. de Donat. P. 2. C; «8. ex n. 24., aonde tracta também de qual-« quer outro Donatário, que lenha semelhante "privilegio, como na Ord. L. 3. T. 71. §. ult. « E sobre isto de *Braga* ha'já Resoluções ex-« pressas de S. Mag-estade, qae estão em casa u do Escrivão da Câmara José Fagundes fiezer-I»ra. E também quanto ás Sentenças do Con-« selho da Fazenda, resolveo S. dVíagestade em «II de Marco de 1698, (Ind. Chonol. Toai. I. « pag. 272.) que de todas astque se dessem na-« queiie Tribunal houvesse Revista para o De-« sembargo do Paço₅ sem'a distincção, que traz « Pereira» em Consulta sobre o requerimento «de João de Figueiredo da Cidade de Goim-« bra. Nas Sentenças, que áe derem ao Conse ulho geral do Santo Offlew em Causas dos Fa-« miliares, as quaes por» appe Ilação do Juiz do « Fisco vão áquelle Conselho, e nas que se de-« rem no Conselho de Guerra Das Causas dos «Soldados não fallão os Afictóies; porém eu «tenho por sem duvida que também dellas ha « Revista pelas iguaes razões, e por-q»ue estas « pertencião ás Relações antes dos Privilégios.

Eis-aqui outra Nota do Senador «João Alves da Costa transcripta pelo mesmo Reper-tor. ut ibi:

« An concedatur Revisio in causis in Coii-« silio Sancti Officii ? Vid. Peg. in Addít. pag « 28. ii. 128. Na Causa do Conde de Sarzedas... « proferida no Conselho Geral, resolveo o Se-« nhor Rei D. João V., em Consulta do Dosem-« bargo do Paço, que se não concedesse Revis-« ta. (Ind. Chronol. Tom.ü. pag. 208., e Tom. «I. pag. 376.J O mesmo determinou por ou-

« outra resolução nas Sentenças dadas na *Junctura da Bulla da Cruzada* (Ind. Chronol. Tom. 1. « pag. 270. »); < o que he duro, porque todas estas causas, se não houverão privilégios, de-se » i viS© ser julgadas na Relação, aonde tem lu-

' " gar a Revista,* e'-nas Relações também pela "maior parte- são .os Juizes mais doutos. Et ' íóiterum notat ibi = Das Sentenças do Juiz « do Fisco •dada» em-Relação ha Revista, e se «irequer no Desembargo do Paço. Notat am-« pius == Ainda que poif Carta de Castella de ■*< 1620 se prühirssem Revistas das Sentenças M do Conselho fida'Fazenda, e depois se pra-

'uíticasse a distincçSOj que'-i&z Pereira entre « as Sentenças dadas pelo Conselho, ou pelos « Juizes da Fazenda; com^udo por Reso-

\ «.lução^de tife de Março deoU696 se determi-íí<nou-,
aue ainda idas Sentença» dadas pelos *
'GonselêirQ&Sav&riã Revista:- í<Juid das Sen-
<£;fcejioas/ éo Conselho de Guerra? Foi conce-

"i<i:':dida afRevisfa py>r ÊésoltrÇfôp .especial, e jus-u
taraeralie.se deve conceder pelo Príncipe, por-« que
antigamente na.; Relação se julgavão as
«■causaspiqu'e hoje se bbê^SermJnao no Conselho «
de Guerra. •> » cJoW

uM -Os-Recursos sentenciados DO Porto algu-«
mas vezes se mandão rever, e sentenciar de «■novo na
Casa da Supplicação, src poít Gabr.

\ u Pefeir- Barbos, de Pension. P. 2. Q. 11. n 18., « e se
praticou nos recursos de Guimarães com « o
Arcebispo de Braga, e se Ouvirão as Parte*,

! «r e ajuntarão papeis.'>> Assim o Senador João
Alves da Gosta em huroa sua Nota transcripta no
Repert., debaixo da Conclusão == Juiz da Coroa
do Porto manda Certidão ele. Vid. fnd. Chro-

Part. II

S

iiolog. ToiM. 3. pag. 77. por Decreta de %i de;
Maio de 1097.

Sendo certo que, quando, no Juízo da Cor-
da se decide o recurso sobre a violência com-
mel tida pelo Ecclesiastico, se expede primeira-
ve segunda Carta rogatória., para que o JEccle-
siaslico cesse da violência.* se nSo as cumpre,
[se re no et te Certidão ao Rei para no Senado
PaUliao se terminar, a controvérsia, Ord. L. 1.,
T. 12. §. 6 , e T. 40.. §. 11-K--entra pois aqui, o
ao nosso propósito a Questão. uAn Oráculo
** *Scnalarum AuUci Senatus, quiôus terminbntur I*
« rccursus interpositi á Pariibus appressis per
«« Judiccs Ecclenasticos od ■ Judicium< iCbronce
« possunt iterum revidarif. Esta Questão, a de-
cide o Reperfor. debaixo da, GoncJe«So== *Re*
mata se concede nas foitoe julf/adoSi eic, com
li uma Nota do Senador;.-JoãoAlves da Costa,i
ut ibi: «Muitas vezesipiedio O Procurador da
<< Coroa íotiseia revistos usAAs&eojtos *tomados*
*« contra as Cartas, rrouncft-rt** Hinbão mandado!
<< rever, *quando erãu.q. Jauor. fdmi Cartas ; po-*
M réin no Assento tomado -áoí recurso <lo Porto,
M que Bernardo Teixeira, inlerpoz do .Vigário
« geral de Braga, pedio, este se: revissé, e eu,
« e o Procurador da Coroa respondemos, que
" se não devia abrir esta,.porta, ***m-Consulta*
« se resolveo íosae revjsLo,' e se nomearão Jui-
« zes, e se revogou- o jAssento em 22 de No-
a vembro de 1730, não rendo os votos con-
** *formes. »■* ■ *nac;.* ■

Outro exemplo, em que por Graça especial do Sr.
D. João V. de 12 de A brinde 1726 ao Arcebispo de
Gòã, se concedeo Revista con-[tra o Assento do
Desembarco do Paço (e que

(1*»)

p mesmo Arcebispo não havia cumprido) se vê em França ad Mend, P. 2. L. I. C. 2. §. 2. n. 415. pag. 66.: Nilo ha porém revista do julgado DO iGonselho do Almirantado, sobre prezas, etc **Ind.** Chron. Tom. 2. pag. 202 , Alv. de 7 de Dezembro de 1796; mas as suas Sentenças não se executo o sem primeiro subir o Processo á Real Presença: Ind. Chron. Tom 2. pag. 255. I ****♦ Authorisando aqui a Lei os casos, era que a Revista *he reprovada por Direito*, exemplifica entre elles, para depender de *Graça especiafossima*, a Revista nas *causas criminaes*. Já a Ord. L. 3. T. 95. §. II. havia delermi nado que « De Sentenças dadas em casos cri* « me* não haverá petição de Revista, quando « pelas* Sentenças nSo fôr julgada, além da pena l« crime, tanta fazenda, ou bens, que exceda o c< as ditas quantias, e excedendo-as se poderão « fazer as ditas petições *nó que locar á dita «fazenda, è bens somente.*» Concorda o Regimento do Desembargo do Paço §. 33. : exemplos destas Graças para Revistas de Sentenças em casos crimes nos referem Cabed. P. 2. art. 143-, Pereír. de Revi&ion. Capr 17. sub n. 32.: DD. originae&j que referirão os modernos Silv. ao d. §. 11 , França ad IVIend. P. I. L 3. Cap. Iso. n. 28. Peg. ao d. §. 33., e o Ind. Ohronol. Td-Ití. 3. pag. 55. 50. 76. 115. 128. 131. 15.9. 172., & Tom. 3. pag. 118. 125. 196., e Tcrm. 4. pag. 59. j* Parece incoherenie a dieta Ordenação em quanto só permite Revista sobre a pena pecuniária ; quando-conhecendo-se depois injusta esta, fre conseqüente censurar-se injusta a pena corporal, sobre a qual **nS6** admiíte Petição de

Revista. A esta ponderação responde muito bem
o Repetor. debaixo da

I Revista não se admille em casos crimes == De tal fôrma
que, conforme huma Nota do Senador Oliveira ahi
transcripto; «< Em hum caso £{ crime, em que se
conoeãm r&wslaàa Diogo fã»Hf Idffottsv' de-Aguiar, e sua
ntulfter- *.Jilhos, da ofc lmaoida Madeim,> tmijual <
indefinidamente Ue < **sé< coneedeo a revista,
néojéiCajúuceo na Re-jiis>t< laefyo mais, que da
cundemnação pecuniária, 4t « ainda que se entendw,
ivjvte hum seu escravo c. içm condemnado em pena
uie'acaules- culegreto, imq * < estava innocnte; *à sb

£)aiv9,H ebeq es m,
ai oJaittesta Béreaçi Jde 1 íí evís.iSafriufcfZs sub n.
•sen ái&jr-que 4©isQiióitempo3 h^sviaríBKenjpkro^e se
,»/• conceder Revista para se rever <o feito não só
quanto á c©aaie.ni naçãoop&tian'lâ riâ, ííiasrirjpaanto
<né co*pfi^pi*deiuüspièjitta ieitpressa) da»já.: Ord.
§. II., hnpdprâdáa aoiBründipè:» àum^jexemplo
U mais modermou do anno. deg^áábvmias em
iifi*Fiança axl lkLendioP;!2ü:L.9i .áSag. &s§sÓ1iW»>. 114.
exemplo qual be :vKranmMíá- de. Gqrqueira foi
pela primeira: Sentença ioendernado em quatro

- mil cruzadosi;pcí^kd\iâide)nia^âslsasinado, em
mil ciyuzaaWipara .as .désp^asvtte oito anroos de
dagrasíao para a Pi»af^a de Mbzegã» (oomupregão
em Audiência: obteve Direito de Re^íslapirans-
- eripto -pelo mesuao Fnaiçamjrtílâ!.,í.e pelo Accor-
< dãovjíJ kà&í no firaj)só~!fifi condeninado em gráo
de Revista em 30»/i0aa os. aparas a Mãi do morto, em bo#
rs. parra as despesas, e em três yfa annos de degredo para
Castro Marim. De forma, que esta Revista sortiouefleito
não sò para a moderação da puna pecuniária; mas tainbem
para se moderar a'pena> corporal, e se rebater

(Kl)

m tanto quanto vai de oito annos de degredo para Mazagão em comparação de três para Castro-Ma rim: e isto quando o Decreto, que agraciou

- a Revista, transcripção por França n. 117., foi indistincto, e gecrieocu

Se 'iue he-licito, interpor o meu arbitrio, eu,-
disAÍBguiráa rviOa se pede ao Tribunal Pala tino
Revista à&λGwça,especial, na forma do §.

. 3& do seu RegiiD«nlQrre- então concedida ella sd
sedev^ coJttbecerxlacondemnação pecuniária
VÍ(imãs; <juaJ aerá boje.jQ .caso depois do Alv. de 15
de Stjlem>ferotldei)il8i4í') e não da corporal: ou se
pede Revista de *Graça especialissima* para

- ase GOuhesãr da^ifej uètiça, de tudo, isto he da
»a apemai.pexHuiiaria^! a.davcorporal, e então será

/necessário recorrer ao^ítei, que dispense a dita
u4fl&QrdfiL.ÁiitAfeq\$02^iporqu6 a tanto se não

- frtSeJBteádaaaepqder ai&sEjféftunal no d. §. 33.: assim
ji'1ííioiStenL<j)ó çiaejdxaJBSreir, d. Cap. 17. sub. n. 32.:
[no ocaMeesdida iaissEm pelofiPrincipe por *Graça espe-*

I cialissima, pata se.conhecer da injustiça, tani-
tok > beu\ quanta <&yymmxtopoval, se deve suspender
ÍfSLIJa ííexeiíiBçãottdeska^;'eonaos se nota no Decreto
' -!(^anscrapitaijiífiJo) ciifiaíáio.!JPrança n. 116. pag. 21 ,
qmdquid ènfiolvat Bereir. «supra a n. 16.: bem
a;u • íguei<no csasoido'.. dito aPícreto precederão infor-
íuiJUnaçSesil ôí)-olioiífl oveJoY

.c-o/. olá»e a, Senlençai«criminal foi absolutoria do
iji accusadaiefámej defende o mesmo Pereir. Cap.

- I ' ;M. a aaâc^.yW ooon> 38. prova com exemplos,
ser coneessivel Revisita ao Accusador. Porém,
apesardessa doutrina, e desses exemplos, já a
vi negada eu* üuin caso bem grave, de que o
Accusado foi absoiluto na Relação do Porto.
Denegada at Revistasse não pode embargar na

(I#i)

execução a Sentença, nem ainda por restituição, Repert. debaixo da Conclusão = *Petição de Revista se não admite*, ele. Sí ; ***** Outro caso, que depende de *Graça especialissima* conforme a nova JLei, lie quando tem passado anles da impetra os dois mezes prefixos na Ord. L. 3. T. 95. §. 3.: a computação destes dois mezes he bem cJaia na dita Ord. com a exposição de Silva, e França a d Mend. P. 1. L. 3. C. 20. a n. 13.: quid, se a Revista for impetrada no 61." dia? Se será admit-tida? Disputa largamente o mesmo França desde o o. 17. até o ri. 2-1. :o certo he que os *menores* pelo beneficio da restituição a podem implorar ao Q es embargo do Paço, para serem ad-mittidos a supplicar Revista passados os dois mezes, como com os mais Reini colas França] o. 82., & o Repertor. debaixo da Conclusão = *He vista não se pede passados dois mezes* ■=*> etc, favor que se amplia a todo o que gusa do mesmo beneficia da restituição, Pereir. de Re vis. C 34. n. 2.: a lesão necessária para se conceder esta restituição, como deva verificar*se? Veja-se o mesmo Pereir. Cap, 35. (bem que ainda usa da distineção da Revista de *Graça e de Justiça*, distineção que já vimos reprovada). Huma dispensa passados 20 annos refere o Iudv-Chronol. Toro. 2. pag. 138., em 9 de Ootubro de 1780.

4 mesma Ord. L. 3. T. 90. §■. 3. juneto o §. 32. do Regiín. do Desemb. do Paço per» mitte a dispensa d© Lapso dos dois mezes, verificando Be legitimo impedimento; mas não só he preciso q«r* este se verifâqaej porém que o Tribunal Pa Ia tino faça sobre elle Consulta ao Rei, Pereir. de Revis.-Gap. 33. Siív, ao d. §. 8.

n. (6., Peg. Tom. 2. ad Ord. L. 1. T. 3. §. 32.
gloss. 89. n. 10. (aonde a n. 9. quaes são as justas causas
de impedimento, Conf. Stryk. Disp. de ímpedim. Legal.)
« Nota vero que, « se duas ou mais Partes quizerem pedir
Re-« vista, cada huma tem estes dois mezes intei-« ros,
convém a saber, o que primeiro pedio c vista dois mezes;
e o segundo outros dois j. a mezes, como se julgou, etc.
Assim o Senador Oliveira na Nota transcripta no
Repertor. debaixo da Conclusão =■ *Revista se não pede
passados dois mezes* =* etc.

Támbeta esta' Lei faz dependente de Graça especialissima
a Revista, ou concessão delia, • quando reprovada por-
Direito : *temos visto os dois exemplos expressos na Lei;
restão os mais reprovados por Direito : estes são: I.',
quando no tempo- presente pelo Alvará de 16 de Setem-
bro de '18'14, "O valor da causa não exceder
nsiíioõO/ooa réis. Ord-. L. 3. iT. "9õ; §. 8.: e neste caso'
tifiro ha jamais dispensa na Lei, que taxou a alçada, ou
valor- da causa para não ser caso de Bievistaj Silv. ao d.
§. 8. n. Jo., Pereir. de Revis'. Cap: 18. n. 88.: neste caso
pois nem com especialissitna Graça sé pôde impetrar Re-
*b vistaí --<>'i 3 2>'í'N'ão'»se'àdmitte Revista havendo
três

■Sehçenças coflformés^posto que a Parte alle-goe que
leve algumas Tençfies por si, Ord. L. 3. T. 95. f. 8.,
Pereir. de Revis. Cap. 23.: desta Ordenação houve
duas dispensas, que refere o Senador João Alves da
Costa na Nota

■transcripta no Repertor. debaixo da Conclusão =
*Petição de Revista-se não admitte, havendo três
Sentenças* ~ etc. Porém com diversos fados.

(m)

Esta nossa Lei não nega absolutamente a concessão de Revista neste caso; mas a faz dependente de *Graça especialíssima*: e quando se julguem três conformes, veja-se Pereir. supra, e acima o art. 2. n. 27. com os DD- ahí citados.

3." Não se admite Petição de Revista, depois de luma vez ser negada, ou julgado o caso delia em Relação, Ord. L. 3. T. 96. §. 9.: a generalidade deste §. não admite limitação ai* guma, que possa idèar-se, nem ainda restituição de raenor, Pereir de Re vis. Cap. 90.; sim se dispensou por Decreto particular de 12 de Junho de 1686, que referio o Senador Oliveir na Nota transcripta no Reportor. debaixo da Conclusão =7 *Petição de Revista não se admite depois de huma vez ser negada*, etc. Porém nessa Nota declamou o mesmo Senador: « *Deos « nos Uvre de tal exemplo, e já Sua Magestade V(se apartou delle em outra causa grave. >»* Conf. França ad Mcnd. P. V. L. 3. Cap. 20. n. 40.: lesta L de 1768. ainda mais firmou a prohibição no fim do §. 4.

1* 4 ° Não se admite (sem Graça especialíssima) Revista das Sentenças proferidas sobre suspeições, Ord. L. 3. T. 96. § 12., Guerreir. de Recusat. L. 6. Cap. 20. n. 16., aonde cita os mais Reinicolas: limita porém com Pereir. I de Revis. Cap. 24. n. 29. et 30 « *Quando recu-u salto Judieis involvit vel interesse Recusati, vel « honorem»* etc. Conf. Franç. sopra n. 34.

5." Também he prohibida a Revista das Sentenças interlocutorias, Ord. L. 3. T. 95. §. 12., e com todos os Reinicolas França ad Mend. P. 1. L. 3. C. 20. n. 33.: se porém compete Revista das interlocutorias. que tem força de

(Hô)

(definitivas, ou contém dam no irreparável, he Questão assás opinativa, como se pôde vêr no mesmo França, o goa) por fim com Pereir. de Revis. Cap. 26. a n. 17. concilia as opiniões, firmando que ;a negativa (que não admite Revista) procede havendo na Causa o remédio da Appellação e a opinião affirmativa, *cum jarn leictinctumfeshjdiciurn remedium appellalionis*: A mesma conciliação seguio- antes Silv. ao d §. J2- a. 6., ©sino n<,-7i.;. propõe a outra Questão « *Utrum)a->\$enientia laia super incompeñentia f<judiciñeompelat'Mevtsto*» e a resolve negativamente «e a Jurisdicção he capaz de proro-gação, *secuS'Vefb si est improroyabilis, iia ut pariat nuUlaterârprocessus,• et Sententios*: E assim o refeie,rauitas vezes julgado, citando Pereir., Mo-nd Q nfiégii: * Se compete Revista da interlocutoria^sübr>© a cláusula,depositaria (que ainda hoje admjte em alguns casos a L. de ai de Mafô de..11774), se vê decidido pela nefativa n© Repertor debaixo da Conclusão = *fetição de Revista não se admite, sobre suspei-fô«s=elçvO meti) eJJiffihe S» o?»/i*

6º Em üm! não se admite nas Causas possessorias sqmjnaF.ias, como contra Valaso. e Pereir. julgou o Senador João Alves da Cos ia na Nota tranSQripta,ao Repertor., debaixo da Conclusão =5*Revista se não concede nos Ca sos crimes* = aonde attesta que duas vezes a vira denegada neste caso, e justifica a mesma denegação contra a opinião de Valasco, e Pe reira : Não se admite das determinações do Almotacé Mor, Ord. L. 1. T. 18. §. 66.: Nem das decisões do Conservador, e Fiscal da Companhia do Porto: instituições da mesma. §. 7. *Pari. II.* T

(H6)

56. Declarou 4.º, a mesma Lei de 3 de Novembro de J 768 no §. 1., e determinou que se não pos-são conceder Revistas senão nos dous precisos termos de *manifesta nullidade, ou injustiça notória*. E para não vir em duvida declarou no §. 2. «que és-u tas (*manifesta nullidade, ou injustiça notória*) s<5-« mente se possão julgar taes nos casos lileralmen-«te expressos nos dous Preâmbulos das Ordena-« ções L. 3. T. 75., eT. 95., concordando se ambos «os sobreditos Preâmbulos para o dito effeito: E " reduzindose aos casos nelles expressos o §. J. do «referido T. 95. nas palavras = *E sendo ambos cotl-«formes em parecer, que a Sentença não foi justa-u mente dada ==*, e os §§. 32. e 35. do Regimento «do Desembargo do Paço nas outras palavras, que " até agora se tomarão por pretexto para as sobre-«ditas Concessões abusivas, e isto sem inierprela-<< ção, ou modificação alguma, qualquer que el/a « seja. n

47. Declarou 6.º, no §. 3. ut ibi: « E porque so-«bre os termos, em que as Sentenças se devem «julgar notoriamente injustas pelo principio de se-«rem proferidas *contra Direito expresso*, ha tam-« bem diversas opiniões, que tem constituído per-«• plexidade no direito das partes, e contrariedade «nas decisões das Revistas: «Determino que *oDi-fc reilo expresso*, de que setracta nas referidas Leis, «*deve ser o Direito Pátrio dos Meus Reinos, e não nas Leis Imperiaes, ou Direito Civil, **» de que re-«sultaria a mesma perplexidade do domínio, e in-« certeza do direito das partes, que he da Minha u Paternal intenção evitar, quanto possível fôr:» *E I* isto não obstante a outra Ord. do L. 3. Tit. 64.

- Á face desta Lei cessou a Questão

(14?)

*u Qucenam Sententia dicenda sit notorie ac evi-«
denter injusta, ut Revisio iulius locurn habeat f* Questão
tractada por Valasc. Cons 5-1. a n. 10., Pereir. de
Reyis. Cap. 64., França ad Mend. Arest 22. a R. 10.
18.: Cessou o bello- discurso do Senador Amador
Antônio Berrou des de Torres na deliberação
transcripta no tf. Arest. 22. desde o n>. 28. ad n. 32., e
dos roan DD. abi citados, que escreverão até o anno
de-1751.: O grande Mello (escrevendo depois desta
Lei) elle no L. 4. T. 23. §. 28., no fim, ainda deliberou,
ut ibi: « *Ego vero eam Sententiam no-utarie injustam
dicerem, quos non communi Do-uctorum opinioni, vel
extrinsecus cuicumque au-uctorüali opponitur, Ord.
cít. Tít. 85. §. 8. ibi « = e posto que alleguero, que tem
algumas «tenções em. seu favor = Sed quoe Júris
natu-« ralis, et Civilis rationi, eequitative a jure agni-
*»tee, quar apud omnes gentes per csque valei,
«contraria est. >»* Se este arbítrio de Mello se
compadece,, ou não com a nossa Ler (n. 47.) decidão
68 Defensores.

** Est» Lei foi datada era 1'768: Porém depois
delia © mesmo Legislador, o Senhor D. José I.,
estabelece© nao> so a L. d© 18 de Agosto de 17(5\$,
que no §. 9. *f. Sendo muito mais racionavel,* fez
subsidiárias as Leis das Nações eivilisadas, mas noa
Esta tu 6. da Uni-versid. L. 2. T. &. Cap. 2. §. 99.,
declarando a d. L. de 18 de Agosto, determinou
positivamente que o *Direito Romano*, depoi* das qua-
lificações expostas desde o §. 18 , elle- DOS casos
omissos nas Leis Pátrias, não só pôde, mas *deve ter
lugar, como Lei, e norma jixa, e constante para a
decisão das Causas, e para que não*

T2

jiyue a administração da justiça dependente do arbítrio dos Juizes: Fazendo-as como suas, pela A uthoridade, e vigor que lhe dá, emandan-do-as observar em Supplernenlo, e subsidio das Leis Pátrias, etc. Estão pois em collisão estas ultimas Legislações com o §. 3. da de 1768. (o. 47.): *Ciuid ergo*, se sendo o caso omissso nas Leis Pátrias fôr julgado contra alguma Romana clara, justa, e qualificada tal, na fôrma dos ditos Estat. a §. 13., se será fundamento para supplicar Revista contra a Sentença como proferida *contra Direito expresso t* Se atlendemos á ultima Legislação, ou como *derogatoria* (por isso que ultima) da Lei antecedente, ou como *declaratoria* delia, será sem duvida conceder-se a Revista da Sentença proferida contra huma *Lei subsidiaria*, e authorisada pelas Leis Pátrias, para dever precisamente observar-se no caso omissso nestas; sendo o mesmo proferir-se contra uma Lei Pátria, que contra numa Romana em geral aulborisada pela Pátria. * Se purém considerámos odiosas as Revistas, e que a L. de 1768 especial, ainda que anterior, he huma limitação das Leis geraes posteriores, *ex Moraes de Execut. L. J, C. 4. n. 3.*, devemos mudar de voto: Esta interpretação he privativa dos Senhores Desembargadores do Paço: Bem que cá de longe, e do cantinho da minha Aldêa, lenho observado que as Revistas se concedem, quando, nos casos omissos nas Leis Pátrias, as Sentenças de que se pedem são notoriamente injustas, e proferidas contra as Leis Romanas, qualificadas justas, e recebidas nesses Artigos pelo uso das Nações, ou Legislações destas, etc.

(I" >

- * O Príncipe faz suas aquellas disposições,
a que presta sua Real Authoridade, Alv. de
II Confirro. do Direit. dos Ind. do Pará de 17 de Agosto de
1750., Decret. de 18 de Oulubr. de 1762., L. II. §.
omnia Cod. de Vet. jur. Enu-cleand.

I 48. Declara 6.% a mesma Lei no §. 5. ut ibi: ><
Attendendo a que além dos casos expressos nos «sobredltos
dous Preâmbulos das Ordenações do JL. c< 3. T. 75., e T.
95., pôde haver alguns casos taes, » e tão graves, e
intrincados, que a decisão de se-u rem, ou não
compreendidos no espirito dos ditos « Preâmbulos, se faça
duvidosa aos Ministros infor-<« mantes: Mando, que nestes
casos se observe in-« violável mente o que das Sábias Leis
do Senhor D. « Manuel foi deduzido, e determinado pelo §.
'5. do « T. 5. do Liv. 1. da Ordenação do Reino. ■■»

Nota: Este §. não remove a dúvida da Nota
próxima precedente: Porque só manda proceder a
Assento na conformidade da Ord. L. 1. T. 5. 6, 5.,
quando houver duvida sobre .a intelligencia de
alguma Lei do Reino: Se pois na bypothese não a ha,
nem expressa, nem du-

- n vidosa, que a Sentença, de que a Revista se pede,
encontrasse, mas só ha Leis Romanas, e
pj das Nações claras, e expressas,*contra as quaes julgou a
Sentença, ficámos na mesma dúvida lembrada na
precedente Nota.

49. Em fim 7.º, a mesma Lei no §. 6., pelas razões,
que declarou, mandou ut ibi: «Mando, que «daqui em
diante se não possa produzir documen-<to algum de novo
nos autos de Revistas; e que no

K **o)

« caso de se obter para isso dispensa desta Lei, se «julgue obreplicia, e subrepticia, e de nenhum ef-« feito. » Antes desta Lei era freqüentíssimo concederem-se Provisões para no grão de Revista se produzirem de novo Documentos: Pereir. de Revis; Cap. 83. n 21. • Mas depois desta Lei he jamais concessivel tal Graça

Nota : Oeoorre aqui numa dúvida, qual he : Se apparecem Documentos de novo depois de

I negada, ou sendo concedida, depois de disputada a Revista, podem aproveitar para se retractar por força delíes (sendoconvincentes) qualquer Sentença, ou da Supplicação, ou da Revista ? ResoJutivamente sigo que sim apesar desta Lei,

I verificando se porém os requisitos', que expuz tia. Nota 471. desde o IK ».: Move-me 1.\ a razão da equidade em tal caso, e verificados rigorosamente esses requisitos: Move-me 2.*, a reflexão, que verificados elles cessão as razões'

I do d." Ç. 6." da L. de 1TÍ8, porque cessa a pre-sumpção da falsidade, que este §~ oomjectura, produzindio se os Documentos em tal conjectura, edepoia de tantas instâncias, cessa a razão de serem summarios os processos revisorios, que

I não podem soffrer disputa plenária sobre a verdade, ou falsidade de taes documentos; porque pelo. contrario se ficão disputando em acção ordinária, e a razão mesma não exclue a disputa plenária: Cessa a outra razão da injuriai aos Ma-

I gistrados, que proferirão as Sentenças; porque tractando-ae da sua revogação em diversa acção ex vi dos taes Documentos, não se arguem injustas.; mas antes se reconhece que se fossem presentes aos Magistrados não sentencearião as-

sim. Move-me 3.º, a Nota do Senador João Alves da Costa no Repert., debaixo da Conclusão — *Petição de Revista não se admite depois de huma vez negada* =, aonde escreveo: «Jolga-« mos ... se não podia conhecer dos Embar-« gos oppostos na execução, nem pelo benefi-« cio da restituição, que antes se não tinha im-« piorado, por quanto fie tinha denegado a Re-« vista... *Secus*, quando se implora restitui-« ção *tx instrumentiis de novo repertis*, ele.

50. Quanto ao Alvará de 6 de Dezembro de 1823 a este respeito: Antes de entrar na sua analyse, devo prenolar a praxe antecedente (com que elle se conformou) de embargar na Chancellaria as Sentenças revisionaes : Esta Praxe a havia escripto *exprofesso* Pereir. de Revision. Cap. 98. a n. II. ut ibi.

" Ex consueta praxi permittitur Sententiam re-« visionalem in Cancellaria impedire; illoque impe-« dimentorum via noviter de allegata-jure impediens-« tis disceptatur, processustjue iterum inspiciendus-« ad eosdem revertitur Judices, per quos, novo illius «facto examine, impedimentorum matéria decidi* « tur, et Sententia lata poterit reparari. Qua praxi « satis Irtfugantibus oppressis in Sententia revisionis « cõsulitur. »

i< Et eis dictis notandum erit<6, quod permissio »impediendi Sententia revisionis in Cancellaria so-« *«l'um practicaridebet respectu illius litigantis, cuide «Jure communi competi tora erat revisio revisionis, «in cujos locam praxis nostra introduxit faculta tem «impediendi Sententiam revisio nal em in Cancellaria; non vero respectu alterius Partis adversas, qua? « adversus Jatam Sententiam revisionis aliam revisio--.< nem de jure communi supplicare non poterat ,* et ita

«intelligendam esse praxim nostram circa impedi-
 « menta Cancellariae in revisi accepi ab 1-
 «bus optimaenoiæSenatoribus, et melioria censuras,
 «quamvis aliqua in contrarium reperiantur exempla, «
 qua fortassis absque matura rei cognitione fieri so-«lent;
 ali ter sine aliqua Imitationis causa obviare-«mus
 suprapositæ regulas n. 1., et revisionalia litigia « contra
 Jegis incutem (Ord. L. s. T. 96. §. 9., L. 6. c« Co d. de
 Precib.) ex tenderem us. Quam ob rem no-«i tari debet,
 quo ubi permissum est Sententiam re-«visionalem in
 Cancellaria impedire posse, fructus « percépti ab
 impediante, durante tempore impedi-u mentorum,
 eodem jure censeri debent, quo censen-«tur percépti
 durante tempore antecedenti revisio-« nalis instantia:
 Siquidem quatenus Sententia revi-« sionalis impedita
 est, in judicatum non transire ro-« catio antecedentis
 Sententise revisas » l.» dl. Prenotado isto, já a analyse
 do dito Alvará: Elle logo no Preâmbulo diz *que se*
seguia commum, e ordinariamente na prática poder
 usar do meio de Embargos, o que tendo vencido na
 Sentença, de que se concedeo Revista, teve-a contra si
 depois por ef-feito delia, e o impetrante só* no caso, em
 que se ac-crescenta, e decide alguma cousa de novo na
 Sentença proferida a seu favor: Passa a figurar o caso,
 objecto do mesmo Alvará, e hum Assento de Abril do
 mesmo anno, que julgara o contrario da dita praxe, *aliás*
fundada em razão jurídica, e na opinião de alguns
Éscriptores, cessa o mesmo Assento por este, e outro
 fundamento (de não ter lugar depois de estar o feito a
 vozes, e até vencido); reprova o argumento, de que
 Embargos são pertença de revista de outra Revista,
 reprovada pela Lei, e estabelece « *que daqui em diante*
seja licito ás Partes, a u quem fôr qffensivo em todo, ou
em parte o julgado

«MO gráo da Revista, embarga-lo; ficando ao^co < nhecimento dos Juizes o decidir se a matéria delles « pôde ler lugar em tal caso, deferindo a final ern >< conformidade da natureza, e fim deste recurso, e *t das Leis estabelecidas, que tanto o limitarão e res-« Iringirão.»

Nota: Pelo espirito deste Alvará relativo as Leis, he bem certo que, ainda que perrailtio Embargos, estes só se podem formal* com matéria constante dos autos, e não com matéria nova, a que se produção novas provas, Ord. L. 3. T. 95. §. 7., pelas bellas razões, que exhibio Pereir. de Revis. Cap. 83. tot.: e isto nem ainda por beneficio de restituição, se pôde allegar matéria nova, ou produzir novos Documentos, Pereir. supra a n. 7., França ad Mend P. 1. L. 3. C. 20. n. 24., Silv. ao d. §. 7. n. 2. : só sim podem os Juizes no gráo de Revista B fazer reperguntar alguma testemunha, avocar i algum Documento original, de que no processo ande a copia, e mandar proceder a Vistoria, Pereir. supra n. 22. et 23. Silv. ao d. §. 7. a . n. 5.: e quando vem de fora a inquirição, que se mandara fazer na fôrma da Ord. L. 3. T 54. §. 13., se suspende a revista, e se remetle com ellas a cansa ao Juiz da instância, que mandou passar a Carta de inquirição para á vista delia julgar de novo a causa, ex Gabed. 1. P. Ar. 39., Pereir. supra n. 28 , Silv. n. 9., aonde faz outra declaração, com Costa, nos estilos: não assim quando a Revista he de *Justiça*, caso em que a Ord. L. 3. T. 95. §. 15. ad mil tia no Juizo reviso rio novas allegaçOes e novas provas de testemunhas e instrumentos, Pereir. de Revision.

Parte II. v

(M«) I

Cap. 84. *toU^-como* porém hoje depois da L. de 1788 todas as Concessões de Revistas são

I de *Graça •espeèial por saa natureza* (nº 44. et
8 41.) cessa a dita Ord, ■§« üâ., *J o que **com** a
discorre Pereir. d. Cap. «4., e procede o que
tenho exposto nesta Nota com os OO. citados,

I que fallão no supposto de ser a Revista" conce-M
<dida por *Graça* .• as differenças. que entre numa e outra
Revista fer iPeiieir. Cap* 7. estão inúteis. O maiá quanto á
antecede cota, concomi-I tancia, e c«5nseque<nBÍa do
processo irevisoTío, se l1 ■ exporá sobre as Notas 71:4. e
seguintesnsó aqui noto, .**qué** .ninguém mais que o ÜÉS pôde
conceder Revistas, nem a ira da a (Rainha Donatária, nem o
Arcebispo de «Braga, etc. Meil. L. 4. T.

9 23, '§. 28. -na Neta. £]

*sOjfferençay enlrt ,a Revista, e o Aygfiaú®
Ordinária.*

62. 1 retermiUo as diherenças entre as nos^is
iievisjías, ie as Swppilicações: dos fiomanos, qiu-e ex-pôz
Pereir. de -Revi*.; Ca'p. 9. a> o. 10.: pretetanitlo a
differença.; que èn</re ási:nossas Revistas, e as de à6tr'às
Nações fez a iL. de -'3 cie jKiovembro de 1768
<m>'Prefacio? o mesta!© Pereira -d. 'Gap. d. desde o u.
Í2i2-. «até o n. 3G. recapitulou estes diffe pencas con-
'fiíraíae a nossa Legislação, ut ibi:" , Ct K Et primo
difíeruái; cura qualitem, qui jirse-u¹ faturo gravamen 'de
Mure Re-gio est -O Pd ia ri um uiremediura- provooaíjdi
aci Suipenorém iegítimum, •fietfícertum, -piiout a
Prmtonibus Urbanis, et iPrsesi-«.-dibús Curialibus nd
Senatum, et a Sêná^ús infe-« 4'iônibus ad supremurn:
ideoque dicítur *Bapplicatio «ordinária, veltffravamen
Ordinarium.* 'Revisio ve-

(»*&)

« ro est remedium *extmvdinarium* et subsidiariiim «
introducitur in defectum alterius jure ordinário *u*
competentis. .. *Gt*vamen>Ordinarium*, cum fere « sortiatur
forum appellationis ftpud fios. est. rerce-" dium de gênero
permJaoram, *e. favor abile*: fieyi-•< sio *vero* est de genere
prohibitórum, et regulari-« ter *odiosa*.

««Secundo düferunt quoad effecíum : síquidem «
gravamen ordinarium suspondit execuionem Sen " tentiae
juxta formam expressam, et per spatium « temporis statút>
in Ord. L. S. T. 84. §. 14. I^evi-« sio autem nullum habet
efiectum suspensivum r^p ' < judicatge, ut fusius dicemus
Cap. 40. *m* «< Tertio differunt quoad tem pus : Nam gravais
men intra decenditum interponendum est, Ord. « L. 3. T. 84.
in pr. et T. 74\ §. S.: Revisio vero « intra duo rum mensium
spatium supplicari potest, «Ord. L. 3. T. 95. §. 3., et Jargius
dicemup « Cap. 2.8.

I « Quarto diflerunt quoad n um er um Judicum : «
Gravaminis enim cansa triplici conformium Judi « cum
stfffiVagio evjncitur: Ord. L. I. T. 6. §. J. « Revisionaiis
causa vero pfurium Judicum confor-« mitate indiget, ut
evincatur: Ord. d. T. 95. §. 5., « et diceinus .Cap. 77.

«Quinto .differant quoad depositam pr«eambu-« Jum :
in causa namque grava minis exígua summa « (hoje
triplicada) deponenda requiritur, quse appli-*tt* paiur
CauceHariae, si aggrarnns succunbat. Ord. « L. 8. T. 84. §.
I. et 2. ÍD re visitais vero instan-*v* tia longe maior summa
deponenda est tfl casum «'.suceu ra ben tias, ei ipsa mini
me ap,pl,i,eaaxla κÇan-« eellariaB, sed J odiei bus, a q
uorum jSententia revi • «sio suppJkaríur, *gi* 3uppJicans
non~obtJB^{cal} - *Orê. u* d. T. 95. §. %. et dicemus Cap. 08'

v 2

I «Sexto diflerunt quoad modum expeditiōnis: «« Siquidem grava nien Ordinariū regular i ler per « deJiberaliones scripiās expedi tur, Oro. L. I. T. 6. " §. I Revisio vero sem per in conferentia voèaí «' terminatur ac expeditor, ut dicemus Cap 92.

« Septimo: In instantia Grava min is Ordinarií " nova; admiituntur allegationes, et probationes « Ord. L. 3. T. 83. in pr.: In instantia vero revi-« sicnis *Gratiosce* noa ila: Ord. L. 3. T. 96. 6 7. >»

Nota: Algumas destas diflerenços attin-gio, e escrevéo bem confusa mente Mell. L. 4.

I T. 23. §. 26. na Nota. Ao mesmo Pereira ainda escapou outra, qual he, que o Vencedor na Supplicação, que tirou Sentença e tomou posse, não restilus os'fructos, que percebeo antes da

m Revista e pendente eJla, revogando-se ahi a Sentença da Supplicação, Pereir. de Rev. Gap. 93., confira-se Castilh. Tom. 6. Controv. Cap. 135. a n. 387, Mier. de Maior. 3 P. Q. 26.

DIVISÃO II.

Índole e natureza do nosso Aí/gravo Ordinário: Em I que se equipara com a jáppellação: Em que differe delia.

63. Já vimos >Sect. 3. n. 9. e sua Nota, o que he entre nós *Ag gravo Ordinário*, e os Juizes, de que pela sua sublime graduação se interpõe esta *Suppli-cação Ordinária*, e não Appellação. Das expostas (o. 62.) diflerenças entre a Revista e Aggravo Ordinário, se infere em grande parte a sua índole e natureza, conforme a nossa Legislação: o resto se

deduz das diferenças, e congruências entre elle e a AppellaçSo: i congruências, semelhanças, e diffe-renças, que bem demonstrou o nosso grande Pratico Moraes de Execut. L. 6. Cap. 5. a n. 4. (melhor que nenhum outro Keinicola): eu me satisfaço com o copiar (deixando de ser plagiario como o foi Franç. ad Mend. 1. P. L. 3. Cap. 19. a n. 58. paucis addilis.)

« Gravamen Ordinarium, seu Supplicatio a parte << cum appellalione procedit regulariter: unde, sicut « appellatio est, intra decem dies inlerponenda, Ord. «< L. 3. T. 70-. in pr., ita etiam Supplicatio... Ord. « L. 3. T. 84. in pr... quod planius procedit in « nostro gravamine, quam in Supplicatione Júris « Communis, ubi cerlae erant distinctiones, de quib. « Auth. Quae Supplicatio, etc. (Conf. Franç. ad « Mend. P. J. L. 3. C. 19. n. 58.)

« Secundo conveniunt; quia sicut appellatio in «< você, seu in scriptis facienda est; ita et Supplica-« tio, seu gravamen: et ita tam appellatio, quam « gravamen intimatur Judiei in auditório justa Ord. « d. T. 70. §. I. (conf. França supra n. 59.)

« Tertio conveniunt, quia sicut. appellatio reci-«< pienda est per Judicem *a quo* Ord. d. T. 70. §. 2., « ita et in gravamine, Ord. d. T. 84. §. 2. (conf. « França n. 60.)

I
ÍC Quarto conveniunt; quia sicut appellans po-« test in secunda instantia non allegata. aliegare, ei *u* non probata probare, Ord. L. 3. T. 20. §. 28. et « 29., ita et in gravamine Ordinário, ut habetur in « d. §. 28., et T. 83. §. I. et 2. eod. Lib. (conf. « França n. 61.)

u Quinto conveniunt; quia sicut appellatio non << conceditur ab interlocutoria, nisi vim habeat defi-« nitivjB quod etiam habetur in Ord. L. 3. T. 69 ,

('58;

« ita et gravamen Ordinarium non habet Jocum in «
supradictis Judicibus, nisi in Sententia definitiva. u vcl
definitiva? vim habente, innuit Ord. d. T. kl « §. 4. etc.
(conf. França n. 62. et 63.) -

« Differunt item raultis modis gravameny seu
t< Supplicatio, et appellatio: nam primo appellatio
« debet intra sex menses coram Superiora i-
« tari. Ord. L. 3. T. 70. §. 3. et 4., cum n
« Gravamen Ordinarium terminari tantum duorum
u mensium habeat, qui computantur ex die. quo vi*
« ctor Sententiam extrahit e processo, et vil

« in CanceJaria, Ord. d. T. 84. §. 4. et 5. Gam.
« Dec. 68., in quo et alia est differentia. quia et
« Pars si juste impedita ad praesentandum Grava-
'«men in termino, Judex restitutionem illi conce-
u dere nequit, nisi ex causa minoris astatis petita tu r;
u unde necessario hoc casu ad Principem recurrere*
« dum est, Ord. d. T. 84. §. 9., Cabed. J. P. D9C. 42.
«i n. 4. et 7., Aflend. in Pract. i. P. L. 3. C. 19. . io..
M cum tamen in appellatione Judex ad quem noisit
I« Partem ratione impedimenti restituere, Ord. L. 3
« T 68. §* 6- ad me<L Cabed. d. o. 7., Mend. d. n.
n JO. (conf. França o» 66. até 68.) H

I u item Appellans, qui acta ad roaiorem Judi-
u cem non detulit in tempore, potest moram pur-
« gare intra tempus de quo in Ord. I» 3. T. 68.
« §. 7., "quod tamen secus est in grava mine, in quo
M sol um potest moram porcare intra paucissimos
M dies, quod exemplificat Gam. Dec. 132. in tribus,
« vcl quatuor: ut vero satisfiat forma Legis, enli
w cit in termino instrumentum Grava min ia coram
u distributore Curiae praesentari, licet atam non dia
« tribuatur. Phaeb, l. P. arl.27., Coei. de StyJ. Annot.
«té, i, 67. (conf. França supra n. 82. et 83.)

* Item Judex ad petitionem Appellati potest

« restriogere terra i num Jegalem d atum ad se prae «
 senlandum coram Superipre, quem terminum a » Judioe
 prsefixum dicimus *diu de apparecer* infra « quera, et tribus
 diebus Curiae si AppeJlans cotam « Superiore nou
 compareai, prtnunliaUir appeilatio « deserta: Ord. d. T. 68.
 \ 9. et T. 70. §. 4. Ta-« meti in Gravawrine nofl invenitur
 jure cautum, « quod possit Judex *diem comparationis*
 assignare, « restringendo terminum Jegalem, Cabed. f. P.
 Oec. «40., Mend. d C. J9. n. M. (conf Franca supra '• í).
 75. et 76.).

« Secundo di-fierunt, quia pendente appeHaione, u
 quantumvis multo durei tempore, executio pri-« mas
 Sentem tias suspenditur, e<um judicatum sit per »
 appellationem tu^rtificialum, Ord. L. 3. T. 73. in << pr.,
 quod et iam procedit in appellatione ab inter-«« loGutoria
 vim definitiva? habent, Ord. L 3. T 69. « §. -6. in fin.,
 exceptis appellalionibus a Sentenlijs « Provisorum, qnae
 sofiuin per sex menses suspen-« dunt, Ord. L. 1. T. 62. §.
 25., et L. 8. T. 73. ffir. « At in Gravamine Pars vicia slalim
 satisdare co-« gifcmysi bona ad condenuatiouem
 suflicientia non « possideat; -alias transada per Cancellariam
 Sen-« leiilia « processu estrada, confeslim fit executio. « et
 si sbona habeal, sive non habeal, sive satisdet, M sive non,
 sex -mensibus eJapsis ex die. quo gra-« va>men reoe.ptujn
 est ab omni exceptione, Jibe-« irti-m ifiet -executio, non
 expeelalã Sententia in « gradu aspellatioms, Ord. d. T. 84.
 \$. &a., et sic .< judicavit Senaius in «ausa Martim feixeira
 (conf. « per formalia -verba França supra a n. 68. ad 72.): u
 Pars tamen, quas in hoc casu postulai -executio-«nem fie ri,
 prius cavere debet de re restituenda in ** 'Casu, quo prima
 Sententia in Sup plicat ionis Sena tu « revocelur, Ord. d. §.
 fin. junct. T 86. §. iis. eod.

" Lib... In quo adhuc notabis, quod etiam ille qui " supplicavit, síve interposuit gravamen, potest eo « durante, seu pendeate Sententiam exequi in eis ar-«* ticulis, super quibus non supplicavit (conf. França " supra n. 61.) *et adde* que para a execução da Sentença de espólio não se esperão os seis meses, e logo se executa, ainda sem citação de Parte, Silv. ad Ord. L. 3. T. 48. ia rubr. n. 43., et T. 84. §. 14. n 17.)

« Tertio differunt, quia appellatio utrique Parti « communis est; ita ut licet altera tantum appellet, « cum in tolum causa ad Superiorem devolvalur, « Sententia suspensa, Judex *ad quem* potest refor- « maré, et tollera gravamen illatum iiii Parti, quae M non appellavit, Ord. L. 3. T. 72. in pr. et §. 1.: « Cum tamen in Supplicatione non possit Judex *ad u quem* emendare Sententiam, nisi in iilius, qui «« supplicavit, favorem, etsi videat alteram Partem « grava iam, Ord. d. T. 04. § 12., Valasc. Cons. 61. « n. 26. etc. (conf, per verba formalia França su pra n. 73., et 74.) I

- Mota: "Esta diflerença tem fundamento, em que o Aggravo Ordinário lie *stricti júris*, e por isto interposto por bum dos Litigantes não he commum ao outro, Peg. 2. For. Cap. 13. a o. 17. et 20., Silv. á Ord. L. 3. T. 69. §. 8. 2 n. 6., et Tit. 84. §. 8. n. 13. « *Adeo, ut negue I w declaratio Sentenlice fie ri possit respectu iilius, I « qui gravamen non interposuit, ut judicavit , a Senatus in causa... et in causa» etc..* Peg. supra n. 18.: o mesmo procede nos mais Aggravos de Petição, ou instrumento; elles são . tũo strictos, que o Juiz, para o qual se aggrava, só pôde conhecer do ponto, de que se interpoz o Aggravo, Peg. supra sub. n. 20. H

(ltfl)

Pôde ainda idear-se outra difiêrença, qual he, que o recebimento do Aggravo Ordinário pôde embargar se, como suppõe a Ord. L. 3. T. 84. § 5. : Bem entendido *èiSi excepliones objiciàn lur ante con-« cessionèm gravaminis, ut coUigüw ex verbis hujus « Legis; si enitn postea, lunc Judiei denegare non u licet*, ex Ord. L. 3.T. 66. §. 1., quidquid dicat in. « contrarium » Mend. P. 1. L. 3. C. 19. n. II. f = Sexto = et ila fuit judicatum, etc Repertor debaixo da Conclusão — *Embargos se põem « se conceder Aggravo, =>* Mas se a Appellação se recebe, nem antes, nem depois do seu recebimento ha embargos contra este, menos que se não embargue com o fundamento de caber a Causa na alçada do Juizo, Vid. Sect. 3, n. 15. na Nota» Só sim (á excepção deste caso) contra o recebimento da Appellação só compete Aggravo no acto 'do Processo, França ad Mend. P. I. L 3. Cap, 19. n. 78., e da denegação da Appellação Aggravo de Petição, ou instrumento. Ord. L. 3. T; 68. §. 27., Moraes de Exec. L. 6. C. 6. sub n. 6. jr. *Sexto deducilur*: Mais: O Juiz, de que se appella, não pôde negar a Appellação: A Relação do Porto em Mesa grande pôde negar o Aggravo Ordinário, Cabed. Dec. 60., Silv. ad Ord. L. 3. T. 84. §. II.

Nota: Os dous meces para a expedição do Aggravo Ordinário não correm em quanto pen dem, e se não decidem os Embargos oppostos ao seu recebimento, Ord. d. §. 5. ubiSilv. o. 1 , França supra n. 80., Moraes L. 6. Cap 2. n. 8. f. = *Secundus* =Também estes dous raezes não correm nos mezes feriados de Setembro, e Outubro, Cost. in Styl. Dom. Supp. Let. F. pag. 200. Col. 2. f. «< *Ferias não se contão nos dous Part. II.*

X

- *u mezes, que ha para seguir o aggruvo, e o rnei-« ter na Relação? nem para pagar a caução dos « 900 réis.»* Sily. axí Ord. L. 2uMd 10» &'J«t n, 8., Peg. Tom. J. ad Ord. L. I. T,»JJ-§.-. ai 0. 47. pag. 327, *ubi judicialum*: Também nSo correm ao menor, que contra o Lapso doa «us, mezea pôde implorar o betieficiò da restilui)i Ord. JL. 9 T. 84. §. 9. ubi SiJvf. n, a.:íJSfs»iá quando < impedimento foi causado pelo %i
 - ou pela Parte, Ord. d. T, 84. §.» 6. Iibi ic Não se verificando alguma destas limitações", oé dous mezes passao, apesar de qualquer outro impedimento, por mais legitimo que seja, e be necessário recorrer áo Tribunal Palatíno, e pedir dispensa nesta Lei, ex Ord L. ;». T 84. §r. 6., Cost. in Dom. Supplic. Annot. 6. o. >*,.
- > Silv. ad Ord. L. 3. T. 04. §. 4. n. 6/ (conf. supra Sect. 3. n. 10. com a sua Nota): Mas se o valor da Causa não exceder a Ateada, não se concede tal Dispensa, ad instar da Alçada para a Revista, Pereir. de Revis. Cap. 18. n. 38., nem para agravar por petição ou instrumento passados dez dias, Peg. Tom. J. á Ord. pag. 299. n. 9.

DIYIS X O III.

índole. É natureza da Appellação, e do Âygravo de Instrumento, ou de Petição t Aquèlla em que confere, e em qut differe destes.

54. A índole, e natureza da Appellação está assás demonstrada neste art. 2 principal desde o n. 1 . O systema da nossa Legislação, quanto aos Aggra vos de JPetioão, Instrumento, e do Processo, pare: ce-me que está demonstrado nesta Secção 3., desde o n. 10., e na Nota ao n. 11.: Só me resta aqui discorrer sobre o em que conferem, e o em quediíferem, e nisto mesmo a Índole, e natureza dos Aggravos.

fié. Parificação-se a AppelJaçSo, e o Aggrâvo I.", eni que ee aquèlla ce deve interpor em 10 dias (Sec. 3. n. 18.), também o Aggravo, ou seja de Petição, ou de Instrumento, Ord. L. 3. T. 74. §. 5., ou seja* «o Auto do Processo, cojno da mesma Ord. juncta a do L. 3. T. 20. §. 46. deduz Leit. de Gravam. Q. 5. n. 49., menos que não tenha tracto successivo, ou o Aggravante gose de restituição, Peg Tom. J. á Ord. pag. 29>. n. «. h.

66. Parificação «et.*: Assim como a Appellação se deve interpor *coram judioe*, Ord. ;L. 3. T. 7<o. §. 3., Peg. 8. For. Ca». 16. sub n,*^ e não havendo Audiência nos dez dias se deve appeüar era casa do Escrivão, ralificaiwto a AppejJaçãp na iaunediata seguinte Audiência, «Ord. L. 3. T. 70. §. i.: Da mesma fórmula o Aggravo'fe deve interpor era Audiência, Ord L. 3. T. 70. §. i.: E em falta de Audiência dentro «dos dez dias, não em casa do Escrivão, «orno nas AppoHaçõM, mas em casa do Juiz sein dàifferença de sp»r ou não preso o Aggr avante.

(i«i)

Assim entendo eu o Assento de 9 de Abril de 169 cora Peg. Tora. u á Ord. pag. 299. n. 6»y Cost^id Dom. Suppl Annot. t. n. 30.

67. Parificação-se 8.% porque assim como a Appellação se deve interpor para t> Juiz certo, e determinado, Ord. L. I., T. 6. §. *. T. 68. §. 25., menos que o Juiz nffo seja certo por Lei, Ord. L. 3. T. .74. §• 1. :■ Da mesma fôrma o Aggr-avò 'sé deve expressamente interpor para Juiz certo, Ord. nos lugares citados. «Quise tameri expressio;€ si Supe-
« rior certus sit ita, quod necessário ille et non
« alius debeat de gravamine íllo cognoscere»» como com a mesma Ord. L. 3 T. 74. §.' K, Leit de tiravainin. Q. 6. n. 70., Peg Tom. 44. ad Ord. L.. I. T. 6. n. 27. >">*

I 68. Parificação se 4.*: Assim como se n3o pôde appellar por via de regra *omisso médio* (Sect. I. n. 8. ei Sec. 3. n. 14. na Nota) Peg. 2. For. Cap. 15. n. 3. y. *Adeo quod*: Da mesma fôrma, e por via de re» gra se não pôde agravar *omisso médio*, Peg. Tora. 2. ad Ord. L. I. T. 6. §. 4. n. 29. i

69. Parificação-se 6." : Assim como na Appellaeão se erra o Juízo para onde se appelia, e nelle pela incompetência se não tomou conhecimento da Appellação se remette ao competente, sem que o *erro* prejudique ao Appellante (art. 2. .« 8.): Da mesma fôrma na*o se prejudica totalmente o Aggravante, quando ou eom erro appellon, sendo o caso de Ag-

Enaivo, ou quando agravou para Juiz incompetente, Leit. de Gravamin. Q. 6. n. 59. et 63.: N-estes casos a praxe be, ou appellar para Juízo competente, ou agcravar (rio caso do erro quanto ao Superior) *lá no* Juízo, em que se proferio o Despacho, que não tomou conhecimento do Aggravo; dentro de dez dias i depois desse Despacho requerer ahi Certidão, e

(1 ««)

com ella ir ratificar o Aggravo perante o Juiz de que erradamente se aggravou, para o Superior competente, Silv. á Ord. L. 3. T. 68. in rubr. art. 3 In. 2o , Peg. Tora. !. á Ord. pag. 325. n. 27.; Idem Silv. àd Ord. L. 3. T. 74. §. 5. n. Io.: Cost. nos Estyl da Cas. da Supplic. pag. 178. f: *Aggravo que vem á Relação*, etc. (Edicç. de 1692)

60. Parificação-se 6.º, em que assim como se não recebe pelo Juiz *a quo* a Appellação, quando a Causa não excede a alçada do Juizo, lambem se rejeita o Aggravo interposto era algum incidente da mesma Causa, Ord. L. J. T. 58. §. 25., L. 3. T. 20 §.31., L. I. T. 62. §. 34., Leil. de Gravamin. Q. 6. a n. 75.: Bem que esta regra se limita pelo mesmo Leit. a n. 81. era três casos: 1.º, quando a interlocutor ia, de que se aggrava, he notoriamente nulla: 2.º, quando versa sobre competência, ou incompetência do Juizo, ex Ord. L. I. T. 58. §. 25., e L. 3 T. 20. §. 9.: 3º no caso da Ord. Li 1. T. 6. §. 8., que bem interpreta o mesmo Leite n 82. et 83.: Adverte porém no n. 84., que o Juiz nunca pôde negar a expedição do Aggravo com tal pretexto de caber a Causa principal na sua alçada, e que ao Juiz Superior compete privativamente esse conhecimento: *Ad omnia* Peg. Tom. 2. ad Ord L I. T. 6. gl. 10. n. 1*. et 14. et T. 6. glos. 6. n. 4 , eCTom. 4. ad Ord. Lt*. T. 58. gl. 2t. a it 4., et Tom. 5. T?é&. gé; 8. n. IK-et Tom. 14. ad Ord. L, 1. T. f. n. 16. et T. 80. n. 22., et T. 65. n. 16. I 61. Parificão-se 7.º, porque tanto quando se de* nega a Appellação, como quando se denega o Aggravo pelo Juiz, de que se appella ou aggrava, tem lugar o único remédio da *Carta testemunhavel* pelo Escrivão ou Tábellião, como tudo se prova cora a única das Ordenações L. 3. T. 69. §. 7., T. 74. §. 3 ,

L. i. T. oo §. 9. eu aí *oeqh* L. J. T. S. §. 6., L. 3.

T. 70. in *ftfljSptrmç*», JV1< de lixercul. JL., 6., C., ^J n, 8-, LeiÇ--de. Gravara. Q. 6. n. in. 122, cum seq. gtt&ft wrfe ei Mdl. L. 4. T. 23. §. ie., n#t optime. E se o jBscriváo não quer passar, a Carla testemunjiavel, ha recurso ao iRegedo-x dias Justiças, que commetie o Despacho a num Desembargador de Aggravos, e eele manda passar Carta pára se remellerem os Autos, sob pena da irem á çã*o R.mpirazados o Juiz, e JSscrivíTp; Peg. Tom. I. ad Ord. pag. 325. n. 26., .efc- To*»,. 6. psg. 3!M>. ri.; f7/j PJISBI». P. 2 arl. 00,, Síty. i« 3:. T. i74,;pr.i.n. 8.

£2. Parificação-se 0.^a: Assim como appellando-se nos dez dias permilie a praxe dentro d ei J es variar para Embargos; também aggravando-se nos dez dias para hura Juízo, dentro deWes .se pdde ivaria-r, aggra-vAndo-se para outro, Peg. Tom. 2. ad Ond. jL. 1: i T. 6. §, £•., SHv. ad Ord. U S. T- .7* ■§» i. JJ. m aúípíiasdo no n & ao caso, em que cumulativa- meti te st agrava para íaJ, e tal Juiz; porque deu tro das asesmoe dez dias dteve declarar, e eleger o Juiz para a de agrava, -etc.

63. Diversifica^ porétd as Ap,peiiaoð>s «dos Ag- gravos: i.^u», em que, não se appellaodo da dieüfiítáva em dez rtias, Ge pôde impetrar Provisão de dispensa da l^ei para appellar passados eJJes (iSeci. 3. n. 18.): Mas « *Si iransierini decem dies ad gravamm inter-« ponendum per petiitionem, denegatur cognitio Mim*, « *adeo, quod nec per Regium Rescriptum Senatus, ít Palatii potest de illo oognosci, quia decnetoum Est in-« terfocutlorium, et salum in definitivas Sententiis ha te bet locunt, ut ulrumgue judicavit Senatus, sprete Jte-u gia Previsione, in causa... et in causei.....* »etc. í*eg. Tom. I. a d Ord. pag. 209. a. B.; Porém depois se julgou o contrario, como atfc&es>ta o - mesmo Peg.

Tom. 7. ai Regi Ai. Senat. Cap. 63 pag. 603., Silv. ad Ord. L. 3. T. 74. §. 6. n. 13

64. Diversificação 2.º, na natureza: Porque a regra geral he que a Appellação produz effeito suspensivo da execução da Sentença até a decisão na superior instância, Peg. 2. For. Cap. 15. n. 14. (As limitações desta regra se verão na Nota, 632. e 699.) Porém o Aggravo de instrumento (também por via de regra) produz effeito suspensivo do progresso da Causa, em quanto elle se vai terminar ao Juizo Superior, Ord. L. 3- T. 74. §. 4., Moraes de Exec. L. 6. Cap. 6. sub li. 7. f. *Secundo*, Cabed. 1. P. Dec, 69. n. i. et 2., Peg. Tom. 3. á *Orá*. per. íoo. n. 407.: Suspende porém o progresso da Causa é Aggravo da instrumento nestes casos . (1º) quando versa sobre competência ou incompetência do Juizo, Assento da 23 de Março de (786 na Coll. n. 29 I Silv, ad Ord. L. 3. T. 20. § 9. n, 3o., Repertor. debaixo da Conclusão =* *Ayçjravo ordinariamente*, etc.: « (2.º) Si grava men d a muum irreparabile con-((tineat, veluti si carceratus jubeatur á cárcere re u laxari, Repertor. supra cum Phaeb. P. •!. art. 101 « Leit. de Jur. Lusit. Tr. 2. Q. 14. n. 8. ei Tract. f. u Q. 6. n. 69.: » Nos casos, em que este *Aggravo* não suspende o progresso da Causa, se nellé se obtém Provimento, e reforma do Despacho, de que se aggravou, se restitae o Processo ao estado em que estava ao tempo, em que o Aggravo se interpôz. para ser admitlido o Aggravante » *ad illud, a quo úfuíl inique rejecúus ei ille per Superiorem provisus*; « *vel adversarium rejicere ab eo, ad quod non erat a admittendus, si ab hoc jíggravans ínierposuit ara-*« *vamen, et ei fuit provisum*, etc. #* Leit. de Gra-vamin. Q. 6. n. 149., Sequitur Silv. ad Ord. L. 3, T. 74. n. 4. et 6.

65. E pelo que respeita ao Aggravo de Petição : Este não por natureza própria,, mas *causative* suspende o progresso da Causa perante o Juiz *a quo*, logo que a Petição do Aggravo se subscreve pelo Juiz Superior, e fica inhibido o inferior para proseguir na Causa, sob pena de allentado, como bem discorre com Cabed *f* Mend., e com a Ord. L. 3. T. 20. §. 46., Moraes de Exec. L. 6. C.-fi. n. 7. sub *f*. = *Secundo*. = Leit. Tr. I. Q. 6. n. 28. Repertor. debaixo da Conclusão = *Aggravo ordinariamente não suspende* = *f. Si vero*, Peg. Tom. I. á Ord. pag. 800. n. 11. « *El quando interponitur gra~ u vamen per Petitionem tempore feriarum a Judiei-« bus Loci, in quo est Senatus, tunc enim suspensa u manet jurisdictio Judieis cum Redoris die, et sic H servat stylos, Cabed. I. P. Dec. 89. n. 2. Non sic u in alio tempore. Adeo quod, si non obstante Peli-« tione cum Rectoris die, Judex procedat ad ulte-« riora, nulliter procedit, et omnia corruunt.* » Peg. Tom 1. ad Ord. pag. 158., n. 6 l. et 62. Conf. As-i»ent. de 25 de Agosto de 1700, Col. n. 159.» Franç ad Mend. P. 2. pag. 40. n. 239.: «*Limita tamen, si * < gravamen interponatur ab interlocutor ia in judicio H Summario decem dierum, postquam Sententia ex-M tracta est a processa, ut patet ex Ord. L. 3. T. 25. « §. 2., explicat. Mor. de Exec. L 6. C. 6. n. 12. >»* Ita Repertor. supra. Veja se o caso exposto debaixo do n. 101. com sua Nota, aonde se dá.'Aggravo de Petição, e para além de .cinco legoas, com natureza própria suspensiva, sem que a tenha *causative*.

■ 66. Diversificação 3.*, em que as Appellações tem *o fatal* de seis mezes para se presen tarem no Juizo Superior: Os Aggravos de instrumento sò 30 dias, Ord. L. 3. T. 74. §. 5. Porém basta que no ulli-

mo dia se presentem ao distribuidor do Juizo; e ainda que se presentem dous on Ires dias depois, sempre por estylo se toma delles conhecimento, Cost. jn Dom. Suppl. Annot. 6. n. 20., Leit. de Gravam. Q. 6. n. (39. et' 140., Silv. ad.Ord. L 3. T. 74 §. 6. D. 4. et 5.: E ainda «depois dos 33 dias se conhece delles, ou com Certidão de diligencia, e impedimento do Escrivão, ou por beneficio de restituição competente aos menores, ou com dispensa do Desembargo do Paço, Silv. supra n. 3. 6. 7., Repertor. debaixo da Conclusão as» *Aggravo por instrumento se apresenta ao Senado* = etc. (O *Aggravo* porém, de que tra-cta a Ord. L l. T. 62. §. 78., ainda que de instrumento, se deve apresentar no Juizo Superior em 10 dias: Leit. de Gravam. Q. 6. n. 135., Repertor. supra br. = *Excipe tamen.* =) Confira-se França ad Mend. P. 2. L. J. C. 2. Append. 2. a n. 2962., aonde trans-creveo per formalia a Silv. in 3. T. 74. §. 6. sem o citar.

67. E quanto aos Aggravos de Petição: Estes tem, para se interpor, o fatal de dez dias (n. 65.); mas o Aggravante tem obrigação de apresentar o *Aggravo* ao Juizo Superior dentro de dez dias seguintes ao dia, em que aggravou: Assento de 20 de Agosto de 1622 na Ord. L. 3. T. 20. §. 46. o. 8., na Collec. dos Assent. n. 36. pag. 45., e em Peg. Tom. 4. á Ord. pag. 66. n. 24.

Nota: Tem parecido a muitos praticavel este Assento só nas Relações, em que os Supe riores, que hão de conhecer de taes Aggravos, estão visinhos, e impraticável nas Províncias, e nos Aggravos de Petição interpostos para os Corregedores, e Provedores das Comarcas: Pa-rece-lhes que, estando estes Ministros a quatro

Y

f*7D)

fegoas de distancia, hêquasí impossível oe espado de dez dias ir ■buscar o Avocatorio, instruir) o Aggravo, responder a Parle, e o Juiz, cada hum em dous dias, e levar o Aggravo ao «Juízo Superior dentro dosi prefixos dez: Mas 'não advertem : I.*, oo systema da nossa Legislação (Sec. 3. ■. Io. et II.): 2.*, que por isso «iesmo que estes Aggravos, em diflerença dos de instrumento (n. 6ð.), suspendem o curso da Cauv sa, a Lei que a pesar do Direito Romano os permíltio nos incidentes dei Ia, e com esse efleito suspensivo, exige toda a mais .possível celeridade na sua expedição (este o espirito do Assento): 3.º, que nada ha de impossível, que não seja quimerico, e rabo lis tico, observando-se nas Províncias a praxe das relações, isto he, justificando-se logo de facto e Direito, com relação aos autos a Petição do Aggravo, em que se propõe, e se reqaer o Avocatorio delles ao Juizo Superior; Por este modo nada mais resta, depois do Despacho, senão a resposta do Juiz à que; porque responder a Parte, haver replica, e tréplica, só he próprio nos Aggravos de instrumento, e não nos de Petição, e ao Aggravado sò fica salvo embargar a decisão sobre o Aggra-vo: Repertor, debaixo da *Conclusão —Tabellião de instrumento de Aggravo* = a pesar da praxe de Leit. Q. 6. n. 97: Assim nestes Aggravos o súppõe Cost. nos Êstyl. da Cas. da Suppl. pag. J79. col. 1 f. *Aggravos de Petição se despa-chão com resposta do Juiz*, etc., e pag. 106. f. *Aggravo que se tira do Advogado*, etc. : Abandone-se, e proscрева-se a errônea prática nas Províncias; conforme-se com a das Relações, e então nos dei dias ha tempo para tudo:

S<5i sim estes dez dias niSa paixão, nem o Lapso delles vem em consideração, ou baveudo legi-liujo impedimento atlestado pelo Escrivão (caso excepluado no Assenta); ou tendo o Aggravo traeto successivo, ou tendo o AggravaoiQ o beneficio da restituição, Peg. Tom. I. a d Ord. pag. 199. n. «. et 6., Silv. ad Ord. L. 3. T. 30. §. 4é.' D. 22.

88. Diversificação 4.^a: Sendo certo que a Appella-çfto se pode justificar no Juizo Superior com documentos, e novas provas, Ord. L. 3. T. 20. §. 28. et 20., e Tit. 83., nilo deixa de ser duvidoso, se o Aggravo de Petição, ou instrumento se pôde justificar com Documentos, ou outras provas no Juizo Superior? Leit. de Gravarainib. Q. 6. n. 5,3. e 104., defende que não, com bellas razões (que eu podia comprovar mais)*: Peto contrario, Cost. in Dom. Sup-pHc. Annot. ã. n. 23. suppõe sêr permittido ao Ag-gravante produzir Documentos no Juizo Superior. O Reperlor. debaixo da Conclusão=/?seríyão dos Ag-gravos não deve dar vista = etc, contra Leit. supra, traz numa Nota do Senador Oliveira, uL ibi: «Adverte, quod hotc Lex (L. I. T. 24. §. 6.) «ad un-u guem non observatur; imo Parus qdmitluntur w^sum stiis allegnionibus, et etiam cum documen-« tis*'* O mesmo Auctor do Repert. debaixo da Conclusão <= Instrumento de Aggravo se faz logo concluso = attesla a mesma praxe, dizendo que parece fundada na Ord. L. 1. T. 92. §-7.: A opinião porém de Leitão está bem defendida por Peg. Tom. 4. ad Ord. L. t. T. 68. 4. 25. n. 3, o no Tom. 14. á Ord. L. I. T. 24. n. 7., e no Tom. 8. á Ofd. L. I. T. 80. 4- 9. n. 6. Se o Juiz mesmo pôde jnstruir com Documentos a sua resposta, he tão duvidoso

Cm)

como vêr-se /?ro, e *contra* julgado em Peg. Tom. I. á
Ord. pag. J99. n. 8.

Nota: *Quid ergo in tali vâriellate dicen-* ; *dumi* Deduzir-se
da Ord. L. 1. T. 02. §. 7., I poderem instruir-se no
Juízo Superior os. Ag-8 gravos com novos
Documentos, he sonho: O contrario se deduz com mais
razão da Ord. L. I. T. 24. §. 0., e Tit. 80. §. 9., L. 8. T. 41.
6, I. *jr.it»porque a Sentença SS^TLÍL 6.9. §.. 8., » M*
Tit. 74. in pr. Por outra parte: O Direito Romano não
Ceve idéa de taes Aggravos, nem ainda de Appellações
de interJocutorias, que não tenham força de definitivas: O
Direito Canonico anterior ao Tridentino de todas as
interJocito-rias admitlía Appellações: Já vimos (Sect; 3.
n. 10. e 1 i.) o systema da nossa Legislação anterior ao
dito Concilio: Sabemos com Mell. L. 4. T. 28. §. 6. *ha
Nota, que os nossos Legisla Jadores nesta matéria
adôptarão muito do Direito Canonico: Ora, e ao nosso
propósito, he bem expressa a Clement. 6. de Appellat. íbí:
« Appellanti ab interlocutoria, vel a gravaníme «judieis
non licet alias causas prosequi, quam I « in
appellatione sua nominatim dum taxa t ex-I « pressas:
nec processus primi judicia ex novis, tt aut de novo
probandis justificari potest, vel « etiam impugnari: Sed
tantum ex illis, quae I u acta fuerunt, vel exhibita
coram ipso.» Esta I he uma differença entre a
AppeJação da defi-I nitiva, e da iqterlooutoria,
Kidolfin. in Prax. P. J. C. 13. n. 282., Cavallar. Instit. Jur.
Canon, P. 3. C. 33. §. 27. no fim ibi: «*El* demum ap-u
pellatio à definitiva nobis probationibus recte o «
adstruitur, quando appellatio ab interlocutor

i 7

(173)

u tione tantum ex eisdem actís aestimatur et de-«
ciditur.»» Por outra parle, seria injurioso ao

■ ■ Juízo à *quo* dizer-se que foi por elie aggrava-do o
Aggravante, quando elie não vio taes Documentos,
nem sobre elles deferio, como em ca-

P so semelhante raciocinou a L. de 3 de Novembro de 1768
no §. 6., e mesmo seria contradi-c to rio julgar o Juízo
Superior, que fez Aggra-

4/ vo, quem o não fez á vista do que, lhe foi só presente, e
que não faria se taes Documentos Ibe fossem
propostos. So sim se hum Juiz de

I facto espolia um possuidor, concedido a este o Aggravo
dee spolio pelo estylo do Reino, (veja-se o meu Tract.
dos Interd., e Rem. posses.)

I eu para justificar o Aggravo lhe admittiria justificação da
precedente posse; mas aqui mais figura o Juiz
uma'pessoa particular, e espoJiador,

I que propriamente Juiz, ex Peg. 2. For. Cap. II. D. 209.,
appositè Leit. de Gravam. Q. 6. n. 29. quem vide, et
Sec. 4. n. 96. Not,

Díversificação 5.": Que a AppeJação devolve ao
Superior todo o merecimento da Causa; este aggravo como
estricto, só o ponto de que se aggravou, Peg. Tom. 16. á
Ord. L. 3. T. 26. n. 10. e u.

69. Díversificação 6.*: Em que a AppeJação só se
interpõe da Sentença definitiva, ou que tem força de
definitiva, o Aggravo de Petição, ou instrumento, só da mera
interlocutoria: E aqui entra a Questão incidente, e
prejudicial: Qual para este fim se deva julgar a interlocutoria
míxta com força de definitiva, e qual a interlocutoria mera, e
em que casos do gra-vame, que faz a míxta compete
Aggravo, e não AppeJação.

(«*>

SUBDIVISÃO I.

*Úual para ettejim se deva julgar interlocutoria totixtti
com força de definitiva, qual inlerlocutoria simples.*

16. A nossa *Otê. L. 9. T. 09.* no princ. define sáer interlocutoria mlta: « Se o feito sobre que fôr «dada a Sen Cediça interlocutoria fôr de tal natureis za, qtre pela tal interlocutoria seja o feito aeabado «« por maneira que o Juiz, que a deo, não pôde em « elle por a que lia citação mais proceder, nem dar « Sentença definitiva no principal, mas be logo fin-« da a citação.» Esta be a mesma definição jurídica, ex Boehm. ad Decret. L. t. T. 28. §. í-o.-ibi: « Dicitur (1) interlocutoria Sententia *vim dejinitivce* « babere, ex qua per necessariam consequentiam to-« fíus eausae decisro quodammodo dependei.» De outro modo Ferrar. Verb. *Sententia* n. 9: «Senten-« tia ioterlocutoria habens *vim dejinitivce* illa est, « quae quídem causam principal em non defini t, eam " tamen ferme perímit: « De outro modo Van. Esp. de Jur. Eccies. P. 3. T. 9. Cap. 1. §.« Habens «í«* » *dejinitivce* illa est Sententia, quae qeidem princípá-u le nego ti um absoluté non dirimil: sed lantutn aJi-« qaem articulum causse principali incidentem, aut « cónnexum ita dirimit, ut per bane Sententiam Par-« ti litig-anti, damnum inferat irreparabíle perdtedefini-u tivam, aut appellationem a definitiva, etc.» *Sed vide omnino, secundam nostree Legis senstçm-*, Leit. de Gravaminib. Q. 4. tot., Moraes de Exec. L. 6. C. 5. sub n. 6. f. Limita 7., Valasc. Gons. 47., as quaes se afloram á definição da Lei, e n8o admittem outras interlocutorias com força de definitivas.

(*W)

ti. Exemplifica a nossa Ord.:].':« *Jssim co-M mo se a Parle pede ao Juiz que lhe mande ci-«tar a outra Part£, e o Juiz determina que não « ha de ser citado.»* Este exemplo compro vão, o exor-uSo Gaii. Dec. 159., Moraes L# 6. C. 5. n. 6. jf. *Secundo*, Silv. ao d. T. 69. no princíp. o. 3.: Este exemplo comprehendendo por identidade de razão o outra, em que assentou o Arest 32. de Cabed. 2 P., em cuja hypothese foi um Réo absoluto da instância, porque o Auctor não fizera citar a mulher del-le no termo assignado, e appellando o Auctor dessa absolvição se julgou ter a Sentença absolutória força de definitiva, e ser de A ppellação o caso, Coaf. Moraes supra jr. Si Réus.

72. Exemplifica a Ord.: 2." Quando o Juiz«jul-« na que a citação, que he já feita,. he nenhuma, u ou não valiosa. » Conf. Ord. L. 3. T. 65. §. 1., Gam. Decis. 169., Silv. supra n. 4.: Aonde n. 6. declara : «*Sed à citatione valida non datur appellatio, u quia est mere interlocutoria, et ejus grovamen « reparabile est per appellationem a definitiva»*: Porem declara Moraes supra que « *Speciale tamen ti est, quod casu, quo citatio cassa tu r, Reusque ab « instância abeolvitur ob circumductam citattonem, « supplicetur (antum per petitionem seu instrumen-« tum, et non competit gravamen Ordinarium nec u appellatio.»»* Ord. JL 3. T. 14. in fin. princ. * Se a citação be peremptória (ainda que valida) que aperta muito o termo, em que o Réo deva compa-recer, he apellavel: Altim. de JNull Tom. 1. rubr. ô. Q. II n. 6.

I * Nota: A antinomia, que parece haver entre esta Ord. L. 3. T. 14. (que nesses casos só permite agravo de Petição ou instrumento)

(176)

com a Ord. L. 3. T. 20. §. 6., §.+6., §. 10., §; 22. e 31., e a deste T. 69. no principio, e T. 84. §. 4., esta- antinomia, digo, bem a conciliou Silv. á Ord. L. 3. T. 14. no princip. a n. 16. ad 24*, *tia ut*, quando a absolvição da - citação, ou declaração da sua nullidade, não respeita a causa principal, como nos casos do d. T. 14. só ha Aggravo de Petição, ou instrumento : *aliter* quando a absolvição respeita á cansa principal, como nos casos das outras Or-

- ' ' denações¹; porque essa absolvição tem força de definitiva: Esta a conciliação de Silva ao d. T. 14. a n. 16.: De outro modo o citado Moraes *Li. 6. C. 6. sub n. 6. sub f_f = Secundo* = mas a de Silva he mais conforme ao espirito das Or-
- denações; Vide infra n. 78. jr. = *Décimo.* =

73. Exemplifica: 3." Quando a Senfença «*julga* «< *que o demandado não he obrigado responder* >»; e por isso o absolve: Conf. Ord. L. 3. T. 65. §. 1., e T. 84. §. 4., hily. ao mesmo T. 69. no princip. n. 6., Boehmer. supra d. §. 10.

74. Exemplifica: 4." «Quando a Sentença julga «*que o Auctor não he pessoa para demandar.* » Silv. ibidem n. 9. a

Nota: Este 4.º exemplo pôde exemplificar-se, quando o Agente he repellido do Juizo, e I da acção intentada por não legitimar na sua pessoa a qualidade fundamental da sua acção, ou intenção: Como 1.*, o Rendeiro de huma Renda Real sem juntar o Arrendamento com o Alvará de correr: 2.", o Cessionário, que acciona como tal, sem junclar o instrumento da cessão:

3*, o que acciona como Tulor, ou Curador, I deve legitimar se tal: 4.', aquelle que procede como Procurador, e não mostra mandato especial para essa causa, e outros taes, *de quibus* Altim. de Nullit. Tom. 2. rubr. II. Q. I. e seguintes: estes pois são os que podem appellar da *inler-I locutoria*, quando (relativamente a qualquer del-les) julga, que *não he pessoa para demandar*, Salgad. de Reg. Prot. P. 2. C. I. a n. 46. Veja-se a minha Nota.

l-f 75. Exemplifica : 6." « Quando a Sentença julga " *que o Libello ou Petição não procede.*» Concor da a Ord. L. 3. T. 65. §. 1. ibi: «& o Juiz Jul- « *gasse, que não procedia o Libello* «; ei T. 84. §. 4. ibí: «tiverem força de definitivas, *assim como* " *não receber o Libello ao Auctor, ou deneoar-lhe* « *sua acção* etc: Este exemplo pôde especificar - se em todos os casos, em que o Libello he rejeita - vel por inepto, defeituoso, etc, casos que se podem vêr no Cap. II. e suas Notas Mas quando já mais o Juiz conformando-se com Stiyk. \o\ 12. Disp. 5. *De Rejeclione ab adis*; Cap. 2., *De Rejectionne inepti Libelli*, rejeitou *ex officio* o Libello por mais inepto, e disparatado, que seja ? Quando se prati cou já mais a Ord. L. 8. T. 20. §. 5 ? Qual he o Juiz, que rejeita numa Petição para procedimento Summario, em caso em que se deva proceder ordi nariamente? O Réo sim excepciona contra o pro cedimento do Libello, ou Petição, como permite a Ord. L. 3. T. 20. § 16. (admitlindo Áppellação quando o Libello se julga improcedente e o Réo he absoluto): mas que ? O mesmo §. 16. commína pena (boje triplicada) ao Advogado, que arrazoa contra o Libello e os Juizes ávidos de multiplica-
Part. II. **Z**

(1*8)

ção de causas para lucrar salários, sempre rejeita o taes arrazoados, e com injustiça, as mais das vezes, coodemnãõ 00 Advogados.

76. Prosegue a mesma Ord. dizendo: « E assim " será recebida a appellação da Sentença interlocu- l« toria em todos os outros casos semelhantes j por-" que não podem todos ser declarados em esta Lei, " mas procederão os Julgadores de semelhante a se-«< melhante,»

Nota : Qual he o *semelhante* nos lermos da nossa Lei, *hoc opus hic labor est*■: Judiciosamente disse Per e ir. de Re vis. Cap. 26. n. 12.. que esta matéria he obscurissima, difficillima, e confundida pelos DD.: basta vêr o que sobre ella discorreu Leit. de Gravam. Q. J. 2. 3.:

I Muitos casos figurão os DO. em que a Sentença interJocutoria tem *força de definitiva* para ser appellavel, como se pode vêr em Boehat. ad Decret. L 2. T. 28. §. JO., Al tira. de Nullit. Tom. 1. Rubr. 5. Q. 11., Salgád. de Reg. Pro.fc.

9 P. 2. Cl., Barbos, ad Concil. *Trü.* Ses. 84.

I C. 20., e no Pai Manoel Barbos, á Ord. L. 3. T. 69., em Van-Esp. de J. Eccl P.3. T. 9. C. 1. a n. 6., em Ferrar Verb. Senlencia n. 10.

Porem Leit. de Gravamin. Q. 4. urinou como regra certa, e conforme a nossa Lei, que só têm força de definitiva aquella, *quce determinai*

I *instantiam > et impedit deveniri ad definitivam nova citatione non prmcedente*, ut n. 6. et 7. : passa a n. 10. a impugnar nove casos, em que os DD. derão força de definitivas ás interlocuto-rias: e conclue n. 20: « Ex quibus omnibus

■I «consequitur solas fere interlocutoriasabsol vence tes ab instantia, etab observa tione judicií pos-



« se *proprie* vim definitivarum habere. Dixi/e-« re, quia eandem vim habeot deoegalionis ci-«• tatoriarum ad causam, cum lamen islãs ante " instantiam caeptam proferantur, Ord. d. T. «69., et quía jñ eflectu impediunt deveniri ad « defini ti vam * etc. Mas Leitão Já se foi embaraçar com algumas Ordenações, que absolvendo dainsta ncia, e exigindo nova citação, fazem os seus casos inappeJláveis, e competente só o Aggravo de Petição ou instrumento (li. 72. e sua Nota): elle Já se lembrou *do* Triden-tino sem advertir, que a nossa Legislação foi muito anterior a elle, e só podia ter nesta parte por modelo o Direito Romano (Sect. 3. n. 19. et II): e até reprova Appeliações de Sentenças em que a Praxe as está ad mittindo.) O nosso Valasc. Cons. 47., seguindo a Letrada Ord. (n. 7o.) havia seguido antes de Leilão o mesmo systema, e reprovado as regras doa DD.: confesso, que á vista deste systema não vejo caso. a que se adaptem as palavras da Ord. = *procederão os Julgadores de semelhante a semelhante* ==: Só sim (1.º) *quando a excepção peremptória se julga provada*, e o K be absoluto da acção: essa Sentença he appellavel, Valasc. n. 3 Mor. de Exec. L. a. C. 5, n. c. 1. => *Tertio deducitur* =: e se se rejeita he sé Aggravo no Processo, ez DD. supra (2.") no caso da Ord. JL 3. T. 30. \$. 36., quando os autos se annullão por defeito de Solenidade, Mor. supra ' jr. = *Septimo* => : (3.*) quando a causa principia por Embargos oppostos a algum preceito, e elles se rejeitão reafirmado o preceito, Leit. de Gravam. Q. I. o. 20. et 21.: (4.º) quando a causa principia por Embargos, como no

Z 2

caso referido por Silv. á Ord. L. 3 T. 20. §. 46. n. c. Veja-se Peg. Tom. 2. ad Ord. pag. 415. n. 5., et Tom. 3. pag. 0. n. (&.) quando se appeala da Sentença der eforma de autos, que estavSo antes julgados a final, Assent-de 23 de Maio de 1758.

77. Por outra parte a mesma Ord. L- 3. T. 69 §. I • admitte Appellação de toda a interlocutoria, que se fosse executada, e seguiria dam no irreparável pela definitiva, pondo exemplo na Sentença, que manda metter o Réo a torraento. Aqui se calou JLeít. Q. 4. n. 21., e não teve DD. que impugnar, antes acquiesceu a elles: também Valasc. d. Cons. 47.: o Commentador Silva ao d. §. 1. ampliou a Lei: « I.* quamvis damnum possit reparari, tamen cum « magna difficultate, aut prasjudicio Partis: * a.", « quamvis gravamen possit reparari, sed non ex to-" to: 3.", quando artioulus interlocutorise essetprse-« judicial is negotio principali» (mas nesta 3." ampliação se remette a Leit. Q. 3. a n. 13., que a não prova.) **

* As duas primeiras ampliações se compro-vão também pelo Repertor. debaixo da Conclu-vão =9 *Sentença interlocutoria que acaba o juízo e temdamno irreparável*, ««= etc. Entre os ca-Ú sós em que se pôde considerar damno ir repara -I vel pela definitiva, num he, quando a mulher I he por Sentença interimistica mandada resti-I tuir ao marido, e ella objecta sevícias, ou vice versa, Silv. á Ord. L. 3. T. 48. na rubr. n. 96. et 96.: outro, quando o Pai he deshuraano com o filho, e o Pai o reivindica, ou quando com

I justa causa lhe pede alimentos fora de casa, etc. Veja-se Leit. de Grava min. Q. 3. tot.

** Veja-se o que sobre a excepção prejudicial disse no Cap 12.: quanto á Appellaçã*o da Sentença que pronuncia á prizão, ainda que B o seja pela identidade do caso desta Ord., a praxe tem introduzido, ser competente o meio de Aggravo, Silv. ao d. §. I. a n. 9.: *Adde* Moraes de Bxeout, L. <!. C. 4. §. 2. n. 17.

SUBDIVISÃO II.

Casos, em que das interlocutorias com força de de finitivas não ha Appe llação mas só Agravo p de Petição, ou instrumento.

Limitações da Ord. L. 3. T. 69.

78. Costa nos estyl. da Casa do Porto pag, 134, a n. 142., escreve o que vou aqui copiar.

« Da Sentença definitiva interlocutoria, que u tem força de definitiva por via de regra, ou se ap-«pella, ou se agrava ordinariamente; limita se.po-«rem esta regra nos casos seguintes", em que seag-'« grava por petição. H

« I." Quando o Julgador suspende algum* Offi-u ciai por nSo fazer a penhora dentro dos cinco dias u Ord. JL. 3. T. 86. §. 20. •»

- » Ha aqui numa differença entre a suspen- são = *ale' nossa Mercê'*= (que he perpetua ex Phaeb. Decis 112.) com minada no caso especial da Ord. JL. 3. T. 86. §. 20., e a geral com minada em outros casos na Ord. L. 1. T. 79. §.

O 82)

■ fio.: aquella, sendo assim perpetua, he caso de
5 agravo pelo mesmo §. 20.: esta não he caso de
j-j appellação nem agravo *não passando de seis*
mezes, (quidquid dtcat Phaeb. 2. P. Ar. lio.)

| Adde Leit. de Gravam. Q. G. sub n. 160. f

■j *Item ti officialis*,

I

■ M B.º Quando o Juiz absolve o Advogado, a que
« tinha condemnado nas penas da Ordenação por não
« dar o feito oo termo que lhe foi assignado, Ord.
L. 3. T. 20. §. 46. (ande Leit. supra f- *Item si*
Judex absolvit advocatum.) \\

I « 3.* Quando a Sentença contém notória nulli-
u dade; porque também se pode agravar por peti-
« cão, Ord. L. J. T. 68. §. 26, 3

I « 4.º Quando o Corregedor do Crime da Cor-
u te conhecer de penas de sangue, e armas, e ex-
« commungados, e dos.outros que podem conhecer
«por si só, Ord. L. I. T. 7. §. 18. (Cost. nos es-
««tyl. da Cas. do Port. pag. 337. n. 186*

tt 6.' Nas Sentenças do Jóia da Chancellarias «
b.re erros da contas, ou outras, que der nos casos, «<
em que pôde julgar por ai só, Ord. L. 1. T. 44.; « §_ 4.
(Leit. supra f. *Item à mala.*)

« 6.* Quando se não recebem embargos sobre ju-
risdicções ou Direitos Reaes, Ord. L. 1. T. d. §. 2. • «
7." Quando o Jaú das partilhas mandou ou d não
mandou lazer seqüestro, Ord. L. 4. T. 96. §■ 13. Veja-
se Guer. Tr. 2. L. 6. C. 12. a a. »2. Adde Leit. supra jr.
/tem si Judex sequestrum.

u 9." Quando o Juiz, ou Juizes das suspeições, «
em que as partes se louvarão, julgão algum Juiz «por
suspeito, Ord. L. 3. T. 21. §. 8. (vide ta-men Guerreir.
de Recus. L. 6. C. 20., Leit. supra f. *Liem si arhitri.*

■ u §.* Quando o Juiz recebe a apelação, ou « não recebe, e no caso, que se recebe também se « pôde agravar no processo, Ord. L. I. T. 6 § 4. (Leit. supra n. 150. f. *Item si Judex, et f. liem à non receptione.*

I « J0.º Quando o Réo foi absoluto da instância « ou porque se « não offereceo escriptura no caso que « se requeria, ou porque o Auclor não appareceo « em juízo; e se a absolvição da instância fôr por « o Áuctor não dar fiança ás custas, he caso de Ap-<i pellação ou agravo ordinário, e o mesmo será « nos outros casos, em que ha absolvição da inslan-« cia, tiradas os dous primeiros, Ord. L. 3. T. 20. §.18. e 22., e Tit. 14. in pr., Ord. L. 3?T. 67. §. 6., Tit, 69. in pr. (Veja-se supra n. 73.) (vide Leit. supra f. *liem* aí *Réus*.

» II.* Quando se pronuncia alguma pessoa por » habilitada ou não, Phaeb. l. P. Ar. 9. Ord. L. 3. T. 20. 4-46. e 31. (sed vide França ad Mend. P.

1. L. 3. C. 21. n. 31. et 32., Silv. ad Ord. L. 3. T. 27. \ 2. a n. 32. ad n. 35 , et eund. Cost. pag. 182. col. 1. f. *Aggravar st não pôde*, etc.

« 12.º Quando se excludo a opposição', Ord. L. 3. T. 20. §.31. (adde Silv. ad liunc §. n. 13. Peg.

2. For. C. 13. n. 223. Leit-, Supra jf. *Mern si lerlius*.

■ u Vá." Quando o Juiz se julga por incompeten-
" te, e o mesmo em excepção *Litis pendeniit*, e
« se julga por não Juiz, por a causa pender em ou-
« tro juizo, Ord. L. 3. T. 2.0. §. 9. (adde Valasc.
Cons. 47. n. 6., Leit. supra f. *Item si apposila*,
Cost. supra n. 166. 167. pag. 336.)

4*14.º Da taxação do salário do Contador, « quando a
causa cabe na alçada do Juiz, que man-« dou fazer a conta,
Ord. L 1. T. 90. §. 1. (Leit. d. Q. 6. sub. n. 160. f. *Item a
iaxatione*.

"15.' Denegando se alimentos ao Preso.»* Phaeb.

1. P. Ar. 2.

I

«16.* Do não recebimento de Embargos de sub-

« repçSo a alguma Provisão ha Aggravo de Peti-

« ção, quando envolve incompetência do Juízo. »

Ord. L. 3. T. 2o. §. 33. (he hoje impraticável de-

pois do Air. de 30 de Outubro de 1761.)

« 17.º No caso que vai debaixo do n. 101., e
sua Nota.» «-»

I

DivisXo IV.

*índole e natureza destas três espécies de Aggravos, de
Petição., de instrumento, no aclo do Processo:*

Í Suas diferenças, e Aggravo de Ordenação Ij
I! não guardada, sua prática.

»
I

79. Do exposto desde o n. 54. he bem fácil de
duzir a índole e natureza dos nossos Aggravos de Pe-
tição e instrumento, quando desenvolvi as diferenças
entre elles e a definitiva, ou interlocutoria com força
de definitiva. Também nesta Secção 8. n. lo. e H.,
descobri â razão, por que a nossa Legislação inventou
e estabeleceo o Aggravo no Auto do Processo contra
as interlocutorias, menos gravosas, que respeitão á
ordem do processo, e cujos gravames podem reparar-
se nas diâaítivas, ou em outro Juizo superior, a que
os Autos depois subão por Appellação, ou outro in-
cidente : Veja-se o belJo discurso de Leit. de Gra-
vamin. Q. 6. a n. 3. ad n. 8. Conf. Moraes de Exec.
L. 6. C. 6. n. 6.

I

II
Jff

80. Fratemisfto estas três espécies de Aggra-
vos: i.", em que todos se devem interpor em dez
dias (n. 55.): 2.º, em que de todos he o recurso para o
Superior, e o Superior ha de conhecer delles. • J

■

• Mas quando bum Senador conhece por si da Causa, ou por Lei, ou' por Gómmissão, como o Juiz da Córóa, o da Chancellaria, os Corregedores do Civel da Corte, etc, e os mesmos sentenceao com Ádjunctos, formando todos hum Corpo, elles com os Ádjunctos deferem aos Aggravos do Processo, que delles mesmos se in-terpozerão no decurso da Causa, conforme a Ord. L. 3. T. 20. §. fin., que bem pondera Leit. de Gravam. Q. 5. a n. 58., Silv. ao d. §. 1. sed vide Repert. Verb. *Aggravar pôde a Parte do termo*, etc.

Fraternisão: 3.º, em que os de instrumento não suspendem (por via de regra) o curso da Causa (n. 64., onde as limitações da regra). Os do Processo em nenhum caso suspendem : 4.º, em que tanto o de Petição como o de instrumento se pôde interpor das \ mesmas interlocutorias, Leit. de Grav. Q. 6. n. 26., J só com a ditferença, que ao diante se verá: 6.* , em que são strictos por natureza (n. 68. no fim.)

81. Mas estes Aggravos differem 1.º, que os de Petição ou instrumento se devem interpor em Audiência, intimar-se aos Juizes, e por termo escripto pelo Escrivão, Leit. de Gravam. Q. 6. a n 87.

Porém o Aggravo do Processo basta que (dentro dos dez dias) se escreva nos autos pelo Advogado, Leit- de Gravamin. Q. 5. n. 50.

82. Differem 2.º nos *fataes* para serem apresentados no JUÍZO Superior: Os de Petição, e instrumento tem *os fataes* já ditos (n. 66. e 67.); os do Processo não *tem fataes*, e se deferem a todo o tempo em que a Causa, em que se interpõe, sobe a Juízo Superior, Moraes L. 6. C. 5. n. 6.

83. Differem 3.* , na forma, e ordem com que

Part. II

AA

se deferem, e decidem nos JUÍZOS Superiores: Quando de Petição ou instrumento se decidem pela fôrma prática, que nos deixou Leit. de Gravam. Q. 6. a n. 87. Quando do Processo se despachão no Juízo Superior pela fôrma, e ordem, que ensinou o mesmo Leit. Q. 6. a n. õl.

Nota: Ainda nos mesmos Aggravos do Processo ha huraa difierença, qual é, que sendo deferidos quando os Autos sobem á Relação por Appellação de definitiva, ou que tenjla força de definitiva, não é necessário requerer de novo

- !9 por termo, que se defira aos taes Aggraviados;
- I quando porém sobem no caso da Ord. L. d. T. 20. §. n.*n, he necessário que por termo se requeira o seu deferimento, Leit. de Gravam. Q. 5. n. 60., de outro modo se não toma delies conhecimento, Leit. n. 63.: No mesmo Leit. a n. 51. et 66. se instruirão os Senhores Magistrados Superiores sobre a fôrma, e praxe de reparar os Aggravos do Processo, e sobre quando
- I são ou não reparaveis: Não escrevo aqui para
- instruir esses Senhores, mas só para os Principiantes, e meus Collegas. (Veja-se n. 124. na
- f Nota.)

U

84. Não posso aqui preterir huma cautelia, que para fraudar os Aggravos do Acto do Processo excogitou Mend. P. J. L. 3. C. 3. n. 18., cautela, qual lie: Que aquelle, que se pôde agravar no Acto do processo de algum despacho, aggrave assim, e Jogo requeira ao Juiz alguma cousa por mais frivola que seja, e denegada aggrave para o Superior para por este indirecto meio obter provimento no Acto do Processo, envolvendo tudo no segundo aggravo; O nos-

|M»1

so Moraes L. 6. Gap. 6. o. 6. jr. *Undepro bona cautela*, não desaprovou esta cautela de Mendes: Porém lá vemos em Peg. Tom. 1. á Ord. pag, 326. n-33. reprovada essa cautela, em quanto diz; « Quanta do gravamen est processus et in terminis Ord. L. « 3. T. 20. §. 40. interponitur, si processus ad Se-« natum devolvi tur, de illo cognoscitur, parte peten-« te; *sed si frivole gravamen inlerponit, gravami-«ni processus non defertur*, intelligitur enim ad « hunceffectum tanlummodo gravamen interponere « Sed est necessarium ad hoc ut de processus grava-« mine cognoscatur, quod casus sit gravaminis peti* '« tionís; tunc énim de illo cognoscitur, et provisio « in processus gravam ine tunc concedi tu r, aut nega* u tur, secundum merita causae et gravaminis justi-« tiam ; et ita quotidie judicatur, e intelligitur Ord. « L. 3. T. S0. §. fin. n Conf. Silv. ad hunc §. n. 8- et 9.

85. Supposto que os Aggravos de Petição, e instrumento se possam interpor das mesmas interlocutorias (o. 80. no fim), cora tudo differem em que estando fora das cinco legoas o Superior, para que se agrava, deve ir o Aggravo por instrumento, sem suspensão *do* curso da Causa,*Ord. L. I. T. 7. §. 16., T. 8. §. 9., T. 9. in pr., T. 58. §. 25., a razão desta difierença a dá Leit. de Grava min. Q. 6. a n. 26.: Quando se agrava dos Actos extrajudiciaes pela Ord. L. 1. T. 68. §. 78., e Liv. 3. T. 78., lambem he Aggravo de instrumento pela razão, que *dá* Leit sub n. 89. Ou, quando dentro das cinco legoas a Parte renunciando o favor do Aggravo de Petição, usa do de instrumento, Leit. d. n. 29. Peg. Tom. 14. á Ord. L. 1. T. 6. n. 49., et T. 37. n. 9.

Nota 1.' Sendo notável a variedade sobre

AA 8

a extensão da nossa legoa Íu8Ítaoa, üt videre t
 apiüd Leít de Gravam. Q. ê. a n., AO., AJmeid.
 deNuroer. quin. Cap. 17., Ferreir. de Nov. Oper*
 JL 2. Disc. 14. a n. 43-: Se julgou apud Pega
 Tom. 14. ad Ord. L. 1. T. 7. n. c., que a legoa
 legal lusitana tem 2844 braças de duas varas e
 meia cada braça. I

K Nota 2.* Está assentado que as a
 para este, e outros fins se computão do fim do
 Termo da ViJJa, ou Concelho, em que está o
 Juiz Superior, ao lugar aonde as Partes forem
 moradoras, Peg. Tom. 2. á Ord. pag. 264. n. 3.
 et ,4. Reperlor. debaixo da Conclusão = *Cor*
regedor do Cível da Corte conhece = etc. *heL-*
 (m.) Parece obstar o Regimeat. do Desemb. do
 Paç. §. 45., que manda contar essas dez Jagoas
 da *Cabeça do Lugar onde a Parte fôr mora-*
dor: Porém esta Ord. he especial só para esse
 caso, como diz Peg. Tom. 14. á Ord. JL. 1.T.
 8. n. 7. et 9.

■

■ Nota a." Do Aggravo de Petição se conhece
 sobre deiictos com me (tidos dentro das cinco
 legoas, ainda que os autos esteja o fora dellas,
 Assent. na Coll. 3. á Ord. L. 1. T. 38. n. 5.

SUBDIVISÃO I.

*Em quaes casos compete especialmente o Âggravo de
Petição ou instrumento, por Lei, que o per* l
mitta, ou em caso omissio, por praxe.*

Prenoção gerai -

86. ■ *Si' dicendum quod res est*, justamente decJa-1 mou Leit. de Gravámin. Q 6. a n. II. ad 26., que em Iodos os casos, em que por Lei especial se não concede Aggravo de Petição ou instrumento, sò compete o do Auto do Processo: Não admilte algum de Petição, ou instrumento, que o uso do Foro introduzisse, e também declama altamente contra essa Praxe: Êu sou do mesmo sentimento,, não só pelas razões, que exhibio Leilão, mas petas que já referi nesta Sec. 3. n. 10. e II.: A que accrescento que todo o recurso contra a Sentença interlocutoria he odioso, Ridoltin. in Prax. P. j. Cap. 13. u. 324., remora da expedição das demandas, em que interessa a Republica, L. 13. Cod. de Judie. L. 2. Cod. deRejud., opposto á razão de Justiniano na L. 36. Cod. de Appell., transcripta na Sec. 1. o. 14. £ consequentemente as Ordenações, que sò em certos, e especiaescasos concedem Aggravode Petição, einstrumento, são inampliaveis a outros, e em todos os mais se deve praticar a generalidade da Ord. L- 3. T. 20. §. 46.. e 47., menos eu quanto aos estylos da Casa da SuppHcação estabelecidos por Assentos, que admittão taes Aggravos, porque os authorisa a L. de 18 de Agosto de 1769 §". &.: Porém de balde declamou Leitão, e de balde declamo eu com elle : O erro tem continuado, e continuará; E por isso vou mi*-

«*

cellaniar, e referir os casos, em que este Aggravo se admite tanto por Lei, como por Praxe. Taes são os seguintes:

Casos, em que compele este Aggravo por Leit.

87. Já debaixo do n. 78. com Costa noa estylos
m referi alguns casos de Aggravo de Petição, e instru-
H raento, que se podem interpor de Sentenças interlocu-
wf tórias com forças de definitivas, e outras tantas li-
mitações da Ord. L. 3. T. 69.: Ahi ao mesmo tem-
po addicionei Costa nesses casos com outros DO. con-
cordantes. Só me resta escrever outros casos, em que
por Leis expressas são permittidos estes Aggravos
(além dos já referidos d. n. 76.), e depois referirei
os extra-Legaes introduzidos pela praxe.
88. Os Pautados para Vereadores nas terras aonde
de ha Juizes de Fora, e cujas Pautas são confirmadas
■ pelo Rei, se tem legitima esusa podem aggravar,
mas para o Desembargo do Paço, Ord. L. i. T. 3.
IL §. 14., L. de Agosto de 1694, Cabed. P. 1. Dec.
38. no fim, Leit. de Gravam. Q. 6. n. 160.
89. Das violências e oppressões feitas pelo Juiz
Ecclesiastico se pôde aggravar para a Coroa, Ord.
L. 1. T. 9. §. II.: Ainda que sejam passados dez
dias, e em qualquer tempo: Leit. supra n. 14J., Pe-
reir. de Man. Reg. C. ii. n. 2., Mell. Liv. 1. Tit.
5. §. 57. na Not., Silv. ad Ord. L. 3. T. 74. §. 3.
n. 8., Peg. Tom. 8. ad Ord. L. 2. T. I. §. 14. n. 71.,
optime Cavallar. Inst. Jur. Canon. P. 3. Cap. 34. §.
3., aonde dá as razões genuinas.
- lj 90. Aquelle, a quem se não cumpre, e observa al-
W gum privilegio de iramunidade, pôde aggravar, Leit.
de Q. 6. sub n. 150 jr. *Item si alicui privilegium*,
ex Ord. L. I. T. 9. §. 9. Conf. Ord. L. 2. T. 69.

B

t

§. 8., como quando se não observa o privilegio acerca de Jogadas, e outros direitos Reaes, Lima de Gabei], pag. 379. n. 6.

I
¶ 91. O injustamente eleito para recebedor das Serras pôde agravar, Ord. L. 1. T. 62. § 70., e suppositivamente T. 66. §. 49. Leit. supra y. *Item si aliquis itijwle*, Lim. de Gabei), ad Regim. Incapitat. Cap. 66. a n. 35.: Deste Aggravo se conhece na fôrma da Ord. L. 1. T. 62. §. 76, e ainda que seja de instrumento se ha de apresentarem dez dias Leit. supra n. 136.: Também destes Aggravos conhece imediatamente o Conselho da Fazenda, Repertor. debaixo da Conclusão == *Provedor conhece do instrumento de Aggravo*, == etc. Vid. OJiveir. de Mun. Provis. C. 9. a n. 1.

Vi*

93. Os Vereadores vencidos nas vereações em votos podem (á sua custa) agravar para a Relação do districto, Ord. L. J. T. 66 §. 29., Leit. supra jf. *Item Decuriones*: Peg. ao mesmo §. 29. n. 7., ampliando no n. 9. que *upossunl etiam gravamen tn-«terponere tYlí, quorum inlerest, ne detur execii' tt tioni.* » Conf. Sív. ad Ord. L. 3, T. 78. in pr. n. 2.: E das Vereações da Câmara de Lisboa se interpõe o Aggravo para o Desembargo do Paço, Phaeb. P. 1. Ar. 31., Peg. supra n. JO., aonde ac-crescenta «que as duvidas sobre posturas se senten-u ceão na Mesa do Paço, posto que seja entre Office ciales da Fazenda,/) estylo he fazer-se Petição ao « Rei, e Elle a commette á Mesa, onde por modo « de aggravo se dá determinação.»

93. Compete Aggravo, ou quando ao Li liga u te adversário se assígna dilação grande para fora do Reino, ou a hum Litigante pequena, e insufficiente, ou quando se denega para dentro do Reino, Ord. L. 3. T. 20. 6. 5., e T. 64. §. 12. no fim, Leit sup. f.

('92)

item si dilatio, Conf. Silv. ad Ord. L. 3. T. 20. §. 35. n. 12. et 13., et § 44; n. 5. et 6., et §. 46 n. 84., Cost. nos estyl. da Cas. do Port. pag. 236. n. 16». efc 170.

94. Pôde ággravar-se nos casos da Ord. L. 8. T. 25. §. 2., ou 1.^v, quando sendo o Réo demandado por acção de dez dias veio com Embargos,"e sendo recebidos foi junctamente condemnado: ou 2.* , não foi condemnado, e então Aggrava o Auctor, Cost. nos estyl. da Cas. do Port. pag. 237. n. 171., Leit. supra Q. 6. sub n. 150. f. *Item si conventus*. JMo-raes de Exec. L. 6. C. 5. n. 9. in fin,

95. Em lançamento de contrariedade pôr Corregedor da Corte, ou Desembargador, ou seja de to-do, ou- de parle, *secus* nos outros Julgadores, Ord. L. i. T. 6. §. 9., et Liv. 3 T. 20 § 23., Cost. supra n. 163., Leit. supra f. *Item etinm si in causa*, Silv. ad Ord. L. 3. T. 20. §. 46. n. 2.

96. Da pronuncia sobre Artigos da immuidade da igreja, ou das Ordens, Ord L. 5. T. 124. §. 3. Leit. supra f. *Item a pronuntiatione*.

IS 97. No caso da Ord. L. 1. T. 6. § 8., e T. 7. §. '16., Leit. de Gravamin Q. 6. n. 31. et 34., et Q. 6. n. 150. f. *Item si denegatur*: Veja-se Peg. Tom. 14. á Ord. L. I. T. 6. a n. 53.

98. Quando se denega Carta de Seguro nos casos, em que se deve conceder reform. de Just. §. 1. Leit. supr. f. *Item si denegatur*: Primeiras linhas sobre o Proees. Criaí §. 69. Not. 1. e* §. 74. na Not. aton-de, que também compete o Aggravo da denegaçíto da homenagem.

99. Nos casos da Ord. L. 1. T. 65. §. 28., e L 3. T. 78. in fia. princip. Bem entendido quês* no-mine *Reais in hoc et similibus casibus inlelligetur Mensa Palal*«== Leit. supra f. *Item a Sententía Coi-leqii*.

100.*Compete Aggravo para o Conselho da Fazenda, quando no lançamento das Sisas se lanção algumas, ou. a isento de as pagar, ou quando *por outro qualquer modo* nã*o devia pagar Sisa, ou se lhe lançou mais que a que devia, Regim. dos Encabeçara ent. Cap. 62., ubi Lim. n- 5., Oliveir. de Mun. Provis. C. 9. n. 22.: Milhares de Sentenças sobre Aggravos a este respeito se podem ver em Peg. Tom. 6. á* Ord. L. 1. T. 78. §. 14. desde o n. 81. até o u. 481.

101. Compete Aggravo, ou recurso para o Desembargo do Paço, quando os Juizes adjudicão prédios, ou abulem caminhos, na conformidade da L. de 9 de Julho de 1773, e Decreto de **1778**, ou sobre aqueductos, na conformidade do Alv. de 27 de Novembro de 1804 §. 18.

K. Da rejeição dos Artigos pertinentes ex **Ord.** L 3. T. 54. §. 12. Silv. ad Ord. L. 3. T. 20. §. 35. n. 4.

Quando os Pais denegão os seus consentimentos as nupcias dos filhos roinorennos, e estes nas Províncias recorrem aos Corregedores, ou Provedores das Comarcas na fôrma da L. de 29 de Novembro de 1775, e L. de 6. de Outubro de 1784 §. 5., da concessão, ou denegação das licenças pelos ditos Ministros compete *Aggravo de Petição* para as respectivas Relações pela dita L. de 1775, Aggravos, que na outra de 1784 se dizem *Recursos*.

Nota: **Não** deixou de ser myslerio conce-
der aqui a L. *Aggravo de Petição*, porque pe
la praxe tem o effeito suspensivo, que não tem
o de instrumento, e mesmo admiltio Aggravo
de Petição para fora das cinco legoas: e tudo
porque mandou proceder summarissimamente;
Pari. 11. **BB**

("O



■ ! é se aliás qualquer recurso, não suspendesse, se-
ria conseqüente o damuo irreparável, se

s

sem Jogo à cassar os injustamente Jicen ceados I
pelos Corregedores ou Provedores.

Casos, em que competem estes Aggravos por Praxe
Â do Foro sem fundamento em Lei clara. ■

102. Compete pela antiquissiina Praxe do Reino
Aggravo de espolio áquelle, que judicial mente *et jú*
ris ordine non servato foi espoliado da sua posse, ou
quasi posse : Àssent. em Peg.: Tom.. *êilàoMfidi* pag,
42. n. 00. Oa índole, e natureza, fim, é efileilos s^
te Aggravo tractei largamente na minha obra dos ín*
terdict. e Remed. possessor. a §. 240. fi oonio o se
qüestro he espécie de espolio/Peg. de íntèrdy n. 9. in
fin., delle desordenado também se aggrava, Peg. 2.
For. Cap. JS. pag. 1081.

103. Da Sentença de reformação de autos perdi
dos he caso de Aggravo, Pbaeb. J. P. Ar. ?o,-j Cost.
nos estyl. da Cas. do Port; pag. 237, n. 173., Peg. 4.
For. C. 72. n. 27.: Porém o Assent. de-2£ de Maio
de 1758 na Collec. n. 237. pag. 444. declarou, que
sim sobre a reforma de Autos pendentes se aggrava
por Petição ou instrumento; porém sobre Autos,
que forão julgados a final se appeila, ou aggrava or*-
dinariamente.

I 104. Se a alguém se lança algum pedido ou tin
ta, de que se suppõe isento, tem lugar este Aggra
vo, Pbaeb. 2. P. Ar. 67.; Ord* L. i. T. 62:= §. 70.,
e T. 00. §. 49. Leit. de Grāvamin. Q. 6. sub *Bi 160.*
jr. Si alicui. m

I 105. Se alguém he constrangido servir algum Of-íció vil,
de que pela qualidade da sua pessoa se sup-

.11 ^;B

põe isento, he caso-de agravo, Pereic. Dec. 103. in
fín., Leit. sirprVjr. *Hem si aliquis.*

% §•€. Se o prezo pede alimentos, e sè lhe dene-j gSo,
he caso de Agravo, Phaeb. I. P. A.r. 2., Cost. supra pag.
236. n. 168., Leit. f. *Alium tdem.*

107. He caso de Agravo, quando o Juiz julga a
homenagem não quebrada, Phseb. 1. P. Ar. 142. Primei*.
Linh sobre o Proces. Crim. no fim da. Nota ao §.74.

•Ml*8l'He caso de Agravo de Pelição ou ins-
t rume li to, quando o Juw denega a daução de *non òf-
fendendo* logo que se lhe requer; aliter da Sentença
final proferida depois das provas, Primeir. Linh. sobr.
o Proces. Crim. §. 316. Not. 2.

109. He notável a variedade sobre o meto competente
Contra a Sentença sobre habilitação de herdeiros : Silv. á
Ord. L. 3. T. 27. §. 2. a n 32. depois àê.Cost., Phaeb.
Mendez, Leit., Barbos , e Peg. distingue dous casos: «
Primas, quando aliquis judica «tur pro habilita to ad
causam prosequendam, et tunc «competit gravamen per
petitionein vel instrunven-«tum. At vero ex stylis domus
Supplicationis, ex fct&ottt. Ut. A. pag. 182. col. I. y.
Ággravar, solum «competit gravamen iii processu-, et sen ti
t Leit. et.

"ita vidi judicatumSecundus casus est, quan-

«do judicatur aliquis pro non habilitato, et tunc quia «
finiscaüsáeimponitur, cômpetitappellatio, seu gra-«vamen
Ordihariuro ab hujusmodi decreto.....

«sSed ex praedictis stylis tantuinmodo competit gra-«
vanaeb pef petitionem apua Cost. loc. próximo ci-«tato »

O Repertor. debaixo da Conclusão = *Artigos de
habilitação se fázerh.* = *etc. transcreve© fou,ma tfota do
Senador Oliveira, qual h?é esta: «Quando pro-* nuttliatur
super Sententia habilitationis active, an

BB 2

("6)

« casus appellationis? Vide Mendes Bl
« L. \$. C. 21. anrFM 15, Leit. de Gravam. Q. 6. n.
« 151. f. Item ab interlocutoria: Quando autem pflür*
«ífVC, nota, quod si simjus in exeoutione e,
«et quis judicetur. habilitatus ut executio adversus
« eoai procedat, * lueJíor Sena tus pra ut ca-
«sus appellatic sit quoad litrumque eflectum ;
«-.quippe persona ilia, qtisa habili tatu r, ;non fuit pars
«in causa priocipali, oeque contra £ re-
c porta vi t, atque ita idem esl, ac si noviler conde» «
mnaretür: Unde oportet remédio appellationis non «destitui;
eo maxime, qui si executio fie ri' posse t « absque
appellatione, persona ilia remaneret absque *« remédio. Si
vero non sumus in executione, vide-« tur mihi esse casum
gravam ir) is in processu, quíp-« pe satis quoad eam cauluni
est, cura processus ne-•< cessa rio ad Superiorem
deyolvendus sit, qui ei su-»• per habilitationis gravamine
providere poterit. Et •«ita ia Sen a tu nos tro indubie
observatur.*» Veja-se Peg. Tom. 6. For. Gap, 172. n. 08. 89.
et 93., aonde com variedade.

- * Como nos muitos casos, que exemplifica
Moraes de Execut, L. 6. C. 7. tot.

I lio. Não he menos opinativa a Questão ==*An Sententia lata in causis altenlalorum sit appellabi-lii, nec ne=i?* O nosso moderno Ferfeir, de Nov. Oper. L. 6. Disc. 7. a n. 16.. escreve quatro opiniões : I.\ que he appeilavej: 2.^a, que não: 3 ", com os nossos Reinicolas, Pbaeb.. Mend., Leit., Cost., nos eslyl., Valasc, Peg"., e Vanguerv., que sò compete Aggravo.no acto do processo, 4.º, a distinctiva entre a Sentença proferida em favor daqueile, que com-melteo o attentado, ou em favor daqueile, que o

(117)

padecêo: No primeiro caso admitte appellação; no segundo aggravo de Petição, ou instrumento, citando por esta distincção Peg. de maior. C. 4. n. 417., Léit. de Gravam, Q. 5. n. 00. 29. e 30, Vanguerv. P. 4. C. 22. n. 28., Mend. P. 2. L. 2. C. 11. o. 38., Jordão., e Lancelot de Altentat.: Vejão-se também Guerreir., Forens. Q. 66. a n. 29., e Peg. 2 For. Cap. 15. n. 121. f. *Sed contrarium*, e o mesmo Peg. Tom. 6. For. C. 172. n. 91.

Nota: O mesmo Ferreir. a n. 20. para se desembaraçar desta variedade de opiniões, faz huma nova diflerença entre a Sentença proferida sobre o attentado opposto por *via ordinária*, e o opposto por *via extraordinária* (quando se diga opposto por huma ou outra via, Veja-se Silv. ad Ord. JL 3. T. 69. in rubr. art. 9. a n. 20.): De fôrma que, quando opposta por *via ordinária*, admitte appellação; quando pela *extraordinária*, só aggravo no processo; limitado só o caso do attentado na nunciaçAo de nova obra, aonde « Attentati Sententia in his cau-«sis in favorem altentantis non admittit grava-*u* men in actu processos, sed appellationem.» Outra vez Ferreir. n. 27. he inconstante, seguido Valasc. Cons. 156. n. 32., e Léit. de Gravam. Q. S. n. 27., e Mend. P. 2. L. 2. Cl II. n. 38. Nada pois de certo, e solido nesta Questão.

III. Também pela Praxe compete Aggravo de Petição ou instrumento, quando se pede, e denega vista dos autos: Ou seja para Artigos de falsidade, ou seja para embargar qualquer futuro requerimento da Parle, ou seja para embargar a execução, ou seja

112. Também por Praxe se admite Aggravo, quando o Juiz depreçado não cumpre, nem executa a Carta Precatória, Peg. Tom. J3. ad Ord. L. 3. T. I. Â. 5. n. 6., Bagn. Quaresm. Cap. 34. n. 89.: Muitos exemplos de interposições de Aggravos nestecaso vemos em Peg. 2. For. C. 1. i. a. tt.-67 Se não-lie què aqui se dá propriamente Aggravo de se *it&o* guardar â Ord. L. 3. TiU. "§. 5, e L. 9. *T. M3. §*** Nestes Aggravos Se disputa * justiçaou injustiça das *Ord. L. 2. T. 52. n. 12.*, ou seja por se mandado do daí vista em separado sem suspensa para embargar a via executiva, que só procede por privilegio, e não por Sentenças, «Peg Tom. I. U. ad Ord. L. 2. T. 52. §. 9. n. 26.: E se na assignação de dez dias -se nega vista para **oppôr** alguma excepção dilatoria, ou illiquidade da divida, Silv. ad Ord. L. a. T. 25. §. 6 n. 2.

Nota: Não se faz porém aggravo, ou quando a vista se pede com manifesta *café* Wnia, e por isso se denega, França ad Mend. f. I. L. 8. C. 3. n. 00., ou quando se pede para se for-
 ÍN marem segundos Embargos ex Ora. L. 3. T. 88., e se não verifica alguma limitação desta Ord, ou quando se pede para embargos nos
 ■ casos, em que são prohibidos, casos -referidos na Nota 592. n. 4., ou nos dous *às*ws, qae refere Peg. 2. For. G. 1. §. pag. **1148** *f. nDmfnmodo* —

e

Cartas. Precatória?, conforme a&distincções do mesmo; Peg supra a n. 7. Moraes de Exec. L. 6. C. I. a D. 48., Bag-n. Cap. 34. a n. 76. I li3. «Quandose rejeição Embargos em algum incidente da Causa, rejeição, que não põe fim a elja, he caso de Aggravo; Silv. ad Ord. L. 3. T. 20. §. 46. n. 5. et 6., menos no caso especial da Ord. L. I. T. 9. §. 2., ubi Peg. GJos. 4. n. 6. 6. e 7.

114. A controvérsia sobre a remessa de hum Réo deste Reino para o de CastelJa se decide não por appellação, mas por Aggravo de Petição ou instrumento, Gam. Oec. 363., o que bem declara Cabed. P. I. Dec. 156.,- isto é, que a decisão de Gam. procede, quando ha Parte, que requeira a remessa; ali-ter, consentindo as Partes na remessa; porque então deve appealar pela Justiça, Conf. Peg. Tom. 16. ad Ord. L. 3. T. 20. n. 29., Sílv. ad Ord. L. 3. T. 2o. §. 9., Repert. debaixo da Conclusão —*Agyravar st não pode* = etc.

Sendo eslylo condemnar o Juiz *aquo* nas custas do Aggravo, quando o Aggravanle não obteve Provimento no Juízo Superior, SiJv. Á Ord. JL..6. T. 2o. l §. 46. o. 26., se nelias não o condemna, e abandona este estyjo (não vindo condemnado do Juízo Superior) he caso de Aggravo, Silv. supra n. 28.

SUBDIVIS.ÍO II.

*Casos, em que compete, e só he competente,
o Aggravo no Auto do processo.*

v U5. Primeira Regra geral = *Por mais que qual-
quer Ordenação ou Lei prohiba em. algum caso ap-
pellar, ou aggravar, nunca se Julga excluído, e pro-*

hibido o Aggravo no Acto do Processo = Leit. de

Gramin. Q. 5. n. 1, et Q. 8. n. 6i> sequitur Peg

I Tom. 16. ad Ord. L. 8.T. 20. §. 41. D. Ú.

116. Segunda Regra geral: Esta he estabelecida na Ord. L. 3. T. 20. §. 46. ibi: «E do nenhum " mandado, nem interlocutoria, que qualquer Juiz " ponha, ou mande judicialmente acerca de orde- " nar, e processar o feito, se poderá appellar, ou " agravar, salvo nos casos declarados nesta Ordena-

« ção, ou quando se agravar de Ordenação não

« guardada acerca de ordeuar o processo.» A ra-

zão desta Ordenação a ponderou muito bem Moraél

de Exec. L. 6. C. 5. n. 6. depois de Leit. de Gramin. Q 5.: A indole, e natureza deste Aggravo fica demonstrado desde o n 79,, bem como o em que confere, ediflpre do Aggravo de Petição ou instrumento : Só resta especificaraqueieompendiariamenteos casos da sua competência, transcrevendo Leit. de *Gta** vamin. Q. 5. a n. 40. ad 48. ut ibi:

« Interlocutoriae autem a quibus gravamen tan-

« tum ia processu interponi potest, sequentes tunt

« expresffle in Ordinàlione nostra.

117. «Prima illa, quae assignat dilationem, seu

« ter rui num probatorium in Kegno, de qua in Ord.

« Liv. 3. T. 20. §. 5. ibi s=*sem dppeUação nem ag-*

« *gravo* = ; nec dubium raoveat, quod non dicilur.

'< in processu posse interponi gravamen; quia jam

« supra probavimus, hoc semper concedi, Jicet ap-« pellatio vel gravamen denegetur.

J18. «Secunda illa, quae proferlur super excé-

« ptionibus dilaíoriis (excepta *incompetentice* ut in

« Ord. d. T. 20. §. 9., sed declaranda hsec sunt

« per ea, quae diximus supra n. 12.^>*Conf. Silv. ad

Ord. L. 3. T. 20. §. 9. (menos que a do espolio. ;8JB|

(201)

rejeite in Limine, porque he caso de Aggravo, Peg. de Interdict. a n. 665. 668. 669).

I

I * Nesse n. 12., e seguintes duvidou bem
Leít., se quanto ás mais excepções dilatorias (que
não seja a da incompetência) a Lei comprehendia
só o caso de se receberem ou rejeitarem in Limine,
para só ser de Aggravo no Processo, ou se
comprehendia também o caso de a final se
M julgarem provadas: A mesma duvida suscitou
I Silv. ao d. § 9., e reprovou a opinião de Leitão, que
queria seja appellavel a decisão final, seguindo
Silv. a Thom., Valasc. Al. 58. n. 18., que Leitão
havia reprovado: A Questão da incompetência
para a remessa ao Juizo Ecclesiastico se decide
por Appellação, Peg. ao d. §. 9.
H n. 30.

118. «I Tertia illa, quae pronuntiata non probari «t
peremptoriam oppositara in vim dilatoria, ex Ord. «
eod. T. 20. §. 15. in fin. Sed hanc comprehendi «i tur
sub proxime dieta.»»

119. « Quarta illa, quas rejicit contrarietatem, ««
qua probari non potest nisi per scripturam publi-«
cam, quam Réus non offert, Ord. d. T. 20. §. « 23.»

120. « Quinta illa, per quam non admittitur pro-u
batio per testes, quia causa talis est, ut in ea pu-« blica
scripturarum equiratur, ex Ord. d. T. 20. § 25.»»

O 121. « Sexta illa, quae rejicit artículos nullitatis, «
restitutionis, reprobationum, et similes expressos Win
Ord. eod. T. §. 33. » -

Ha aqui muito que notar nesta Ord. §. 33.,
e na simplicidade, em que a applicou Leitão: El-
Parê. 41. cc

ia 1.º, *eiú* geral, e misteriosamente disse, que o que determinava a respeito desses artigos, procederia tractando-se delles *incidentemente*: E por esta palavra veio a excluir os casos, em que as excepções" de transacção, de compensação, de nullidade da Sentença, se oppí depois delia por embargos-; caso em que, rejeitaiido-se, se pôde appellar, .Peg. ao cL §. 33. a, *ÁQ:*), *Leit. de Gravar*». Q. 3. n. 30.: Repertor, debaixo da *Goaolü8&Q *=t drtiüyos de subomação^Gtú: Leit. (l>)^* Também excluio os case quando a acção se nato admifcte (vide n. 73.); quando a restituição se pede primaria, 6 principalmente, e não *incidentemente*; quando no decurso dá Causa se pedem alimentos •provisionaes, a restituiçãa cio aí tentado (ut n. 110.) etc. Leit supra «ub n. 30. y. *Tandem* =: Também escreveo o Senador Sardinha em uma Nota transcripta no citado Repertor., ut ibi: « Sendo Embargos a Al-|«. vara de Gommissão de Juiz, ha incompeten*-«« cia, e cabe AggraVo^ Ord. L. 3. T. 2o. §. « 9., et L. 1. T. 6. §. 9., e assim se julga cada « dia. *Idem*, se for Provisão para se appellar « passado o tempo, e se embargar; porque se-« rá caso de agravo, ou se julgue que se ap-« pelle, ou não: Ord. L. J. T. 6. §. 4., 6 T. ** 58. §. 17. MI Da mesma fôrma á excepçfio da subornação, e falsidade das testemunhas se pôde oppor *primariamente* depois da Sentença, Siiv. ao d. §. 33. n. 4., e então a sua rejeição he objecto de AppcIIação: Se porém esta excepção sé oppõe *incidentemente* se disputa em separado sem suspensão do curso da causa principal; e quando esta se sentencea a final, se junta o Processo sobre a falsidade das testemunhas, para

(2<>a)

ambos os Processos se despacharem juntamente, *Phatb.* P.
2. Ar. 121., 4>eg. 2. FOP.,Ç, JO. sub I n. 1J4 , Silv. supra.
n. 3. - *ÚT ■■*;

2.º Na generalidade- do oiesnio*. §; ?3. #P j
compreendem (para ?ð se dar Àggravo nu I Processo)
estes casos: } .º « *Q-uãdo ludex, « vel non admitiu*
aliquot tentes (caso da *Re-M pulsa*) *vel instrumento : nmn*
non appèlla -« *tur, sed sçlum reparatur per viam*
gravaminis \\ « *tn processu.* » Valasc. Gons. .47. n. 7,: 2."
« Quando se mandar por algum caso., qíue se t « não
perguntem as testemunhas, que se reporei . Íí, tarem a outros
testemunhos, que tiverem dado i <<i em autos nuiloe, he
interlocutoria sobre o or-:0 «;dejjar> do processo, de que -se
QÂQ pôde ag-• .« gravar./4<<Phseb. I. P. At. 92.»-3.º «
Quan-« do se recebem alguns Artigos de Embargos. «. *».e
outros não • cabe somente agravo no Pro-t* cesse. J> Peg.
Tom 14. ad Ord. JL. i. T. 6. n. 73^:ídem Peg. Tom. Í5. Ad
Ord. L. 3. T. 20. í§:. '46.. n. 75.

.1-1

li22.. « SepAima (ainda continua Leitão) e&t dia « quse
condem nat a d expensas relardationis íociden-« tis ex
èúj&Mã. T. 20..4 3-8."

Nota: Ainda que a Parte condemoada em
retardadas não possa ser ouvida na Causa sem as
(j pagar, Ord. L. 3. T-. 20. §. 9., §. 15. et 37.
et Tit. 14. <4' 3. woi *Silva ampliai*, et Limitat.
Com tudo, Peg. Tom- 15. ad Ord. L. 3., T. 20.
i n. 29. no fim refere julgado .que « *Se as cusltts*
I «forem de nutra Causa deve ser- ouvido, e o
" Pencedor deltas tire *mandado se quizer.»

cc 2

I 123. « Octava (acaba Leilão) videtur ilJa e
« recipit appellationem Adversário ex Ord. L. 3. T-
« 70. §. 8. et Tit. 84. §. u.: Sed vrdenda sunt,
u quae circa hoc scripsimus a o. M. •

M

r.

VI
*

- * O que Leitão diz a n. 17. he, que pe-
- Ia Ord. L. 1. T. 6. §. 4., e T. 60. §. 27.,
9 também se pôde aggravar de instrumento neste
caso, e com Gosta, e Cabedo, que he electivo M
aggravar por um ou outro modo, e que o §. 11. do T. 04.
be especial; porque da Relação do Porto se não pôde
aggravar por Petição ou M instrumento para a
Supplicação : Concordão Siiv. ad Ord. L. 3. T. 70. §. 8.,
Cabed. P. 1. Ar 44.: Com effeito da concessão do
Aggravo Ordinário pela Relação do Porto, ha só
Aggravo no Processo, e não por instrumento, ainda que
a Causa caiba na Alçada, Peg. Tom. 1. á Ord.
- pag. 326. n. 81., e Toro. 14. á Ord. L. 1. T.
I 37. n. 3.: Dos mais JUÍZOS pôde haver Aggravos
effectivamente para as Relações neste caso: Berí
que, aioda que se não aggrave da recepção da
I Appellação nem no processo, nem por instrumento,
nunca os Superiores tomão conhecimento da
Appellação, quando achão que não era
I caso delia, Arg. Ord. L. 1. T. 6. §. 20., ubi Peg. n. 6. *et
sic servat praxis.*

124. Do recebimento de Artigos de opposição,
ha também só Aggravo no Processo, Silv. ad Ord.
L. 3. T. 20. §. 31. n. 19. fiem como do recebi-
mento de Embargos só compete Aggravo no Pro-
cesso (n. 121). ■

Nota: A cautella de Mend. I. P. L 3. C.

3. no fim, e de Gomez ia Man. P. I. C. 38. n. 14, he ridícula, não só pelo que já ponderei no n. 84., mas porque, se se embarga hum Despacho contra o qual só competia Aggravo no Processo, a Sentença sobre esses Embargos segue a natureza da primeira embargada, Pe-reir. de Re vis. C. 23. n. 10., Silv. ad Ord. L. " S. T. 87. §. 6. n. 6.: E se da primeira aô competia Aggravo do Processo, também da segun-

- da, que rejeitou os Embargos a eJla oppostos.

Prohibitum una via non censetur alia permis-
M sum, etc. Barb. et Tab. L. 14. C. 136. Ax. 20.

- 124. Quanto ás Sentenças sobre *habilitação*, e sobre *attentado*, quando he ou não competente o Aggravo no Processo: Veção-se os números 109. e 110.: Quando, e como no Juizo Superior se defere a este Aggravo, Vid. ri. 83. na Nota, mas sobre ella

Nota etiam: Admira o quanto torceo os engenhos dos nossos Reínicos a concijiação da Ord. L. 1. T. 8. §. 8., e T. 7. §. 15., com o §. 47. da Ord. L. 3. T. 20.: Basta vêr Leit. de Gravam. Q. 6., e Moraes de Exec. L. 6.

- Cap. 5. n. 6. f. JLimilatur. 6.: A falta de re-
I curso ás fontes próximas occasionou neiles esse
I trabalho, e não menos hum dos erros dos Filip-
pistas: Pois que essa Ord. L. 1. T. 6. §. 8. foi
copiada da do Sr. O. Manoel L. 1. Tit. 4, §. 11., e
o Tit. 7. §. 18. da Filippina foi copiado da
Manoelina Liv. 1. T. 8. §. 2. Ora o §. 47. da
Filippina L. 3. T. 20. foi copiado da L do Sr. D.
Manoel de 5 de Julho de J 562, (posterior á
publicação da sua Ordenação) Lei quer egulou a
nova Ordem do Juizo, transcripta

em Leitão *BifV. TU.* 1. L. 7., e o §. 22. desta Leã he por for mães palavras o mesmo 4- 47: da Filippina L. 3. T. 3/ft.." Lei posterior, fje de clarava as anteriores do mesmo Sr. D. .Manoel, as quaes os FiJippistas inadvertidamente inse rirão *fio* Cod. EiJippfipo: O que mais me ad mi - ra, que o nosso Peg. também o ignorava,' e es creve© "por oui/ida o que se vê no Tom. M. ál Ord. L. 3. T. 2o. §. 47. ut ibi: « Nota flane ■*< Ordinationem defluctacn fuis.se exquadam ex- H travaganti (sem a citar) et per i ap- ÍM «|>osistas fnisse in nova com piiationeOrdinalio-fy u nis L. l. T. 6. § 8., et T. 7. §. 15., quãe ««< huic adversantur; debuerunt enim expungí, 9 « quia per bane derogatae fuerunt, et ita accepi « a viris doctissimis et hoc jure ulimiur. >? Tam-J bem SiJv. ao d. § 47. não ad ver tio o exposto, e escreveo o que achou escripto.

125. Quem agrava no Auto do Processo, assim obrigado pela Lei, e praxe, ainda que depois defenda a Causa-, nSo he visto consentiu uo procedimento ad ulteriora, Gam, Oec. 354. n. 2, Silv. ad Ord. L. 3. Ti 20. §. 47. n. 36.

126. Tem-se julgado muif as vezes nas Relações, que de todos os Despachos sobre incideintes em inventários sò ha Aggraaro no Acto do Processo, porque todos se dirigem á iomfam 4o Processo mesmo* cujo objecto são as partilhas; e appellandose depois da Sentença final, se conhece primeiro desses Aggravos; e sendo justos, se lhe dá provãdencia. Quando porém ocorre alguma Questão *prejudicial*, como se algum dos Pertendentes he corherdeiro, está Qutestão faz'suspender o progresso d o inventario ai té a sjua decisão. Peg. 6. For. C. 80. a a. i4 , VaJasc. «te Par-

tit.-Cap 2. n. 21,; O mesmo quando ocorre disputa sobre a nulidade do Testamento, que deverá rejeitar a partilha; porque *senão prejudicial esta Questão*, sidi se descrevem os bens, mas a partilha se suspende até a sua decisão, Peg. Tom. 7, á Ord. L. I T. 87. §. 4. n. 9. : e terá aqui lugar a Apelação.

127. Quid, do Despacho, que manda jurar suppletoriamente antes da Sentença final? Vide o meu Tract. do Juram. Suppletorio a §. 98, Desta Ord. L. 3. T. 20. §. 46., e da sua regra gerai são tantas as excepções, quanto os casos referidos desde o n. 86. até 114.: E ainda que Silv. ao d. §. 46. n. 18. com Thorn. Vai, exceptua o caso dos incidentes nas Causas das suspeições, duvido muito desta limitação, quanto ao que contra Thom Vaiasc. discorre Leit. de Gravam. Q. 6. n. 68-, e Moraes L. 6. Cap. 5. n. 6. t. Limitatur 6."

Nota: Attento o systema dos nossos Legisladores* que fica demonstrado nesta Sec. 3. n. 10, n. 11., n. 79., e n. 86., quando entrar em dúvida se o Aggravo lie de petição, instrumento, ou do Processo, nesta dúvida mesma se deverá julgar ser só do Processo.

SUBDIVISÃO II.

■ *Aggravo de Ordenação não guardada,
e sua pratica.*

128. Perrakte a Ord, L. 3. T. 20. §. 46., como excepção da regra geral (n. 116.) o Aggravo de Petição, ou instrumento «quando se aggravar de u Ordenação não guardada acerca do ordenar do

« *Processo.* » Concorde a Ord. L. 1. T. 5. §. &.: O nosso- Silv. ao d. §. 46. desde o n. 12. distingue aqui quatro casos. ES

129. Primeiro: Quando alguma Lei ou Ordenação se não observou em Sentença definitiva, de que aliás se pôde interpor Appellação, ou Aggravo Ordinário sem obstáculo; e neste caso não he necessário Aggravar de Ordenação não guardada, e basta appellar simplesmente dessa Sentença para o Superior; porque devolvendo a Appellação ao Superior a Causa com todo o seu merecimento, o Superior revogará a Sentença achando-a proferida contra alguma Ordenação: Assim Silv. n. 12. com Leit. de Gravam. Q 5. a. 86.: O mais he que das Sentenças definitivas, ou que tenham força de definitivas, não compete Aggravo de Ordenação *não guardada* <- guia « *Lcsi habent remedium ordinarium appellationis, (< quod ubi datur, ad extraordinarium non recurritur.* » Feg. Tom. 2. ad Ord. pag. 386. n. 10.

130. Segundo: Quando a Sentença proferida com transgressão de alguma Ordenação he definitiva, mas inappellavel, ou inaggravavel por não exceder a Causa a alçada do Julgador #, ou por outra causa: Ou quando he mera interlocutoria de que só se pôde aggravar no Processo: Ou quando o Juiz he Senador, ainda que a sua Sentença seja appellavel, ou aggravavel: Nestas três espécies compete Aggravo de Petição, ou instrumento *es capite Ordinalinnis nonser-vatce*, e o seu conhecimento pertence no districto da Supplicação ao Regedor das Justiças, e no do Porto ao Governador, ez Ord. L. 1. T. 5. §. 6. f. *E se o Julgador*; e Leit. de Gravam. Q. 6. n. 87. et 38., Silv. n. 13., que conhece deste Aggravo cora cinco Desembargadores: DO. supra, et ultra eos Peg. ad d. §. 6. n. 17., Phasb. 2 P. Ar. 22.

- * Peg. no Tom. 2. á Ord. L. I. T. 5. §. 6 n. 14. e
16., tentou persuadir que não se pode
S agravar da Ordenação não guardada, quando a Causa
cabe na alçada;-porque não guardar a Ordenação não he
nu lidade notória, que se coniprehenda na Ord. L. I. T.
f»8. §. 25., etc. . Porém isto não só he contra o
commum, mas o mesmo Peg. Tom. 14. in Addit. ad
Ord. L. I. T. 6. n. 32. seguio Leit. de Gravam. Q. 5. o.
IN 37., e se retractou dizendo: « Nota etiam pos-í «se
aggravari in terminis hujus §. (6. L. 1. T. u6.) a non
observaia Ord. in Sen te n tia defíni-« tiva, *quando
causa non excedit Jurisdictionem te Judicie* >t (declara
ut infra n. 132. Not.) SÓ sim sendo proferida em Senado
a Sentença, em que se diz transgredida alguma
Ordenação, não se
■ pôde agravar *ex capite Ordinationis non ser-vaiai* por
Petição ou instrumento para o Rege-dor, Cost. in
Dom. Suppl. Annot. 4. n. 24., Leit. de Gravam. Q. 6.
n. 160. f. Et. genera-Jiter. Veja-se Cabed. P. I. Arest.
61., conf. Peg. Tom. 2. ad Ord. L. I. T. 5. §. 6. n. 16.
(vid. n. 131.)

1

181. Terceiro: Quando a Sentença, que se diz
proferida contra a Ordenação foi proferida em Senado (e
não por hum só Desembargador), porque contra ella não
compete o tal Aggravado, como com os DD. proximamente
citados, e com Almeid. de Num. Quin. C. 30. n. 4., Sílv.
supra n. 14.

192. Quarto: Quando a Parte depois da definitiva se
queixa de alguma interlocutor ia proferida no decurso da
Causa contra alguma Ordenação, e então não se admite
este Aggravado como intempestivo,

Pari. II.

DD

(II*)

mas só pode appellar, ou aggravar ordinariamente dessa
defi«*ivay Sil*. », 18} i »lna

i «&•■• .i. •.

H Nota: Se a Causar cabe na alçada, se ò
l < pode agravar da-Ordenação não guardada em
alguma irilerlocu turia para» o Corregedor <da Co
marca, mas só para o Regedor das Justiças, oul
- Governador do PoriaJ porque só para elle e cora
cinco Senadores reservem a Lei neste caso o
. conhecimento doi Aggravo, Silv. supra n» 36. et
17., Peg. ad Ord. L- I. T. 5. §. 6 D.J4. et 15.:
- Assim concilio eu esla^ Nol», e doutrinas de
a w Pe^.-.cosrh a Nota.a»» n: 130., com o mesmo
m- 4Peg. Tom. M. aoT. '&. <n. 22. e èstós

M

■. •' *''■ ;: •• ifciifk» mi\$...:■•;;í,\<■:•'

H

« 13a. Para se fundamentar ou bazear a justiça deste
Aggiravo,. he'necessário que ao Juiz se haja aitégado SE
Ordenação, que elle desprezou^iOrd. JL. JJ T. 15. -§.;Jl.
\\A *=à<s,eytdB /Ae allcgoda = ubi Peg. a m il.,'Como
assim declara e mesmo Peg. Tom. 14. Addic. ao JL. tí
T. 6."n.. '24i i&i = Z>e /Ae wáo ser guardada nossa
Ordenação**= Entende-se sendo al-Jegada, Ord. supra
§. 4. ibi => Sendo*lhe allcgoda =.

Nota: Ainda que he estylo, e praxe não ■
condemnar o Juiz Superior nas custas dos Ag-gravoa,
mas só depois condemna nellas o Juiz • a quo, Silv.
Ord. L. 3. 17. 20. §. 46. n. 26., menos quando o Juiz
Superior vê o Aggra> vante. em manifesta, malícia,
Silv. Ow 29. com tudo, quando se agrava de
Ordenação não guardada, logo o Juiz Superior não
dando Provimento no Aggravo condemna o
Aggravante, na forma da Ord. L. J. T. 6. §. 7., Silv. su-
pra n. 88. ei. 80., Peg. Tom. J4. ad Ord. L. i.

(211)

T. 6. a n. 26. Vide Leit. de Gravam. Q. 6. a n. 112.

Nota etiam: Ainda quando o Aggravante obtém Provimento, não he o Aggravado con-B demnado em cuslas se não quiz ser parte no Aggravo, Silv. supra o. 31. et ad Ord. L. 3. T. 67iJn pr. n. 16., Peg. g. For. Cap. 16. n. 34. Landim.' de Salar. Advocat. et alior. Ofii-cial. Tr. 3. Q. 3. n. 9*.

(j.Nola etiam: Os Adyqgados, que sem jus-'-' tica ia cem Petições de. Aggravos, são conde--k ,ra nados «a forma do Assento «a Coll. 3. n. 5. • . rá Ord. L> l* T. 6.

• v.Jfi.iS., Sobre este assumpto ha o Assento de)6 de Junho de 1812, que deve consultar-se.

JJO /1111:Ü

■ í >>-*«.

■ • 'i ou au/qfejKtia -'

| -.: - •
K » Kit

DD 2

SECÇÃO IV.

I

Quaes Magistrados Superiores conhecem {fiem diversos casos) de todas as espécies de Recursos, e Aggravos.

3o tracto aqui dos Superiores competentes para conhecerem dos Aggravos Ordinários, e Appellações : Dos Superiores para conhecerem daquelles, já tractei em parte na Sec. 9. desde o n. 44., e tractarei na Nota 704. e seguintes. Dos Superiores para o conhecimento destas tractaráu admirável -mente Sousa na Not. 628., * que pouco addiciona-rej, e não menos o sapientissimo igualmente Gouvea Pinto, no Manual de Appel/ações, e Aggravos na P. 4.1 Tracto aqui dos Superiores para o conhecimento de todos os Recursos, e Aggravos, e ainda que bem ociosamente depois destas scientificas, e immortaes Obras só servirá de exornação e Supple-mento a ellas o que aqui vou a expor.

ARTIGO I.

O Rei.

1. O Rei he o *Supremo Magistrado*, Cart. Keg. no Princip. do Compend, Histor. da Universid. de Coimbr. em 23 de Dezembr. de 1770, *Supremo Magistrado Político, e Defensor do Estado temporal, e dos Povos*, JL. de 26 de Maio d» 1773 no Principio. *He Pai dos seus Vassallos*, Alvar, de 29 de Janeir. de 1643 na Confirmaç. das Ordenaç., Alv

de 6 de Março de 1765, e *Protector deites*, contra as violências, e oppresses, etc, como de muitas leis Pátrias deduz Nogueir. Coelh. Letv P. a ri. 189. t. Por iito^he que em todos os casos aonde as Leis, por assim convir ao Bem publico, não admittem Recurso algum a outro Magistrado, sempre franqueio as portas do Throno aos Vassaítos, para que recórrão a Elle por via de *Querella*, como nos casos que-irefiro na minha Nota 691. n. %, a que aacrescento -. o. caso da "Lei de 22 de Dezembro de 1781 T 2- §. 3UK.No a.,0. **se verá a** índole, e natureza destes Recursos immediatos ao Rei. .

Nota:, Ha diflerença entre o caso, em que a Lei manda especialmente que se recorra, ou jn consulte, immediata, e pessoalmente o Rei, e entre o caso, em que a Lei dizs=*poderão ag-gravar a iVas* = etc.: Neste caso se entende do recurso ao Desembargo do Paço, Leit. de I GraVamio' Q. 6. n. 163. f. *Item a Sentenliis Collegif*, etc. (sed vide infra sub n. 2.) et Peg. Tom.-1. ad?Ord. pag. 280. a. 3., vide etiam infra n. 12.

I

ARTIGO. II.

O Desembargo do Paço

si 2. Conhece dos Aggravos ou Recursos do Al-motacé Mor, ex Ord. L. J. T. 18. §. fin. (e isto por numa especial Provisão, que refere Peg. Tora. 14., Addit. ad Ord. L. 2. T. 18. n. 3.) Adde Leit. de Gravamin. Q. 6. n. 163., et his non citatis doctissi-¹ mus Pint. no cit. Tract. 4. P. art. I. n. 1.: Porém Peg. Tom. 3. ao d. T. 18. §. fin. adverte que a Lei

aqui respeita a imediata Pessoa do Priircip* para
 **' <K>cnr»tir a mmadi&tmr£ktervlla tmmááme
 dissermos ^laa^faAj recorrer ao R^Udioldl

sentadarMor «Peg. Tom. T..«*o3/íB l,X Se*a.t.*CJáf*.-
 •*. «a fim^lHis^qtiia Prax* ml Tt

par* M-Mldo *»^'Mr pa*T^^£&
 baixo ida^ebaclasSto *■ dlmotauf Mâr\Sb TSaim gravo
 dellemhtão pam mMieasmmí- evitei) Sm " [^d .^{est} > P^a o
 Desembargo do Paço, ut cen-«su.t
 ^4e^TMm. +â+ &99ifã.rque em «4i»m MM
 a^^i-d^a-çSeBpaowJa sediz paia Nós « se entende
 fia*"* Desembarco Pa^porém
 "SUL^ÍT⁰!"^?^*^0 M P*»*^ «^ «esmo

<< *untf lafyuMl,*t<) que se jflatfca íie fo Petição «de
 Rcfci»8<r<* EJ.RelfJe «nandar SBÍmMa*e6tade
 ^respondei ■■krt»tütotola»y& ÁimbteòA iM^com
 «WuWWfottMWjâ* a» **ttieae») IwMiatosiao Besem-
 «bargo do Paço, no qual se diz poríConstltta de ..Sua
 Magestade o que parece, e com Resolução «do dito
 Senhor torna a Consulta á Mesa e vai «Decreto ao
 Aimotacé Mór, assim como se pra-«tica nos recursoè do
 Aposentado* Môr.»

Concede o Senador João Alves da Costa na Nota
 transcrepta no Repetia*, debaixo da Cdnclu-
 *o~Trjtoig.#lmmVnâo~èò*Mée do Agaravtí do
 AimotacéMorhmãbjEfaífeiôêzittofôA fai .orjea «nv
 ««rPbréWi/BtiáiMagttátadè «eafetleQí iMesa^ò
 «Oi@e«®.teargo:. dorPaço (estes »Aggravfee, aonde sé»
 .< lhe consulte sobre eJleá. «Jas/

3. Cpnhewid^sRte^iraèSj^uese^odeiflífteriwr

(»lí)

das Causas despachadas em Câmara, de- que não , ha
ouifcro'Recurso^ Q&idL/L.L T es. §. 28.} Assim o citado
Pist. n. 2., Oonf Leit. de Grava». Q. 6. n- 16a. Rej>ertor.
debaixo da Conehi8ii&*sx Juie despacha sem. appellação
soltre injurias = etc.

4. Conhece dos que se interpõem sobre determi-
nações de Collegios, Confrarias, e Coneelhos, etc,
ea Ortf. L. 3, T. 78. in pr., Pinfe, supra n, 3. Conf.
Leit. I supra,. Silv. ad Ord. L. 3.T. Wb ín pr. n. 2.
et 3. Peg. ad Ord. L. 1. T. 66. §. 29. n. 10. «Quando
«se aggrava de alguma Sentença da Causara de
«Lisboa (diz Phaeb. 1. P. Ar. 31.) para o Tribunal
«dó. Paço, aonde os tae» Aggravos cosuumão ir,
« manda' Sua Magestade qué o Syndícoi dê conta á
« Mesas» e responde: Nisto he estylo, que em qnari»-
«to se dá determinação na Causa, se: sobres tá nel Ia,
«ainda que haja Sentença): Assim se assentou af>
«Tribunal do Paço na Causa déi-Antonio Cornêa*>
ete. mas que a execução da Sentença se não SUN-
penda, ainda que o Senado tenha *pedida* Consulta,
Decret. de 17 de Agosto de 472a, apnd Franç. ad
Mend. P. a. pag. 13.. n. 72.

5. Conhece dos Aggra-vos dos Desembavgado'
res, quejjulgão com Adjuntos algum: caso nas Ter-
ras, a que são mandados com alçadja, Ord. L. 1. T.
6. §. 4. e T. 8. §. 11.: Assim o mesmo PioL d. a.rt.
1. o. 4.: Conf Leit-, de GraVam. Qj. 6. sub n. 163., jlincte-
se a. Ord. L. l. T. eõi. §> 11. no fim, Parad. in Pract.
Delegai. Critfnán. flàpHl) n. 11., Pcg. Tom.
2. ad 0*d. in Regim. Senat. §•. 117. n. 51. et Tit. &. §. 4. a
n. 18., Cost. in Dom. Supplicat. Anuot, 2. n. 66 : O mesmo
quando oo .procedimento ;das Alçadas se tractà a Questão
do eou/ta ou asylo, Peg. Tom-. 7. ad Ord, in Regímín. Senat.
Oap 93., et Tom. 2. ad Ord. in Regim. Senat. §. 117. pag.
311. n. 51.

Nota: Oi» es mo Parad. io Prax. Delegat. Cap. i. n. ia. diz; « Extat tamen stylus in 4 " mft Portuensi cognoscere de gravaminibus im-" Posití8 a Sena(òribug dejegatis ad aliquas ~é « quisitiones, vulgo *dévaças*, vél ad ajia negotia «in districtu illius domus: Sed stylus iste so-«Jum jure nititur in casibus, de qüibús Sena-«tores cognoscunt in Syndicatu, vel Ministri «Syndicati juxta Ord. L. 1. T. 60. §. 2. In re-«liquis vero solum antiquitate praedictus sty-J " lus fundator. »

6. Quando os Vereadores são eleitos por Pautas, e confirmados pelo Desembargo do Paço, se tem escusas, oii outras mistas razões só podem recorrer ao Tribunal Palatino, Pint. sopra n. 5.: Conf Leit. supra n. 163. in fine, Peg; Tom. 2. ad Ord. L»'H.'T. a. 4. 14. a n. 1., et Tom. 7. ad Regim. Senat. Cap. 90., aonde accrescenta qoe «*Si in alio « Tribunali, áut in Supplicationis Senatu coynosca-ít tur est Sentenñia nulla ex dieta Ord. ul vidi judt-ucalu.tn.ti* Esse Alvará de 27 de Agosto de 1594 (e que menciona Cabed. 1. P. Dec. 38. n. 3,) registrado em 4 de Março de 1628, em que se determinou, que querendo se escusar algumas pessoas Jos Officios da Governança, para que forão eleitos peto Desembargo do Paço, allegando Embargos ás Provisões, o devem faxer no mesmo Tribunal: E que nenhuma das Relações tomasse conhecimento dos ditos Embargos, nem de instrumentos de Ag-gravos: Este Alvará, digo, que cita Pinto', está na Ord. L« 4 T. 67. col. l; n. 5., e o refere o Reper-tor. debaixo da Conclusão «■» *Desembargadores do Paço conhecem dos intrumentos de agravo sobre escusas* = etc. *

Nota: Quando porém os Juizes e Vereadores são eleitos em Pelonros pelos Povos, e (* não são confirmados pelo Desembargo do Paço, então o conhecer das suas escusas compete o conhecimento aos Corregedores, e a Appella- I cão ás Relações dos Dislriclos, Peg. Tom. 2. a Ord. pag. 136. sub n. 2.

7.'Compete Recurso para os Desembargadores do Paço no caso da Ord. L. I. T. 2. §. 11., quando o Chancellor Mór despacha por si só: Pela antiga Ord. era Aggravo para a Relação: Peg. ao d. §. II. n. 6., Cabed. P. J. Dec. 207.: Esta Ord. d. §. II. revogou a antiga: Mas resta sabermos a praxe desta nova Ord. O Repertor. com uma Nota do Senador Manoel Lopes d'OJiveira a expõe debaixo da Conclusão = Aggravo do Despacho do Chancellor = etc. ut ibi: «O estylo lie, que na Petição de Ag-Ü gravo se põe Portaria, em que se'diz = Manda « El-Rei Nosso Senhor, que o Desembargador N. « do seu Conselho, e Chancellor Mór do Reino, reste penda a esta Petição, etc. E com a sua resposta «nos Autos vem á Mesa.»

8. Conhecem os Desembargadores do Paço dos Recursos, que se podem interpor do Senado de Lisboa. Assim o Sábio Pint. n. 7. d. C. I.: Porém isto depende de declarações: Este Senado não pôde, com o pretexto de fazer alguma Consulta sobre Sentença do Desembargo do Paço, suspender a execução deila; Decret. de 17 de Agosto de-J 729 apuei França ad Mend. P. 2. pag. lo. n. 72.: Elle não pode impedir nem retardar a expedição dos recursos para o dito Tribunal: Isto foi o que determinou o citado A vis. de 16 de Março de 1780, por ser subordinado ao mesmo Tribunal, Resol. de U de Junho de *Pari- 11.*

EB

(218)

18os (ainda que se denomina Tribunal como no Edital de 18 de Abril c outras dizem-se = O Tribunal do Senado da Câmara =) Vid Ind. Chron. Tom '2. pag. 136. Mas ha muitos casos expressos no seu Regimento de 6 de Setembro de 1671 art. II. (e transcripto por Peg. no Tom. 6. a Ord. pag. 365.) em que das determinações do Senado se não dá Appellação nem Aggravo: e por tanto, só dos casos não exceptuados no dito Regimento d. art. li., he que compete Recurso para o Tribunal; mas não nos casos exceptuados no mesmo Regimento, em que se denega Appellação e Aggravo, como distingue e refere julgado, Peg. Tom. 7. á Ord. ao Regim. do Tribun. Palat. pag. 631. f, *Alque uia. i*

r

i

~I

Nota: Ha huma Provisão de 1f de Julho de 1676', confirmada por Alv. de 1678, e tudo transcripto em Peg. d. Tom. 7. pag. 619. Cap. 88. em que se determinou « Que quando succe-derem algumas dúvidas entre o Presidente, « Vereadores, e Officiaes da Câmara e do Go-«verno da Cidade, e o Provedor da Alfande-«ga, e Contador da Fazenda, e quaesquer ou-«tros Officiaes delia; ou entre os Officiaes da «Câmara e os Desembargadores da Casa da «Supplicação, e do Civel; os Desembargador « res do Paço summariamente ouvindo os Offi-Mciaes da Câmara e da Fazenda, ou das Rela-« ções a que tocar, e lhes parecer, que devem «ser ouvidos, determinem as ditas dúvidas, «como lhes parecer justiça: JE o que assim « pela dita maneira determinarem, se cumprirá «e guardará; dando-me primeiro conta da de-«terminação que nas taes dúvidas tomarem, l

«sondo ellas de qualidade que lhes. pareça que «o devem fazer» etc. Vid. eund. Peg. Tom. 6. ad Ord. pag. 265. n. 10. Pereir. de Man. Reg pag. 7. Ediç. de Leão.

9. Também o mesmo Tribunal he competente e privativo para a decisão das dúvidas, e controvérsias entre os Senadores da Casa da Supplicação, e do Porto, Ord. L. 1. T. 3. §. 13., ubi Peg. Tom. 2. pag. J36.: Quando dois Juizes mutuamente se in-jurião, também o injuriado deve recorrer ao De* sembargo do Paço na fôrma que diz Ferreir. in Prax. Crim. Trr.it Cap. 3. n. 26. e 27. : E quando hunt Juiz he .injuriado «ão em razão do Ôfficio, mas como pessoa particular, tem recurso no mesmo Tribunal, na forma que ensina o mesmo Ferreir. d. C. 3. a n. 22., e Cap-. 4. a n. 11.

(10. Sendo as revistas huma espécie de Recurso, ex Pereir. de Re vis. Cap. 1. n. a., o Tribunal Pala tino as concede, bem como o Conselho da Fazenda contra as Sentenças proferida» no Juizo dos Feitos da Fazenda, Id. Pereir. Cap. 27. a n. B : Aquelle Tribunal faz os Assentos sobro serem bem ou mal passadas pelos Juizes da Coroa as Cartas Rogatórias nos Recursos interpostos dos Juizes Ecclesias-ticos, ex Ord. L. 1. T. 12. §. 6.: Se nestes Assentos deve intervir o Procurador da Coroa, disputa Osor.de Patron. Reg. Resol. 100., bem que os embarga, Osor. Res. 99. a n. 8. Vide Cost. in styl. Dom. Supplic. pag. 18o. jr. Aggravo da Coroa.

11. Conhece o Desembargo do Paço, por Coiu-missão do Príncipe, dos Recursos interpostos do *Aposenlador Mor*. Peg. Tom. 7. a Ord. no Regim. do Paç. Cap. 88. no fim: O Aposentador Mor porém conhece pelo seu Regimento (transcripto em

ííK 2

Guerreir. do IVivil. Famil. G. 10. subi n. 69) dos Aggravos, que as Partes tirem do Aposentador da Corte, ou do da Cidade de Lisboa, etc.

12. Quando se agrava do Regedor das Justiças, ou Reitor da Universidade de Coimbra, he o recurso im media to ao Rei, Peg. Tora. I. á Ord. pag. 167. n. 39.: Porém o Desembargo do Paço conhecerá por Commissão, ou remissão *ad instar* dos casos semelhantes (n. 2. e n. li. e n. 7.).

13. O Desembargo do Paço *ommisso médio*, he o privativo para conhecer dos Recursos interpostos dos Juizes, que conlra a genuína intelligencia da L. de 9. de Julho de 1773, e Decreto, de 1778; adjudicado prédios, ou exlinguem Servidões de atra-vessadouros, como dispõe a dita Lei §. 80.: E dos Recursos interpostos dos Juizes, que na adjudica-ção de Aqueductos, e águas prevertem a verdadeira interpretação * do Alvará de 27 de Novembro de 1804 §.11. 12. e 13., como diz este §. 18.

« Sobre a intelligencia deste Alvará nos ditos §§. ha numa completa analyse minha, a ultima das impressas anonymas em huma Col-leccção na Impressão Lacerdina em Lisboa no anno de 1808.

14. *a Não se agrava para os Desembargadores u dos Aggravos das eleições da Misericórdia, porque it são da immediata protcccção de El-Rei** Ord. T. 26. «§. 24., e ha huma Provisão no Livro da Esphera, a que o prohihe, passada em 4 de Janeiro de 1532 á «Cidade de Lisboa.» Ita Peg. Tom. 14. ad Ord. L. 1. T. 6. n. ♦«.: Consequentemente só ha Recurso ao Desembargo do Paço, como caso comprehen-dido na Ord. L. 8. T. 78.-<Vid. supra n. 4^{li}n



(MI)

M * Veja-se Cabed de Patronat. Reg. Coron.
Cap. 42. n. 5., aonde refere a Extravagante de 2. de Março de 1568, e que transcreveo Leão P. 2. T.2 . L. 13. §. 8. ibi:« E esta determinação se entendera nos Hospilaes, Albergarias, -i « Oapellas, Confrarias, e Lugares pios, que não • «forem da immediala prolecção de S. A., por-«que nos que o forem, como são *as Casas da * < Misericórdia... por terem da sua immediala tproiecção* » etc.

15. Para conhecer do justo, ou injusto dissenso dos Pais Nobres ás pretendidas nupcias dos filhos, ha o Recurso (assim denominado) na L. de 29 de Novembro de 1776, e na L. de 6 de Outubro de 1784 §. = *Quarto* — e §. = *Quinto* ==.

16. Por argumento *a maiori ad minus*, da Ord. L. 1. T. 3. .§. 13., conhece o Tribunal do Paço de todas as controvérsias sobre Jurisdicção entre outros Magistrados, por contas que dão (propriamente Recursos) ao mesmo Tribuna], como amplia Peg. Tom. 2. á Ord. pag. 136. sub n. I., que assim o attesta, e o estamos vendo quotidianamente. Conf. Pjnt. Ri-beir. no Lustr. do Desemb. do Paç. C. 1. n. 68., mas, quando a controvérsia he entre dois Ministros do mesmo Officio sobre jurisdicção a respeito do conhecimento de alguma causa, pertence aos Ag-gravistas, Peg. Tom 3. á Ord. pag. 14. n. 1.

17. Da taxa imposta pelos Vereadores se dá recurso ao Príncipe pomo se deduz de Cabed. P. 2. art. 23., Peg. Tom. 5. á Ord. pag. 272. n. 10. (conf. supra n. 4.)

Das determinações da Junta Creada no Reino do Algarve para decidir a justiça ou injustiça dos Censos, não ha Appellação nem Aggravo, mas só

Recurso immediatamente para a Reai Pessoa, a **fim** de que mandando vêr os Processos por Ministros que nomear, deferir como parecer justo, Alvar, de 16 de Janeiro de 1778 §. 13.

O Aggravo que se interpõe do Capitão Mor, quando obriga alguém a Servir na Milícia, e o condemna, vai a **sua** Magestade por Alvará que está no Liv. 5. da Relação foi. 260., Peg, Tom. 14. Addit. ad Ord, L. I. T. 6. n. 26. Veja-se o novíssimo Regulamento de 21 de Fevereiro de 181\$,

ARTIGO III.

Conselho da Reai Fazenda.

18. Este Conselho he hum Tribunal, como o denomina Leit. de Gravam. Q. 6. a. 164., quasi equiparado ao Palatino; não tem na Ordenação Regimento distincto •, mas de quantos Ministros se fôrma, e os seus ministérios, se pode vêr em Cost. in Dom. Supplicat. Annot. 9. n. 16. et 17.

* Era antigo este Tribunal sem Regimento na Ordenação; mas escusado em data de 20 de Novembro de 1591. Foi como de novo in-stituido na L. fundamental do Erário datada em 22 de Dezemb. de 1761, aonde se vê a sua in-specção; havendo aliás o antigo e extensissimo Regimento da Fazenda, outro dos Contos, etc

19. Conhece este Tribuna) *iJ*, dos Aggravos, que sahem das Contado rias das Ordens sobre matéria da Fazenda, pela Lei na Or-d.-L. *I.W.*- lo. coi. 2. n. n., Peg. Tom. 3. a Ord. pag 8."*ri*:-¹-4., aonde

("2237

cita num Decreto no Liv, 1J. da Caza da Supplic. pag. 19.:
Veja-se o novo Alvar, de 2 de Junho de, **1774**, Silv. á Ord.
Tom. 3. pag. 19. sub n. 18. Ind. Chronol. Tom. 1. pag. 161.

20. Conhece 2.º, de todos os Aggravos interpostos do
Presidente e Kepartidores das Sisas, quando as lançam a
quem não as deve pagar, ou mais do que qualquer deve
pagar, Regim.dos Encabeçamen-tos Cap. 52. ubi Lim. D. 5.,
Leit. de Gravam. Q. 6. n. 164., Cabed. 2. P. art. 83., Cost. in
Dom. Suppli-cat, Annot. 9. n. 10., Oliveir. de Mun. Provis.
Cap. 9 n. 22. Et in Addit. n. 3.: Muitos exemplos e casos, em
que nesta matéria se recorre a este Tribunal sobre Sisas, e
em que houve e não houve Provimentos, se vejam em Peg.
Tom. 6. á Ord. L. 1 T. 78. §. 14. a n. 83. ad n. 481., e no
Tom. 12. á Ord. L. 2. T. 63. §. 11., e a pag. 563. ad 574.,
além de Lima Gabell. que tractou ex professo a matéria: Ao
mesmo Conselho pertencem os Aggravos interpostos dos
que se pertendem escusar de tintas, Ind. Chron. Tom, 1. pag.
345.

Nota: Isto, quando se tracta dos 'Lançamentos das
Sisas devidas, ou não devidas: « *Si « vero aliquce
Partes inler se super gabella, tjuam u una, vei altera
ex conlractibus solvere aebel, ttunç ad Senalum
pertinet recursus.*» Addit. ad Oliveir, de Mun. Provis.
Cap. 9. n. 3., Lim. de Gabell. pagin. 258. n. 96., Conf.
Guerreir. For. Q. 63. n. 24.: Os Privilegiados, que se
suppõem com isenção de pagar jogadas e outros
Direitos Reaes,, só podem recorrer ao Juizo da Coroa,
ex **Ord.** L. 1. T. 9. §. 9., et L. 2. T. 59. § 8., Lim. supra
pag. 369. n. 6.: E também ao Juizo da Coroa pertence
o conhecimento *sobre a pro-*

(224)

priedade das Sisas: Assent. de 1572 transcriplo em Peg. Tom. 3. á Ord. pag. 4. D. 8. no fimí

21. Conhece 3.*, o Conselho da Fazenda por Aggravo, e não o Juízo da Coroa, quando o Direito, ou tributo já está imposto e assentado, o executa o Almoxarife: Peg. Tom. 14. ad Ord. L. I. T. 9. n. 26. ibi:

<« Em quanto (a Ord.) suppõe que sobre a pro-« priedade he o Juízo da Coroa co rape lente, e não «sobre as rendas, se ha de entender assim; que on-« de o direito foi já posto, e onde estiver assentado, «e se executar, então procedem os Almoxarifes, e «delles se aggrava, e appella para a Fazenda, ex «Tit. 10. §. 6., o que não he assim na propriedade, « quando se tracta de pôr. o direito,, ou depois de «posto se demanda ordinariamente; porque á Co-«roa tocava po-lo e tira-lo; porem depois de pos-«to, a posse de o lograr e possuir a Fazenda o faz. <i Donde, se hum privilegiado executado allegar, que « não deve (*yidelicet*, se hum Clérigo disser, que não «deve imposição)^ se o Almoxarife o executa, não «pede aggravar para a Coroa] porque ainda- que «diga, que tracta da propriedade negando a]li, não «pôde ser, porque o Almoxarife he executor, e «delle aggrava-se para quem lho mandou, que foi «a Fazenda, Ord. L. 3. T. 86. §. 12.:• E se quer «libertar-se, ha de ser cilando ordinariamente no « JUÍZO da Coroa, ouvido o Procurador delia.» Melhor o explica o mesmo Peg. d. Tom. 14. ao L. I. T. 10. n.º17.

22. Conheço 4.", dos Aggravos dos *Pedidos*, por liuma Carta, que refere Peg. Tora. 14. á Ora. L. 1. T. 6. nv 8., e dos Aggravos de todas as Colle-

leias, e impostos, quando as Leis, que os impõem, não declarão outro Juiz, para que se haja de agravar, Peg. Tom. 2. á Ord. pag. 408. D. 3., fundado em outra Carta Regia: Também pôde conhecer directamente dos Aggravos, que na fôrma da Ord. L. 1 T. 62. §. 78. interpõem os eleitos para recebedores das Sisas, Repertor. Conclus. =Provedor conhece = etc. (Let. k.)

23. Conhece 5.º, pelo Regimento dos Contos Cap. 126, dos Aggravos interpostos do Juiz dos Contos: Porém hoje que extingüirão o dito Juiz dos Contos, o os dous Officios dos executores delles, e se creou um Juiz executor dos mesmos Contos, na forma do Alvará de 28 de Agosto de 1763 (no Ap-pend. do Repert. Tom. 2. n. 38.); deste novo Juiz se dá Appellação, e Aggravo nos casos, em que couber, para o *Juizo dos Feitos da Fazenda*, e não já para o Conselho: Cessando hoje o Decreto de 4 de Junho de 1686 na Ord. L. 1 T 6. Coll. 2. n 6.

24. Conhece 6.*, pelo Foral da Alfândega da Cidade do Porto Cap. J13., de todos os'Aggravos interpostos do Juiz da mesma Alfândega nos casos, que especifica o d. Cap. 113.: Porém os recursos dos Superintendentes das Alfândegas dos Portos Seccos vão aos Juizes dos *Feitos da Fazenda*,, Regim. destas Alfand. Cap." 44. 48. 49.

26. Conhece 7.º, de todos os Recursos sobre dú vidas oceorrentes *nas Terças*, pela condição 32. do Contracto de 27 de Julho de 1699. Dous Alvarás a este respeito transcreveo Peg. Tora. 5. á Ord. pag. 241. e 246., *ride eund.* Peg. Tom. 9 ad Ord. L. 2. T. 28. n. 36. Ha outra determinação do anno de (688 no Livro da Esphera do Porto foi. 194., e transcripta por Peg. Tom. 3. á Ord. L. 1. T. 9. §. 10.: » Que os Desembargadores Ho Paço, nem os das
Part II FF

« KelaçãoGs não tomam conhecimento de agravog, e « appellações de casos da Ordenança da Milícia, *nem «das comas pertencentes és Terças, foriificações, «.* imposições a ellas applicadas.»* Pelo contrario a Condição 32. do Contractp das Terças do anno de 1739, confirmado por Alv. de 10 de Dezembro de 1738, faz competentes os *Juizes dos Feitos da Fa* zenda.*

Nota: O Sábio Pint. na P. 4. C. 6. art. 4., comprehende entre os Recursos da eoiupe-I tencia deste Tribunal os interpostos sobre o Tri -buto do *Real d'Água*: Porém no Regimento deste Tributo» datado em 23 de Janeiro de 1643 §. 9., vejo dirigidas as Appellações, e Aggravos para os *Juizes dos Feitos da Fazenda'*- E quanto aos Crimes, que se dê conta pela *Junta dos Três Estadas*: Não vejo que essa Carta de • 1637, Decreto de 15 de Junho de 1681, AJv. de 20 de Maio de 1802, e Resçd. de 7 de Setembro de 1805, pitados por Pint., revoguem o dito especial Regimento: Essa Carta só prohi-bio a Relação do Porto conhecer dos Aggravos e Appellações respectivas ao Real d'Água, e Cabeção das Sisas; o Alvar, de 20 de Maio de 1602, e os mais só prohibem conhecer-se em Causas relativa» á Real Fazenda em outro Tri-l bnnal, que não seja o relativo da mesma: Ora: os *Juizes dos Feitos da Fazenda* conhecem delia pelo seu Regimento, e Leis posteriores (como a doa 24.), e o Conselho da Fazenda conhece de outros Aggravos,, como adverte,e distingue Costa in Dom. Supplicat. Annot. i. tot.: As Leis, quando querem se aggrave para o Conselho da Fazenda assim o declarão; e quando para os JUÍZOS dos Feitos da Fazenda, assim

r.

t.

L'

o declarário: Se pois o Regimento do Real de Água manda Aggravar para o Juízo dos Feitos da Fazenda, a este nessa maneira se devem dirigir os Aggravos, mas não á Relação do Porto, Provis. de 12 de Setembro de 1680, Ind. Chron. T. 1. pag. 83.« e Carta Reg. de 6 de Março do 1637: Ind. Chron T. 1. pag. 08. Também o mesmo Pint. arl, d classifica noà Aggravos, que se podem interpor para este Tribuna os daquelles, que se pertemlem escusar de fin-las, referindo-se a uma Carta no Livro da Ks-phera do Porto, que- refere Peg:, sem data, e com Peg. o Ind. Chronolog : Porém eis-aqui o que refere Peg. T. 4. ff Ord. pag. 42. n. 85.: u Aggravos dos que se querem escusar das * finlas, que ftIRei manda fazer ôu lançar, « pertencem á Fazenda.» E ficámos na mesma dúvida se aos Juizes dos Feitos, se ao Conselho; A<, mesma duvida nos faz o mesmo Peg. Tom, 14. á Ord. L. I. T. 6. ff. 8.: O certo he, qife se alguém so per tende isentar de Direitos, ou Tributos por Privilegio, he competente o l.Jui»o da Coroa (Not. ao n. 19.)

No art. 8. esta generalidade: « *E final-u mente todos os Ar)tfvavó\$, e Appeliações, que « se interpuserem sobre o que *re*peilar a Ar-" recadação da Real Fazenda, se deve Hr com « critica.»* Porque o Alv. de 20 de Maio de 1802 só mandou cumprir a L. de 22 de Dezembro de 1761 T. !. §. I., e que «em todo « o caso, em que directa ou iodirectamente, íí ou ainda incidentemente, se trate da arrecadação da Real Fazenda, commetlida ao Con-<• sei ha desta, e ás suas difTerentes Repartições, « não possuo conhecer as Relações, Tribunaes,

FP 2

(228 ;

- « ou outros Magistrados de qualquer gradua-«< ção que sejam, nem •ainda de quaesquer Re-«cursos interpostos sobre estes objectos.»» A
- 9 Resolução de 7 de Setembro de 1805 só mandou observar exacta mente este Alvará: Nem aquella, nem esta nos declarou os casos, em que se havião de interpor os Recursos para o Conselho» e os em que para os Juizes dos Feitos da Fazenda: Devemos pois assentar que para o Conselho, quando alguma Lei expressa--mente o manda j para o Juizo dos Feitos da Fazenda, quando alguma Lei o distingue; e quando equivoca, sem tal expressão, não será erro aggravar para o Conselho como Superior.

26. Aggravar se pôde do Juiz da Alfândega da Cidade do Porto para o Superintendente Geral, e deste para o Conselho da Fazenda, Alvar, de 16 de Dezembro de 1774 §. 3., e também do. Provedor da Alfândega, no caso do Decret. de 11 de Janeir. de 1751 no Append. do Repert. Tom. 2 n. 14., conhece dos Aggravos interpostos dos Magistrados, que to-mão fianças em negócios da Fazenda Real, Assent. de 9 de Maio de 1646, Ind. Chronol. T. 3. pag. 14., e nas Causas de denunciações. Decret. de 2 de Setembro de 1686, Ind. Chronol. T. 3. pag. 60.

ARTIGO IV.

Matéria dos Aggravos da Supplicação.

27. Conhece 1.º, dos Aggravos dos Corregedores da Corte, em Peitos que pertencem ás Conservatórias; porque devem ir á Mesa dos Aggravos, e não aos Conservadores, Ord. L. 1. T. 6. Coli. 3. n. 8.» Peg. T. 14.ª Ord. L. 1. T. 8. n. 6., onde refere o mesmo Assento dos Despachos, que por si sós proferem os Juizes da Coroa, e Fazenda; aggravando-se, pertence o Agravo a esta Mesa, Assent. de 5 de Março de 16li.

28. Conhece 2.º, dos Aggravos dos Juizes Compromissarios, Ord. L. 1. T. 6. Coll. 3. n. 3., ainda que os Juizes Compromissarios não sejam Desembargadores da Casa da Supplicação, mas Desembargadores nos Tribunaes, Assent. que refere Peg. Tom. 14.ª á Ord. L. 1. T. 6. n. 26., Assent. que he o do n. 83. da Collecção delles. Id. Peg. T. 4. á Ord. pag. 66. o. 20.

28. Conhece 3.º, dos Aggravos, que sanem do Juízo da Coroa, e da Fazenda, Ord. L. 1. T. 6. Coll. 3. n. 4., isto he, quando se interpõem destes Juizes, e dos Despachos, que elles por si sós podem proferir; porque aqui não ha decisão definitiva sobre bens da Coroa, Cost. in Dom. Supplic. Annot. 6. n. 10. et 11., Peg. Tom. 2. á Ord. pag. 4(3. n. 3., (Veja-se infra n. 33.) adde Peg. Tom. 4. á Ord. pag. 66. n. 16.

30. Conhece 4.º, e não a Relação do Porto, dos Aggravos em matéria de Jurisdicção, que o Arcebispo de Braga pertenda ter em razão do seu contracto, e isto por um Rescripto no Liv. 7. da Casa da

Supplicaçào' pag. 93., Peg. T. 3. á Ord. pag. H n. J. in fin., e Tom< 4. á Ord. pag. ü6. u. 10.: Esse Rescripto he de 3 de Março de 1606. Franca ad l Mend. P, a, pag. 68. n. 332., Ind! Chrdnol. Tom. i. pag. 7.

31. Conhece 5.*, como refere julgado Peg. ad Ord. L. I. T. 9 4. II. glos. 13» sub.ní é.) « ownr-c< dò ãatur cnntentm super jurisdictione irUer duos " Ministros Ueqis Officii t.rta ausce «* altcujus cagnitiotie, quito, tuné úogtWKiint- Sentitorés « &mvaminumi, >» (Se^fWe supra n. -16.)

32. Conhece 6.', dos AggraVos interpôstos do Chanceller, que na forma da Ord. L. 3> T. «o. §■. 18., julga por si só não suspeito algum Desembar gador (sendo de Aggravo este caso apesar dê o não declarar a Ordenação), como duas tezes refere jul»-gado Gabed. P. 1. Dec. 107., e o segue Peg. Tom i. é Ord.jpég 326. n . *5.

33. Conhece 7.Y dos Ag gratos interpostos dos Juizes Co mm issarios, como com - relação a hum Assento no L 2. dos Assent. pag. II. ,*, dia Peg. Tom. 2. á Ord. pag. 409. n. J9., e com um Assento do .Livro 0i da Esphera do Porto pag, 209., Barbos, á Ord. Li 3. T. 81. §. ?. , Sequitur Leít. de Gravam. Q. 6. sub n. 161., /. Senatjim nuoque: t£ isto aindf que despachem com Adjuntos, Peg.- Tom. 4. áC pag. 66. n. 19.-

34. Conhece 8.*, dos Agçravos interpostos do Juizo da índia o Mina, posto que sojão sobre Fa-l zenda, Peg. Tom. 14. i Ord L. 1. T. 6. n. IT. A razão pode ser a do n. 28. desta Secção: Menos se a Cansa pender sobro sonogado Á Fazenda Reaí, e sé ag-gravar por Petição, porque pertence ao Corregedor do Crime da Corto, Peg. d Tom. li. 4 Ortl. L. 1. T. 61 I n 40 : liem que hoje duvido muito doStO

lç-
I
I

caso, e do do u. 28 desta Secção, atenta a generalidade do Alvará de 20 de Maio cie 1802, e Resolução de 7 de Setembro de 18p5 (Not. ul(ao n. 24); apesar da genuína razão, que dava Cost. in

I Dom. Supplicat. Annot. 5. n. 10. e II., e o Assenta ahi referido: Conhece dos Aggravos (Io Conservador, e Juiz Orçjinarío da Religião de Malta, Alv. <le 27 de Novembro de 1797., índ. Chron. T. 2. pag. 207.

.;35. Conhece o.", dos Aggravos interpostos dos Juizes da Corte de Lisboa, ainda que nomeados pelo Senado da Câmara, e não vão nem ao Senado, que

1 os delegou, nem aos Corregedores da Cidade, Peg. T. 14. ad Ord. L. 1. T. 6. n. 5., e Tit. 8. n. 29., Leit. de Gravamin. Q. 6. n. 151. ex Ord. L. J. T. 6. §. 7., T- 7. §. 16., T. 8. §. 9., e T. 49. §. fio. E dos interpostos das Sentenças da Conservador da Nação Britânica, Álv. de 31 de Março de 17^0, í^d. Chrjnn. T- 2. pag. 169.

36. Conhece lo.% se ao Corregedor do Crime da Çôrle pertence deferir aos Aggravos eçG Causas criminaes, e não á Relação, e Mesa dos Aggravos, Cabed. 1. P. ar. 65.; não assim: ou quando se disputa a excepção- de incompetência opposta no Pro cesso Criminal. Cabed. supra; ou quando se aggrava d a pronuncia á prizão, Peg. T. 14.; ad. -Ord. L. 1. T. 6. n. 9. e 12-5 ou quando o Corregedor do Crime faz aggravp sobre armas, ou penas dellas, lambem pertence á Mesa dos Aggravos, Ord. L. 1. T. 9. §. 14., L. 1. T. 7. §. 18., sed vide infra n. 92.: Ou

I quando. sustenta as pronúncias, Assent. de 7 de Março de 1758 Collec. n. 236.

37. Conhece 11.º « Assentou-se que os Aggra-<< vos das Condemnações á instância dos Meirinfraos «da Correição por se não cumprirem Posturas, e as

« Appèllações das sôbredlCãs Cansas, vem aos Ag
«grnvos, e nâ*o aos Ouvidores, e o Aggravo das
«Posturas da Cidade, e de condem nações crimes «de
Coimas.» lia Peg. T. 14. ad Ord. t* t. T. 37. n. 4.

38. Conhece 12.º, dns Aggravos interpostos na
districto da Casa da Supplicação, do recebimento da
Appellação, ex Ord. L. I. T. 6. §. 4., T. 68. §. 27. : Bem
como dos Aggravos interpostos da interlocu toria, que
rejeitou a AppeHação, ex Ord. li. I. T.

fo
L,
c

8. §. 27., juneta a Ord. L. 3. T. 89. §. 7., Leit. de
Gravam. Q. 6. sub. n. 151.

39. Conhece 18.", dos Aggravos interpostos pe-
los Vereadores vencidos em votos nos Accordos das
Vereações, ex Ord. lw'1. T. 66. §. 29., Leit. supra f.
Quarto: E dos Aggravos sobre Posturas, Ind. Chronol
Toro. I. pag. 347-, Peg. T. 4. ad Ord. pag. 40. n. 74.

40. Conhece 14.*, dos Aggravos interpostos sobre
o Salário do Contador (se a Causa cabe na ai cada, o
que hoje não será fácil verificar-se): Peg. T. 14. ad Ord.
L. I. T. 14. n. 7. et 16.: Mas dos Aggravos, que tirão os
Escrivães dos Corregedores de não deixarem levar
salários ou vistas, e dos Aggravos, que tirão os
Inquiridores dos Juizes inquirirem contra a Ord. T. 86.
§. 4., conhece o Juiz 4a Chancellaria, Peg. T. 14. ad
Ord. L. I. T. 14. n 6., Leit. de Gravamin. Q. 6. n. 166.:
Conhece lambem, (e não os Conservadores) dos
Aggravos dos Corregedores da Corte, que pertencem às
Conservatórias, Assenl. de 27. de Feveir. de 1635:
Col. dos Assent. n. 61. Veja-se n. 26.

41. Conhece 15.', de todos os Aggravos de Peti-
ção ou instrumento dentro das cinco legoas da Corte, e
nas Cansas criminaes conhece dolles cumulali-

1



vãmente cora os Corregedores do Crime da Corte, Peg. Tora. U. á Ord. L. 1. T. 6. a. 60., Leit. de Jur. Lus. Tr. 1. de Gravamin. Q. 6. sub n. 151., Re-pertor. debaixo da conclusão = *Aggravos de Petição são de interlocutorias*, = etc.

42. Conhecem 16.º, dos Aggravos interpostos dos Corregedores ou Provedores sobre o Supplemento do Conselho paterno, denegado aos filhos minorennes pelos Pais, ou sobre a denegação do judicial requerido Supplemento na forma das Leis de 29 de Novembro de 1776, e de 6. de Outubro de 1804 §. 5.: E isto por *Aggravo de Petição*, e não de instrumento; havendo neste Aggravo as especialidades expostas na Secção 3. debaixo do n. 101., além das mais expressas nas ditas Leis.

Conhece 17.º, pelo Alvará de 31 de Março de 1790, ampliado pelo de 16 de Setembro de 1802, de todos os Aggravos ordinários interpostos das Sentenças dos Conservadores das Nações Britânica, Hespanhola, e Franceza; prohibindo-se o meio de Appellação dessas Sentenças.

Não se aggrava para os Desembargadores dos Aggravos das Eleições da Misericórdia» porque são da immediata proteecção de El-Rei, e ha huma Provisão no Livro da Esphera, e que o prohibe, passada era 4 de Janeiro de 1632 á Cidade de Lisboa, Vide supra n. 14.* Nem dos Despachos sobre as arrecadações das dividas da Cruzada; porque pertencem á sua Junta, Ind. Chron-Tom. 1. pag. 79.

43. Não pôde porém conhecer de Aggravos, que se interpõem do Juiz da Chancellaria sobre erros de contas, mas hão de conhecer delles os Juizes, que derão a Sentença, se os taes erros dependerem de declaração delia ; e, se não, ficam os Aggravos livres sem pertencerem a Juizes certos, Ord. L. 1. T. 14. Part. II.

GÜ

Cal!. 3. n. 1. Bem como, geado certo, que os Aggravos interpostos na execução e dependências das Sentenças se devem interporiktomediamente para os Superiores, que as proferirão, Ord. L. 3. T. 87. §. 12, a estes, e não á Mesa dos Aggravos devera subir, e ahi se devem decidir por outros tantos vo-l tos, como se requererão para a mesma Sentença, Alv. de 10 de Maio de 1608, Peg. Tom. 14. á Õr-d. L. I. T. 6. n. 19., Ind. ChronoL Tom. I. gag. 17.

Iprop. fin. (Idem Peg. Tom 4. á Qrd. pag. 66. n. 17. m quanto á primeira conclusão).

44. Não pôde também esla Mesa dos Aggravos conhecer dos Aggravos dos Prezos, que 41 esti verem á Ordem do Desembargo do Paço, Ord. L. fl. T. 6. Col. 2. n. 2., que he num Decreto de *i* de Dezembro de 1643: Também por Decreto de 3 de ü. Julho do 1637 na d. Ord. JU I. T. 6. Col. 2, n. 9.

pag. 431. se determinava, que os Desembargadores não soltassem prezos que o estivessem á Ordem do Desembargo do Paço, adde Peg.. Tom. 4- á Qfd.

*•

pag. 78. n. 236. e 263,: Não conhece hoje dos Aggravos do Juiz dos Contos (o. 22. no fim): Nejn dos Aggravos sobre a repartição dos Cavallos de Cobri-ção, que pertencião á Junta dos Tejs Estados (hoje ao Cons. de Guerra) pelo Decret. na Ord. L. 1. T. 6. Col. 8. n. 4. Veja-se o Alv. de 8. de Setembro de 1813.: Não conhece dos Aggravos subre as Ordenan-ças da Milícia, nem das Terras, em que se fazem for-tificações, Peg. Toro. 14. *i* Ord. L. 1. T. 6. n. 11.: Nem do Aggravo, que se interpozer do Capitão Mor, quando obrigue alguém servir na Milícia, e o condem na, Peg. supra n. 26.: Nem nos mais ■casos, que lêem Juizes particulares, e privativos para conhecerem dos Aggravos, Leit. de Gravam. Q. 6. subn. 151.: Nem também se lhe devolvem Aggravos so-

bre a decisão de outros deferidos na. Relação do Porto por instrumentos, ex Cabed. P. 2. Decis. 60., Peg. Tom. 4. ad Ord. L. I. T. 37. in pr. D. 1., Cost. nos Estyl. da Cas. da Supplicação pag. 179. y. Ag-gravo de *Aggravo de instrumento não vem da Casa do Porto*; o mesmo Cost noa Estyl. da Cas. do Porto pag.-22». n. 28., Peg. Toai. 14. ad Ord. L. I. T. 37. a. 8.

ARTIGO V. *Mesa dos*

Aggravos da Relação do Porto.

45. Sigo aqui o melhodo de Leitão de Grav. Q. 6. n. 151., que não confundio os Aggravislasde Lisboa cora os do Porto : Porqueisupposto que entre ei-les não ha total diferença, mas equiparação, na maior parte, não deixou de bater entre huns o outros algumas diferenças, que logo apontarei:Com efteito, vemos na Ord. L. 1. T. 37. declarados os Aggravos de.que os Desembargadores dos Aggravos .da Casa do Porto podem conhecer: Vemos no §■. fin. da d. Ord., que seguirão a ordem dada aos da Casa .da Suppü cação no T. 6.

46. Somente o mesmo-Leit. suscitou huma dtt-vida, ut ibi: & *Solum aulem dubitaripoterat.. an pri-« vative cognoscere deberel de interpositis á Judicibus ttCiviinm Portu&isis? Num Ord. L. I. T. 37. §. 3., « quai concedit coqnüionem i) dicto casu non adjaat, « que não tomará conhecimento outro algum Julga-wdôr,'ut expressit Ord. L. I. T. 6. §. 7. r STi 7. \$. «16., quando agit de Senatú Supplicatíonis, et Judi-« cibus Uhjsiponensis Cimlalis; itnde poterat dubitari, «arg. lex. in G. ad Audnenliam de Deeimis. At ac-«cepi praxi idem admissum esse, quod diximus de*

GO 2

(S3G)

" *Senatu Supplicationts respectu Judicum Civitaít «
Ulysipon. n*

Ignorava Leitão o Assento da Relação do Porto no anno de 1609, no Livro da Esphera pag. 384., que copiou Peg. Tom. 2. á Ord. pag. 401. n. II. ibi: « Que os Corregedores do Cri-t« me, e Civel do Porto, e Corregedor da Co-M marca não tomem conhecimento dos Aggra-« vos, que sahirem dos Julgadores da dita Ci-«dade, nem dos do Corregedor, assim no dito «Officio de Corregedor, como no de Provedor, I ' «que anda junto, vista a fôrma das Ordena-ções, e Regimentos da Casa da Suppí cação, «e daquella, e Sentenças nella dadas, por se «evitarem circuitos e oppressões das Partes.»

47. Por outro Assento em Maio de 1606 no Livro da Esphera do Porto pag. 364., referido por Peg. Tom. 2. á Ord. pag. 401. n. 6., e no Tom. 14. á Ord. L. I. T. 37. n. 4., se assentou que «os Aggravos «das condemnações Á instância dos Meirinhos da « Correição por se não cumprirem Posturas, e as Ap-« pellações das sobredilas cousas vem aos Aggravos, &e não aos Ouvidores, e o Aggravo das Posturas da «Cidade, e de condemnações crimes de Coimas >» Também os Aggravos interpostos dos Juizes Executores da Patriarchal, Alv. de 16 de Setembro de 1749., Ind. Chron. Toro. 3. pag. 172.

48. Apezar do antigo estylo, de quo Peg. Tom. 2. ad Ord. pag. 401. n. 7., ha o Assento dè 7 de Agosto de 1677 na Col. dos Assentos n. 137., e na Ord. L. 1. T. 37. Col. 3. n. 1., para se vencer por três votos os Feitos, que excedem a alçada da Relação do Porto, ainda que sejam em revogação da

Sentença do Corregedor do Givel: fíem que o índ Ghronoíog. Tom. I. pag. 233. *jr.em Dezembro* 22. indica revogado esse Assento (ibid, 239.) por huma Provisão no Liv. 4. da Esphera do Porto foi. 212. mandando observar a Lei nos Aggravos interpostos do Corregedor do CiveJ do Porto: Os Feitos das Appellações por dois votos conformes, Assent. de 4. de Maio de 1680 na Col. n. 139., e na Ord. L. 1 T. 37. Col. 3. n. 2.

Os Aggravos, que se tirão do *Almotacé Mór*, e *Aposentador Mór*, os manda o Governador vir á Relação por Petição de Aggravo, e os despacha em Relação coró dois A dj une tos, ouvido o "Almotacé Mór, e Aposentador Mór; e o Governador põem a Sentença, e só elle assigna, Cost. nos Estyl. da Casa do Porto pag. 220. n. 13., Peg. Tom. 4. á Ord. pag. 17. n. 13. (Vid n. 2. et n. 11., quanto aos de Lisboa, prática que aqui se imita por equipollencia)

49. Não conhecem porém os Desembargadores Aggravistas do Porto dos Aggravos em matéria de Jurisdicção, que o Arcebispo de Braga pertenda ter em razão do seu Contracto; porque devem ser despachados na Casa da Supplicação por hum Alvará que refere Peg. Tom. 4. á Ord. pag. 65. n. 10.: íd. Peg. Tom. 3. ad Ord. pag. 13. n. 1. in fin.: Ind. Ghron. Tom. 1. pag. 7. Nem dos Aggravos interpostos do Juiz da Alfândega do Porto: Ind. Chro-nol. Tom. 1. pag. 245.

I 50. Não podem .conhecer, nem ainda incidentemente, sobre alguma interlocutoria de Aggravos, que respeitem directa, ou indirectamente á Fazenda Real; porque a esta Relação mesma especialmente o prohibio o Alvará de 20 de Maio de 1802 (Vid. n. 33.): Nem dos respectivos ao Real d'agua, Ind. Chroriol. Tom. I. pag. 98. in fin.: Nem das De ei-

mas, Ind. Tom. I. png. 120. Nem dos Aggravos respectivos aos negócios dá competência da. Junta dos Três Estados: Jnd. Chron. Toni. t. pag. »37. iNem das Dizimas da Sepplicação pag. 240.: Nem- dós que respeitão á eleição dos ÔfBciaes da MiHeiavind. Chron. Tom. I. pag. 79.-. e pag. 346,

51. As Gloesas que- o Chancellor l)0e, quan-do ha Cartas de hum só Juiz sem adjonctos no despacho, julgão-as três *Desembargadores dos Aggmvos*, e quando a Sentença he posta por três, julgão-a cinco; e sendo posta por mais de três se ajuntão mais havendo-os ahi na Relação; Gosfe' níOS-BstyI; da Ca-za do Porti pag. 220. n. H., Teg. Tem. 4. á Ord. pag. 17. n. í4.

62. O Regedor da Justiça e Governador de Relação do Porte com cinco Desembargadores conhece dos *Aggravos* interpostos *de se não guardar a Ordenação*, conforme a Ord. L. I. T. &. 4» 6-.» Leit. de Gravam. Q. 6. n. (61 (Veja-se Secí 3. a u. 128.)

I *Especialidade» nos Aggravos activos, e passivos desta Relação.*

33. Se do dístrecto desta Relação se aggrava para eíla, e ahi se decide o AggraMo, ahi morre, e não ha mais Aggravo d ahi para a Suppl reacção por instrumento, ainda que a Causa exceda a alçada» da Relação (não fallo do Aggravo Ordinário da Sentença definitiva), como he uniforme nos *DD*, citados no n. 48. no fim: Também de Sentenças interiocuto-rias desta Relação não ha Aggravos de instrumento para a Supplicação, mas só Aggravos no Actodo Processo, para ahi se deferirem, quando ahi subirem as Causas por Aggravo ordinário, Leit de Gravam. Q.

6. II. 1,9,j et Q. 6, «. l., Peg. Tom. 14. ad Ord. L. I. T. 37. n. 3., et Tom 4. ad Ord. L.;J. T. *úí.àa* pr. a n. I., Cabed. P. 2. Dec. 60. n. 2. De fórnica que nestes casos nem ainda se concede Provisão para subir a Causa á Supplicação, Peg. et Cabed. supra.

Estylo do Porto quando se erra o meio da Appellação ou Aggravo, ou Juízo ad quem.

54. «Quando o feito vem por appellação, e não » he caso delia, senão de Aggravo, he estylo não co-
« nhecer, e mandar se distribua em aggravo por es-
« cusar a oppressão cias Partes; e muitas accrescen -
« tão que se descarregue o feito da distribuição. »
(Conf. Ord. L. I. T. 27.Col. & ». ».)
B «Não se tomando conhecimento por aggravo
« por ser caso de appellação, he estylo, que possa
« ir appetlar dentro dos dez dias, que correm da
« publicação do Desembargo, sem lhe prejudicar o
« tempo gasto no seguimento do aggravo, e juízo
« incompetente do Corregedor, ouvindo *omisso me-*
u dio, costuroão appellar logo, e ir ratificar á Ter-
« ra dentro do tempo, que racionavelmente possa
« ir do lugar, donde appellar, ao lugar onde a Sen-
« tença foi dada, contando a seis léguas por dia.»
(Vid. Sec. 3. o. 59.) I

« Quando a appellação se não conhece delia por
« não ser appellado em audiência na fôrma da Lei, «ou
no terapo delia, havendo Provisão para seguir «a.
Causa, com tudo se suppre somente o tempo, « mas
não a fôrma, e assim ha de ir appellar na au-« diencia
do Juiz dentro dos dez dias depois de che-« gado, aliás
se não conhece.» (Isto só he bem perce-

ptivel, vendo-se a praxe que expuz na Secção 3 nas Notasi<, e 4. ao n. 18.)

«Quando se não toma conhecimento da appel-«
lação por pertencer á Casa da Supplicação, ou Fa-«
zenda, ou Consciência, ou outro Tribunal, he es-«< tylo
não tornar á Terra, mas na Audiência dos « Aggravos se
atempa citada a Parte. » (Vide Sec. i. n. 8.): E isto posto
que seja appellação dentro das cinco legoas, e venhão
os autos próprios.

« He estylo, que ainda que por erro vá o Ap-«
pellante ao Ouvidor com appellação, que pertence « i
Relação, ou venha a esta, pertencendo a Lisboa, « e
assim ao inferior, não lhe prejudica para o Su-u perior
deixar de conhecer; o mesmo se por erro «< foi por
agravo ao Corregedor. >» Assim Peg. Tom. 4. á Ord.
pag. 20. a n. 63., Cost. nos Estyl. da Cas. do Port. pag.
226. a n. 64

ARTIGO VI. *Jutso aos*

ratos da fazenda

\w 66. A Ord. L. 1. T. 10. he bem clara a decidir os
casos especiaes em que os Juizes dos Feitos da Fazenda
conhecem dos Aggravos em d iflerença dos competentes
para o Conselho, ou para o Juizo da Coroa : He ocioso
repetir aqui os casos expresos na Ordenação: Já no art.
3. n. 22. 23. 24. e 20., especifiquei outros, que por Leis
extravagantes pertencem a este Juizo dos Feitos da
Fazenda: Outros se inferirão, quando no artigo seguinte
expozer os da competência do Juizo da Coroa: E todos
reco pilou admirável mente o doutíssimo Pint. P. 4. C.
16. a que re-

^

(»*1)

mel'lo, e com proveito os Leitores: Só lembro de mais o caso, em que se annuIarem as arreinalações dos Devedores, porque em ambos fica o Rei obrigado A evicção, Peg. Tom. 12. á Ord. pag. 447. §. 7. n. I. fio. ei Tom. 14. pag. 72- n. 12., e em fim o caso dos reddilos, e bens dos Caplivos no artigo II. na Nota: Nas Causas dos Marachões, Regiin. de 8 de Setembr. de 1606 §. 22. ■

ARTIGO VII.

*Juízo dos Feitos da Corda da Casa da Supplicação,
M e do Porto,*

65. Em primeiro lugar: Devemos separar aqui as Causas tratadas entre particulares, ainda que tenham por assurpto bens da Coroa, quando da decisão dessas Causas não resultar prejuizo algum, aos Direitos da Coroa, que possa imaginar-se: Porque neste caso não tem entrada nem applicação a Ord L 3. Tom. 9., Cald. de Empt. Cap. 31. n. 99. in fin, judicatum Peg. T. 3 ad Ord pag. 6. n. 11 in fin., Guerreir. For- Q. 63. n. 24.: Parece que o contrario determina o Regimento da Fazenda Cap. 23. §. fin. ibi: " *E posto que as taes demandas sejam entre Partes, r. Nós sejamos já pagos* » etc. Mas também a Ord. L 1. T. 9 no fim do Principio diz *uSe a de- « manda fôr+entre Partes, que não neguem nossos « direitos, não pertence o conhecimento de tal caso aos u Juizes dos nossos Feitos da Corda. »* Et §. 4. ibi: *ÍÍ Não se tractando de prejuízo considerável, que poss- tt sa vir á Nossa Coroa, não pertence o conhecimen - Part. II.* HH

"to ao Juíza dos Nossos Feitas, mas ao dos Aggra» *«
 voi. n Nesta collisflo do dito Regimento com a
 Ordenação, distingue Pereir. Dec 37. n. 3- ut ibi:

«Nec obstat Ord. L.. J. Tit. 9. in fin. princ, " quia
 procedit ia juribus regalibus, quae allerius or* " dinis
 sunt, in quibus Judiei Regia cognitiõ dene-" gatur quando
 lis inter Partes moveaLur, quia eo « casu nulJum
 Principia vertitur prejudiciu m... At " vero in Causis
 Regii Patrimonii, etiam quando in « ter Partes versantur,
 potest aliquando *vergere Sen-«tenha in prajudicium*
Principie, sicut in prjeaen-" ti, uti contendealur super
 solutione salarii debiti « Capitaneo, et Regis* interest de
 hoc cognoscere, " Qui evacuata dieta conductoris
 obligatione, ipse té *Princeps tenetur de suo solvere*:
 atque *ideo ratio-« ne recursus contra Regem*, ut sol vai,
causa inte-u resse Reais inluetur. » '

67. Eru segundo lugar: *uEcce tirt quo differunt u*
inter se duo hi Magisti atus; Judex scilicet bono-" rum
Regias Coronee, et Judex Patrimonii Regii, «c de úuo in
T. 10. Nam Judex bonorum Regia «• Coronee cognoscit
de rebus quoad proprietatem ad « Principem
*spectantibus, et sic de jure lantum * : u At vero Judex*
Patrimonii Regii solummodo co-« gnoscit de redditibus
*ex Mu bonnis mm provenientes' << *ttf, *èí"»fnas*
somente sobre as rendas = Patet « etiam ex Tit. seq. §-
l. et 3. et §. 16.» Ita Peg. Tom. 3. ad Ord. pag. 5. n. II.

• Esqueceu-se aqui Pegas 4e que o Juiz da
 Coroa pôde conhecer (ainda que não da pro-
 priedade, Osor. de Patron. Reg. Resol. 7.) do
 possessorio sobre os Reaes Padroados, Osor. supra
 Resoluta», n. 5.

*» Exemplifica-se bem o conciso de Peg. neste lugar, com a Nota transcripta nesta Sec-ção debaixo do n. 20. .»4a

58. Em terceiro lugar se deve advertir que ha casos, ainda que entre Partes, em que parece não haver prejuízo da Coroa, e he o Juiz delia privativo para todo o conhecimento: como I.*, quando se tra-cta controvérsia entre dons Donatários do Padroado, sobre a qual delles pertence, Osor. de Patron. Reg. lies. 8. n. 2.: Ou 2.", si causa donationeu; Principia respicit, Peg. Tom. 3. á Ord. pag. n. n. 1.: Seria nunca acabar se me propozesse especialisar as Causas, -em que conhece o Juízo da Coroa, e as da in-specção do Juiz dos Feitos da Fazenda: Remelto-me a Solan. no sueco de Peg. Veb. *Coronâ, f. Corona, quoad Judices = f. Quce causas ad Judicem Coronte perlineant = jr De Judiee Coronm Portucalice, et f. Ea de quibus Judices Cornnas, vel Regü Palrimonii cognoscere nequeunt.*

69. Em quarto togar: Não devemos aqui confundir os Recursos interpostos para o Juízo da Coroa sobre Causas em que interessa o Rei, com os Recursos interpostos para o mesmo Juízo contra as violências, injustiças, etc, dos Juizes Ecclesiaslicos, Conservadores, etc, em que o Rei «par seus Ministros procede por via de Protecção: Huns, e outros tem diversa natureza, diversa praxe, diversa execução dos Julgados: os que Pint. figura na P. 4. Cap. 16. nos artigos 6. 6. 7. 10. 11. 13. e 16., pertencem á segunda Classe: Da sua natureza, ordem do Processo, etc, tratarei ao diante na Nota 664., e mais largamente : Aqui só darei delles algumas noções, e d i lúcida rei os que atthagio Pinto (porque ha milhares de casos, em que competem estes Recursos,

HH 2

que de Pegas succou Solan. no Ind. Verbo *Recursus* ãd *Coronam* a que por ora ne remetto).

60. Quanto ao caso figurado no art. *ê't Dos a Aggravos sobre jurisdições y e sobre tu Juizes Se-« cularcs se darem por inhibidos pelas inhibitorias do «JUÍZO Ecclesiastico »*: Este artigo precisa de elucidação para o perceberem os principiantes, e o caso da sua applicação. Sobre a intelligencia da Ord.LJ 2. T. 14. devemos advertir: 1.º, que as inhibitorias, de que aqui falia, são as passadas pelos Juizes Ecclesiasticos, Ord. L. I. T. 9. §. II.: 2.º, que na nomenclatura de *Juizes Ecclesiasticos*, não só se com -prehendem os Arcebispos. Bispos, seus Provisores, e Vigários geraes; mas o Conservador das Três Ordens Militares, ez Almeid. AJleg. 6 , Peg. Tom. 3. á Ord. pag. 157. n. 352. Os Núncios, ex Phae. P. I. Ar. 93., os Conservadores da Religião de S. João de Malta, ex Peg. Tom 8. ad Ord pag. 319. e outras Corporações, e Ordens, de quibus Peg. Tom. 4. ad Ora. pag. 38. 39. 40., aonde a Bulla de Gre-gorio XV, que bem expoz, e compendioo Solan. no Sue. de Peg. Verbo *Judices Conservatoris*.

61 Não se duvidando que ha casos,- em que estes Juizes Ecclesiasticos, e Conservadores podem conhecer de Causas, ou por prevenção como nos *mixliferi* ex Ord. L 2. T. 9., ou por natureza mesma das Causas, entra aqui a dúvida (Questão prejudicial deste Recurso): Se por mais justa que seja a inhibi torra, deve o Juiz antes de se dar por inhibido consultar o Príncipe; ou se quando vê a justiça da inbi-bitoria, pôde sem o consultar dar-se por inhibido? O grande Publicista Pereir. de Man. Reg Cap. 62. (Edição de Leão, em outra Cap. 65) sustentou debaixo do n. 7. « *quod potest Judex riquisitus se inhi-«bere, si juste illud petatur. et in casu licito, etc.*

(continua a expor razões bem plausíveis, que comprovão o seu voto.) Porem em contrario, que por mais jurídica, que pareça a inhibitoria do Juiz Ecclesiastico, o Juiz não se deva dar por inhihido sem consultar o Hei, o defendeo Almeida. Alleg. 6. o. 19. et 20., e se vê julgado no mesmo Almeida. d. Ali. in fine, em Phaeb. P. 1. art.,93., em Peg. Tom. 3. á Ord. pag. 134. D. 300., pag. 157. n. 352., pag. 190., n. 432., pag. 192. n. 438. adde Valasc. Cons. 159 n. 14., o mesmo Peg. Tom. 4. á Ord. pag. 73. o. 153.'

Nota: A Prática de se expedirem as Regias Faculdades, que exige a Ord. L. 2. T. 14., a expõe o Repertor. debaixo da conclusão== *Inhibitorias não se podem publicar**etc*, com hu ma Nota do Senador Oliveira, ut ibi: «« Deve

I «fazer-se Petição a El-Rei no Desembargo do « Paço, e por este Tribunal se defere; e pareci cendo que a inhibitoria se deve publicar, se M manda passar Alvará por expediente do mes-

I M mo Tribunal, e vai a assignar por El-Reí, de-« clarando-se nelle que o Juiz, a quem vai di-<« rívida a inhibitoria, defira a ei la, *como fór*

* *justiça, n* %*

63. Se pois o Juiz se dá por inhihido sem mais nem mais, e sem consultar o Rei, conforme esta Pratica (n. 60. na Nota), he sem duvida competir o Recurso á Coroa: Este he o sentido da Ord. JL. I. T. 9. §. lo., e são conformes os Arestos citados (n. 60.) Adde Repertor. supra, Peg. Tom. 14. ad Ord. L. 2. T. 14. n. 5.: Não podem os taes Juizes, ,e Conservadores arrogar se a defender a sua Jurisdic-ção, nem a interpretar os seus Privilégios, e só" pertence esta Questão ao Rei, e seus Magistrados, como

declarou a L. do Sr. Dom João IV. Acanscripla em Peg. Tom. 8. á Ord* pag. 319.

63. Como porém o placito, que se concede para o *cumpra-se* da inhibitoria, - be clausulado ao Juiz para deferir a eJla. *contofár justiça* (n. 60. na Nota) «e o Juiz Secular se declara competente, pôde *vice verta* inhibir ao Ecclesiástico para que não conheça da Causa, e recusando com contumacia se pôde proceder a tem porá lidados ex Peg. Tom. 3. ad Ord. pag. 34. d. II., *Consulta Príncipe*, ez Cosi. in Dom. Suppl. Annot. 8. pag. 65. Col. 1 ES se o Juiz considerando-se sem jurisdição (tendo-a realmente) se dá por inhibido, e a cede ao Juiz Ecclesiastico, que delia carece no caso, cumprindo a inhibitoria, dá á Parte assumpto para recurso Á Coroa, ez d. Ord. L. I. T. 9. §. 11. ibi = *sobre as Jurisdicções* = etc.

I Nota. As penas com minadas na Ord. L.

2. T. 14. contra os que impetrillo, e fazem executar as taes inhibi lonas, se de mandão ordinariamente, como se nota, em Peg. Tom. 3. á Ord. pag. 608 n. ÇjJfs⁴ P^ai>-²⁶í JShlfcí

64. Quanto ao 6.* artigo de Pinto « *Dos que se « interpõem da notória oppressão, <e força, que os Jui-« zes Ecolesiaslicot- praticarem, e par não lhes guar-« darem o Direito Naturai, Ord. cit. §. 12., e De-« cneto de lo de Março de 1764. >»*: Esta, Tkêse, quanto aos Principiantes também precisa de exposição, e exsemplicações: Antes demais devemos ana-lysar a dita ordenação, e o dito Decreto. Asquella se vê forraalisada assim «salvo quando se aggravarem «de notória oppressão, ou força, quaie se lhes faça, «ou de se lhes não guardar o *Direito Naturai*;

M porque nestes casos, Nós como El-Rei e Senhor « temos obrigação acodir a nossos Vassallos.»» O dito Decreto de 10 de Março de 1764 (que também se acha copiado na Deduc. Chronol. P. 2. De-raonstr. 6. debaixo do §. 137.) contém esta clara sancção:

« Foi servido reservar ao meu im media to co-« nhecimento (assim como a protecção dos meus « Vassallos he inherente á minha Real Pessoa, e « delia inseparável) todos os casos de excommu-K nhões fulminadas oontra os meus Tribunaes, Mi-«nistros, Magistrados, e Officiaes de Justiça, quando « contra elles se proceder sobre matérias de jurisdic-« ção, ou Officio de cada hum deiles: Para que pre-« cedendo todas aquellas prudentíssimas considera-« ções, e maduros conselhos, que per si recomrnenda M a gravidade da matéria, possa resolver o que achar, u que mais convém » etc.

65. Este Decreto (além de vir aqui fora do propósito dos casos, em que há recurso a Coroa) he em si bem claro; huroa forte barreira opposta, huin Braço Real com toda a sua força a propulsar as censuras fulminadas contra os Ministros e Officiaes de Justiça: As mysteriosas palavras da Ordenação acima transcriptas, estas sim precisão de illustração, e exemplificações para instrucção dos Principiantes. Supponho que ninguém hoje, sem o maior Sacrilégio, poderá disputar o^poder Real por via de Protecção para proteger aos Vassallos, mediante este Recurso, «ontra as oppressões, violências e injustiças dos Juizes Ecclesiasticos: Só quem não ler a famosa Petição de Recurso, que fôrma a 7.* demonstração da P. 2. da Deduc. Chronol., e além dos DD. ahi citados. Cavallar. Instit. Jur. Canon. P. 3. Cap. 34. ubi non plus utôra, depois de Van-Esp. de Recurs. ad Princip

(248)

Nota: Nos tempos antigos não havia tantas ocasiões de necessidades de Recursos á Gorôa, como nos presentes, pelas razões que dá Cavallar. supra §. 26. ibi: «Jam vero Regia? « tuitionis imploratio contra Ecclesiaslicos ju-« risdictiones sua abutentes, magis hodie, quam « olim videtur necessária. El olim quidem ab « ipse Ecclesia facile polerat emendari vis om-*u* nis, quae ab Episcopis inferebatur; bis enini « in anno cogebatur Synodus Provincialis, in « qua ex regulis Nicajenis expendebantur ab « Episcopis lata? censura?, an indignationi vel *n* contentione, aut alio quolibet Episcopi vitio « irrogatae essent. Item Judicia Écclesiastica *u* non á solis Episcopis, sed polius in Senatu «seu Presbyterio, aut in Synodis tractabanlur, *n* et idcircò non tam facile erat vim adhibere, «i et cânones violare. Sed deinceps mutata est « disciplina, Synodi Provinciales raro admo «(dum celebrabantur, et Judices Ecclesiastici «i non ín Senatu, sed soli caeperunt judicare. Ita « crebrior in judiciis Ecclesiasticisvisevasit, nec ù facilis emendalu. Nam si per appellationem « ad Indicem superiorem causa deferatur, per *ti* júri? ambages cognitio institukur, et in lon -<« gum profertur: Scituque etiam est, Judices *u* appellationís non jure, sed indulgentia contra *a* Episcopos aliosque sibi subjectos Praelalos sa; *u* pe uti. Quo factum, ut in nova disciplina magis « Regia protectio evaserit necessária.» Conf. Van Esp. de Recurs ad Princip. Cap. 7. §.5. A nossa Praxe, de que Osor. de Patron. Reg. Resol- 67. n. 12., admitte aos opprimidos pelo Juízo Eclesiástico simultaneamente o Recurso, e a Appellação para a Metrópole, sem

Jj

incompatibilidade alguma, citando Salgado, Oli-va, e Cevalh, contra o nosso Pereir., que quiz tentar o contrario.

66. Já ao nosso proposto: Em geral se pôde fundamentar este Recurso l.\ quando o Juiz Ecclesiastico julga contra os Cânones, e contra as liberdades da nossa Igreja Lusitana (que não são poucas, © as suppõem os Estat. da Universidade L. 2. T. 4. C. 2. §. 10. et 14, e Tit. 8. Cap. 6. §. J3.); Pois que os Supremos Imperantes são, e devem ser Protectores dos Cânones, e das liberdades da sua Igreja Cavallar. supra §. 2, e os mesmos Estatutos L. 2.T. 4. Cap. 2. §. 10., e T. 8. C. 2. §. 28, De-cret. de 10. de Março de 1764, L. de 2 e 6 de Abril de 1768, Van Esp. de Recurs. ad Princip. Cap. 1. et .2. ii *Verum* (continua Cavallar.) *non omnium Ca-j<nonum violalionem appellatio islã* (apud nos Re-i. cursos) *ulciscilur, sed lantum eorum, qui recepii i. sunt. usuque vigent; prorsus enim ab normis esset, « sietiam ad Cânones desuetos exlenderelur.»* • Adde Lacombe Verb. *Abus.* Sect. 8 art. 1. ubi opti-
nie.

- * Vej.lo se porém os Estat. da Univers. de Coimbr. L. 2. T. 8. Cap. 4. §. 5. 6. e 16,
- para se fazer justo conceito sobre quaes dos Cânones da *disciplina antiga* devem ser as normas nos JUÍZOS Ecclesiasticos, e cujas transgressões fundamentem justos estes Recursos: E sobre
- todos Lacombe Verb. *Abus* art. 2. e 3.

67. Pôde fuudamentar-se este Recurso: 2.º, e geralmente, quando o Juízo Ecclesiastico usurpa a Jurisdicção Real, como he bem clara a Ord. d. §.
Pari. II. n

ãIS

12.: Pôde exemplificar-se: (J.º) quando o Juiz JEpcl-
 siastico cita para o seu Juizo o Leigo sobre causa,
 que ou não seja *mixtifori*, ou espiritual da sua com-
 petência, Peg. Tom. 3. á Ord. pag. 37. n. 35.: (2.º)
 quando a requerimento de Clérigo cita para esse JUÍ-
 ZO o Leigo, que o injuriou em ausencia (aliter.se em
 presença) Eteptor, debaixo da ConeJusão«== *Clérigo*
de Ordens Saci as, ou Religioso, ou Beneficiado sendo
ferido, etc. Iet (d): (3.º) quando o Clérigo cita para
 o mesmo Juizo o Leigo sobre bens profanos, Peg
 d. Tom. a. pag. 87. n. Jí»o.: (4.º) quando rejeita in-
 justamente a excepçSo declinatoria, Peg. supra pag.
 37. n. 37.: (5.º) Se se arroga o Juiz Ecclesiastico a
 conhecer de aberturas de Vali as. Peg. pag.. 73. n. 15o:
 ou (6.º) sobre levadas de água, Peg. pag. 96. n. 212.: (7.º)
 Se o Juiz Ecclesiastico manda soltar num prezo, que se
 refugiou a num Adro de Igreja, antes de haver summario,
 e processo sobre a imrnu-nidade, Peg. supra pag. 135. n.
 302.: (8.º) Se ainda' em Synodo Diocesano altera os costumados
 dizimos. Peg. Tom. 8. á Ord. pag. 190. n. 62.i (9.º) Se morrendo
 algum Teslador nos mezes da sua alternativa se arroga a conhecer
 da validade do Testamento, ou addicção de herança, etc. Questões
 todas preambu-las da execução do Testamento, e
 pertencentes à Ju-risdicção Real, Peg. d.Tom. 8. pag.
 196. n 58.: (10.º) Se por esmola de Missas demanda o
 Leigo nu Juizo Ecclesiastico, Peg. Tom. 9>. á Ord. pag.
 219. a 502., pag. 202. n. 461., pag. 239. n. 616., pag.
 269. n. 759., ainda que seja por foro estabelecido para o
 Ca-pellão, que disser Missas em alguma Capella, Peg.
 Toro. 8. á Ord. pag. 147. n. 7., 148. n. 5., et pag. 168. n.
 30.: (11.º) Se o Juiz Ecclesiastico obsta com com-m
 inação de censuras, a que os Povos conforme o seu
 costume repartam as terras para pastos, ainda que

entrem na repartição algumas dal igrejas, Peg. Tom. 3. á Ord. pag. 148. n. 334 : (12.º) Se o Juiz Ecclesiastico se intromette nas eleições das Confrarias Leigas-, Peg. supra pag. 147 n. 333., pag. 153 n. 343., pag. 214. n. 490., pag. 267. n. 808.: Ou mandando fazer segunda eleição, cassando a primeira, Peg. supra. pag. 165. n. 373., pag. 262. n. 778., e Totó. 8. pag. 175.8. 37., ou obrigando qualquer Mordomo eleito a acceitar o cargo, Peg. d. Tom. 3. pag. 89. a. 194., e pag. 130. n. 392. Quid pi ura? Seria] infinito se me. propozesse recopiar aqui quantos] A restos escreveo Pegas nas suas Obras sobre Recursos interpostos por *usurpação de Jurisdição*. Re-mêdo-me a Soian. Uo Sue. Verb. *Recusus*, e melhor ã Rousseaud de Lacombe. Jurisprud. Canon. Verb. *Tabus*. art. 4., & Pöjlug. de Donat. L. 3. €■ 31.

68. Pôde fundamentar-se este Recurso : íí.º, quando o Juiz Ecclesiastico ainda nos casos da sua competência não guarda nos seus procedimentos o *Direito Natural*, ex d. Ord. §. 12.: *uK por quanto o] t* Direito Natural não consente condemnar-se; nem t< infamar-se publicamente alguma pessoa, sem pri-\\ ttmeirff ser ouvida, e convencida judicialmente. ou\ «por sua confissão»* Ord L. 2. T. 1. §. 13., sendo] necessário conforme o mesmo direito: *t.c*, que se proponha a acção ou aceusação, ou escripta, ou por palavra: 2.º, que o Réo seja chamado: 3.º, que responda : 4.* , que haja provas da aceusação, e defeza: Si", Sentença por Juiz competente, MelJ. L. 4. T. 7. §. *õ.f* e além dos DD. ahi citados Boenmer. In-| tíód. ad. Jus Pubt. P. 2. L. 2. C. 7. a §. 30., Struv. Exercit, 9. thes. 66.

69. Daqui he conseqüente: *.", que « por o » grande escândalo, e perturbação, quê se segue na

« Republica do contrario costume, e oppressão, e da-«
nino, que recebem os Vassallos, a quem (diz ad «Ord. §.
13.) como Rei, e Senhor temos razão de «acudir. Os
Prelados, e seus Officiaes devem guar-«dar em suas
Visitações a fôrma do Direito Cano-«nico, e o Decreto
do Sagrado Concilio Tridenti-""«no, não procedendo a
excommunhão, prizão, ou «degredo contra os
Bárregueiros casados, ou soltei-*u* ros sem precederem
primeiro as três admoestações

I« do dito Decreto, as quaes devem fazer cora o in-«tervallo de
tempo, que lhes parecer, que convém «para bem das almas. » Se
pois assim o nSo cumprem, he justificado o Recurso para a Coroa,
Peg. Tom. 3. á Ord. pag. 152. n. 341., pag. 163. n. 366., pag.
166. n. 371., pag. 226. n. 616., pag. 217. n. 498., pag. 222. n.
609.: O mesmo se se procede contra mulher casada
concubinaria, estando o marido absente, Peg. d. Tom. 3.
pag. 263. n. 721.

70. Ainda quando nos casos *mixtifori*, ou em outros
da sua competência, pôde o Juiz Ecclesiastico proceder
por denuncia, não pôde fazer prender só pela pronuncia
aos culpados, mas só depois da Sentença definitiva
condemnatoria, e então com auxilio do Braço Secular:
Do contrario ha Recurso á Coroa, como muitas vezes se
vê julgado no Reper-tor. debaixo das Conclusões:
*Prelados em suas visitasões, etc; Prelados não podem
prender etc; Prelados não podem condemnar, etc*, aonde
bellas Notas dos exímios Senadores Costa, e Oliveira,
ainda mesmo o aviso de 8 de Fevereiro 1790 (Ind.
Chronol. Tom. 2. pag. 168.) declarou, *que os Reôs
Ecclesiasticos Seculares ou Regulares não devem ser
reclu- sos por crimes- não exceptuados antes de final
Sen-tença, que lhes imponha essa pena*; cessando boje a
Nota do Senador Costa no Repertor. debaixo da

Conclusão *Prelados não podem condenar*, etc : E podendo recorrer á Coroa os Clérigos assim vexados com abuso do dito Aviso Real, ex Van-Esp. de Re eu rs. ad Princip. Cap. 1. §. 4.: O mesmo quando o Escrivão Leigo no Juízo Ecclesiástico áhi delinquo no Officio, porque não pôde ser prezo antes de Sentença, Peg. Tom. 8. ad Ord. pag. 146. in fine

71. Como porém a nossa Lei (n. 68.) só exige as três Canonicas admoestações previas, antes de se proceder a *excomunhão*, *prizão* (kl esl por Sentença final, ut n. 69.), ou *degredo*: Daqui he conseqüente, que nSo ha Recurso á Coroa, nem quando o Visitador ou Juiz Ecclesiastico obriga algum Secular a fazer termo do primeiro lapso para não continuar o concubinato, Peg. Tom. 3. á Ord. pag. 242. n. 663., nem quando sabida a verdade judicialmente, e sem as ditas admoestações, condemna em alguma pena pecuniária, ut reliquis citatis Peg. Tom. 8. ad Ord. L. 2. T 1. §. 13 n. 18. et 19.: Bem que o contrario se vê julgado no Juizo da Coroa no mesmo Peg. Tom. 3. pag. 222. n, 609., aonde se vê provido hum Recorrente só porque na segunda ad-moestação, antes de terceira, foi condemnado em pena de quatro cruzados.

72. Do mesmo Principio (n. 66. e 67.) he conseqüente: 2.º, que sendo certo que "*Judex Ecclesiasticus omnino tenetur seeundum formam preescriptam per Leges • et Cãones, tñve servato in u omnibus júris ordine procedere: St vero neglectis uhac via ordinária, ei ordine a jure preescripto upragrediatur, censetur via facti procedere et vim uinferre; nam quod contra legem est, id violen-utum est.*" Van-Esp. de Recurs. ad Princip. Cap. 3. §. 2. I

(SM)

* A ordem do Processo estabelecida pelas Leis do Sun)filo Im perante para o Fofu Secular, he.bem certo que se deve observar no Juizo Ecclesiastico, ex Mor. de Execut. L» 1. Cap. 6. a a. 3.: Bem como os Salários no Juizo Ecclesiastico se devem regular pelos do Secular, Ord. LA 2f. T. 20. §. I. Carta flevversal aos Fode-res do Núncio, datada em 14 de Janeiro de 1744 ?■ ■*= *Igualmente* *=* no Tom. 2. das Prot. da De-doc. Ghronôl. pag. 2Í3¹ Na França, diz Lacom-be Jurispr. CanowVerb. *Procedere*Sec. r. n. I.: « Em outro tempo os Juizes da Igreja de ca-«da Diocese têmão seus estylões, e usos par-» ti eu la res no Processo; mas depois da Ord de « 1667, elles devem, debaixo de per)*- de *abu-I• so*, observar as formalidades da Ordem judi-« ciaria r/rescrptas pelas Ordenanças do» nossos « Reinos. Isto não he humas Jurisprudência' no-« va, como O' observa Mf. de Marca, adstsrin-« gir os Superiores Ecelesiasticos nos seus"-Jui-" zos-, em que procedem como Juizes, seguir a "Ordem judiciaria estabelecida pelasí Leis dos I«Soberanos, seja em matéria¹ civil, ou crimi-(v nal. Elle o prova pelos" testemunhos de* S. « Gregorio, e de Hincmaro Arcebispo de Reims, « e faz vêr por exemplos, que os Conciliou mes-« roos ahi são conformes» etc- Neste idêntico sentido os Estat. da Univers'. L. 2. T. 8. Cap. 2. §. 29., recommeadárão ao Professor ensinar, ut ibi.: « Da mesma sorte dirá da» Leis Grvisy « que regulão os Direitos das Pessoas Eccíe-» siasticas em quanto são Membros do Estado «Civil... *Aú Foro Judicial^ e externo, do uso «dos Officiaes de Justiça, do Caróere, das Pri-« zões, e da imposição das penas temporaes,*

(Uê)

u que todas são da Ju ris dicção privativa, e pro-«
pria do Supremo Poder temporal, e só por ««
concessão, ou tolerância dos Príncipes Secu-
I M lares se podem exercitar, e se exercitão pela
I % Igreja.»

73. Sendo, digo, isto (n. 71.) certo, daqui infere o mesmo Van-Esp. oo citado §. 2.: « Cértè, si « Judex non citatum, non auditum, non defensum, u ipsa natura prahibente condemnet (n. 67., jureque u Divino, Canonico, Civili, ex Peg. Tom. 8. ad Ord. « L. 2. T. J. §. ia. a n. 14.): Si recusatus renilen-u te jure, si ia judie em erigat *: Si pendente ap-u peliatione Legibus, et Canonibus reclamantibus #* «< procedat: Vel si aliter ordinem jures violet ***, « quis non videat Judicem hunc via facti procedi dere, et Jaesum, seu condemnatum vim pati ?

* Com effeito: Se o Juiz Ecclesiastico recusado suspeito procede ad *uheriora*, abandonada a suspeição opposta, he caso de Recurso á Coroa, Peg. Tom. 3. á Ord. pag. 268. n. 810.,

■ Portug. de Donat. L. 2. C. 31. n. 24., Van-Esp. infra §. 6.

** O mesmo se, ou denega á Appellação, ou se sò a recebe no effeito *devolulivo* produzindo ella nesse caso ambos os effeitos: Veja-se

l,j Peg. Tom. 3. á Ord. pag. 40. a n. 71. (referindo
I Salgad. de Reg. Prot. em vários lugares) até o n. 122,:
E ainda que o mesmo Peg. pag. 235. n. 584. diz julgado que « appeilando-se da ulti-« ma Sentença, com que se fizerão três confor-« mes, rejeiando-se a appellação pelo Juízo Ec-
S « clesiastico se não faz força: »» Comtudo diz Caval/ar. Inst. Jur. Canon. P. 3. Cap. 34. §. 3 .

(256)

que, « *Ex doctrina apud Gallos recepla, nec três t(conformes Sententice apellalionem ab abusu ex-cludunt*» ele. Laiissime Van-Esp. de Uecurs. C. 3. §. 6

*** Conjo no Foro Ecclesiastico se devem observar as Leis, que regulão o procedimento no Foro Civil, e o contrario é violência (a. 71. ná*Not. e n. 72.), he consequente compeler recurso para a Coroa em lodo o easo, em que o Juiz Ecclesiastico não observa as Leis, que regulão a Ordem do Processo no Foro Civil: Bem como he recurso para a Coroa quando-o Bispo advertido dos excessos de Salários extorquidos pelos Officiaes da sua Cúria, os não cohibe, Peg. Tom. 3. á Ord. L i. T. 9. pag. 266. n. 800.: Bem que sendo Seculares esses Officiaes que excedem a taxa dos Salários do Juízo Secular, podem ser criminados no Juízo Secular por esse crime, Cabcd. Dec. 202., o Senador Sardin. na Not. transcripta no Repert. debaixo da Conclusão = *Escrivão diante os Vigários, que não guQrddr a taxa=etc.* A mesma decisão 202 de Cabedo seguio o Senador Thom. Pinheir.jJa Veiga na Nota transcripta por Peg. Tom. 8. á Ord. pag S6I. n. 10.: É igualmente he Recurso para a Coroa quando o Bispo, ou seu Con-sistorio, contravem os Decretos, e Cânones recebidos no Reino, Lacombe Verb. *Abus* art. 1 , as Concordatas, as Ordenações, os Edictos, as declarações do Rei, os Areslos dos Supremos Senados, e Tribunaes, Lcomb. art. 2.

74. Dos mesmos princípios (n. 66. 67. 71.) he consequente o quanto lyrannica, abusiva e oppos-ta a todos os Direitos, Natural, Divino, Canoniço,

e Civil, e digna de Recurso á Coroa, he a praxe de alguns Bispos, que só ex informata *conscientiá* sem citação, sem audiência, sem provas públicas, ele, suspendem, a seu arbítrio, do exercício das Ordens ai -guns Ecclesiasticos (é até mesmo prendendo-os, ape-zarde estar proibido, utn. 69.); como declama Van-Esp. de Recurs. ad Prinép. Cape. A. § 2 ibi =

« Episcopi in Concilio Hispalensi II. Sub S. ii Isidoro Can. 6. relato in Corpus Canonicum Caus. "15. Q. 7 Can. i. ai té declarant hujusmodi proces-«suio eliam *tyrannidem* fore. Mui ti, inquit(Epis-« copi) sunt, qui indiscussos (Presbyteros) *poleslatc «lyrannica, non auetoritate Canonica*, damnant. Et " 8icut nonnullos gratía favoris sublimai, ita quos-«dam ódio, invidiaque promoti bumiliaut: et ad «*levem opinionis ouram condemnant, quorum crt-«men non approbanl*. Qui Canon manifeste pro in-"dubitato habet fundamento Episcopos teneri ad-« versus Prsesbyteros procedere *auetoritate Canonica*, id esl juxta praescripta, et Statuta *Canonum* «ex quorum *auetoritate* eos judicare debent. Ita ut «si aliter procedant Episcopi adversus Przesbyteros «censendi sint eos potestate *tyrannica* damnare ut-" pote qui destitui! Canonum auetoritate non nisi «próprio arbítrio et lubitu ad instar tyrannorum " progrediuntur. *n*

« Adeo ut in illo Câne *auetoritas Canonica* «directe opponatur *potestati tyrannica*;, sicut *ordo «jús* opponitur *vice facti*, eousque ut quidquid « nou procedit ex *auetoritate Canonica*, *potestas ty-«rannica* sit, vel juxta hodiernam phrasim, quid-«quid non *servato jús ordine* altentatur pro *via afacti et violentia* reputandum sit.-**'

«t Sane nunquan» violenta magis et manifestior «est vis, quam dum quis sua auetoritate et potes-

Part. II.

KK

«late, q-uae in boouni ac levamen subclitorum eon-
credita eM., if) eoruin abutitur ruinam, eft despo-" tieje pro
beneplácito procediens per eam imbecil-<« liores opprimit.,
et functionibus, muniis. et beaefi-« ciis{spoüat: »», Até
aqui.Vaa-Êisp.

Âc.c r.escenta o-mesmo Canon 6. do Concilio
HispaJense na d. Caus. 15. Q. 1. Ca» I. e 7. ut ibi =

«Episcopus Sacerdolibus, ac ministris sólús «
honorená dare potest, auferre solias non psl^st Si " eninVni,
qui in Sacculo à dominis suis honorem «< libeitatís adepti
sant, in servitutiis jugum non ce-'< vocantur, nisi pubJice
apud Pra&toris, ac Praesidis «Tribunal in foro fuariat
accusati; quanto magis « hi, qui divinia altaribus consecrati
honoiiie Eccle-" siastico djscoraatun ? Qui prefacio nec ab
uno dà-« mnairi.ueo. abi uno judicante poterunt konoris sui
« priyílegiis ex-ui;!<Sed prsentali Synodali iudicio « quod
Canon de iilis praeceperit definiri. >>

O Papa Benedieto XIV. no seu Tract. de Sy-nod.
Dicecesan. Liv. 12. C. 8..na 6. (sem citar este Canon)
recommeiida^ aoa Bispos que não faç&o. em Synodo
Constituição,, em que se declarem, com tal peder de
suspende*re ex informata consciencia* Ejus-«modi siquidem
Consti tutio.(diz Benedict.) quam-« dam redoleret
ambitionem, atque potestatis ostenta tionem; rpseq>ue.
Episcopus traduceretur veluti (•in superbiain elatus quasi
vellet tantum ia suam «.Clerum sibi dominatum adstruere^
qui in exosarn » degeneret tyrannidem.»

Nota: Que hum. Presbytero seja suspenso pelo
Bispo *Ex informata, consientta*, sem ser chamado, e
ouvido, sem provas publicas; que seja infamado sem
constar da qualidade do cri-

me; que seja condemnado pelo Bispo, ou por algum;ⁱ capricho, ou por algum n sinistra informação repugna a todos os Direitos; ao Divi-no, ao Natural, ao Canonico, ao Civil, e ao nos-

f so Palrio. Peg. Tom. 8. ad Ord. L.--2.- T. I. §. 18. a o 4. ad n. 9. : Repugna a hum Canon de hum Concilio expresso presidido por S. Isidoro; repugna a Ord. L. 3. T. 66. no Principio, que só aulhorisa ao Rei para julgar pela soa toien-eia particular; repugna á liberdade civil do'Clérigo como Cidadão, que tem direito; como tal, a não ser criminado sem provas publicas} ín-trod; ao God. da Russ. §. J84. Repugna á Carta Regia de J5 dé Março de 1771 (fnd. Ghro-noJ.) que prohibio ad Arcebispo da Bahia remover o seu Vigário geral sem culpa formada,

| B ísentenceada legitimamente (e que razão de drfiêrença?) Conduz o Aresto apu-d Peg. Tom. 8. á Ord. pag. 30. n. 37. junctas as doutrinas de Oáor. de Patron. Reg. Resol. 67. n. 19,

Apoiíio os Bispos esta sua tyranniia no Con-cil. Tridemt. Sess. 14. de Reform. Gap. *i.*, que assim entendem: Porém (t.º) se este Concilio fosse claro a permitiu a «uspensÊto dâ Ordem de Presbytero «*r informaia cohèàenlia*, ninguém podia negar a sua dureza conf repugnância de todos os Direitos: Sim foi geralmente ac-ceáte neste Reino; porém sendo hum dever, e obrigação dos Surramos Imperantes pelos Direitos Divino^ e Canonico a protecção dos Vassallos, e Clérigos contra as violências, e oppres-sões dos subalternos superiores delles, *Y&ü-Esp.* de Recurs. ad Princ. Cap. I.; sendo hiím Direito Magestatico eminente, ex Salgad. de Sup-plfcaf. í. P. C. I. a n. 108., Portug. de Don. L.

KK 2

- I. G. 31. n. 4. e 5. et 15, Alvar, de 18 de Setembro de 1801 no P^xefae., he incrível, que na geral recepção do Concilio se exonerassem os nos-
- I sos Príncipes de numa obrigação tal;- e abdicassem de si huma parte essencial do seu Poder Magesiatico: Quanto mais que (3.*) o Concilio he bem equivoco, e parece permittir só a suspensão das Ordens recebidas para não haver ascenso a outras superiores por graduação: Nem huma só palavra se encontra de *Presbytero*jOra: huma Lei tal deveria admittir interpretação *restrictiva*, e não comprehensiva da Ordem de *Presbytero ex regulis*, de quibus Hein. ad Grot. de J. B. et P. L. 2. C. 1K § 22. et 26.: Bem que
- §^\ (3.*) esse rigor do Concilio está moderado; porque lá mesmo no Foro Ecclesiastico, e Congregações -do mesmo Concilio está declarado (a) que se o Bispo
- € > repugna ordenar *Presbytero* provido em hum Beneficio, pode appellar para a Metrópole, com tal especialidade, que ao Bispo fica incumbida a prova das causas justas por que denega a ordenação, Rigant. ad Reg. 37. Cancellar. n. 19. Está declarado (ô), que ainda
- M qualquer Ordinando, a que o Bispo denega as Ordens *ex informata conscientia* pôde recorrer ao Papa, que como ao Metropolitano, ou Bispo visinho, faça vomitar pelo Bispo essas causas; e não sendo justificas o ordene, Rigant. supra n. 18. Card. Petr. in Constit.
- I Apostei. Tom. I. pag. 127. a n. 43. Está declarando (c) por huma Carta da Congregação dos "Interpretes do Concilio ao Núncio de Veneza, transcripta pelo Áddicionador de Ferrar. Verb. *Suspensio* art. I. n. 16., que supposto tâes suspensões não sejam *de facili* appellaveis. Sed

aifminif!

c« quoniam disciplina Ecclesiastica, ac stylo in-*u* troductum est, ut Judex superior, quam vis « appellationes proprie dietas eorum, qui ab Or-«dinario suo extrajudicialiter, et *ex informata* « *conscientia* suspensi fuerunt, recipere non pos-« set, recursibus tamen aditum non praeclodat, «quo saltra jurisdictione Episcopal», ac disci-« piinae rigore, caveatur nequis forte Episcopus R potestate sua in eubditos sibi Ecclesiasticos «abuatur: Posthac AmpJitudini tua? ac Suc-««cesorihu8 ejusinodi recursus excipere dumta-ii xat Jicebit, servatis infra scriptis conditioni-u bus.

u Premo; namque non ita facile locum illis *u* dabit, sed congrua adhibita ratione, et cir-*t* cumspectione, nec sane alias, quam cum ve-**t* hemens suspicio subsit, quod Ordinários au-« ctoritate sua abusus sit, procedendo videlicet «modo praedicto ad poenam suspensionis, sine « gravi causa adversos Sacrorum Canon um praes-«cripta, et in anima? proprie perniciem, etc.

Ora: Se nestes casos, apezar do Concilio, se abrem as portas aos suspensos para recursos aos Papas, e Núncios, quando os Bispos os gra-và*o com taes suspensões, que diversa razão para nã*o poderem recorrer á Coroa, como vexa-dos, e infamados pelos Bispos? E quanto mais neste Reino, aonde basta serem taes suspensões contra o Direiio Natural (e ainda Divino, e Canonico) para justamente se fundamentar Recurso á Coroa ? Nós já vimos (n. 64. no fim) que aonde se dá appellação, também Recurso 4 Coroa compativelmente: Se a mesma Carta ao Núncio de Veneza manda que exija dos Bispos em segredo a causa, e que este segredo se

(262),

n\$9 revelará qualtnus \Ufatd,jwtitia exigat, au\ Gàrisliotia charitas suadeal.; o Bispo recorrido ha de, responder á Carta rrogatóriál.; o Recorrente de boa-vontade quererá se lhe.;TBvele o crime pajia a aTguir falso, eto. £n huma .palavra: Se taes Recursos se não admittissem, faltaria em grande, parte a Protecção do Rei.

Sim rejo na Ord. L. 4. T. 0, §. J2. pag 443.,-e nas Pro*. da Dedac. >Chronol. Tom. 2. pag. 216. a Carta ttcmlato de" 16 de Junho de 1344, em q-ue attendendo ?is queixas dos Núncios, e Prelados do Reino de se admittirem facilmente *Recursos frtvolos*, e algumas vezes sobre maiorias, que toca o privativamente á Jn-l riadioão *fâspiriluahdas* mesmos Prelado», Mandou que ps Juizes da Coroa se ewntenhãa nos Reeufsos Eoclesiasticos do N;u ne i o, e Prel ados e Regulares, de maneira, .qfuesera faltai ao reparo das violências evitem qualquer abuso. Po-#ém quem negará que taes suspensões no espirito da nossa Legislação são violências ? He preciso não. lêr o q-ue tenho ponderado. Se Já nos ^uizos JEçcésia 8ticos se perraitteun .Recursos ao Papa,e Núncio, pedos suspensos, queudi versa ra-zà*o para que não compita Recurso á Coffôa ?

Sim vejo o Aviso de 26 de Junho de f-790, declarando não compelir Recurso para a Coroa doe Despachos dos Bispos tendentes á observância das Leis Ecclesiastica9 (Ind. Chronol.) porém haumas suspensões taes, *tyrannicas* e *dêi-policas* (o. 7a.) são eJJas conformes com as. sLeis fícclesiasticas ? Não são «Mas opposlas a essas Leis mesmas, ás Oi vimas, ao Direito Na tarai, etc? Ai nda mesmo nos procedimentos cerreccio-naes dos Bispos ha Appeliação, quaindo JSHes

»

excedem a modo (Sec S.* a«24.). A doutrina de Van-Espen. (n. 73.;) he *eUkfrfaola*, para se I dizer *frivolo* o Recurso., que nelJa se fundar?

36. Dos mesmos Princípios (n. 72.) he conseqüente, **que** se o Juiz Ecclesiastico procede *via fu-cij juvi\$' ardine nort servalo*, Porlug. de Donat. L. 2.

C. 31. Â. 15. 22, et 33», como não observando a ordem de processo, prescripta nas nossas Leis (O. 71. na. Not.) espoliando num Padroeiro do ultimo estado da posse', de apresentar, sem primeiro © ouvir, Portugi o.38. Peg. Tonai. íi. ad Ord. pag. 155. n. 46. cum seqv ou abandonando Apresentações de Priores das Jgrejais d© Real Padroado nos beneficiou, ou Rações creadas nos fructos deJas, Peg. Tom. 3. á Ord. pag. 261. n. 761. et Tom. 8. a pag. 82. a n. 27;. Ou quando de facto espolia ao já possuidor do Beneficio, Vao-Esp. de Recurs. C. 2. et Cap. 8. §. i., ou quando denega ao Secular vista para alguns Embargos, Peg. Tom. 8. á Ord. pag. 161. n. 24. . Ou quaador priva a algum Oflicial Ecclesiastico (ainda, que o; Oficio* seja. amovivel) sem culpa formada, ou; audiência, delle, Van-Esp. supra Cap. 2. 6. 13., e melhor no Append. dos Monumentos ,Let. D. Tom. 10. pag. 16.

76. Também pelo Principio- de notória oppres-são (u. 63.) compete Recurso para a Coroa : Não só se dá notória oppressão quando julga contra as Leis Civísy ou Canonicas, mas também quando contra a mais commua, e seguida opinião,- © mais provável, Portug. da Donat. L. St Cap. 31. n. 24. et 25., não assim quando o caso he opinativo, Portug. supra n. 27. optime Osor. de pa-tron. Reg. ResoJ. 99. o. 26.: fíem que se no caso opinativo, seguindo a opinião menos provável na Sentença, se delia se

appelia, e nega a Appellação, faz força, e ha Recurso á Coroa, Portugal a a. 28.

Nota: He preciso que a violência, ou op-pressão seja notória, e indubitavel, e justificada para por este Principio competir o Recurso, como com Pereir. Barbos. Salgad., e outros, Osor. 4 supra Res. 99. n. 15., Cavallar. Instit. Jur. Canon. P. 3. íQap; .34. § 15., aonde aeereácenta que « *In iupplici Libello exprimi debet species t> oppressionis, qua constare possit, num jusium «sit Regia Mánu violentiüs occurrere.»* Conf. Fevret de Abus. L l. G. 2. n. 6.: Conf. Reportar, debaixo da Conclusão = Juiz da Coroa conhece = etc. jf. *Oportet tamen+,u*

77. Estes Recursos, por natureza própria (quid-quid dicat Osor. de Patron Reg. Res. 43.), é ludo o que o Juiz Ecclesiastico innovou pendentes el-les, he altentado, Cavallar. supra §. 4.: E assim he bem expresso, e costumado nas Cartas Reversaes aos. Núncios, que Jhe limilão as Credenciaes, que se vem na Ord. L. l. T. 9. §. 12. n. 14., pag. 442., e ao Tom 2. das Provas de Deduc. Chronolog. pag. 213. ibi =

M Tendo V. Excellencia entendido» que em tu-« do o que praticar ou permiltir se pratique em « contrario, se tomará conhecimento como de vio-t*lencia no Juizo da Coroa: e quando para elle se " interpozerem Recursos por este fundamenta, se «ha de suspender no procedimento das. Causas, e «se hão de reinetler os Autos.» Confira-se Meli. Freir Liv. 4. T. 23. §. 29.: Esta remessa he sem ficar traslado, As»ent. de 22 de Maio de 1783.

Quanto ao 13." Artigo de Pinto.

78. Não compete porém este Recurso 1.º, aos Regulares nas Causas julgadas entre elles, quer seja por seus Prelados, ou Juizes Apostólicos sobre matérias de eleições, ou qualquer outra, que toque a Religiões, Decret. na Ord. L. I. T. 9. Coll: 2. n. 12. et 18. Porém por outro Decreto de 9 de Maio de 1654 (na Ord. L. J. T. 9. n. 13., e em Osor. de Patron. Reg. Resol. 46, n. 22., substanciado no Repert. debaixo da Conclusão = *Juiz da Coroa conhece*, etc.) se declarou, que o precedente Decreto «• tem só lugar nos mais procedimentos, que os Prelados tem contra os Religiosos seus subditos *intra claustra*, assim como mudanças de Religiosos, castigo de culpas, * e semelhantes, e não nos procedimentos, que os Juizes Apostólicos tem nas Casas dos ditos Religiosos, porque destes (interpretando mal, e abusando dos Breves) se fizeram força, e violência a algum Religioso, ou Religião, se « poderá agravar, e tomar conhecimento no Juízo «da Coroa.» Vej, Ind. Chronol. Tom. 3. "pag. 139. e 204- Nesta conformidade as costumadas Reversões aos Núncios (referidas n. 76.) limitando suas Credenciaes, se concebem assim : «Sendo presente «a Sua Magestade o abuso, que frequentemente fazera os Regulares dos Recursos á Nunciatura para evitarem por esse meio a correção dos seus «Prelados, e se subtrahirem à obediência, que lhes «devem... O mesmo Senhor me manda expressar a V. Excellencia, que não deveV. Excellencia deixar pôr cousa alguma nas matérias, que pertencem ao «governo econômico dos Regulares de huro, e outro sexo *intra claustra*, nem admittir Recursos dos *Part. II.*

LL

« mesmos Regulares, senão em grão de Appella-«çSo.»
Conf. Mell. L. I. T. 5. §<. 57. na Nota: Ind. Chronol. Tom. I.
pag. 169.

* Só sim se os Regulares são. cruéis, e deshumanos
com os subditos, ha hum Decreto de 2 de Maio de 1775,
referido por Mell. L. 5. T. lo. §. 4. no fim, e na Cias. dos
Crimes pag. H 61. §. 3., encarregando aos Corregedores das
Comarcas a visita dos Cárceres dos Mosteiros ad instar do
que determinou a Imperatriz Maria Thareza na sua
Constituição, que refere Rieg. P. 4. §. 628. na Nota.

79. Não compete 2.*, este Recurso contra os procedimentos
dos Inquisidores do Santo Officio da Inquisição. Repertor. supra
jr. Etanpossit., Mell. L. 4. T. 23. f. 29. na Nota; £ isto por hum
Decreto, que refere Peg. Tom. 3. á Ord. pag. 240. n. 621., S Ind.
Chronol. Tom. 3. pag. 208., ainda nas Causas dos seus
Privilegiados, Repertor. supra, Decret. supra. Porém houve numa
provisão substanciada por Peg. Tom. 4. á Ord. pag. 36. n. 68., em
que se determinou que Macontecendo haver differença entre I «os
Inquisidores, e o Juiz dos Feitos de JEl-Reí, e «quaesquer outros
Officiaes de Justiça, e a quem « compete o conhecimento da
Causa, se enviará in-« formação delia com os Autos, que forem
feitos pelo «Inquisidor, ou Julgador, outro qualquer ao Conse- I
«lho Geral, onde dous do dito Conselho com dous «
Desembargadores do Paço determinarão a quem « pertence; e o
que se determinar por esta maneira, u se guardará; e sendo votos
iguaes, se dará conta «a Sua Magestade para mandar o que lhe
parecer no '« caso. » Provisão datada em 20 de Janeiro de 1580.

Nota: Bem que Mell. supra firmou como sem dúvida não competir absolutamente Recurso algum, depois que pelo Diploma de 20 de Maio de 1769 se declarou *Tribunal Regio*, eu duvido muito, que só por isso filasse impraticável jamais a dita Provisão: Porque o mesmo Mell. no Liv. 5. T. 2 §. u. na Nota, dando-nos a origem deste Tribunal, o diz *Cúria EccUscas-ttca e Regia*; e por se declarar *Tribunal Regio*, e competir-lhe como tal o tractamento He *Ma-gestade* pelo dito Alvar, de 20 de Maio, não se segue d'ahi que mudasse a natureza de *Tribunal Regio Ecclesiastico*, para o fim de que tractâmos, *saltem* para a observância da dieta Provisão, senão he que como mais antiga cede ao Decreto de 1662, referido por Peg. d. Tom. 3. pag, 240. n. 621., e ao Decreto de 1754 de Fe-vereir. de 1754 no Jtnd. Cbronol. Tom. 3. pag. 208.

80. Não compete 9." este Recurso centra as decisões dos Deputados, e Tribunal da *Bulla da Cruzada*, Mell. supra, aonde refere os Diplomas. Conf. Peg. Tom. 3. á Ord.' pag 26. n. 24.: Porém em Peg. Tom. 8. á Ord. pag. 194. n. 57., eu vejo num Acórdão do Juízo da Coroa, fundado no sllricito do Privilegio da Bulla, e estvlo de julgar nesse caso, aonde com e fiei lo- se julgou ser incompetente o Juiz Apostólico Commissario da Bulla para conhecer contra o Leigo, como devedor d'outro. que fez Doação á Bul--Ja, dando-lhe hum Credor mais poderoso: E como o dito Commissario, assim incompetente^ rejeitou a Declinatoria opposta pelo Devedor do tal indivíduo,* que doou á Bulla a acção dessa divida»,- e lhe dene-

LL 2

(268)

\L

gou 8 Appellação, teve provimento no Juízo da Coroa por via de Recurso era Fevereiro de J679.

C*

Nota: As muitas Leis Pátrias, que resistem a OssCies de dividas a taes causas pias, e priviigiadas, Leis que refiro no meu Tract. da *Constituição Anaslasiana*, parece que conciliadas com essas, que refere Mello, justificSo aquel-le Recurso, e ficão sendo limitação da regra geral, como Leis especiaes, e parece que neste sentido se deve entender o Alv. de 28 de Setembro de 1761, *Salvo mcliorijudicio*: Huma tal excepção do Devedor cedido, e que foi contra a prohibição das Leis, he a mais justa, e fundada nelas que devem conciliar-se.

\Ê-ât

81. NXo compete do executor das Bullas concedidas á Santa Igreja Patriarcal, porque não tem Jurisdicção Ecclesiastica, Me!!, supra §. 29. no fim da Nota. * Aggrava-se sim do Presidente, e Deputados da Mesa da Consciência, como se nota no Decreto do 18 de Novembro de 1690, na Ord. L. I. T. 9. §. 12. n. 10., e no Areslo, que refere Peg. Tom. 3. á Ord. pag. 227. n. 624. ••

tn

r■

r

t

*' Mas ha aggravo ordinário para o Juízo da Coroa, Pint. hic. art. 12.

** Pelo Alvará de 18 de Setembro 1801, já não ba Recurso do que julgar a Mesa das Ordens, nem dos Ministros Ecclesiasticos quan-4} to ao Lançamento das Décimas.

82. Quanto ao 10 artigo de Pinto *u Conhece u lambem dos Aggravos interpostos do Núncio*, Avie. «de 9 de Julho de 1672.» Sobre esse Aviso temos

as Cartas Reversaes, que limitão aos Núncios as suas Credenciaes, já transcriplas debaixo do o. 76. do anno de 1744. Conhece dos Recuosoo interpostos do Arcebispo Vigário Geral do Crato, Ind. Chro-nol. Tom. 2. pag. 207.

83. Quanto aos Artigos I. 2. 3. e 4. são a mesma Letra da Oi d. citada: O 8." ibi = *conhece* (o « Juiz da Coroa de Lisboa) *das Appeflações, e Aygra-««vos, que se interpõem do Juizo da Coroa da Casa do ** Porto, Ord. cilada §. 16., e T. 40. do mesmo Li-«vro,»* depende de maior illustração, e exposição, conforme numa Nota do Senador Themudo debaixo da Conclusão = *Procurador da Coroa procura, e arrazôa, elo. Ibi: do Juizo da Coroa, ha de dizer do Juizo dos Aggravos; porque do Juiz da Coroa do Porto não vera aggravos ao Juizo dos Aggravos da Casa da Supplicação, senão ao Juizo da Coroa: foi erro de CorapiJiação: Et Cabed. in erra-tis ad Ordin. asserit delendam esse hanc partem Leais guia fuit inseria per obhvionem, contra dispositum Tit. 9. §. 16., etc. Concorda outra Nota do Senador Oiiveir., transcrípta no Repertor. debaixo da Conclusão = Juiz da Corda da Casa da Supplicação conhece dos Aggravos, que vierem do Juizo da Coroado Porto: Isto quanto aos Aggravos ordinários interpostos do Juiz da Coroa do Porto: Se porém neste Juizo se decidio algum Recurso, contra essa decisão só he competente o meio da Revista, que algumas vezes se concede, como disse o Sena-dor Costa na Nota transcrípta no Repertor. debaixo da Conclusão — Juiz da Corda do Porto manda Certidão, etc. »*

• Vid Ind. Chronol. Tom. 3. pag. 77., aonde por hum Decreto se julgarão no Juizo da

Çtié)

Coroa da Supplicação huns Autos de Recurso julgados
no Juizo da Coroa do Portou

H 84. Quando ao art. 16. de Pinto': Assim he
que o Juiz da Coroa do Porto não conhece de caR
■f sos sobre {Padroado, ainda que as Igrejas estejam rio
seu] Districto por huni Diploma copiado em Cabed.
L de Patron. Reg. Coron. Cap. 49. in fin., de que foi
compillada a Ord. L. 1. T. 9^v §. 13., e T. 40. in fin.
110 primo, Osor. de Patron. Reg. ResoJv. 8. n. 8. Po-
rém o Senador João Alves da Costa em huma Nota
||M| iranscripta no Repert. debaixo da Conclusão *Juiz*
fÇI* *da Corda do Porto não toma conhecimento*, etc, de-
clarou, ut ibí « Salvo em Recursos de Ecclesiastico »
prover, e se inlrometter nas igrejas do Padroado » Real;
porque em tal caso se conhece na Mesa da «Coroa do Porto
entendida esta Ordenação (L. i. « T. 4o) nas causas
ordinárias. »

I ambos 85. -Também he caso de Recurso á Coroa para
*• os Juizes, ou de Lisboa ou Porto, o retardar
o Juiz Ecclesiastico a administração da Justiça, e
sendo instado não terminar a Causa em dois a no os, La
Combe Juriwpr. Canon. Verb. *Official* pag mihi 5. Cod. 2.
Salgad. de Reg. Prot. P 2. C. 17. o. ai., Portug. de Donat. L.
2. C. 31. u. 36. (*Vide* Sec, 2. a n. 38. ad n. 49.)

86. Quanto ao art. 14. de Pinto: -A. mesma
Conclusão com a mesma condição 4, e mesmo Alvará
escreveo Souz. Remiss. das Leis Verd.= *Ag gravar se póde*
=

87. O Deereito de 28 de Setembro de 1761 pro-hibía
tomar canhecimento de Recursos para o Juizo dos Feitos da
Coroa, do Executor das Bulias e Indultos da Santa Igreja
Palriarcul, Ind. ChronoJ. Tom. 3. pag. 248.: Mas os Juizes
da Coroa de ambas as Rela-

ções conhecem das Apelações, e Aggravos interpostos dos Juizes Executores das dividas da mesma Santa Igreja, Ind. Chronol. Tom. 3. pag. 172.: Também não ha Recurso sobre se mandar que as Comraunidades Religiosas paguem dízimos ás Ordens Militares, Ind. Chronol. Tom. 2. pag. 22.: Pelo Avis. de 2 Junho de 1796 se inhibio o Juizo da Coroa para conhecer dos Recursos interpostos pelos Monges de 8. Jeronymo, do Arcebispo de Adrianopoli, Ind. Chronol. Tom. 4. pag. 64.

O Decreto de 2o de Setembro de 1690 mandou sentencear de novo no Juizo da Coroa da Supplica-ção huma Causa sobre üblações, sentenceada na Relação do Porto, Ind. Chronol. Tom. 8. pag. 67.

Não conheço o Juizo da Coroa dos Aggravos relativos ao Real d'agua da nova Contribuição, De-cret. de 16 de Junho de 1681. Ind. Chronol. Tom. 3. pag- 63.

ARTIOO VIII.

Corregedor do Crime da Corte de Lisboa, e Porto.

88. O Erudito Pint. na P. 4. no C. 13. debaixo de quatro artigos com suas Notas prevenio o que eu aqui poderia escrever, e mais, e melhor que eu escreveria: Nada me resta senão exornar, e corroborar o que elle aqui escrsveo.

r»i 89. A regra lega), e prática he que o Corregedor da Crime da Corte de Lisboa (e o do Porto, que se identifica, ex Leit. do Cravam. Q. 6. sub n. 162.) conhece de todaa os Instrumentos de Aggravos sobre Causas criminaes, interpostos dos Juizes dos seus Districtos (de huma, o outra Relação) ex Ord. L. I. T.

7. §. 6., de que não pode conhecer o Senado da-Relação: Leit. de Oravam. Q. 6. a. 152., Cost; in Dom. Supplic. Annot. 6. n. I 7. Com declaração porém, que não conhece dos Aggravos interpostos dos Julgadores Criminaes da Corte de Lisboa, que são da nomeação do Senado da Câmara, mas destes conhece a Mesa dos Aggravos (n. 34.): E nos Aggravos de Petição ou Instrumento dentro das cinco léguas da Corte, conhece cumulativamente cora a Mesa dos Aggravos (n. 40.) Leil. supra Q. 6. n. 152.

90. Amplia-se a Jurisdição dos Corregedores do Crime Mfffcim « *I-nstrumentum gravaminis sit su-«per suspicione intimata Judiei in processu Crimina' t» li; secus tarnen in excepelione incompetente.* » Assim com Cabed. P. 1. Ar. 66. Mend. 2. P. L. 6 C. 1. n. 49., o Repertor. debaixo da Conclusão = *Corregedor da Corte desembarca em Relação.* =etc. Con í Peg. Tom. 14. ad Ord. L. I. T. 7. n. 27. et 23.

91. Também os Corregedores do Crime da Corte conhecem dos Aggravos, que sahirem dos Juizes do Cível, sobre alguma falsidade, ou outro crime de que os mesmos Juizes incidentemente podem conhecer, Ord. L. I T. 7. coii. 3. n. 3. As. do I de Abril de 1621 na Gollec. n. 34., Cost. nos Estyl. pag. 168.

92. «Vi duvidar (eicr.eveo Peg. Tom. 14. á «Ord. pag. 100. n. 40.) Se no caso do Crime de «Sonegados á Fazenda de Sua Magestade, que pen-«dia neste Juizo (da índia e Mina) a Parte aggrava d por Petição, a que Juizo pertencia •? Parecia que « para o Juizo dos Feitos da Fazenda, porque tudo «O que he da Fazenda he privativo daquelle Juizo, K ex T. 18. §. 3.

u Parecia também que aos Aggravos, e á Me-«sa delles pela Ord. T. 13. §. 4., e T. 9. §. 16.,

«aonde no Cível, posto que o Procurador assista, «e tracte da Fazenda de Sua ■■ Magestade, vão os " Aggravao.

««Porém pareceo que este Aggravo pertencia « ao Corregedor *tio* Crime, porque do Juízo da In-| «dia, e Mina vão as Appellações das Causas crimes '«aos Ouvidores por este §. 6.,ie o Juiz, que se dá «a conhecer da Appellação, pôde conhecer dos Ag-«gravos em ordem a ella; e porque os Ouvidores ««não conhecem por Aggravo de Petição, conhece <í o Corregedor do Crime, por ser dentro da Cidade «de Lisboa, pela Lei nova, posto que a Ord. diga «o contrario, T. 7. §. 16.

«< Não obsta o que diz este § 6., ou para ou-«<Iros Juizes, no que admille que este Aggravo pó-« de ir ao Juiz da Fazenda, porque se respondo que ««esta palavra he para os casos, em que fôr força-•« do ir a outros Juizes, como se alli se executar hu-««ma Sentença de Juizes certos, porque appellan-» do-se ha do ir a elles, e no aggravo de incompe-«< tehcia sempre irá ò aggravo. Mas pois no Cível «da.Fazenda admittio os aggravos para o Juizo dei-««ies, o mesmo diz no Crime para os Ouvidores del-««-le, por ser a mesma razão, porq-ie só no §. 5 M manda remetter as Causas limitadas das pessoas, «era que alli falia: fi assim se venceu na Mesa «Grande, e eu fui desse parecer, posto que a ou-«tros pareceo outra cousa, e que havia de ir á Fa-«« zenda. Ita constat ex Ordin. doctissimi Doctoris «Jacobí, Marchão, Themudo. » R assim o transcreve©. Peg., e eu de Pegas

I 93. O Artigo 3. de Pinto concebido nestes concisos termos : <« *E também das (Appellações) que se ««interpõem sobre crime de armas curtas, Lei de 4 de u Outubro de 1649»* não só para ser percebido, de-
Part. II. . MM

«pende de verse a dieta Lei, que se acha na Ord. L. 6. T. 80. Colf. i, n. 12. era França ad MeiuL. P. 2. pag. 75. o. 474, e que revogou a Ord. k, Ll. T. jft. §. 14., mas as duas Notas do Senador Tava ro4 e do Senador JoSo Alves ida Costa no Reper- tor. debaixo da Conclusão ^i/tfrê ' *** *Coroa conlu- ce das Appellações de Armas*G=*etp.,:-a do Senador Tavares he esta. sjqq

«. Porhuroa. Extravagante cleEl-ReiD. JoãoiBf. «feita a 14 de Outubro de 1649; se derogou este «§* 14. ia respeito das armas de fogo de palmo e « meio, e quatro palmos em cano, fazendo se pri-«< vativo dos Corregedores do Grijfõe da Corte o "Conhecimento das appellações, e penas das ditas « armas.

A Nota do Senador Cosia be assim: « Hoje conhecera destas appellações os Ouvidores du Grimej e também; os Juizes da Coroa, e «tanto que na Lei novíssima ise derogou em caso u especial esta Lei (L. t. T. 9. §14.) Porém em o « feito de appellaçSo de Villa-Viçosa em 13 ide Nb-« vémbro de 1738, se tomou Assentoj!havendo Acór-« dão contrários, que quando se fcràctava de armas « coutadas, com pena apppücada ipaca a Coroa to-«cava aos Juizes delia; *Secus* iquandoise tractava. da «< pena para a Parte ou Justiça. >»

Notar (Jue a Ord. L. 1. T. 7. §16, ao fim f.=E isto não sendo *Aggravos* = foi abro-gada por numa Regia Piròvisão no Liv. 7; das Estravag. da Cas. da Supplicação, pela qual I pertencem estes aggravos aos Corregedores do Crime da dita Casa, Peg. ao d. §. 16. n. 4., mas ¹ os hão de despachar em Relação, Peg. Tom. 14 áürd. pag. 49. 'n. 44. (aonde se reprova

.

como ignorante, ou inadvertido da dita Extravagante, Leit de Gravam. Q. 6. n. 151. f. *Sunl toment*) o que bem se confirma com a única excepção*, que se vê na Ord. L. 2. T. 62.

4 ••

94. *u* Não podem tomar conhecimento de Ag» <tgravo, que os culpados ou pessoas, de que se fizer ., «queixa a Sua Magestade, interpozerem de se lhe «Mo dar vista das Provisões, em que se mandão d tirar devassas delles, pela Exlravag. de 6. de Fe-«■vet. de 1649, que está na Ord. L. I. DO Regina. « do Paç. Coll. 1. n. 4.» Assim o Repertor. debaixo da Conclusão === *Corregedor da Cárre dtsembarga em Relação*, = etc.: Mas isto procede, quando se manda devassar por Cartas fechadas, ou fazer outra diligenciai Quando porém as Cartas vem abertas, e passadas pela Chancellaria a instância de Partes, se per-mitte dar vista *d* Parle, a que directamente tocar, -pedindo-a em fôrma, e a tempo, que se lhe haja- de deferir: Assent. de 29 de Agosto de 1624, eôr Peg. Tom. 4. *Á O tá.* pag. 44. n. 112 na Coll. delles o. 40., na Ord. L- I. Coll. 3. pag. 524, e em França ad JVlend. P. 2. pag. Ji. n. 83. et 84.

Cónhece o Corregedor tio Crime as Appella-ções dos Carcereiros, Ind. Chronolog. Tom. I. pag.

2*3©*

Conhece com Adjuntos nomeados na Casa da Soppliação dos Aggravos, o Appeliações, interpostas doa Ministros, a quem se commettêra as deli* gencias sobre as Regalias, Decret. de 20 de Abril de 16*52., Ind. Chronol, Tom 3. pag. !9.

MM 2

(118)

legoas aggravè por Instrumento; sendo lhe morto mais.útil o Aggravo de Petição: D.fy porque este em differença-iaaqtíelle (n. 6<9.) suspende a Gáuea: 2»⁸ «? porque menos dispendioso, subindo os Autos, sem aí despeza da cópia por Instrumento: 3.º, por» que depois da decis/to pelo Corregedor -do Cível da Corte, se pôde ainda agravar para a Mesa dos Aggravos, ex. d. Ord.

- Nota: Só sim «Etiam inlra quinque jLeu-
« cas per íiistrumentum, non per petitionem esse
«interponetadum gravamen, quando aggravatur «ab
aliquo Judicia facto, vei praecepto, quod «•non incidit
in alia causa principalí, videtur «suadere ipsa fatio; nam
nec sunt acta, qui-« bus adjungatur petitio, vel quibus
justifitotur; «nec reate videtur posse expediri ita-Hs
causa u nisi per gravamen per Instrumentum, nam in íí
hujusmodi interpositione, et progressu fiunt u acta, ex
quibus jiislificetur gravaminis causa, «í et videtur, quae
dieta sunt probari in Ord. L. u l. T. 62. §. 78., et L. 3 T.
78. in pr., in qui-«ous Ordinationibus agens Legisfator
de gra-«vaminibus interpositis ab actibus extrajudi-
«cialibus, solúm egit de ínstrumentisgratanii-ti num, et
ah illis actibus interponeoda dicit «gravamina per
Instrumentum, qtiasi in lali «specie non possit habere
Locum gravamen « per petitionem ex rationibus supra
considera--«tis.»» Ita üeit. de Gravam. Q. 6. sub n. 29.:
Nestes casos 'pois, sendo como de necessidade, o
Aggravo de instrumento, necessariamente ha de subir á
Mesa dos Aggravos, ex d. Ord.

9a. Resta aqui a Questão: Se os Aggravos de



Petição inleipostos dentro das cinco legoas da Corte, e dos Juizes dos Orphaos pertencem aos Provedores das respectivas Comarcas necessariamente, * ou se se podem dirigir ao Corregedor do Cível da Corte? Esta Questão tractou o Addicónador de Oli-veir. de Muner. Provisor. ao Cap. I. n. 21 e 22., e vem a concluir com o espirito da Ord. L. I. T. 8. §. 9., e T. 58., que estas Leis dão Liberdade de aggra-var para qualquer delles como Superiores, e qualquer delles por prevenção pôde conhecer desses Ag-gravos interpostos dos Juizes dos Orphãos, justa, e validamente, para o que basta serem superiores ambos, e não haver Lei, que faça privativo o da Comarca.

Nota: Os Provedores das Comarcas tem a sua intenção fundada na Ord. L. I. T. 62. §. 34. e 35., para conhecerem de aggrados nos I casos abi referidos, e no caso do §. 78.;

As Comarcas dos Provedores são ordinariamente mais extensas que os Districtos das Correções, I *ex* Solan Cag.

14.: Da Jurisdicção dos Corregedores das Comarcas (que a Ord. L. I. T. 8. no principio sô faz commua aos Corregedores I do Cível da Corte, e não o Regimento do Provedor) não se pôde inferir para a diversa Juris-dicção dos Provedores, e menos neste Reino, D em que as Jurisdicções são distinctas, e nenhum Julgador se pode inirometter na de outro privativa, e conteuda no seu particular Regimen-- to, L. de

19 de Janeiro de 1756, Alvar de 17 de Janeiro de 1739.: A

regra he que se não ad mi Item aggrados *omisso media*, aonde não ha I Lei em contrario (Sec. 3, n. 58.); bem que os Corregedores do Cível não são para os Aggrados, e pelo seu Regimento Superiores aos Pro-

vedores: Postos pois estes princípios, tenho mui* ta razão para duvidar da resolução do Addicio-nador de Oliveira, 'em quanto quiuz fazer cumulativas as durisdicções doe Provedores das Comarcas, e Corregedores do Civei da Corte, ' e com Direito de prevenção para conhecerem dos Aggravos de Petição interpostos doa Juizes dos Orphãos. Os mais Sábios o decidirão.

ARTIGO X.

I *Junta da Bulla da Cruzada.*

99. Está muito bem demonstrado por Pint. na P. 4. C. 4. o que ahi escreveo: *Só* me resta hum bem fundamentado escrúpulo, de que desejarei me tirem Pinto, ou outro Sábio Escriptor.

He certo que a Lei das Cortes de 1641 (posterior ao Regimento da Bulla, datado em 1634) irans cripta em Peg. Tom. 12. á Ord. L 2. T. 5»V§. 6. pag. 409. determinou ut ibi:

«Hei por bem, e Mando que da publicação *u* desta em diante nenhum Official da Minha Real «Fazenda, Contos, Almoxarifes, e Executores, Tri-«bunaes, Cativos, e *Cruzada*, nem outro algum, «tomem dividas de outras pessoas para-as execu-«tarem, nem embargarem os bens por razão dellas, «não estando arrematadas por dividas, que' » dita «Fazenda Real deva: e os que o contrario fizerem « incorrerão na pena do perdimento de seus Officios, «e pena de furto, e pagarSo o tresdobro ás Partes, « que por esta maneira vexarem.»

A Lei de 29' de Outubro de 1754, transcripta por França ad Mend. Tom. 2 no Append. n. 7 8.

pag. 478 , promoveu a observância da, dita Lei de Cortes», se sendo seu- objecto às-'transgressões da- qtièlla pelos Officiaes dos *Captivos* (postos em parallelo ■ na mesma prohi bicão com que os da *Cruzada*) determinou, ou, pelo dizer melhor, declarou a mesma Lei de Cortes, ut ibi: H

t* Hei pur bem declarar que a dita Lei de Côr-u te8 comprehende sem reslricção, ou limitação «quaesquer cessões, ainda que sej.lo meramente «gratuitas de dividas, e acções de terceiras pes-«soas, e que por nenhum modo podem ser toma-« das, ajuizadas, ou executadas, nos Juizos dos Capte ti vos, ou o procedimento principie por execução, «ou por meios ordinários, excepluando somente o «caso de serem as dividas, ou acções rematadas «pelos mesmos Juizos para pagamento do que os << Credores, a quem pertencem, devem á Fazenda «dos Captivos. 15 Mando que nas Cessões, que es-«tiverem recebidas, ou pendentes nos ditos Juizos, «se ponha perpetuo silencio, e que além da nulli-H dade das Cessões, incorrão os Oíficiaes, que as «acceilarem, nas penas estabelecidas na referida « Lei de Cortes, que se observará inviolavelroente « como nella, e nesta Lei se contém, sem embargo «do quaesquer Resoluções, Provisões, ou Senlen-*< ças, que haja em contrario » etc.

iOO. Ora figure se o caso (e já não he o primeiro como logo veremos) que hum, não por puro zelo da causa pia (ou sua. com mutação) a que se applicão os Fundos producos da Baila, mas (o que será mais verosimil) ou desesperado de próprio direito, ou por não se expor a demanda, ou para vexar ao seu devedor, alias duvidoso, cede a beneficio da JBulla alguma acção, e que a Cessão" (postas em esquecimento estas Leis) se lhe acceita, e n devedor *Pari. II.* N»

^{se} demanda por esse Juízo, Suppunhamos que excepçiona com as ditas Leis, que se lhe rejeita a excepção; que appellando, ou se lhe denega a Appellação, ou que a Junta confirma aque] farejei çAo? e queJ desta Junta não-ha Appellação, e Aggravo, que nao seja a Pessoa do Soberano immediatamente.

101. Supponhamos este caso: Por ventura ca berá em juizo humano que essas **Leis** ciladas poi Pinto comprehendessem este caso? Na verdade (1.) numas tão especiaes Leis como as ditas (n. 38) seip-. pre se suppõem limitações das Leis geraes (n. 96. n Nota:) (2) Essas Legislações citadas por Pia to supj põem os termos hábeis (como he regular em todas) da sua justa appiicação aos casos freqüentes, que comprehendem, e não a casos mais extraordinários como este: (3.) Depois da dita Lei de Cortes em **1641** supporião o Decreto de 5 de Julho de 1696, e esse Alvará de 1761, que nunca jamais haveria trangres-são da mesma Lei de Cortes: (4.) O mesmo suppoz esse Alvará de 7 de Novembro de 1673 §. 84, tanto assim que: (év) Depois do mesmo Alvará de 1673, vemos em 1679, em Peg. Tom. 8. á Ord. pag. **194.** n. 57. num Acórdão, em que no idêntico caso por meio de hum Recurso á Coroa se julgou, ut ibi;

« Vistos estes autos de Aggravo, que tirou N. «do ©outor N.» Juiz Apostólico Commissario da «Bulja da Santa Cruzada, e como se mostra que «demandando N. ao Réo Aggravante desisti o da « demanda, e fez Doação á Bulla da Santa Cruzada «do direito, que.contra o Réo tinha, em razão do «que o mandou.a requerimento do Syndico citar o «dito Reverenda Commissario para responder no «seu Juizo a hum Libello: E vindo o dito **Réo** com « excepção,-nos quaes termos não podia ser tirado do «seu foro, nem o dito N. podia fazer a dita Doa-

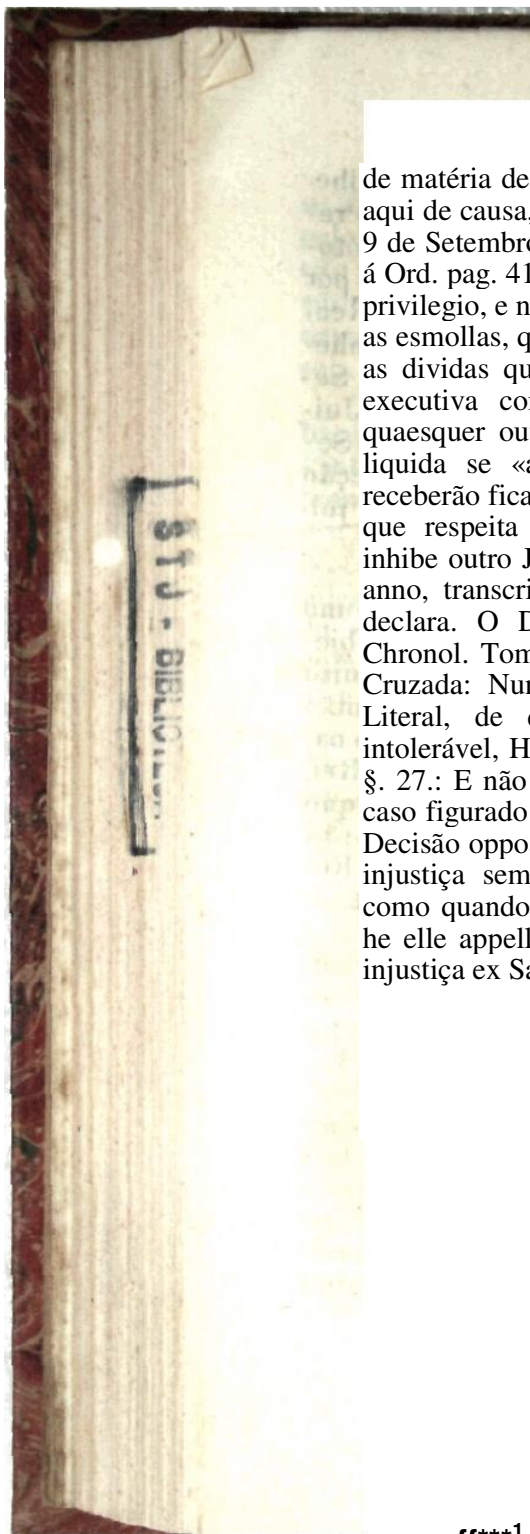
i

«ção A Bulla, e o dito Reverendo Gommissario lhe
«rejeitou a dita excepção, e appellando lhe não re-« cebeu
sua Appellação, No que tudo lhe fez notória força e
violência. B visto outro sim, como por u parte da Bulla, se
não mostra privilegio algum Real «ou Concessão, para que
neste caso possuo conhece cer os Commissarios avocando as
causas dos Se-« eu lares, ou obrigando-os a responder em
seu Jui-« zo por fcaes Doações feitas á Bulla por pessoas Se-
«culares, e contra peSô2S Leigas, e da jurisdição « Real,
como por muitas vezes neste Juízo es lá jul-u gado. Mandão
se passe Carta »♦ etc.

Nota. Se este Juízo he Ecelesiasrico, como
melhor parece (o. 78. na Nota), nío ha obje-cto mais
digno que hum Recurso para o Juízo da Coroa: Se
Tribunal Regio Secular, então para huma bem fundada
Revista: E quando nada, se immediatante se
recorresse ao Rei, se sacrificavão ás penas das Leis (D.
98.) os que recebessem as Doações ou Cessões, os que
as julgassem, etc. Quanto a ser ou não caso de Re-
4 vista, Veja-se a Secção 3. debaixo do n. 4b., e da Nota
*** f. =• *Eis-aquí.* ■

- I Todos esses Privilégios tem por fim a prora-
pta execução dos produtos das esmolas, que se
- I dão para as appiicações delles, e são restrictos a essa causa,
como com huma semelhante Lei
- I de Hespanha, e Fermosin. diz Peg. de Compe-tent. Cap.
168. n. 2. ibi=siw *matéria exaclitioms*
- I non admititur appellatio, nec recursus. =Ora figure-se o
caso da Cessão a n. 99.: Figure-se
- I o caso de um Terceiro embargando como tal a execução
feita nos bens de aigun Thesourei-ro, subtrahindo-os
da penhora, etc; que ha aqui

NN 2



(884)

de matéria de exacção dos productos da tiullai Que ha aqui de causa, e fim-do privilegio? O mesmo Alvar, de 9 de Setembro de 1681. trans-cripto em Peg. Tom. 12. á Ord. pag. 419, he bem claro a comprehender só nesse privilegio, e nessa prohibição de Appellação e Aggravo as esmollas, que se derem da fiulla da Santa Cruzada, e as dividas que delias se deverem, concedendo a via executiva contra os Thesotirei ros, e Fiadores, e quaesquer outras pessoas por tudo o que pór contabilizada se «achar que das Bullas que tomarão, e receberão ficarão devendo da es m oi la delias: Só pelo que respeita ás ditas dividas, e arrecadação delias inhihe outro Juizo etc. Outro Alvará" do mesmo dia e anno, transcripto no mesmo Peg. pag. 420 , mais o declara. O Decreto de 5 de Julho de 1696 (Ind. Chronol. Tom. 1. pag. 270.) he restricto na tocante á Cruzada: Nunca se deve a d mil ti r interpretação Literal, de que resultaria-absurdo ílli— cito, ou intolerável, Hein. ad Grot. de J. B. et P. Liv. 2. C. 16. §. 27.: E não seria absurdo ampliar este Privilegio ao caso figurado no §. 99., se nessa Junta houvesse huma Decisão oppoata ás Leis referidas no §. 98. ? Huma tal injustiça sempre se deve suppor exceptuada; assim como quando se denega a Appellâçãoem algum caso, he elle appellavel intervindo nulli-dade, ou manifesta injustiça ex Salgad. de Reg. Prot P. 8 Cap. 9. n. 284.

-ff***1

ARTIGO XI.

Mesa da Consciência.

102,-Q Provedor Mór. que enuncia a Ord. JL. I.T. 62. §. 18., se entende hoje pela Mesa da Consciência. Cabed. nas Erratas da Ord. ibi: *U* Ha de se « advertir que se entende, a Mesa da Consciência por «nlto haver Provedor MÓV agora, fi na Mesa da « Consciência se despachão os negócios dos Capti-f« vos *: E assim se não de entender todos os mais «lugares das Ordenações onde se nomear este Pro-« vedor. » Confv. Peg. Tom. 4. ad Ord. pag. 663. tm 2i,

* Philippe I. em 1572 doou para a Redem-m pção dos Captivos os bens dos fallecidos *qò in-\ íestato* até o 10." gráo, e dos absentes cujos her-jiÉJ deiros são incertos (bens aliás pertencentes ao Real Fisco, ex Ord L. 2. T. 26. §. 17., juneta I a Ord. L. 4. T. 94., Portug. de Donat. L. 3. C. 15.) Barbos, ad Ord. L. I.T. 89. §. 1. n. 3. I Já antes da Doação de Philippe } I. a havia feito da mesma fôrma o Senhor D. Manoel, como se vê na sua Ordenação L. 1. T. 69. §. I. El-Rei o Senhor D. Sebastião outra vez a confirmou na sua Lei, e Regimento de l J de Maio de 1560, §. 8., Lei transcripta em Ferreir. Prax. Crim. Tom. 3, Cap. 33. n. 40.: Repetio-se na Filippina L. I. T. 90., e finalmente se confirmou na L. de 4 de Dezembro de 1775 §. 11., e no Alvará de 26 de Agosto de 1801 §. 1.

No tempo do Senhor D. Manoel havia Mamposteiros Mores dos Captivos nas Comarcas, Palas dos Senhores Reis, como se nota na

cilada Ord. do Sr. D. Manoel) e Barbosa supra, os quaes
ti n hão Regimento com jurisdição, que se vê na Lei
transcripla por Ferreira: Mas não existindo já a
Provedoria Mor da Redempção dos Captivos, como
enuncia a d. L. de 1660 no fim, se commetteo aos
Deputados da Mesa da Consciência o Despacho da
Provedoria Mòr da Rederopção dos Captivos, e no §.
16. se declarou que os Mam postei ros Mores darião
Appeí-lação, e Aggravo para esta Mesa. ■
Conservavão-se ainda os Mampos teír Mores nas
Comarcas do Reino com seu Regimento, quando se
promulgou o Alvará de 2 de Junho de 1774, que
legislando (entre o mais) sobre os bens pertencentes aos
Captivos, mandou no §. 13 que toda a inspecção sobre
elles, e toda a jurisdição voluntária, e contenciosa,
ficaria privativa da Mesa da Consciência: Porém a L. de
4 de Dezembro de 1779 acabou de abolir os
Mamposteiros, e mais Officiaes do Juízo, e Repartição
dos Captivos, commettendo a sua Jurisdição ás
Justiças ordinárias, e providenciando ir administração
das Rendas, que lhe são applicadas : de fôrma que a dita
Lei confirmando as antigas, quanto á Doação Regia,
não só declarou nos §§. 3. até 10., quaes redditos, e
bens nella se comprehendem, mas no §. 11. fez
privativos, os Provedores da Comarcas para todo o
conhecimento, e com privilegio executivo *ad instar* cia
Real Fazenda, os Provedores das Comarcas, dando
Appellação, e Aggravo nos casos, em que tem lugar,
para os Juizes do* Feitos da Fazenda da Casa da
Stippliação mas os Provedores quanto á inspecção
sujeitou ao Conselho da Fazenda: E assim nesta parte
cessou

•^

(287)

a inspecção da Mesa da Consciência com as providencias desta ultima Lei, e da antece* dente de 1774, 2 de Junho.

103. Este Tribunal da Mesa da Consciência (diz Leit.. de Gravam. Q. 6. n. 162.) conhece dos Aggravos interpostos do Reitor e do Conselho da Fazenda da Universidade de Coimbra; porém depois da reforma da Universidade em 1772 cessou toda a inspecção daquele Tribunal acerca da mesma. Quanto aos interpostos do seu Conservador conhece a Mesa dos Aggravos (Sec. 3. n. 9. na Nota). Veja-se porém a Carta. Regia de 19 de Março de 1622 no Ind. Chronol. Tom. 4. pag. 169., de que Leitão não teve noticia.

I 104. Conhece por Aggravo ordinário como em 3* instância, ou Juizo Revisorio dos Aggravos interpostos dos Juizes, e Priores das Três Ordens Militares, na fôrma que declara Silv. á Ord. L. 3 T. 68. in Rubr. n. 17.: Mas do Conservador das Três Ordens Militares não compete Appellação para a Mesa da Consciência, por ser Ecclesiastico, e só para a Nunciatura, Peg. Tom. 3. á Ord. pag 265. n. 796-, Silv. supra n. 18.

105. A Mesa da Consciência deve renietter para o Tribunal competente os Requerimentos, que por equivocação lhe forem remettidos, com Aviso de remissão, salvo quando nelle se resalvar expressamente a incompetência, fnd. Chronol. Tom. 4. pag. 72. no **fim**.

AMTIGO XII

Junta dos Três Estados.

106. O Regimento das Caudeiarias, que deler-roinou pertencer a esta Juula o conhecimento das Appellações, e Aggravos. que se interpozerem sobre repartição de Ca\ allos, e Caudeiarias, he a este respeito DO §. ã3. (que omittio Pinto.) A sua data he de 23 (e na* de 22) de Dezembro de 1692: Este mesmo §. 53. se mandou cumprir pela Ordem de 6 de Outubro de 1788: Depois desta Ordem houve Notas ao Regimento da creaçSo dos Cavaüos, e nellas, art. 12., se reitera a dita Ordem de 6 de Outubro de 1788.

107. Também sobre a cobrança do Real imposto no vinho e carne, pelo Regim. de 19 de Novembro de 1674, Cap. 7. se concedeu AppellaçSo, e Ag-gravo para esta Junta: O qual. Regimento foi impresso em Lisboa em 1674, e reimpresso em 1713.

108. Da mesma fôrma, pelo Regimento de 23 de Agosto de 1668 Tit. 2. §. 2., sobre os Lançamentos e cobranças dos quinhentos mil cruzados offere-cidos em Cortes, se determinou competir Appellação, e Aggravo para esta Junta: Regim. impresso em Lis -boa em 1668 por Antônio Craesbek de Mello.

109. Por Decreto de 29 de Outubro de 1673, vJnd. Chronol. Tom. 3. pag. 43.) a Junta dos Três Estados he competente, e não a Suppli cação, para julgar dos Aggravos respectivos á cobrança dos effei-tos applicados ás fortificações, e presídios do Reino. Pelo Alvará de 8 de Abril de 1813 foi exlin-cta esta Junta, passando a sua Jurisdicção para o Conselho da Fazenda e de Guerra, segundo os seus objectos.

lit

ARTIGO Xflf.

I

Juiz .da Chancellaria.

I

110. *uJudex Cancellarice* (diz Leit. de Gravara. MQ. 6. n. 166.) *cognoscit de gravaminibus inlerposi- u tis circa calculationem expensarum, et de illis, quce u interponuntur per Officiales, qui coram Judicibus «ordinariis accusantur • de erroribus Officiorum * < suo rum. n lia deducilur ex Ordin. L. 1. T. 14 in pr. et §. 2.*

* O Juiz da Chancellaria só toma querel-[3 Ias dos erros e falsidades dos Escrivães dentro das cinco legoas, Peg. Tom. 14. ad Ord. L." 1. T. 14. n. 3., e he bem clara a Ord. L. 1. T. 14 §. 1.: E como não toma querellas dos erros, e falsidades dos Escrivães fora das cinco legoas, Phaeb. P. 1. Ar. 146., e passa as Cartas de Seguro aos crimínados em outros Juízos para perante elles se livrarem ex d. Ord.: Por isso he que nesses casos ha Aggravo para o J Juiz da Chancellaria nos incidentes das accu-sações: Bem que os crimínados, que são fora M das cinco legoas, ainda que as Cartas de Seguro te passem para se livrarem perante os Juizes, que os criminárão, se podem apresentar com ei Ias perante o Juiz da Chancellaria, conforme o eslylo attestado pelo Senador Cost. na Nola transcripta no Reperlor. debaixo da Conclusão =./«?» da *Chancellaria conhece*, etc.

111. Se he criminado hum pôr exercitar sem Carta o Officio do Escrivão, pertencem os Aggra-
Part, II. oo

vos, e Appellações aos Ouvidores do Crime: Se porém he criminado hora Procurador do *Numero* por servir sem Carla, pertencem ao Juiz da Chancellaria, Cabed. P 1. Ücc. 14. n. 14. et 16. I 112. Os Aggravog, e Appellações, que seguem os Alcaídes ím *partihus* sobre erros de Officio, não pertencem ao Juiz da Chancellaria, porque sito eleitos em Câmara, como atlesta praticado o Senador Costa na Nota transcripta no Repert. debaixo da Conclusão rajuie *da Chancellaria conhece dos erros dos OJficiaes*=> *ele*.

Se o Escrivão he accusado por ter gados contra o disposto na L. de 2 de Março de 1613, trans-crita por Peg. Tom» 14. á Ordr Li. T. 66. n. 54., o na Ord. L. 6. T. 87. Coli. I. n. 2., pertence a Ap-pellação, e Aggravo ao Juiz da Chancellaria, Cabed Dec. 14. n. 16. Bem como ao mesmo Juiz pertenci a Appeliação, e Aggravo, quando o Escrivão do Juiz] Ecclesiastico he no Secular criminado por excede a taxa estabelecida na Ord. L. 2. T. 2o., Cabed supra D. 17.

113. Ainda que Cabed. P. 1. Ar. 26. refere jul-gado, que ao Juiz da Chancellaria pertence o conhecimento do aggravo interposto sobre a contenda entre dous Escrivães da Câmara, e do Judiciais, cora-tudo o Repertor. debaixo da Conclusão = *Juiz da Chancellaria conhece dos feitos dos erros*,=etc, tem duas Notas, huma do Senador Costa, ul ibi: «Na *u* contenda entre Escrivães, a quaes pertença escre-«ver nesta, ou naquella matéria, refere Cabed 1. «P. Ar. 26. julgado pertencer o conhecimento ao Jui-uto da Chancellaria; porém he fundado em huma «Lei, que se não compilou.» Outra do Senador Oliveira, ut ibi: « Por estylo da Relação desta Corte «pertence ao Juiz da Chancellaria a determinação

T3WI

«das contendias, que houver entre os Escrivães so-K bre a qual delles pertoece escrever em alguns pro-«cessos, e as appellações que sobre esta matéria se «interpozerem, apud Peg. ad Ord. Tom. 4. pag. 27, «D. io. et 11., mas muitas vezes vai isto aos Desem-« bargadores dos Aggravos.

114. «Conhece dos Aggravos, que tirão os Es-« crivães de os Provedores, ou Corregedores os não «deixarem levar salários, ou vistas: E os Inquiri-« dores de. os Juises inquirirem contra a Ord. L. 1. «T. 86. §. 4.» Assim huroa Nota do Desembargador Veiga no Repertor. debaixo da Conclusão ■= *Juiz da Chancellaria conhece dos Salários*, etc. Conf. Peg. Tom. 14. á Ord. L. 1. T. J4. n. 6.

Aggravando-se do Salário do Contador, vai a Causa á Mesa dos Aggravos, ex Ord. L. 1. T. 90. §. 1., Peg. supra n. 16.

I ARTIGO XV. *]

I ' *Corregedor da Comarca.*

] lã. O Mestre JLeit. de Gravam Q. 6 n. 167., compendiou os casos, em que dos Aggravos conhecera, ou não os Corregedores das Comarcas, ut ibi u Prseses Províncias, sive *Corregedor da Comarca* co-M gnoscit de gravaminibus, qnibus potest cognoscere « Senatus: Ord. JL. 1. T. 58. §. 25., quod tameii non « procedit in illis gravaminibus, de quibus Senalum « privalive cognoscere diximus supra n. 161. (V. n. «34. 37. 38. 39. juncto o n. 33.) Potest igitur re-« gulariler interponi gravamen ad Praesidem in sua « Provincia, si casus sit, in quo poterat directe ad «Senatum interponi, et Judex, a quo interponitur,

oo 2

«< sit inferior Praesidi. Imo cognoscit Praeses de gravaminibus criminalibus, de quibus tamen non cognoscit Seriatum, sed Praeses Curialis. Item ad Praesidem pertinet cognilio gravaminibus interpositi a Judicibus arbitris, pronuntianlibus Judicem esse suspectum, quod quidem gravamen ad ipsum, non ad Senatum, vel alium pertinet ex Ord. L. 1. « T- 21. §. 8. (Vide Silv. ad hanc Ordin. a n. 11. ubi «< declarai.) Non autem potest Praeses cognoscere de gravaminibus interpositis a Provisore, vel alio Ju-dice non sibi inferiore, licet Senatus cognoscat de u gravaminibus interpositis a talibus Judicibus. »« Confira-se Peg. Tom. 4. á Ord; pag. 557. n. 1., aonde amplia que conhece também dos Aggravos, em que se tracta de Direitos Reas, e em causas criminaes.

116. Conhece também dos Aggravos interpostos dos Almoxarife8, Ord. L. I. T. 68. é. 10. Rubr. Peg. n. I.: Conhece dos interpostos pelos Officiaes de Justiça, que são da eleição dos Povos, Peg. Tom. 2. á Ord. L. I. T. 3. gloss. 89. n. 3.

117. Não conhece porém do Aggravo no caso da Ord. L. 3. T. 98. in princip., nem nos casos exceptuados na Ord. L. I. T. 58. §. 26., nem de Aggravos interpostos em execução de Sentenças proferidas nas Relações, porque devem immediatamente ir aos Juizes, que as proferirão, ex Ord. L. 3. T. 87. §. 12, Peg. Tom. 14. á Ord. pag. 104. n. 38.

118. Os antigos Ouvidores, cujas Ouvidorias se extinguirão pela L. de 19 de Julho de 1790, e Alvará de 7 de Janeiro de 1792, nas Terras em que existirão, e totalmente se não extinguirão, mas ficão Corregedores; elles podem conhecer de Aggravos de Petição, e Instrumento, conforme o art. 16 do dito Alvará de 7 de Janeiro de 1792: Como porém no tempo antigo não podião conhecer por Aggravo

em Causas, em que interessava a Real Fazenda, sem expresso Privilegio, Peg. Tom.. 9. ad Ord. L. 2. T. 28. n. 42.: E como o dito novo Alvará lhe não ex-tende a tanto a Jurisdicção, duvido muito que possuo conhecer por Aggravo em taes Causas: Sò sim os Ouvidores (hoje Corregedores) da Casa de Bragança pelos expressos Privilégios na Ord* L. 2. T. 45 Coll. I. n. 1 2. 3. 4. 5.: Os da extincta Casa de Aveiro tinlião o mesmo Privilegio d. Coll. 1. n. 7. Veja-se a Nota no Repert. debaixo da Conclusão = *Ouvidores dos Senhores não podem conhecer de Causas de Portagens*=& etc.

I ARTIGO XV.

Provedores.

119. Conhecia o Provedor por appellação, e aggravo das Sentenças, e despachos dos Juizes da Alfândega sobre direitos ou tomadias: Ord. L. I. T. 62. Coll. I. n. 5. Vejão-se porém os Alvarás de 26 de Maio de 1766, 16 de Dezembro de 1774, e 27 de Julho de 1795.

120. Conhece de todos os Aggravos interpostos dos Juizes dos Órfãos, ex Ord. L. 1. Tit. 62. §. 34. et 35., Leit. de Gravam. Q. 6. n. 159.

•i 121. Conhece como Contador da Fazenda, e com a formalidade da Ord. L. 1. T. 62. §. 78., dos que furão injustamente eleitos para Recebedores das Si-sas, ou propondo suas legitimas excusas * não forão attendidos pelos Vereadores no acto da eleição, Leit. supra, Lim. de Gabellis pag. 374. a n. 15.

- As causas, que excusão do encargo de

Recebedor das Sisas, as expoz, com Oliveir. de Mun. Provis. C. 9., com Cabed. P. Zi Dec. 64., com Pegas, e outros, o mesmo Lima pág. 273. a n. 7. ad 33.

122. Também dos Aggravos no próximo precedente caso conhece cumulativamente o Conselho da Fazenda, como atesta huma Nota no Repertor. debaixo da Conclusão» *Provedor conhece do i**» *sirumento de Ae/gravo* =* etc.

123. Não podem os Vereadores excusar algum Recebedor huma vez eleito, Peg. á Ord. L. 1. T. 66. §. 49. n. 20. 32. 38., Cabed. P. 2. Decis. 84. n. 23., Lim. supra pag. 370. n. 37.: Se pois excusão algum eleito ,por elles, e por author idade própria elegem outro, este segundo eleito só por isso mesmo pôde agravar para o Provedor; e independente de outra causa de excusão he provido no Aggra-vo, e se manda que sirva o primeiro eleito, como assim se vê julgado em Peg. Tom. 6. á Ord. L. 1. T. 66. §. 49. n. 32. 37. e 38.

I 124. Como pelo §. 3. da L. de 4 de Dezembro de 1775 os Provedores podem commetter a Juizes de Fora diligencias, e averiguações sobre bens pertencentes a Caplivos: Segue-se que se ou forem omissos em dar parte *do* que acharem aos Provedores, ou proferirem nessas diligencias alguns Despachos, lição os Provedores, como Superiores, e privativos pela mesma Lei, competentes para conhecerem desses recursos interpostos dos Juizes de Fora.

ARTIGO XVI.

Juizes de Fora, Ordinários, e Câmaras.

. 126. Dos Almotacés se aggrava, e appella para os Juizes de Fora ou Ordinários, sobre questões entre Partes, e sobre penas pecuniárias, e *Coimas* *, que não excederem a quantia de seiscentos réis **, e os Juizes despachão por si estes Aggravos fazem!o-Ihes os Almotacés por palavra relação do caso, Ord. L. 1. T. 65. §. 23., e Tit. 68. §. 2.: £ excedendo a quantia de 600 rs. até 6^000 rs., despachão os Juizes as Appeilações, e Aggravos com os Vereadores em Câmara, sem mais appellação nem aggravo, não excedendo a causa a quantia de 6/000 rs., ex d. Ord.

* *Coima*: Satisfação, multa, ou pena. *Coi-rneifo*, significa o animal,-que faz dam no. na fazenda alheia, e he causa de seu dono pagar a *Coima*. Igualmente se diz *Coimeiro* aquelle sujeito, que quebranta a Postura, ou Lei que tem annexa á sua fracção alguma Pena, ou *Coima* : He do Século XV. e XVI., Elucidar, de Fr. I Joaq. hoc verbo, e bem o expõe a Ord. L. J. T. 74. §.2l. ibi: «Outro si ha de haver as *Cai* tt mas*, que são postas aos que são achados to-«mando água, ou lastro em barcas, e bateis «depois do sino de recolher» etc; e §. 20: «13 « mais as *Coimas* de todas as tavernas, que fo-u rem achadas abertas depois do sino de reco-«lher até manhã clara, das penas impostas ás »<mulheres, que são useiras de bradar.»

** Hoje pela L. de 16. de Setembro de 1814, que triplicou as quantias da Ordenação, pôde o Juiz conhecer por si só neste caso até



I (298)

a quantia de 1^800 rs., e com os Vereadores em Câmara até 18/000 rs. sem outra Appellação, nem aggravo, -P

E passando as ditas quantias ó valor das *Coi mas*, penas ou cousas julgadas pelos Alrootacés, se aggrava, ou appella deli és diretamente para as Relações, e não para as Câmaras, Ord. d. §. 23., Peg. Tora .«6. á Ord. pag. 61. a n. 19.

Nota: A palavra = *ou cousas* = *que* se lê no d. (f. 23., foi escripta de novo na compilação Filippina, e fez cessar*a Decisão 80 de Gama, e essa questão; como assim, e contra Gama adverte, e refere julgado, Peg, ad d. §. 23. n. 6.

126. Ha porém hum caso especial, em que, supposto a quantia julgada em Câmara não exceda a sua alçada, se pôde appellar, caso qual he; o que vio julgado, e prova com huma Nota do Senador Themudo, Peg. Tom. 14. á Ord. L. 1. T. 66. n. 32. ibi = *Sem appellação, nem aggravo* = *u* Não tem «lugar se os Acordos furão reprovados por Senten-« ça, e oa Vereadores sem embargo delia continuas* «sem; porque então appella-se, ainda que caiba na «alçada, *quia à notória nullitate supplicatur*, Ord. «T. 68. §. 26. et vidi judicatum» etc. Pela mesma razão da notória nullidade se poderá appellar ou ag-gravar para o Corregedor (ex d. Ord. L. I. T. 68. §. 25.) Se a Sentença em Câmara fôr dada sò pelo Juiz com hum sò Vereador (onde ha mais), e o Procurador ; ou quando sendo dois os Juizes só presidio hum, como refere julgado Peg. Tom. 6. á Ord. pag. 76. n. 16., e Tom. 14. pag. 124. n. 48., Repertor.

debaixo da Conclusão = *Injurias verbaes conhecem deltas*
=> etc.

127. Se a pena pecuniária comrninada na Postura he só de 6/000 rs. (hoje 18/000 rs.), que cabe na alçada da Câmara; mas a Postura além dessa pena impõe, v. g., a do perdimenlo do carro, da ferramenta, etc, e só se pede a pena, que cabe na alçada, e n3o o perdimenlo do carro, ferramenta, etc, que pedido, faria exceder a alçada, he caso de appella-ç3o, como se vê julgado, e demonstrado em Peg Tom. 5. «•(Ord. pag. 35. Cap. 2. : fiem como he caso de Appellação, quando os Juizes, e Vereadores condemnando os Réos injuriantes só nos 6/000 rs. (hoje 18/000 rs.) na fôrma da Ord. L. 1. T. 65. §. 25., impõem de mais alguma pena de prisão, ex Ca-bed. P. 1. Decis. 73. n. 6.; ali ter, se o Juiz julga por si só as injurias atrozes, Peg. Tom. 5. a d Ord. pag. 81. n. I.: Também he caso de Appellação, quando os Vereadores sentenceando eiu Câmara as injurias verbaes e leves, condem não em pena superior l á permitlida, Peg. Tom. 14. á Ord. pag. 124 n. 49. Confira-se o Repertor. debaixo das Conclusões = *Alçada dos Juizes Ordinários*: etc; *Câmara despacha acções*; etc. *Injurias verbaes conhecem*, etc. = ■ 128. Determina a mesma Ord. L, I. T. 65. §. 28. que «as Partes que se sentirem aggravadas dos « casos acima ditos, despachados em Câmara, de que « se não pôde appellar, nem aggravar, poderão fa-« zer simples petição a Nós, e Nós proveremos co-*tt mo* nos bem parecer.» Sobre a pratica deste Recurso se vê em Peg. Tom. 5. á Ord. pag. 80 n. 3. huma Carla Regia sem data, e na Collecção das Leis novíssimas impressa em S. Vicente de Fora pag. 373.

Nota: Já Leitão de Gravam. Q. 6. n. 163".

Pari. II,

PP

(29a)

atingio que este recurso he ao Desembarco do Paço, que representa o Rei. A dieta Carta ou Alvará .assim o declara, e dá a fôrma do mesmo Recurso, procedimento, e decisão delie. O Desembarco avofea os Autos; Se vê huJlida-de na Sentença, comette a revista a outros Vereadores, homens da Governança, para senten-cearem segunda vez sem appellação, nem ag-Igravo: Se as Sentenças não são nullas, mas só injustas, dá o Desembargo conta ao Rei.

Continua» as Notas ao Artigo II. do Cap. 28. de Sousa.

Nota 605.

I. Sobre o que já expus methodica, e systematicamente, e em partes com remissões ao já exposto nas quatro principaes Secções, nao faltarei a addicionar, e illustrar o que me parecer útil: Estas Secções forão como prelúdios a estas Notas.

Não posso convir com o III. Mell. L. 4. T. 20. §. I. na Nota, em quanto diz que as Appellações tem fundamento em Direito Natural, ainda que reguladas pelo Civil: Porque o Direito Natural não conhece a ordem judicial. No estado natural e soa* de falta o Recurso ao Magistrado, he permittida a defeza por via de força: Boehm. Jus. Publ. P. Spec. L. 2. Cap. 7. O Sábio *Coccey*, que reducio a novo systema o direito Natural, e o Romano, combinando os Títulos deste nas Pandectas, que se confor-mão com aquelle, e exceptuando com asteriscos os Títulos das Pandectas, que não têm fundamento com o Direito Natural, como se vê no Prefacio do

seu Index, neta como exceptuados, e que nada tem de relação cora o Direito Natural os Titulos=jDe^p-pellationibuSy et Relalionibus == Âppellationibus reci-ptendi» vel no» =s etc. Liv. 49. T. I. 6. et 12.

Nota: Reputada no estado Civil a Appel-lação como espécie de defeza, e esta eonjuncta com a razão, e considerada como praticada pelas Gentes, com huma origem antiquissima, Stryk. Vol. 7. Disp. 6. — *De Jppellatione HU-c«to=*Cap. 1. §. jo., pôde bem salvar-se o 111." Paschoal José de Mello com Bachov. V. I. D 11. tb. 11., e com Stryk. supra \$.11. ibi:« Quod « licet origine sit júris naturalis, informatione « tamen sit Júris Civilis, et quklem hujus re-« médium ordinarium. »

2. Também não posso passar absolutamente com o Principk>, que a Appellação é favorável, e que em dúvida se deve receber, ex Peg. 2. Forens Cap. 15. a n. 6.: Porque vejo I.", o Direito Romano (Sec. I. n. 3.) e o Canon, (Seo. 2. n. 2*3.) punindo os temerários Appellantes. Vejo 2.º, nas Nações praticados os mesmos Direitos, punindo-se os Appel-lantes, que pior meio. das Appellaeões não obtém vencimento. (Sec. b. a. 3.). Vejo 3.º as nossas Leis, e as das Nações * limitando as quantias, e valores, dentro dos quaes ficão inappellaveis as Sentenças, o que repugna á supposta favorabilidade, e isto pela razão que deo a nossa Lei de 26 de Junho 1696 (na Ord. L. I. T. 6. Coll. I. n. I.) no exordio ibi: «...por « ser da boa administração da Justiça evitarem-se «as demandas, que inquietão a Republica, pertur- « bão os Tribunaes, causão ódios, e dissensões en- « tre. os Vassallos, e os divertem de outras mais

PP 2

« úteis ocupações ... muita parte das demanda» « cessarião, se Eu fo-se servido mandar levantar as «alçadas das (300) Relações, P Julgadores; porque aca-« bando as'causas nas suas Sentenças, haverião me-** nos Revistas, e muito menos Aggravos Ordinários, <« e Appellaçõf s»> etc. Lei, que pelas mesmas razões se ampliou na de 16 de Setembro de 1814: Vejo 4.", que as Appellações introduzidas para corrigir a iniquidade, ou imperícia dos Julgadores, se interpõe pela maior parte injustamente, só com as vistas de espaçar o tempo ao pagamento da dívida, 0 entrega de bens, ou de vexar ao Adversário, e vinculo da iniquidade, Stryk, supra C. I. §. 13. Et Vol. 5. Disp. 20. C. I. a n. 28., Ferrar. Verb. Appellatio art. II. a n. 1., e nesta parte repugnantes a toda a razão, e indignas de favor. Não digamos pois tão absolutamente que contém defeza natural innegavel; que são favoráveis, e que em dívida se devem receber. Devemos só, quando muito, conceder que são indif-ferentes, quando não as capitulemos odiosas.

• Em Stryk. Vol. 7. Disp. 6. vemos o Cap.

I 2. = De *Appcllacione iüicita respectus Judieis* = o Cap, 3. « De *Appellatione iüicita inluilu cau-sarum*: = No mesmo Stryk. Vol. 14., vemos hu-raa Dissertação = *De Causis ad Comeram Im-per*» *non appellabilibus*. — Em Mui. ad Struv. Exercit. 50. tbes. 6. e 7. vemos muitas Na-

I ções, que ou fazem inappellaveis certas Causas, ou taxão como na nossa as alçadas dos Julgadores. Aonde pois aqui o Direito Natural, que he universal, constante, e invariável ? Aonde o intrínseco favor de todas as Appellações em todo o caso? Se em -muitos casos as Leis as prohibem (26. conta Begoud. Verb. *Appel*

■ (SOI)

latiu), e ero outros as cohibero, aonde esse natural favor? Só o Direito Canooico disse serem favoráveis as AppellaçSes, essencialmente odiosas, Boehm. ad Decretai. I. 2. T. 28. §.

H I., não assim os mais Direitos: Elias (além do exposto n. 2.) são injuriosas aos Magistrados, ainda quando permitliclas, que tem a seu favor toda a presumpção de serem jurídicas as suas Sentenças, Stryk. Vol. 7. Disp. 17. Cap. 2. §.

I I I.: As mais das vezes a Appellação não he sufíragio, mas refugio, como com S Bernardo diz Ferrar, supra sub. n. 2." Longe de nós pois taes, e tão errados princípios: Devemos ad-optar outros contrários.

3. He verdade que quando as partes se compro - mettem era árbitros a Ord. L. 3. T. 16., no fira do Principio annullia a renuncia expressa da futura Appellação: Mas qual será a razão? Por ventura *ter* ella fundamento no Direito Natural, e ser favorável ? Se assim fosse, não permittiria o Regimento do Des-embargo do Paço §. 54., confirmar o Compromisso com essa renuncia, nem dispensaria o Direito Natural. A genuina razão daqueIIa Ord. a descobrio Valasc. Cons. 51. n. 35.. aonde suscitando a diflerença entre a renuncia da Appellação subsequente, e antecedente á Sentença, diz, ut ibi: «Et est bona ratio «<quia ille, qui ante Sententia renuntiat appellatio-« ni futura?, non est tam culpabilis, quia spe bona», «et justae Sententia? potuit ad hoc allici, prout est «ille, qui post latam Sententiam et jaro cognitam, «ai que examina tam causa appellalioni renunciai.»»

Nota: As nossas Leis sempre pensarão que Com a mesma facilidade, com que qualquer faz

o contrato, Denuncia o favor, aliás facultado, para o impugnar. Assim ellas prohibem, por essa razão, a renuncia da lesão, Ord. L. 4; T. 13. §. penult., a renuncia de Senat. Consulto Ve leiano, Ord. L. 4. T. 6J. §. 9., a renuda da ex cepção. *non numerar as pecunice*, Ord. L« 4. 51., etc. E por isso que muito a dita Ord. L 3. T. 16. annuile a renuncia da futura Appellação, suppondo o Renúnciante naqu ei Ia esperança, em que o considera Valasco ? Ainda as sim a dita Ordenação faz responsável pela pena o Renúnciante, se não obtém na Appellação re-nunciada. Se o Tribunal Pala tino confirma a tal Renuncia, he porque a impetra da graça, ex intervallo, suppõe no impetrante maior, e mais séria deliberação nesta geminnção do acto, ex Barb. et Tab. L. 6. C. 4., assim como a Je-I são ex intervallo se pôde renunciar, ex Mor. de Exec, L. 5. C 5. sob n. %9tp Be<rô que ainda essa confirmação se costuma dispensar pelo Desembargo do Paço, Phset» 2. P. art. ias. *jh. Passpu-se*, *Peg?. ao d. §. 54. n fi:<® poder a Appellação rebBnciar-*ae tacitamente depois da Sentença nos casos, que sè dirão nas Nofcas/622i, 623. 62-4-, mais convence não ter fundamento no Direito. Natural, nam ser favorável.

' Nota 606

1-. Supponho, que analisei menos mal a Ord. L 3. T. 76., que trata das Appellações extrajudioiaes, na Secção 1. n. 16., na Secção 2. n. 24., f mais amplamente na Secção 3. a n. 33.: Não posso porém aqui preterir algumas inadvertencias de Sousa nesta Nota, bem que são bem obvias depois de ponderado o qqe expuz na dita Secção 3. a n. 33.:

'vir.

Sousa (I.) confunde os actos desordenados dos Juize* que procedem como taes, n com o véo da jurisdicção com os actos dos mesmos Juizes como pessoas particulares sem tal véo ou capa, e com os praticados por pessoas particulares, que não tem nem.sombras de jurisdicção publica: E isto quando ha aquel-la diflêrença, que expuz na dita Secção n. 33. 84. e 35.: Quando com o véo de jurisdicção, más desordenadamente : se antes de organizado o Processo ha Aggravo de Espolio, pelo Assento apud Peg. Tom. 4. á Ord. pag. 42., e praxe do Reino, de que fallei no meu Tfact. dos Remed. possessor., e concede Sousa nesta Nota, más este Aggravo se deve interpor em 10 dias, como mostrei d. n. 34., e confira-se Pint. Ribsir. Relac. 3. a n. 2.: Quando depois de principiado, e organizado o processo; então contra os seus Despachos injustos ha os meios de Appella-ção, Aggravos de Petição, Instrumento, ou no Processo conforme as Leis, em taes casos os ad mil tem 2.Sousa (2.) nesta Nota não nos dá a forra a do Recurso da Gamara de Lisboa para o Desembargo do Paço, e sua praxe: Mas suppre-se com o que expuz na Secção IV. n. 4. ê 8.: Sousa (3.) confundindo as Appellações extrajudiciaes dos procedimentos dos Magistrados desordenados, com os das pessoas privadas, põe todas em parallelo, já para não ser preciso interporem se em 10 dias, já para como appellações extrajudiciaes não produzirem attentado: E isto quando (a) as -que se interpõe dos Juizes, que procedem desordenadamente com o véo de jurisdicção, se devem interpor em dez dias (n. I.\ em dif-ferença das interpostas dos particulares: E quando (o) se se aggravar por Petição de algum Juiz nos ditos casos, esse Aggravo suspende, ou quando de incompetência, e procedendo o Juiz *ad ullertora*,



(304)

co m mel te attentado (Sec. 3. n. 64. et 66.), e as Appellações extrajudiciaes contra o procedimento de particulares sem véo de jurisdição, produzem attentado, como se nota na mesma ordenação conforme a diversidade de casos, que figura, como melhor discorre o erudito Pint. Man. das Appellaç. Pap. 4. no Princip., e na sua Nota jr. = **Tendosamente o effeito de nada se innovar.* = O mais veja-se nos meus Lugares já citados no n. J.º

I Nota 607.

1. Não me conformo com Sousa em quanto nesta Nota faz esta differença: Que appellando-se du definitiva se podem no Juizo Superior aHegar novos factos, e produzir novas provas; mas não assim quan- tf J do se appella da intèrlocutoria, caso em que no Juizo Superior se não admittem novas razões nem provas, e cita a Clementin. 6. de Appellat., Barbosa a ella, e Silva (que o seguio) a Ord. JL. 3. T. 68. in Rubr. art. I. n. 23.: Não me conformo, digo, nem com Silva, nem com Sousa: Hum, e outro escreveo esta these sem critica, e combinações precisas.

2. Pois que já vimos (fallo do Direito Canoni-co) que antes do Tridentino erão appeJaveis no Foro Ecclesiaslico todas as interlocutorias, e pelo Tridentino só ficarão appeJaveis as que tem força d definitivas, ou contém damno irreparável na definitiva Sec. 2. n. 3. 4. 6.: Entre as antigas differenças (quando appeJaveis todas as interlocutorias). entre as appellações dellas, e das definitivas, huma dellas era essa (Sec. I. n. 6.) et adde Osor. de Palron. Reg. Resol. 70. n. 12. (onde cita a mesma Clementina): Huma vez porém que o Direito novíssimo do Tridentino, e regra da Chancellaria, só fez appealaveis as que tem força de definitiva, cessarão aquellas an-

ligas diferenças, como cessou o Direito Canonico antigo, ex Rigant ad Reg. 37., Cancell. n. 67. jnnct. n. 36.

S. O Direito Romano só" admittia a Appellação da interlocutoria nos únicos dous casos, que depois adoptou o Tridentino (Sec. I. n. 14. et 16.): A nossa Legislação anterior ao Tridentino adoptou o Romano (Sec. 8 n. II. na Nota, e n. 28): Tendo pois cessado essas diferenças do Direito Canonico antigo, e da dita Clementina, não adoptando a nossa Legislação tal Direito, adoptando o Civil, que não conheceo taes diferenças, dando ambos estes Direitos á Appellação própria, e indistincta de taes interlocutorias, e equiparando-a sem alguma diferença á das definitivas *qua taes*, he consequente ser mal pensado Silva que fez essa dislinção com a Clementina, e mal pensado Sousa que o seguio, ex Rigant. supra c. 64. (vid. Sec. 2. n. 4)

Nota: Parece que na Secção 3. n. II., e sua Nota, descobri o systema da nossa Legislação sobre o conceder não Appellações, mas só Aggravos das interlocutorias, com distincção de vários casos. Ora, se ainda he opinativo, se os taes Aggravos (totalmente diversos destas Appellações) se podem de novo instruir no JUÍZO Superior (Sec. 8 p. 68.), quanto mais será certo poder instruir-se de novo a Appellação de huma Sentença que a Lei equipara á definitiva, e que contra ella dá não Aggravo, mas Appellação propriamente tal? Se os Aggravos de instrumento não suspendem o curso da Causa, por via de regra, suspendem estas Appellações, etc.

Part. II. oa

Nota 606.

Supponho que com o que expuz na SecçSo 3.* desde o n. 70. até o n. 72., es lá assás a, e illustrada a Nola 608. de Sousa: E não são para notar os casos indicados debaixo do n. 78., em que a Sentença, por mais que tenha forças de definitiva (casos aqui omittidos por Sousa), só be ag-gravavei por Petição, ou instrumento. A esses Lugares me remetlo.

Nota 609,

J. O appellar be sim geralmente per mil tido em todos os casos, em que a Appellação nito he probi-bida por Lei: Esta he a regra geral: Que porém em dúvida se deva receber, he quanto a mim mui to duvidoso (Not. 60b.): Que a appellação se não possa interpor passados 10 dias, contados do dia da noticia especifica da fôrma da Sentença, he certo por todos os Direitos Romano (Sec. 1.), Canonico (Sec. 2. n. 6.), e Pátrio (Sec. 3. n. 18.): Porém o lapso deste tempo se dispensa conforme a praxe, Ique expuz d. Sec. 3. debaixo do n. 18.: Que não pôde já mais appellar quem de algum modo appro-vou nos dez dias a Sentença, como se pedio espera de tempo para pagar, he claro nas Ordenações aqui ciladas por Sousa.

Nota: Esta declaração de Sousa == *excepto se protestou não lhe prejudicar este fado á Ap-2 pellação* = S'úv. á Ord. L. 3. T. 79. §. 2. u. 9., I quanto a mim se deve entender *cum grano Sa-iis*, e debaixo desta distincção: Ou esta Sentença era inapellavel no effeito suspensivo, e logo se podia pelo vencedor exlrahir do pro-m cesso para a execução, ainda que depois se ap-pellasse, como nos casos que expuz- na Secção

n a. a n. 22., e então necessário, e útil o proles-IQ to, porque o vencido pede ou paga coinocao-cto, è involuntário para ocorrer á eminente execução, ainda que depois appelle; atribui-do-se a esla causa o seu facto, e sendo necessário o protesto para lhe ficar salva a appellação, não se attribuindo o facto Á volunlarieda-de, ex Altim. de Nullit Tom 1. Rubr. 5. Q_24, a n. 34. et 44. Se porém a Sentença appellando

- se não pudesse logo executar por ler effeito suspensivo a Appellação futura: Se o vencido não tinha a temer huma prompta execução, e pedio espera, ou pagou, todo o protesto que fizesse era contrario ao facto de approvar a Sentença pela petição do espaço, ou pelo pagamento, e entra a regra de qua Peg. 2. For. Cap. 14. sub o 3. f. *JVisi/ueril, et signanter*, Altimar. supra
- a n. 50. Tal limitação sem esta distincção re-pugna á generalidade da nossa Lei L. 3. T. 79. §. 2., e á JL. 5. Cod. de Rejudicat., que foi a sua fonte. Signanter Brit. ad L. 2. de Loc, 2. P. n. 59. in fin.: Só sim pode dar-se a limitação se o

I vencido pagou ou pedio tempo com erro, Brun-neman. á dita L. n. 2., Altim. supra n. 43.,; porque o erro exclue o consentimento e approva-ção da Sentença

2. *Quid*, no caso da immuniade ? Conf. etiam Peg. Tom. 0. ad Ord. L. 2. T. 5. §. *m* a n. 4.: *Quid*, na execução da Sentença? O Direito Romano nega aqui a Appellação L. 4. ff. de AppeJl. JSsla regra suppõe a Ord. L. T. 76. na Rubr.: O Direito Romano excepçionava a regra, quando o executor da Sentença excedia o modo da sua execução, JL. 5. Cod. Quor. appellat. non recipiat", e esla limitação

flQ 2

adoploou a citada Ord., declarando no §. 2. as maneiras, com que o modo da execução se excede, e he appeliavel o excesso: Veja-se além de Silv. a mesma Ord, Guerreir. Tr. 4. L. 8. **Cap.** 9. a o. 16. 3. *Quid*, depois tres Sentenças conformes ? O Direito Romano prohibia outra Appellação (Sec. I. n. 17.), e o Canonico (**Sec.** a. n. 17.), e não menos pròhibe o Pátrio (Sec. 8. n. 27.): Quando porém se possão dizer tres conformes? Vejam-se os *DD.* cita-dos Sec. 3. n. 27., e mais largamente se exporá na Nota 711.: *Quid*, quanto ao caso da Ord. L. 1. T. 66. §. 11. ? Veja-se o meu Tract dos Jnlerdict, e Remed. possessor., a §. 105., aonde analysei a dita Ord.? *Quid*, quando a Causa cabe na alçada do Juiz, Veja-se a Nota **634**.

9

Nota 610.

I 1. Que a Appellação se deva interpor em Audiência -em presença do Juiz, foi primeiro estabelecimento do Direito Romano (Sec. f. n. 2.), depois do Canonico (Sec. 2. n. 4.), e era fim pelo deste Reino, **Ord.** L. 3. T. 70. §.1.: Pelo Direito Romano não passava o tempo de appellar, quando o Juiz não dava copia de si para perante elle se appellar, ou o Appellante tinha justa causa de medo (Sec. 1. n. 21.): Pelo Canonico se introduzio nesse caso a Appellação *coram probo viro* (Sec. 2. n. 23.): Pelo Patrie (vide Sec. 3. n. ití.): Quando se erra o meio, vide Sec. 4 art. 9. n. 68.: Qual he a praxe de appellar quando se não appellou em 10 dias, ou passarão os mais fataes, e se obtém Provisão, Veja-se a Secção 2. n. 18. nas Notas 3. e 4.

(«09)

f<4k-

Nota 611., e 612.

Sobre o exposto por Sousa nestas Notas: Veja-se a Secção 1 a n. 2., a Secção 2. a n. 6., a Secção 3. a n. 18.

Nota **618** t Que a parte vencida pôde appellar eJla mesma, he sem dúvida: Ainda mesmo os menores podem appellar sem intervenção de Curador, L. cum Praetor ÍT. de Judie, Mui. ad Struv. Exerc. 60. thes **11**. Let. B.: Quanto á interposição por Procurador: Houve DD. a exigir mandato especial para appellar, já porque appellando injustamente fazia cahir em pena o vencido (V. Sec. 1. n. 3. Sec. 3. n. 17.): já poiue era feito *dominus Litis*, Golin de Procurat. P. 2 Cap. ê. a n. llll,: Que porém basta mandato geral para a defeza da Causa, e que este deve appellar *ex offi. cio* Golin. supra n. **119.**, Mui. supra: Esta opinião parece seguio a nossa Ord. L. 8. T. 27.: Não basta porém appellar por Procurador nas Causas Crimes, em que pela nossa Legislação são o Réo, e A. obrigados residir pessoalmente nas Audiências (de quo Vid. Addit. ad Phaeb. Decis. 189. tot.) menos que estando presente a parte, e ratificando, appelle o Procurador de alguma das Partes. Os Tutores accionados em nome dos Órfãos podem appellar em nome delles, L. 4., §. 2, L. 17. §. I. L. 27. ff. de Appellat.: E mesmo são obrigados (em differença dos Procuradores, et infra Not. 616.) seguir as Appellações em quanto não findar a Tutella, e derem contas, L. 24. ff. de Appell., L. 1. §. 13. ff. Quand. app., L. 27. ff. de Appell., L. 2. ff. Si Tut. vel Curat.: O Negocio gestor L. 24. ff. de Appell., L. 1. ff. de Appell. recip. *ratihabüio ta-men requirilur*, Struv. et Mull. Exerc. 50. thes. **11.** : Ad omnia et alia Luo. Ferrar. Verb. *Appellativo* art. £., Silv, ad Ord. L. 8. T. 68. in rubr. art. 2. n. **16.**

C*í«)

Nota: A fcbese de Sousa /nesta Nota; a Ap-pellação interposta por falso Procurador be nul-lía, vale porém sendo ratificada dentro de dez dias, porque se retrotrahe ao tempo, em que se celebrou o acto, precisa da exposição de Anto-lnelJ. de Temp. Legal. L. 4. Cv 23*.

n. 9., ut ibí t< Appellatio ioterposita a non"habente manda-« tum ratificari debet ihlra ipsos decem dies,ín-« Ira quos appellatio interponi debebat.. . Con-<c trariam lamen sensit Magn... Câncer.U ubi « quod terminus decem dierum ia tali casu cur-κ rit á die scienliae appellationís interpositae, " quse quidem Sententia asquior videtur, cum «in tali casu non possit imputari ratifieanti cul-«pa tacilae renuntiationis, nisi forte Reusscien-«tiam habuerit Sententiae, puta si fuit ei tatus « ad docendun de appellatione, ejusque lègiti-«<

ma prosequulíon& n O mesmo digo, quando a Appellação he sem mandato interposta pelos que o tem tácito *d Lege* (de quib. AJtim. de Nullit. Tom., Kubr.

11. Q. 28.) pois bastará que a Appellação, por elles interposta, se ratifique nos dez dias contados depois da scien cia .'Signa n ter Ferrar, verb. *Appellatio* art. 2 a n.

6.: Que mais importa ignorar o vencido a Sentença, ou vir a saber que se appellou por outro sem seu mandato?

E nem ainda pareço-precisa huma ratificação expressa, e formal; porque em iodo o acto favorável a Terceiro (qual a Ap-pellaçüo) aonde se requer a sua ratificação

baa-ta ainda a tácita induzida pela sciencia^ e táci- turnidade, Hontalb. de Jur. Superv. Tom.. 2. Q. 22. §.

17. n. 49., Menoch. de Prsesumpt, L. -2. Prses. 3-9. n.

&.: Quem senão o mandante pôde oppôr o defeito do mandato? V. Mant. da Ta-cit. L. 7. T. 15. n. 8l.

t 3Ji)

Nota ti 14 Dilucida-se este nota
com o exposto na SeecSo
3. D. 57.

■ Nota 61é.

1. Pôde appellar todo aquelle, que se sentir gravado: Esta he a these geral de Sousa no seu §. 305.: Nesta Nota 615. dá burna razão, que não he solida, attento o meu juizo na Nota 605 o. 2.: Será melhor dizer, que as Leis o permittem (Sec. I. n. 19., Sec. 8. n. 14., Sec. 3. n. 30.): Diz que basta o gravamé He futuro, se da Sentença certamente se houver de seguir: Mas esta subthese precisa de exposição : O grande Stryk. no us. wod. L. 49. T. j. §12, exemplifica este caso: «*Si Judexrnihipersona-«lem comparitionem sub comminatione realis (isto he prisão) citationis injugit, alias verá si non est cer-u tum, appellationi locus i non dalur JH. ante iltatum u gravamen non teu et appellatio . .. gravamen auod metuuiur, sed cerlutn non est, non suffiat ad appellandum.* »> No §. 14 figura a Appellação *Eventual*, quando, v. g., proferida a Sentença logo se pede que Q Juiz faça tal, ou tal declaração; e quando não, desde já se appella (bem que este requerimento se deve fazer dentro dos dez dias) Couf. Boehmer. ad Pand Exerc. 5. de *Jure futuro* > Cap. 2. sub §. 6. /: *Prceterea*: Honlalbe. infra a n. 63. com Salgad. de Reg. Prot. P. 2. Cap. 2. a n. 44. : E isto não tem dúvida, fíontalb. n. 69.

2. O mesmo Boehm. d. C. 2- a §. 6., faz diatinc-ção entre o gravame futuro, que he provável, e temível mas extrajudicial, e moralmente certo, que pôde resultar de alguma Sentença: Quanto ao primeiro, o faz digno objecto de hum preceito Commi-natório: Quanto ao segundo o faz fundamento de Appellação: Hontalb. de Jur. Superven- Tom. 1. Q.

(312)

26. a n. 63., faz varias distincçfcs, que nada acclarão ao nosso propósito.

- Nota: O certo he que as Appellações a futuro gravamine, mais propriamente extrajudiciaes, forão invento do Direito Canonico, es
- I DO. supra, e não tem apoio nem no Romano, nem no nosso, quaienus judiciaes, e só como extrajudiciaes nos casos da Ord. L. ;. T. 78., e L. 6. T. 119., que a praxe metamoribseia em preceitos penaes, coincide Mell. Freir. L. 4. T 23. §. 2. na Nota. Ora, e ao nosso propósito. Ou a Sentença definitiva, ou que tem força de definitiva, julga de presente ouro facto, que he a base necessária de hum certo consequente,
- I e infallivel prejuízo de futuro moralmente contingente, e então nada ha aqui de especial sobre Appellação de gravame futuro; porque basta Appellar da Sentença, que julga decisivamente a realidade desse facto, de que no futuro ha de ser necessário consequente o prejuízo, e revogada pelo meio da Appellação em quanto julgou esse facto (como antecedente, e causai) fica em consequência cessando todo o
- I perigo futuro, que de lie podia ser consequente : Ou o gravame futuro resultante de algum
- julgado pôde vir a ser contingente, acontecer, ou não acontecer, e então ficamos nas regras: «1.* « *Senlenlia ferri non dehet super refuturi even- lus; tractus enim futuri temporis ad Judiais > n Officium non speclat. >»* Bagn.Cap. 67. n. 50.; t< *prcecipue quia non evenientibus casibus judi- u dum redderetur iulusorium.*» Pegf. Tom.1º. A Ord. pag. 62. n. 177.: «2." *Generatis apvellatio M ob quodcumque gravamen, quod aliquando infer-*

"f? *7?n

" *r* possit, in judicio non valet.* » Boehm. supra § 4. prop. fin. Confirma-se Stryk. transcri-pto acima debaixo do n. 1.: A cautella provi-dente será pedir declaração da Sentença, sobre comprehender ou não esse gravame futuro, que em consequência delia se teme, e então appel-lar Jogo na fôrma exposta (n. I.)

I 3. Debaixo da mesma lthese geral pôde appel-lar todo aquelle, que se sentir gravado, e na mesma Nota mistura Sousa a regra que «Quando são mui-« tos *Liús-consortes*> basta que hum appeile para que <« a Appellação aproveite aos mais, quando a cau-[•]sa he commu.a «; e dá três limitações desta regra : A regra he fundada no Direito Romano; (Sec. I. n. 18.) no Canonico (Sec. 2. n. 15. in fin.); e no Pátrio (Sec. 3. n. 29.): Sobre a communião da Appellação, além dos DD., com os quaes Silv. á Ord. L. 3. T. 80. escreverão, Stryk. Vol. 5. Disp. 20. s= De *Communione Appellationis*=: E no Cap. 2. firma a r>gra com essas, e outras mais declarações, ut ibi .*

I 4. «*Sententia quandoque in unum, quandoque .*
" in phires ferri solet, qui simul in lite fuerunt, vo-
u canturque Litis consortes. Ex his si unus appel-
»« laverit, illius appellatio etiam reliquis podesl; li-
u cet illi expresse nou appellaveriut. vel adhajerint,
u ne scilicet ex uno, et eodein facto, et ubi est eadem
u appellationis ratio diversas resultent Sentenlíae, ab-
« solutoria scilicet, et condemnatoria.
I 5. « Unde non tanlum prorogatio fatalium ab
« uno consorte facta, oxcusat consortero á desertio-
«nè, et pendente appellalione unius etiam contra
« reliquos executio absque attentati vilio fieri ne-
u quit; sed etiam victoria unius relíquia prodest, non
Pari. II.

KR

(3'O|

« obstante quod condemnatio unius non gravare so- " leat, nisi appellanlemj pronior enim solet esse vi-l l« ctoriae, quqra conderenationis communicatio.

6..« Nec opus hie est distinctione illa veterum " Juriá iijterpretufB inter *dividiu*», et *indivíduo* dis-«tinguentium, ita ut in his unius appellatio prpsit «reliquis consortibus non appellantibus, in iJJís se-<< eus: Perinde hoc est etenini Carpzov ... Man-*u* dos... Lancellot.. . Pi&t •. ■ Brunnem... cum in *u* secunda inslantia agatur, non de re in prius judi «cium dedueta, ubi iocum habere poterat haec dis-*u* tintio, sed potissimum de Sententia prius lata, quae «sua vi individua esse consetur. Quam vis non ne-«gem., aliquid adhuc interesse, ao a Sententia res ti dividuas continente, an individuas. cora pie c tente « fuerit appellatum. Quod ei enini ab indivíduis fue-«rit appellatum, cum haec ab invicem se parar i ne-« queant, indistincte consortibus unius appellatio pro-« dest; adeoque eorum multo favorabilioc est causa, «< quam indivíduis.

7. «< In dividuis cum requiritur (t). Üi ex eadem « causa orunes sinl condemnati: Unde duobus tuto-« ri bus, quorum alter tutelam gesserat, aJter non, «condemnafcis, ejus, qui non gesserat appellatio al-«teri non prodest. JS, contrario debitoria appellatio « prodest fidejussori, cum una. horu ra sitratio et cau-« sa, et exceptionis debitoris, ipsa obligationeru cqn-« cerneates, etiam fidejussori prosint. .

. Q. (2.) «Ut^eadem defensionis sit causa; aliasI « enim si aliqua speciali ratione motus alter appel-« laverit, ejus appellatio consortibus non proàerít. «í Unde unius fidejussoris appellatio non proderit aJ-«teri, qui beneficio excussionis renuutiavit. i

9. « Ut uterque jure com muni. fretus appella-« verit, non si ex singulariame, ac ratione inape-

" irayerit appellationem. Quapropter, si minor com « majori fuerit condemnatus, et adversus omissam « appellationem restitutus in integrum ; illud non « proderit majori: Nisi tamen minoria, et rmajoris « causa sit individua, sic eniin, cum separari ne « queat, ex persona minoris etiam rmajorjurabitur. »*

* Confira-se aqui a minha Nota 598 n. 3., • e 4.

10. (4.).« LU unus tantum appellaverit: Si enim « o nines appellaverint, alterque eorudi in appellatio-« nis persecutione defecerit, consortes ejus appelJa-« tione non juvabuntur. Dum enim propriam quis íf in-terposuit •appellationem, alterius se juvare no-« luit appellatione, suaque provisione sustulit pro-l « visionem Legis, et censetur boc modo renuntias-« se beneficio júris sibi competentis; ad jura autein «•- semeJ renuntiata postea non datar regressus. Mo-a do tamen appellationem fuerint prosecuti: Si enim « ante prosecutionem destiterint, cum hóc fieri po-u tuerit eo respectu, quod appellationi consortis fue-u rint fretiv non censentur appellatione renuntiasse; «cum quaBvis- alia conjectura sumenda si potius, « quam conjectura renuntialionis¹.

11. (5.) « Ut consortes com appella<r>te eundem « habeant procura tarem, non autem> diversum; di-« versum etenim> prOcuratorem constituem! o, viden -« tur prohibuisse, ne consors se negotiis ipsorum in-<c gereret; eaque propter, illius appellatio ilüs pro-« desse non potesl; nisi tamen procurator consortis íf esset negligens, ac agatur d« causa connexa, ubi « ob connexitatem causae, etiam separatum procu-<« ratorem habentibus consortibus, alterius appellatio « prodest. *

RR 2

/

(316)"

* Praxis observari, quod quando sunt plures Litis consortes ex eodem jure» omnes respondent per unum procuratorem; Secus si ex diverso jure. quisque veniat, Silv. ad Ord. L. 3. T. JO. §. 41. n. 4.

12. (6.) « Ut reliqui consortes sententiae non acquieverint, aut Sententiam sive expresse, sive « tacite approvaverint: Unde Sententia lata contra « duos tutores, reservata facultate probandi remissionem debiti, si unus appellavit, alter vero pro« balionem in se suscipit, illius appellatio huic ne« quaquam prodest, cum suscipiendo in se onus « probandi, videatur renuntiare beneficio sibi ex al« terius appellatione competentis.

13. (7.) « Ut infra decendium sciverint esse appellatum. Ex quo enim quis se appellatum esse se, et adhuc tacuit praesumitur fuisse appellationem « alterius, jurisque beneficio, eaque propter intermissionem appellationem. Expressa autem declaratione « se adhibere velle, non est opus intra decendium, " cum illa tantum requiratur, non quando consors, « sed quando tertius, negotiorum scilicet gestor, » meo nomine appellavit (vid. sub Not. 618.) Quod si vero ignoraverit appellatum esse, ac Sententiam latae non reclamaverit, consortis appellatio illi non proderit, cum Sententiam tacite approbasse intelligatur, ut bene contra non appellantem executio :< discernatur: Nisi agatur de re individua, ubi ob « connexitatem causae executio contra alterum fieri « nequit. Cum autem ignorantia semper praesumatur, probatio scientiae ipsi incumbet: ubi tamen « scientiam procuratoris allegasse sufficit.

14. (8.) « Ut contrarium prius non fuerint con-

« fessí consortes: Sua enim confessione effecerunt. « ut pro judicafis habeantur. >>•

* Se os confessos ainda podem appellar, como mostrarei na Nota 625., parece que ainda podem acceder á Appellação do consorte.

16. (9.) «Tandem requiritur ut appellatio sit « valida, id est legitimo tem pore interposiía sit, et M justificata *n* etc.

■ 16. Conclue pois Stryk. a n 60:

« Quod si autem haec omnia, quae hactenus di-« cta rite fuerint observata, in tantum appellatio M communis consortibus est facla, ut Jicet appellians ** protestatus fuerit, se saltem rationo sui interesse, « non autem in coramodum reliquorum appellare, « nihilomínus tamen appellatio illa consortibus pro-« sit. Quod enim unius appellatio reliquis prosit, id * < non a consensu appellantis, sed a júris provisione M dependet; beneficia autem júris nemini sunt au-*ii* ferenda. Unde etiaro, cura eadem mi li te t ratio, « consortes appellalionem prosequi poterunt, Jicet « Appellians cum Appellato transegerit, nut appel-« Jationi interposita? renuntiaverit.»

Sobre os muitos DD., com que Stryk. comprova todas estas Theses, confirão-se Mui. ad Struv. Exerc. 50. thes. 10. Let. y., e mais amplamente Va-leron. de Transact. Tit. 2. Q. 7. tot., aonde (1) no n. 3. firma a regra geral (de qua supra n, 4.), e que o consorte pôde acceder á Appellação, *elapso eliam termina ad appellandum*: mas (2.) « si Sententia in « causa omnibus Lítis consortibus communis fera-« tur, et idem sit omnium negotium, eademque cau-*ii* sa defensionia communis, et connexa: (3.) que non «solum una, eademque sit Sententia, et condem na-

« tio sed una etiam. eademque defensionis causa; po-«• tesl enim, qui appellavit, diveirsam defensionem " liabere, quam qui non appellavit, quo casu debet «ille suara appellaiJQnem interponere»: (4) figura os mesmos, exemple» de Strykiò: (fi) limita o caso de appellar o menor, passado o decendio, pelo beneficio da restituição, debaixo de mesma distincção de ser *dividua ou indivíduo a causa*: (6) demonstra a d mira vel meu t@ que o consorte, que appellou, ènou" ja appellação he profícua aos mais-, não lhes prejudica, por mais que ou desista dá A ppel lação, ou faça trajisaççüo oona o Adversário, etç.. Confira-se também Brunneiman. na L-fcOs, ff. dej Appellal., e AI-lira., de Nullit, Tom. i. rubr. 4. Q. 20. tot. Additio ad Ferrar- Verb, *AppellatfQ* art 2.

Os casos, em. que o Juiz *ex @ffici&* deve ap-I appellar,, os recopilou muito bem Sousa no fim desta notai, e com mais diffusão-, . e ainda clareza, o erudito Pinto, no Manual das; Appellações, Çap. 4. Not, 2. pag, 29.: Os interesses fiseaes, e vindicta publica, qijanto. a.esses casos erimi-naes, e os da» Real Faizendà primários* ou secundários nesses casos eiveis, são o» justíssimos mpt-ivos-, porquie em-buss,, e outros casos uian-<jfc8o, as JLeás que QS Juizes-appemem *ex officio*-para oa Superiores,, em que se stippão mais jurisprudência, a reverem as suas Sentenças, eoe-correr áquelle-s pirejiuizas»

Notas 6.1(6. até 620.

1. Debaixo- da mesmo principio geral da Nota 615,=, ffódfr *appellar, todo aqwèlle, que se sentir gravado* =*=■ Gontiniia: Sousa nestas; Notas a especificar os casos expressos na Qrdi L.--3. T. 8],, casos que-

antes havia exceptuad» da regra geral a L. 5. ff. de Appellat. (e que parece ser a fonte da nossa Ordenação) uti. ibi:

k «A Sententiã inter alios dieta appellari non po->< test, nisi et justa causa: VeJuti si quis in cohaere-« dum prsejudicium se condemnari patitur; vel simi-« lem liuic cansam, quamvis et tine appeJlacione tu-«« tns est co-baeres. Item fídejussores pro eo, pro quo « inlerveneínt': Igitur et vendjtôris' fidejussor em-« ptore victo appôllabít, íicet eínptor, et venditor K acquiescant. Si hgeres institutus victus fuerit ab eo K qui de inofícioso t es lamenta agebal: Legatariis etl « qui libertatem acceperunü, permittendum est ap-u pellare si querantur per collusiotiem pronuntia-« tum : Sicut Divus Píus rescripsit. Item rescripsit M Legaiarios causam appellacionis a gere posse. Sed « etsi in fraudem suam transactionem factam ab eo, « qui appellasset dicerent; idem dieendum est. Sed «< et sine appellaíone si faerit transactun), simiJiter « rescriptum est.»

Juncte se a L. 4. §. 3. ff. eod. Tif. ib-i : ti Item si emptor de proprietate victus est, eo « cessante, auctor ejus appellare poterit. Avtt si Au-í< ctor egit, et victus¹ sít, non est deneganda empto-« ri- appeJlandi facultas: q-uid enim si venditor, qui « appellare noluit, idoileus non est? Quin e liam si « auctor appellaverit, deínde in causa defensione « suspectus visus sit, perinde defensio causas empto-u ri committenda est, atque si ipse appellasset. fd u que ita constitutum est in pefsona creditoris, cumj « debitor victus appellasset, nec ex- fíde causam de-« fenderet.

Qua^constitutio íia accipienda est, si in *< terveniente cr editora debitor de pignore victus « provoca verit; nani et absenti creditori nullum prae-« judicium debitor faciC, id quod statutum est. Si

(920)

t» procurator, qui judicio interfuit, victus sil; ao ipse
 " quoque per procuratorem appellare possit, videa-
 " mus; qui constai procuratorem alium procurato-
 «• rem facere oon posse. Sed meminisse o portei, quol
 " procurator lite contestata dorainus litis irj
 « et ideo per procuratorem appellare potest.»

2. Dos casos especificados nestas Leis, soa nossa Ord.
 L. 3. T. 81. adoptou expressamente alguns B por fim
 concludio:«E isto que dito be em estes ««casos aqui
 especificados, haverá lugar em quaes-« quer outros
 semelhantes, em que a razão pareça " ser igual destes :
 Podemos afiou ta mente dizer, que todos os mais não
 especificados na Ordenação, e expressos nas ditas Leis, se
 identifica o na semelhança, e na razão; porque sabemos o
 quanto a cultivarão os Júris Consultes das mesmas Leis.:
 Exceptuados estes da regra = A *Seníenlia intr altos dieta
 appel-lari non potest* = resta não só mostrar em geral o que
 era outro caso (além destes) se deve verificar para se
 comprehenderem na identidade de razão; mas expor as
 circumstancias, em que sejam pratica-veis os expressos.

9 3. Devemos pois advertir o que escreveo Do-nat. Anton.
 de Marin. Alleg. 142. n. 6. et 7. ibi: «Et u enim tunc demum
 a Sententia inter alios lata, ter «< tius veniens ad causam
 appellari poterit, si inter « esse, quod habet, est illud idem,
 qued habet victus : Probat hoc text. in L. A *Sententia* ff. de
 Appel Ia t. ubi Júris Cõsul tus, prohibens appella-tt ri a
 Sententia inter alios lata, id declarat nisi ter-« tius, qui
 venerit ad judicium justam appellandi « causara liabuerit: Et
 quae sit haec justa causa? « Quatuor exem pi is demonstra
 t; quibus cerni turaper « tissime interesse tertii appel Ia ntis
 debere esse il-« lud idem, quod habet victus, et in bis
 terminis

«sunt intelligendi DD., qai tertiuroad appellandum «a Sententia ioter alios Jata admiserunt: Caelerum, « ubi interesse tertii ad causam venienlis est peni-«tus separatum ab illo, quod habet victus, nuliibi «in testu praedicto legitur, nec ratio aliqua suadet, «ut possit quis appellare a Sententia. » Sequitur Hontalb. de Jur. superven. Tom. i. Q. 26. n. 62. et Tom. 2. Q. 26. n. 5.: Este parece o espirito da nossa Ordenação (n. 2.), que só admillio a appellação de Terceiros em casos semelhantes aos ahi especificados, em que se identificasse a mesma razão.

Nota: O nosso Silva no Commenlario á dita Ordenação, depois de Schettin de Tert. ven. ad caus. P. 2. C. 1. Insp. I. et 2. (que quasi co piou) apartando-se da letra da Lei, admillio todo o terceiro a appellar, ainda que não realise verdadeiro, e certo interesse: « *Sed sufficü* (diz elle) *quale guale prcejudicium, tive ipsius suspicio* » ot n. 14., bem que no n. 28. limitou «*quando interesse terlii est penitus separatum ab interesse victi, nec ex Sententia ei prcejudicium infertur.* » Mas que interesse mais primário que o dos Irmãos de hum Regular professo na de manda, em que se annulla a sua profissão, e a Sentença o secularisa para ir partir as heran ças cora os Irmãos? E comtudo vemos julga do'no Reperlor. debaixo da Conclusão = *Sen tença tendo dada contra o herdeiro, ===* etc, que os consanguineos não forão admitlidos a appellar como Terceiros de huraa tal Sentença: Julga do no JUÍZO da Coroa. Não laxemos tanto a Lei, como quiz laxar Silva, nem a ampliemos a outros casos,'em que se não identificar a ra-
Hart. II. ss

*

zão dos expressos. Sigão-sé¹ sim as limitações de Silva.

O interesse do Terceiro appellante deve justificar-se (maxiaie requèrehdoro a Parte) pe rante o Juiz da instância pára receber a Appel lação interposta, Pereir. Decis. 65. n. 2., bej • que Silv. supra n. 29. «dmilte huma prova s(miplena, e su mm ária, ainda que sem citação d Parte, Brunnem. in L. 5. ff. de Appeli. n. 2.

I Os termos, em que se admitte esta Appellação (isto he quando admissível) largamente os ex poz Silva, Livro' familiar a todos. Supposto isto,
M voltemos ao caminho, e ordem de Sousa.

4. Quanto á Nota 616.: Não falia a Ord. L. 3. T. 81. ao Procurador para poder appellar como Terceiro prejudicado; A razão não pôde ser hoje, porque *faclus esí dominus litis* ex L. 4. ff de Appellat., porque era huma quimera dos Romanos, ex Boeh-rrier. Exerc. de *domínio Litis*: A genuína he, porque, não appellando *ex officio*, a Ord. L. 3. T. 27. o condem na no interesse da Parle, deixando de appellar: e appelJando vai a evitar o seu certo, e com-minado prejuízo: O mais da Nota he alheio do pre-zente objecto.

5. Quanto á Nota 617.: Os Legatários podem sim estar cerlos que não lhe prejudica a Sentença sobre a nullidade do Testamento, ou quando o herdeiro escripto se não defendeo; ou quando colluioü, ou quando injusta a Sentença, e o herdeiro não ap-pellou, Altim. de Nullit. Tom. 1. rubr. 4. Q.-27. a n. 9. ad 14., Schettin. de Tert. ven: a d caus P. 2. C. 1. Insp. 2. n. 32.: Ou quando o filho desberdado propõe só a que rei Ia *inofficiosi*, e não a *nullidade*; porque sempre lhe ficão salvos os Legados na terça

do Testador. ex Ofd. L. 4, T. 82 §. 1., Bagn. Cap. 68. n. 4.: Comtudo, e para evitar futura demanda, podem prevenir-se nao só assistindo á Causa pelo seu iateresse, Cresp. de Valdaur._Obs. 107. a n. 14., Bagn. supra d. C. 63., mas podem appellar da Sentença pela permissão expressa das Leis Romana, e Pátria. Só sim duvido se elles devem provar a col-iusão entre os Litigantes sobre o Testamento, ou o justo temor delia? Brunneman. ná L. 6. ff. de Ap-pellat. o exige: A Lei Romana parece o faz preciso, porque só lhe permite appellar —«*Sí querantur per collusionem pronuntiatum.*»=Neste mesmo sentido diz a Ord. Tit. 81. in pr. ibi = *conluiosamente*, = etc. : Supponit Schettin. sopra n. 32.

Nota: A collusão para este, e outros fins. ainda que se não presume, he *de facili* prova-
• vel pelas conjecturas, que recolligirão Schettin.
I de Tert. Ven. ad caus. P. 2. Cap. 3. Insp. 3 a n. 83. ad n. 60.
Bagn. Cap. 67. a n. 150., bem que no n. 158. relata as conjecturas exclusivas, que se reduzem a estas «*quoties constai de ju-
I M rium defensione, quando constai de sinceritate M et veritale aclus; ex actu á plurthbus gesto, quo • ti ties is, qui praeditur collussisse ulilitatem non tehabuerit ex actu, qui collusive gestus prceten-*« ditur.»

6. Quanto á Nota 618.: O Fiador aqui ou pôde ser de divida ou de evicção, ou por contracto, ou Fiador judicial: Todos estes quatro casos, como distinctos, figura Altim. de Nullit. Sentent. Tom. I. Rubr. 4. Q.- 24'.: A Ord. L. 3. T. 81. 4. I. e 2. comprehende os casos de ser fiador de divida, ou de evicção, e em ambos fiador fora do Juizo, e lhe per-

SS 2

m

renitte appellar da Sentença proferida contra o devedor da dívida, ou vendedor da coisa, á maneira da L. 6. ff. de Appellat.: Aqui ha hum co-i interesse, *tnaxime* advertindo se que, relativamente ao Credor, os bens do devedor, e fiador constituem hum patrimônio, Valac. Cons. 13. a n. I., Silv. ad Ord, JL 3. T. 84. §. 14. o. 10, e Tit. 91. in pr n. 83.: Mas se sobre este co-igual interesse he necessária collusão ? As Leis Romanas, e Pátria parece que a exigem, e sua prova. Mas o Fiador do Juizo não pode appellar (caso omissso na Lei) pelas razões de Hering, de Fidejussor. Cap. 27. P. 5. a o. 54., Altim. de Nullit. Tom. 1 Rubr. 4. Q. 24. n. 9.: Mas em contrario, e que este fiador pode também appellar, o defende Castilh. L. 4. Controv. Cap. H. a u. 35.

7. Quanto á Nota 619.: Não só pôde appellar o vendedor da Sentença proferida contra o comprador, pelo seu co-igual interesse da evicção; mas *vice versa*, se o vencedor he accionado, e vencido, pôde o comprador appellar da Sentença contra elle proferida, e igualmente o Fiador da evicção: com* tudo he bem claro nas Leis transcriptas debaixo do n. I. desta Nota: Mas as primeiras Conclusões as declara ex professo Guzman. de Evict. Q. 12. a n. 22. Ut ibi:

« Emplor, victo venditore, potest appellare, si-•• cut è converso venditor victo Emptore, Declara-«tur hoc, quod si Emptor prius appeilaverit, tunc « venditor non possit appellare, sed sol um possit as->< sislere Emptori, qui appellavit... Et comproba-«tur, qui appellatio supérflua non est admitlenda : «•• Sed appellatio venditoris est supérflua, quando ap-«pellat Emptor; quia non interest venditoris apel-•« Jare, ex quo potest as&istere et adbaerere apella-

«lioni Emptoris; e consequenter potest producere u testes, et alia facere, ac si ipse appellaret <t

« Secus tamen si venditor pnus appellasset ; « quia Emptor potest etiam ipse poslea appeilare: «« Ét ratio diversitalis esl; quia ad Emptorem prin-« cipaliter speclat defensio, et in consequetiam, ac « secundário, et accessorie ad venditorem, et sic isto « casu, principale non impeditur a suo accessorio: «quia accessorium sequitur naturam sui principa-«lia, non e contra.

« Declaratur, quod venditor poterít appeilare «. ab illa Sententia, a qua non potest appeilare Em-^t* ptor, veiuti si sit terlia Sententia conformís aliis uduabus, « vel quia non fuit appeiiatum infra tem-« pus, fueritque transilum in iudicatum.»

* Se a terceira Sentença conforme com duas antecedentes contra o comprador era inap-peliavel por elle, também a não pôde appellar o vendedor, como melhor defende Schettin. de I Tert. ven. ad Caus. P. 2.

C. 1. Inspi 2. an. 35.: m £ isto nem ainda pelo benefício da restituição |«i competente ao menor; Só sim se o comprador deixou de appellar, então pode entran este benefício, Schettin. supra n.-35. et 36.: O mesmo no Legatario, que não pôde appellar depois de três conformes proferidas contra o herdeiro; que não foi omisso em appellar primeira, e segunda vez, Schettin. n. 32.: Neste sentido se deve en-M tender a regra de SiJv. íu 3. T. 81. princ. n. 17.

I 8. Quanto á Nota 620.: Tudo quanto aqui escreve Sousa, e escreveo Peg. 2. Forens. Cap. 16. a n. 92. ad 98., tem aqui a censura geral, que fiz no n. 3 com-a Lei Pátria: Todos os casos, que se não com-

prehendem expressamente nas Leis Romanas trans-critas a. 141 toámos os que se não identificão-tfia sua razão com »os figurados na Ord.-L. 3. T. 81.> são inappellave» por Terceiro rt56" a estes propriamente se reduzem, e. devem reduzir os relatados por Pegas. O mais he exceder a regray-e as únicas limitações das Leis Romanas, e.Pátria: Os gravames possíveis de futuro já tem resposta na Nota 615. n. 1. 2. 3.

••■ " if* Nota 621.
até 626.

1. Nestas Notas compendiou Sousa cfe incapas citados para appoiar: Connumera (J.) os contumazes: Assim o Direijto■ Romano, o Canonico, e^o Pátrio (Sec. 3. n. 32.): Quaes para este fim se reputão reveis, contumazes, bem o declarou a Ord. L. 3 T. 79. §. 3. e 4.) que pôde exornar-se com Mui, ad Struv. Exercit *0. thes. 11. Let. D). : Não proce de porém a these no contumaz em depor, em jurar, em exhibir algum Documento, porque podem appellar, Mui. ad Stcuv. supra ,íStryk. us. mod. L.'49. T. 1. §1 4. Brunneroa. de Process. Cap. 28. n. 29 (os quaes dão as razões do di ffer ença) J Pódte exceptua-se o menor pelo benefício da restituição, que a citada Ord. lhe' não *âenega, ex rer/ula generali, de qua Guerreir. Tr. 8. L. 5. C. H. n. J11.. Lim.ad Ord. L. 4. T. 79. §. 2. n. 91.:* E não menos o Terceiro (nos casos em que pode ser admiltido) ex regula de qua Silv. ad Ord. L. 3. T. 81. in pr. n. 18.: O mais se veja em Silv. á Ord. L*. 3. T. 16., donde Sousa suceou a Nota: os requisitos da contumacia (além da Ord.) bem os expoz Boehm ad Decretai L. 2. C. j4. a §., 5. ■;

2. Classifica (2.) o que renuncia a AppeHáçãw: Esta renúncia ou he tácita, ou expressa, -Mui. ad

SuuV. Exerc. fiOf.thea. l. Let. B Lòc. Ferrar. Verh.
AppeHlatio art. .2, D. 13. i fâxempliticdui a renuncia
tácita (I.) *Si quis fatale inlerportítndx appcUelioms
non observaverii,. quia ttmpús mm haUèt renunliatiu-
mV* * (2.) « Si qtiis poal speilalionein coram Ju-
« dite á quo Litiget #*, nisi alia mentie id fautum
« fuerit. Sic rfcnuntiasse appellationí Aon oensetur,
« qui pro coiiservandn possessione auxiliuro petit
« apud jpdicein á quo: Si:contra turbatiuofA Ap-
(i peliati Judicem a quo adeat ***, etc. n Muler, rt
Ferrar, sopra. /

- I * Esta lacita renuncia não he tão absolu-
ta, e prejudicial,q ue jornais prive o vencido de
I outros remédios para appeIJar, passado o de-cendio. Não
fallemos noa menores, e outros que
I gozão do beneficio da restituição (Sec. 3. n. 18.): Os
maiores pode ser que consumão os 10 dias
I 'em consultas, ou em deliberações scbrfe.a Appellação,
ainda mesmo na ínelligencia de que
I lem aberta a porta do Tribunal PaJatino para dispensa
desta Lei (Sect. 3. n. J8. na Nota.)
4 •• Essa Lacita renuncia era conforme o Di-
reito Canonico no Gap. 20. ^ de Off. et Pot.
I Jud. Deleg., C. ti. ^ de Test., Cap. 64. >\$ de Appellat.:
O qual Direito ad miLtia AppeJJações
I de todas as interlocutorias (Sect. 2. n. 2.): £ por isso era fácil
renunciar-se presumptivamen-re a appellação da
ioterlocutoría respondendo na causa principal: Entre
nós só ha appellação da definitiva, ou que tenha força
de definitiva, >e por isso impraticável entre nós essa
tácita renuncia de Appellação. Quando se aggrava de
Petição ou instrumento, he bem visto que se l não
aprova a interlocutoria : Nem lambem,

■

quando rio Processo, ainda que se responda n causa, não se suppõe renunciado o gravam (Sec. 3. n , U6.)

»»• Por exemplo, se o Vencedor Fogo que ohtera Sentença em caso, que 4pA ppel lácão produz ambos os efeitos, turba na posse ao Réo Appellante, e o Réo recorre ao Juiz por via de attentado, que o mantenha na posse pendente á Appellação: Bem que, se não está atem pada, 'pôde requerer perante o Juiz à quo (sem por isso renunciar a Appellação); e se está atero-pada, deve recorrer ao Superior a que está de-voluta toda a Jurisdicção: Vide Silv. ad Ord. L. 8. Ti 68. fn rubr. Ar. 9. n. 31. juncpla a doutrina de Moraes de Exec. L. 1. C. 4. §. 2. n. 67. Conf. Sec..3j n. 24. Not.

3. E quanto á renuncia expressa: os DD. sim a ãdmittem *quando Partes expresse anlequam Sente ntiaferatur, renuntiaverunt*: Porém o nosso Direito Pátrio nã*o admite renúncia expressa da futura Appellação feita antes da Sentença (Not. 605. n 3.) : Se depois da Sentença se renuncia a Appellação, he necessário que a renuncia se firme por termo nos Autos, ex Ord L. 1.T. 24. §. 20. ou por Escripura pública, ex Ord. L. 3. T. 69. in pr.: E ainda assim sujeita á reclamação pelo beneficio da restituição, ou outras justas causas, Mui. supra.

4.* Colloca Sousa 3.% o que consente na Sentença, como v. g. o que pede espaço para pagar, Ord. L. 3 T. 69. §. 4., T. 79, §. 2., L. 5. God. de Re-judicat. (Vid. Not. 6o9. n. I.): O mesmo se pedio espaço para pagar, depois de interposta já a Appellação, porque he visto renuncia-la, Fabivin Cod L. 7. TfV29-, o mesmo, e à *fortiori*, se effectivamente

pagou ou dimitto a coisa julgada, ou se consentio na execucao sem a impugnar, Fabr. supra Def. 7.: Limita porém Brunneman. na d. L. 5. s= *modo ex errore id non factum* : «= e limita a mesma regra o citado Fabr. na Def. 12. de muitos modos, m ibi:

« Qui semei acquievit judicatò, pelila dilatione, « intra quam satisfaceret non est audiendus appel-« lans, eive ante sive post appellaverit, nisi causa « aJiqua subsit, propter quam ei subveniri oporteat « per in integrum restitucionem, ul puta, si minor «< fuít, aut si vis, vel doJus adversarii intervenit : « Quid si mulier fuit, aut rusticus? Non ei prode-« rit, si non evidenlissima iniquitas emergat. Sane si M solus Procurator id fecerit, non nocebil Domino,* «• si non habuit speciale mandatum, nam si speciale « intervenisset, nullus buio beneficio locas superes-« set» (Adde, ou se a Appellacao não teria effeito suspensivo, Mor. de Exec. L. 6. Cap. 6. sub. n, 28 f. *Declaratur %.*')

b. Se a Sentença manda jurar suppletoriamente, e o Réo não impugna este juramento, mas ap-pella dentro dos dez dias por aquelJa tacilurnidade, não he visto renunciar 8 Appellacao, e interposta esta comprehende a injusta delacao do mesmo juramento, Fabr. supra Defin. 9. ibi:

«Non videtur judicatò acquievisse condemna-« tus, qui adversarium à Judice admissum, ut in « probationis supplementum juraret, passos est ju-u rare, qui neque appellatione interposita, neo qua » alia ulla ratione impedire potuit quominus jurare-t< tur. Itaque etiam post jusjurandum praestitum ap-'<< peilare *non* ininus potest, quam si jurai um non es « set. Neque enim movendo est, ne perjurii réus fiaí u qui juravit, si quandoque postea pro appellatione « pronuncielur. Nam qui ab bujusmodi Sententia

Part. II.

TT

« provocai, non dieit perjurum fuisse adversarium. « sed illud tautum contendit dteferri ei jusjurandum <» non debuisse. Nec proínde quaerèndum esse, an «< perjurus sit, nec de, qui neque jurare debuit. **

6. He Questão controversa: Se o Coherdeiro, que extrahio a Carta de Partilhas para executar, e entrar na posse dos bens adjudicados, he visto ap-provar a Sentença confirmatoria das Partilhas, e privar-se da faculdade de appellar deli ás-? Valasc. de Partiti Cap; 40. a n. io., qüe' segue Solan'. Cog. 72 n. 42. Sustenta que lhe fica ainda livre appellar: Conf Guerreir. Tr. 2. L. 8. C. I. n. 38.: O-coritrario con tra Valasc. defende, e refere julgado Perèir. Décisj 66., e a Pereir. seguio Guerreir. Tr. 1. L. 2. Gap. 3 n.. 43., e Tract.. 2: L.'6. Cap. 1. n. 63.-"Fneaiud.j De eis. .298. a n. 24., Repertar. debaixo da Conclusão = *Appellar não pôde o que xonsentio na Sentença* =íe tigit Mui. ad Siriiv. Exerc. 60. thes. il. prop fin ibi=.SÍ *Sentenlia executionem petat* = *Peg.* 2. For Cap. 16. sub. n. 64. *ubi judicatum*.

J - Nota : Se o Coherdeiro, que extrahio Carta de Partilhas, impetra Provisão para appellar, suppriniindo esta circumstancia, se julga depois obrepticia, como se vê na d. Decis. 66. de Pedreira, e-- não ha muito tempo que o Desembar-go do Paço negou '-tal Provisão ao Co-berdeiro que a pedia,' só porque constou que havia ex-trahido Cartas de Partilhas.

6. Comprehende, como inhabilitado. para appellar :
êi* O que transige sobre a cuusa julgada: Não aceuso que a Ord. L., 3.-T. 7«i§. I. não prova tal these, nem tão pouco a L. 40. §. 1. ff. de Paet: Sim o diz Mui. ad Struv. supra *ibi* = *Si post Sen-*

IHHfâNfi

tenliam lutam transegil de ipsa causa. === Mas, ou a Transacção foi celebrada nos dez dias concedidos para appellar, e obsta á subsequente- Appellação: Ou foi celebrada pendente a Appellação, e obsta ao seu progresso, a(tentos os seus regulares effeitos, de quibus Urceol. de Transacl. Q. 68. cuni seq.: Se se celebra depois de passar em julgado a Sentença, entra a grande Questão, de qua Urceol. Q. 46., Va-leron, T. 2. Q. <*; et seq.

N.ota vero: Se esta Transacção depois se

I reclama, e annulja, a causa se reduz ao estado em que estava no dia, em que ella.se celebrou, como que se não se celebrasse, Urceol. de Tran-sact. Q. 93. n. 3.4.: Em consequência, se foi

I feita dentro dos dez dias antes da Appellação, se pôde appellar dentro dos dias que restavão, e depois de, cessar o impedimento, da Transac-

■ ção; unindo-se o tempo antecedente cora o subsequente á cessão do impedimento para prefa-zer o Legal, L. Et si Praelorem §. Si feriae ff. Ex quib. caus. GJement. un. de Restit. in inte-

I grt, Ro(ad Card. de Luc, L. 4. Dec. 3. n. 5. et Decis. 4. n 4., Salgad. de Reg. Prop. P. 1. ■G. 7. n. 74. et 75.: Se a Transacção foi ceie*

4 brada depois da Appellação, e pendentes os seis mezes, pôde proseguir-se no tempo que restava para os prefazer, antes da Transacção.

7. Não menos faz incapacitado para appellar; 5.º, o confesso: Mas esta these assim geral não he illimitavel: Ella ex Stryk. us. mod. L. 49. T. I. sub §. 4. se limita «*Si appellans causam.erroris, et quod « exinde adi conjilendum inducius fuerit, ostendere « vellet.*» Ou.se quízer mostrar a confissão por- qual-

TT 2

quer causa imprejudicial, ex Mui. ad Struv. Exerc 60. lhes. 11.: Porém, como bem, e com muitos *DD.* adverte Angelis de Confession. L. 3. Q. 24. n. 22., essa these geral «Procedit tam in civi, quam in criminali iudicio, quando aponte confessus con-« áinnatus nullani íoserit in appellatione raíona-« biem causam; nam tone à Judie* à quo appella-« tione non defertur; immo èa non obstante, potest « absque metu attentaton ad executionera suam « Sententiam producere: Secus est, si confessus aut « condemnatus aliquam veram et rationabi cau-« sare ofuscantem, vel conturbantem confessionem u suam tu appellatione apponat; ut pote si alleget, « se non sponte confessorio, vel per errorero, aut ali-*u* Ler curet confesiónem declarare; quia tunc prae-» via confessionis revocalione, venit admitlenda ap-« pelJatio, et suspenditur executio, etc. Confira se Salgad. de Reg. Prot. P. 3. Cap. 14. o. 20. e 21., leligtt. Moraes de Execut. L. I. Gap. 4. §, 3. n. 41., aonde só differe no efleito da appellação.

Nota; Appellando o confesso, reclamando ao mesmo passo a confissão, e expondo na Appellação as justas causas da reclamação, poderá no Juízo Superior deduzi-las por artigos de nova razão para se lhe ad imitir prova : Ou aliás nos dez dias para appellar, pôde embargar a Sentença, que condemnou por tal coufissão, e nos Embargos reclama-la, e allegar os erros delia, etc. Confira-se o mesmo Angelis de Con-9 fes. L. 8. Q. 22. a n. 17.

1 8. Em fim, e geralmente: 6.*, remove da faculdade de appellar, o que não tem legitimidade de pessoa para estar em Juízo: Pôde exemplificar-se no pu-

piHo (o menor já vimos Not. 613., que pdde appeJ-Jar) o pródigo julgado tal, o mentecapto, o servo, etc.: Nfio o excommungado, appellando judicialmente (aliter exlrajudicialmente) Ferrar, verb. *Appella-tio* art. 2. o. 17., SiJv. ad Ord. L. 3. T. 68. in rubr. art. 2. n. 4. etf.'

9. Eu addiciono: 7.*, o caso de Fabr. Io Cod. L. 7. T. 39. Defin. 13. ibi:« *Si tamen cum esset quis « vocatus, ut liti inter altos moine se sisteret, si quid « sua jam tum interesse, aut quandocumque interfore t< pularei, responderit, nihil ad se litem illam perliA « nere, non erit audiendus, si post modum ab ea Senti lentia provocare vellit. Sibi enim debet impulare, u quod nihil sua interessei dixerit. Nec aliud erit, ti etiamsi inter litigatores collussum fuisse dicat. De u buerat enim ipse intervncire, ne colluderetur.»* I 10. Exceptuo : 8.j da faculdade de appejjar aquella, que se nSo legífflna com interesse tal, como he preciso, segundo o que ponderei na Nota 616., ex L. I. ff. de AppeJJat. Cap *Non sole-nt* Caus. 2. Q. 6. ibi = *Non solent audire appellantes, nisi hi quorum interest*» Cap. *Oum inter* 16. de filect. ibi = *Cum nisi quorum interest, audire non soleant appellantes = etc.* Hum celebre exemplo dá Fabr. in Cod. L. 7. T. 29. Defin. J6 :« *Non credit Senatus audien-te dum appellan-tem, quod nihil ejus interesse videretur u cum a priore Sententia, per quamfuerat condem-ti natus, non appellasset*» etc.

Nota: O incomparavel Mello L. 4. T. 23. §. II., passou com as Theses mesmo de Sousa nas suas simplicidades, sem as precisas exposições, e declarações, que acabo de ponderar desde o n. 1. até o 10. destas Notas 621. até 626.:

(334)

Pinto ainda foi mais conciso: O que a todos faltou se s,uppra com os meus additamentos.

Nota 627.

m Regularmente de todos os Magistrados, que tem Superior, se pôde appeUar (diz, e, prova Sousa.) Nos Romanos, b^vja Magistrados, de que se não podia appellar, pelas razões dietas na Secção I. §• 4. 5.: N'o nosso Reino pela graduação de alguns Ma~ gisXrados, em lugar de Appellaçíio das suas Sentenças se introduzio o Aggravo Ordinário (Sec. 3. n. 9.), que em parte confere com a Appellação, e em parle differe delia (Secção 3. a n. 53)

Nota 626.

I Debaixo da I^inha = lerpõe-se a Appeljaçãp do Juiz, inferior, para o Superior = nos deo.Sousa as mais completas noções, e coro provas Legaes de to-dos os Juízos, que, neste Reino são os, Superiores para conhecerem das AppelJações é Aggra,vog,;. A qp i, ra,ostrou a maior erudição na, Legislação Nacional; o maior uso, e exercício na Prática Forense: Se feita combinação do., que escrevi na Secção 4;.* com o escripto nesta grande, Nqta, hquver alguma contradicçãp em partes, eu de boa. vontade çeddb (e devo ceder) a Sousa a palma, sem ma desculpar em não ser versado nos JUÍZOS, e Tribunais da Corte, e viver sempre em huroa Aldea: o que eu omittisse (que não foi pouco) se suppra com o que mais abundantemente escreveo Sousa, e apenas tenho a notar que a Appellação de Ouvidor do R. Padroado he para a Legacia, e não para a Guria Paitria.rchal, como o exnoz Sousa,

■ ■

Nota 629. n A appellação tem certos termos, dentro dos quaes começa, e acaba, os quaes se chamão *Fataes da Appellação*: Optímamente diiucida Sousa esta Linha. Quaes erão os fataes da Appellação conforme o Direito Romano, está mostrado na Sec. I. desde o n. 10.: Quaes conforme o Canonico na Sec. 2. a n. JO. (aonde a hodierna praxe do Foro Ecclesias-tico) sobre o primeiro Fatal, conforme o nosso Direito Pátrio, qual o de dez dias para appellar, "e sobre a sua dispensa pelo Tribunal Palatino está dicto na Sec. 3. a n. 18.: Quanto ao 2.* Fatal, conforme o Direito Romano, está dicto Sect. I. § 11., conforme o Canonico Sec. 2. n. 16. e 17., conforme o Pátrio Sec. 3. n. 21. com Soa Nota: O que significa a palavra *Apóstolos*, e quantas as suas espécies, Sec. I. n. 2., conforme ao Direito Canonico; e no Foro Ecclesiastico, Sec. 2. n. 9., e sua Nota: E que se não pedem, nem praicão no Foro Secular, Sec. 2. n. 9.: Quanto ao nosso Foro Secular, Sec. 3. n. 20.: Nada mais me resta dizer sobre esta Nota.

Nota 630. 1. Escreve Sousa esta Linha = Não se seguindo a Appellação nos seus devidos termos ou *Fataes* julga-se deserta. «= Na Nota tracta 1.*, dos impedimentos Legaes, que a Parte Citada (e que necessariamente deve ser citada para ver julgar deserta a Appellação ainda que não a mulher, ex Ord. L. 3. TV *tQ*. §. 3. e 4. Vpôde objectar para lhe não ser fm-putavel o Lapso do 2.* Fatal: 2.', do Juizo a que compete julgar a deserção: 3.", da Pratica do dia de appareoer: 4.º, da dispensa do segundo Fatal por Provisão do Desembargo do Paço: Do S.* Ponto traclei na Secção 3. n. 21. na Nota: *Do* 4.* na mes-

(§§6)

ma Secção n. 18. na Nota, que aqui he applicavel, niamente o n. 2 l.: Só me resta traclar aqui mais amplamente os impedimentos Legaes, e supprir o que faltou de Pratica a Sousa, e a Pinto sobre os dias de parecer.

2. Quanto aos impedimentos Legaes: Sousa aqui só exemplifica a doença, a prisão, e geralmente os semelhantes: A nossa Ord. L. 3. T. 68. §. 6., e T. 70. §. 3., admite ao Appellante a allegação, e prova do justo, e legitimo impedimento (sem os especificar) ut d. §. 6. ibi. Salvo se o Appellante. ,al-legar, e provar justo, e legitimo impedimento, e d. §. 3. ibi Se teve justo impedimento. Silva a este §. 3. figura seis impedimentos legítimos: 1.*, a enfermidade, e pobreza do Appellante, menos que lhe não seja imputavel negligencia: 2.*, se o Appellado embaraçou o expediente da Appellação: 3.*, quando este Fatal se espaçou por compromisso das Partes: 4.", quando a culpa, e mora he imputavel ao Juiz: 5.", se o Procurador não noticiou haver appellado, e elle he insolvel: 6.", se o appellante foi capti-vo, ou as inundações dos rios obstarão a levar a Appellação ao Juízo Superior. Nada mais de impedimentos Legaes por Silva»

3. Porém Samuel Stryk. Vol. 5. Diap. 3 = *De impedimentis Legalibus* = no Cap. 2 = *De varas speciebus impedimentorum* = refere como legítimos os referidos (n. 2.), e outros impedimentos: (1.) a doença, não a leve, mas a grave, e não a leve, e crônica; não só do Pai de familias, mas a grave da mulher, ou filhos, e a do Advogado, quando faltava outro, que se podesse consultar, etc: (2,) A velhice decrépita, mas regulado o estado decrépito pelo arbítrio do Juiz: (3.) o cáptiveiro ainda que culpa vel, e a prisão em Cárcere publico ou particular;

(4.) A ausencia por causa da Republica, mas a necessária, como a dos Legados mandados pelo Príncipe, ou pelas Câmaras dos Povos a Cortes, ou com alguma representação a fazer ao Principe; não a dos voluntários : (5.) a Milícia, e ausencia por causa delia, e a dos nossos Milicianos, quando absentes como taes em expedição militar: (6.) A ausencia *sludiorum causa*: (7.) o furor da guerra, e hostilidade : (8.) a peste, que grassa no lugar onde se ha de ir: (9.) as tempestades, chuueiros, e inundações de rios: (10.) o justo medo da viagem, ou com temor de inimigos, ou de ladrões, não sendo pânico esse temor: (II.) a minoridade: (12.) quando o impedimento *ex factotestis* he irremovivel: (18.) os casos forlutos, etc.

Nota: Assim he que o impedimento se de-

I ve provar pelos modos, que expõe Stryk. C. 9. = *Deprobatione impedimentorum* = como a o propósito diz Silv. ad Ord. L. 3 T 70. § 3. n 24.,

I aonde accrescenta que se deve também provar que se fez diligencia para remover o impedimento removível, Conf. Repertor. debaixo da Conclusão = *Impedimento justo excusa* = e Ic. : . Mas no fim da Nota declara ut ibi: « *Impedi-mentum aulem probare potest, non solum per « testes, sed etiam per juramentum Partia, quando impedimentum tale est, quod non potest pro-« bari per testes, et hoc pendei ab arbitrio Ju-« dicis*■ » O da enfermidade he fácil provar-se por Certidão de Medico, Peg. Tom. 13. ad Ord.

I L. 3. T. 9. § 10. o. 6.: O que provém ex facto *Judieis, ScriLoe, aut Partis* (que são legaes) pelos termos dos Autos, Moraes L 6 C. 2. sub

I n. 9. et numeris seq

A respeito do Juizo, em que se devão pro-
Pnrt //.

vv

var estes impedimentos, ainda aqui ha ama dís-j tinc^S© impreterivel: Se se tracta da deserção no Juízo da primeira instância antes de ateropa-I da a Appellação, Caso era que ao mesmo Juizoi compete julgar a Questão da deserção (Sect. 3.Í o. 21. Seus. hic), ahi se podem allegar, e provar os impedimentos Legaes: Se o Juiz 'Superior julga deserta a Appellação por se não apresentar ahi em tempo, ahi mesmo se podem allegar e provar os mesmos impedimentos* Sec. 3. o. 21. Not., e assim distingue Silv. à Ord. L. 3. T. 68. §. 6. n. 19., e 20. juact.n. 8. et ã.

4. Quanto ao dia de ap.parecèr: 'A sua praxe está optimamente escripta por Sousa, e por Pint. C. 15. e 16.: Resta o estas advertências: 1.*, que sup-posto o J uiz à ouo possa restringir ao Appellante os seis mezes, prefinindo-lhe tempo para presentar a Ap pellação no Juizo Superior cora a com m inação de se julgar deserta; não assim nos Aggravos Ordi-nawos, em nj-oe o Juiz não pôde restringir os dous mezes, nem aqui é praticavel o dia de ap parecer, Cabed. P. l. Decis. 40. n. II. Repertor. debaixo da Conclusão = *Dia de apparecèr da Smlença*= etc: Silv. á Ord. L. 3 T. 68. §. 8. n. 18. Peg* Tom. l. ad Ord. L. i.T. 1. glos. 142. n 36.: .2.", que quanto ás oust&s, ha o inveterado estilo, de tjoð<G@sl. in Dom. Süpplicat. Anraot. 5. n. 62. et 68. ibi :

« Ad Ord. L. .3. T. 68. §. 7., quatenus dispo-« n-it, quod 'data Sententia in instrumento diei -âppa-u ritionis, quamvis sit jam extracla a proceseu, et « signata, et sigillõ Canoellanae raunita, ei antequam « Pars cum illa exeat à loco Oirise, advenerit Ap-M pellans cum processu appellationis, quod Judices u Appellationis eam recipiant, solutis prius Parti

« omnibua expensie factis super insluraento diei Ap-
parilionis; debet adverti, quod styJus in Auditório "
gravam inum introduxit, ut in eo casu solvanlur «prius
expensae dum taxa t faclae in secunda instantia « Su
premi Senatus; non vero illae quae faetae sunt in «prima
instantia in instrumento diei Apparitionis.» I . «Si autem
venerit processus appellationis ad «Sen atum tempore
debito, nuJlae expensae soivuntur «diei Apparilionis;, et ita
in praxi servalur.» Conf. Sjlrv. ad Q^tA. L. 3. T. 68 §. tt. n
13. et j*.

I Nota 631 I
O J-uíz deve receber a Appeliação, que he legi-
timamenle interposta: Nos Romanos assim se lhe
determinava cpqj cominação de graves penas; e da
denegação da Appeliação havia segunda Appel Jação
(Sec. 1. n. 7.): Na nossa Legislação não sei que haja a
este respeito mais que o que .escrevi na Sucção 3. n. Jó.,
e sua Nota. que aqui não repilo: Ahi mostrei (e na Nota
ao n. 123.) que da denegação da Appeliação ha Aggravo
de Petição ou instrumento : E que o Juíz não pode de
negar a App<*llação por outra razão que não seja caber
a Causa na alçada do JUÍZO, mas isto por uma muito
particular razão : 1\$ nos mais casos só ao Superior
compete decidir da legitimidade da Appeliação.

I Nota: As Leis denegão a Appeliação in-
terposta passados dez dias contados da noticia
especifica da fôrma da .Sentença. Ora: suppo-
I nhamos que passados aqueJles se AppeJJa pelo
beneficio da restituição (Sec 1. n. 10. et Sec
M 9. §. 18. Not.), e se entra na Questão: Se o A-ppelJanste
gosa ou não deste beneficio ? Ou se houve ou não s
cie o ei a especifica Ha Sentença ?

vv 2

Eu julgo que o Juiz *à quo* pôde conhecer des-las Questões, como prejudiciaes ao recebimento, ou rejeição da Appelação, assim como pôde

|| conhecer da Questão sobre o valor da Causa para o caso da alçada:- Se pois julga que o Ap-

I pellante não gosa de restituição, ou que teve sciencia especifica, e por isso não recebe a Appelação, isto não é nega-Ja, he executar a Lei; Bem que da decisão destas Questões competirá o Aggravo permitlido (Sec. 3. n. fff. et 123).

Nota 632.

Por via de regra a Appelação tem ambos os effeitos devolutivo, e suspensivo. Que o devolutivo não possa ser tirado á Appelação, porque contém defeza natural, não he razão adequada (Not. 605.): O Direito Romano não conheceo nas Appellações tal effeito, Mell. L 4. T. 23 §. 17 no fim: Quantos casos ha totalmente inappellaveis ? Admittir-se em alguns a Appelação só com esse effeito, e não com o suspensivo, tem diversas razões, em fioebm. ad Pand. Exerc. 102. Cap. I. e 2.: Quando se lhe Iri-butão por via da regra ambos os effeitos, he attenta-do tudo o que pendente ella se innova, mas não ha tal atentado nos muitos casos (além dos aqui referidos por Sousa), que expuz na Sec. 3. n. 22. até 26., a que me rcmetto.

Nota 633.

I

I. O grande Mello não ampliou o effeito suspensivo das Appellações a outros casos mais, que os expressos nas Leis Pátrias, nem admitlio outras limitações da regra geral: Mas supponho que satisfiz ás suas razões na Secção 3. §. 23. na Nota: R sé aqui me resta exornar os casos, que dos 88 escriptos por Peg. 2. For. Cap. 16., escolheo Sousa, como mais

práticos no Foro; declara-los, e addiciooar outros lambem freqüentes, omissos por Sousa: Supponho que não perderá inutilmente o tempo quem lêr o que vou a escrever (fallo dos meus amados Principiantes).

2. Quanto ao 1.º caso figurado por Sousa. A Ord. L. 1. T. 62. §. 26., e L. 3. T. 13. §. 3., ainda moderou o favor da causa pia; porque sendo num dos seus privilégios não ter effeito suspensivo a Appellação interposta da Sentença proferida a seu favor, Amostaz. de Caos. piis L. 4. C. 10. n. 68., So-lan. Cogit. 9, sub. n. 256., o pio Legislador ainda espaçou seis mezes de suspensão da execução da Sentença appellada, quando proferida a favor da causa pia: Elege o o Legislador bum meio termo, e com atemperado favor coinmum.

3. Quanto ao 2.º caso: Sobre as Appellações, e Aggravos ordinários oppostos das Sentenças proferidas nas acções de assignação de dez dias, ha muitos casos a distinguir com, e além de Sousa, quaes os seguintes: G

I.* Quando o Réo nos dez dias não provou perfeitamente os seus embargos, e be por isso condemnado: E neste caso, ainda que a Ord. L. 3. T. 25. manda executar a Sentença sem appellaçflo nem agravo, se pôde appellar, mas só no effeito devo-lutivo, Silv. ad Ord. L. 3. T. 25. in pr. n. 111. et 112., Thora. Valasc. AH. 76. n. 44. et 46. Peg. 1. For. Cap. I. §. 9. n. 287. et Tom. 2. For. Cap. 15. n. 86., Lim. ad Artic. Gabell. C. 31. in pr. n. 79., França ad Mend. l. P. L. 3. Cap. 22. n. 169.

4. 2.º Se os embargos nesta acção forão recebi dos sem condemnação do Réo, ese ficarão disputan do ordinariamente a Sentença final, que os julga não provados, e condemna ao Réo, he appellavel em am bos os effeitos, Lim. supra n. 82, Silv. n. 113., Peg.

d. G. 1. n. 087., e d. C. jō. n. 81., Mend. P. j7h\ 3. C. 22. n. 63 •, França sopra n. 170.

5. B* Quando (aonde em i." ins-tancia ha Chancellaria, como nas, Oorreições do CfaeJv «te.) o Réo condemnado põe embargos ao transito da Sentença pela Chancellaria, elles o não impedem, e quando se recebeflo, e julguem depois não provados, também a Appellação dessa Sentença não suspende, Peg. 1. F«r. Cap. 1. n. 288. O mesmo quando esses embargos forão logo rejeitados, ou oppostos na execução, e julgados não provados, Pág. .d. n. 288. f. *Et idem* Lim. sopra n. 80., Silv. ad Ord. L. 3. T. 35. §. 3. a n. 1. ad 6.

6. 4." Se o Réo condemnado' na primeira lht stancia appellou, a Appellação se lhe recebe© só no devoltttivo, foi executado, e na superior instância se revogou a Sentença, e foi absoluto ainda que o Au-ctor appelle, ou aggrave ordinariamente, recupera os seus bens na fôrma da Ord. L. 8. T. I §.8. 4. e 5., sem attenção a essa Appellação ou Aggranro do Auctor, França supra a n. 174.

7. 5.º Se o Terceiro appella pelo seu prejuízo da Sentença proferida nesta acção contra o devedor, a Appellação produz ambos os effeitos, Silv. supra ad Ord. L. 3. T. 25. in pr. n. 116., Lim. n. 81, Peg d. G. I. n. 187, et G. 15. n. -9©., França n. m., Moraes de Exec. L. 6. C. 5, n. 19.: Ou quando o-Terceiro aggrava ordinariamente, Silv. n. 116. *u Hax u autem limilatio* (diz França n. -273. et 273.) *yri-t< mo dedarunda -est juxla Ord. L. 8. T. 86. §. 17., « ut tunc demurn Tertii •appelliaúo ■executioném sus « ipendai, quando ilidem Terim <ea>eeptio eam impe-«direi, Pereir. Oec. 66. n. 2. et 3. item declarando, u est ne prooedat, quando ille T-ertvns taivs est, adverti sus quem SwnUntia oontm debitarem lata habeal*

« *pamtam executiottem, wiuti si rem litigiosam pos-< sideat*, PurJador., etc.

Nota: Em muitos casos, « não só por dívidas, mas por ou trás espécies de obrigações I pessoas, -e reaes procede esta acção, ex *Mo-* I raes de Execut. L. 3. Cap. I. ei tot. Lib. 3.:

I E aqui estamos na Questão geral do Terceiro I appellante, que deve reguJar-se pelo exposto na Wot. 616. até

620

8. 6." Sustentou Moraes L. 6 Cap. 5. n. 18., que se o devedor foi absoluto na 1.^a instância, e condenado na 2.^a para a qual appellou o Credor, se desta condemnação na 2.* appellar o devedor para a 3.*; esta Appellação produz ambos os efeitos. Porém o contrario defende França supra n. 189, 190., e 191., isto he, que o Credor vencedor na 2.* instância pôde executar a Sentença, apesar de toda a Appellação ou Aggravo ordinário.

Nota: Eu não considero aqui entidade mais que sobre a suspensão, ou não suspensão pelo tempo, que a concede a Ord. L. 3. T. 84. §. 44., porque não ha entre nós 3.^a instância senão I por Aggravo Ordinário, e este não suspende se-I não nos termos, e no tempo da dita Ordenação. I Ad quid ergo tal Que&tao ? Esse tempo se consumiria na sua disputa.

9. Quanto ao 3.' caso figurado por Sousa: Elle firma a regra geral, que a Appellação suspensiva não se admite nas Causas sumarias, (eu acrescento) que exigem celeridade, e não soffrem dilação. O Direito Romano prohibia nellas toda a Appellação, L.

fin. ff. de Appell. reeip vel non. O grande uso das Appellações pelo Direito Canonico sim permittio nesses casos a Appellação, mas só no devolutivo, Boehro. ad Pand. Exerc. 102. C. 2. §. 2. e 3.: E eisaqui o fundamento da regra = *In causis sum-mariis non habet locum appellatio suspensiva, sicut in requirenlibus celeritatem.* <= Assim com Moraes, Silva, Barboza; e oultros Lim. de Gabell. pag.-257. li. 84. et 85.

* 10. Entre as Causas summarias, que exigem celeridade, e nas quaes a Appellação não produz eflèi-to suspensivo, exemplifica Sousa (1.*) as Causas do deposito, ex Ord. L. 4. T. 49. §. ult., e pode junctar-se a Ord. L. 4. T. 76. §. 5., que fazem summaria a restituição do deposito (não faliando em Appellação). Com effeito, que neste caso se não admitte appellação suspensiva, Boehmer. ad Pand. Exerc. 102. Cap. 2. §. 20.: Porém o mesmo Boehmer. declara, ut ibi: " Ego vero in alia omnia eo, sed non aliter *u* processum executivum admitto, quam si deponens «instrumento, paratam executionem habente, instru-« ctus èst, vel Réus deposilum, ejusque existentiam '< negare nequeat, quod ita debitum sit liquidum. « Neque tamen hoc casu appellandi facultas aliter « dempta censeri debet, quam quatenus in processu ««executivo vel in totum vel in tantum exulat» etc. ► Vr

Nota: Assim be que o instrumento do deposito tem prompta execução; mas só quando se prova por instrumento, ou confissão judicial, quando se implora a via executiva, quando contra o próprio depositário (e não contra os herdeiros), etc. Moraes de Exec. L. 1. C. 4., §. I. a n. 78. ad 83. Em todos os casos pois, em que não ha execução summaria pelo deposito, ou a não pó-

de haver, cessa a razão da celeridade, o privilegio do 8 um ma rio da Causa, e a Appellação fica na regra (Not. 632).

11. Exemplifica (2.º) a Appellação interposta da Sentença, que confirma as partilhas, ex Ord. L. 4. T. 96. §. 22., mas esta Ordenação tem as muitas limitações recebidas na praxe de julgar, que se podem ver em Peg. 2. For. Cap. 16. n. 182, e Guerreir Tract. 2. L. 0. Cap. I. a n. 17. ad 20.; Como (a) quando appella algum Terceiro interessado, e sem malicia, ainda mesmo que um Coherdeiro appelle como Terceiro por diverso direito: Como (b) quando appella o Auctor, que demandou as partilhas (bem que Guerreir. o. 19. 20. 21. seguiu o contrario): Como (c) quando um Credor tem cessão de algum Coherdeiro, e querendo executar a divida cedida foi repellido por embargos, e sobre estes houve Sentença: Como (d) quando a Carta de partilhas é illiquida*: Como (e) quando se appella da Sentença, em que alguém é condemnado fazer inventario »*. ex DD. supra. Estas limitações seguiu França ad Mend. P. 1. L. 3. C. 19. a n. 41. I

I * Pôde ser illiquida a Carta de Partilhas I por dous modos, ou quando os prédios se retallham, e adjudicam por partes quotitativas, ou quanto ao valor dos moveis, e fructos adjudicados : No primeiro caso é precisa outra particular divisão de cada prédio, e entretanto está incerta a parte ubicativa do Co-herdeiro (bem que nada obsta á composseção em commum, Stryk. Disp. de *Composseione*J: No segundo caso pôde executar-se sem illiquidade pelos preços, em que os bens adjudicados foram avaliados. Part. II. XX

dos, Peg. 1. For. Q. 5., pag. 400. coJ. l. Gruer-reir. Tr. 4. L. 8. C. 8. n. 6., et C. 9. n. 83., Silv. ad Ord. L. 3. T. 86. §. 16/n.; 38. et 39., Moraes L. 6. G. 12. a n. 86.

** Pôde verificar-se no caso (diverso do da Ord. L. 4. T. 96. §. 22.) em que P Réo demandado para fazer inventario nega ao Agente o ser Coherdeiro na herança, e esta Questão se tractou: Pois que, sendo Questão prejudicial, suspende as, futuras partilhas, até a sua final decisão, Peg. õ. For. C. 80. aq, 14:

12. Exemplifica 3.º, o caso de se julgarem alimentos futuros: Mas aqui ha muito a distinguir: Os alimentos pedidos, e julgados: Ou 1.º, são *provisionaes*: Ou 2.º, *ordinários*: Ou 3.º, devidos *ex dispositiqne Legis*: Ou 4.º, *ex disposUione horninisi* Ou 5.º, quando, *ex disposiione hontinis*- devidos, a pobre, ou a rico: Ou 6.º, quando *pretéritos*, e quando *futuros*. Em todas estas, distincções varia o Direito ao nosso propósito da suspensão, ou não suspensão da execução, penden.te a AppellacSo: E, ha em Direito outros casos equiparados,

13. Quando se pedem, e justificados os precisos requisitos *, se julgam alimentos", provisionaes *ad lijem* (que lêem processo summarissim?iO, ex Solan. Cogit. 9. n. 242.) é bem certo que da Sentença que os arbitra, e julga, só ha AppellacSo no devolutivo. ut plene Boehmer. ad Pa.nd Exerc '102. C. 2. a §. 6., ex Text. express. in L. 27. §. 3. %. *de Inoflicios*. Testam., Castilh. L. 3. Controv Capt.2r7.nj- 72», Peg 2. For. C 15. n. 113.

- Os requisitos precisos são: 1ª a suinma nobreza, tanta que careça do necessário para se

sustentar em quanto (radar a demanda, e fazer as despesas delia; 2.º, que tenha proposto acção ordinária sobre o que pertende se julgasse definitivamente: 3.º, que mostre apparencias de bom Direito a causa principal, Boehmer. supra sub. §. 6., Peg. de Maior. Tom. 4. § 13., Mell. ad Castilh. de Aliment. Cap. J.

Estes alimentos provisionaes se podem pedir, é coiri os mesmos favores, em muitos casos, que se podem vêr em Stryk, Vol.]. Disp. 1.9. de *Decret. interimistico*, e alguns em Valasc. õons. fS. é em JMell. supra, Boehmer. Supra

J4. Os alimentos*vitalicios se demandam ordinariamente, 6ü Sejam devidos *ex disposilione Legis, et Judieis Officio, ou ex dispositione hominis*, Solan. Cog. 9. n. 250. et 252. Esta è a praxe, menos que se convencionem por Escriptura publica; porque entre as mesmas Partes se podem accionar summaria-mente por assignação de dez dias, ex Ord. L. 3. T. 25.: Dizem-se devidos alimentos *ex disposilione Legis, seu ex Officio Judieis*, os que se devem pelos Pais aos filhos, pelos irmãos ricos aos irmãos pobres (não já pelos primos, sobrinhos, e tios reciprocamente, depois do AsSénto de 9 de Abril de 1772 §., o que passa nos irmãos), ao Padroeiro pobre pelos redditos Ecclesiásticos, ao devedor prezo, etc. Boehmer. supra §. 9.: São devidos *ex jure actionis*, ou *ex hominis dispositione*, quando são constituídos por contra-cto, doação, transacção. ou Legado, Boehmer. supra sub §. 9., Solan. Cog. 9. a n. 8.

15. Quando são devidos *ex jure sanguinis, disposilione Legis, e ex Judieis Officio*, só se julgam desde a citação como futuros (não se podendo pedir

XX 2

pretéritos *) Solan. Cog. 9. n. 58. 74. et 79., Boehmer. supra §. 8. in fio., Altim de Nullit. T. I. Rubr. I. Q. 4. a o. 13.: B neste caso a Sentença que os julga desde a citação só é appellavel no de-volutivo, Boehmer. supra sub §. 9., Peg n. 113;, Al-timar. a n 9., Solan. d. Cog. 9. n. 253.

* Bem que ha casos, em que também se devem os pretéritos, casos referidos por Solan. a n. 60, eu nunca os vi praticados.

16. Sendo certo'que a Sentença sobre alimentos não passa em julgado, ex Saigad. in Labyr. P. I. Gap. 25., e que ainda quando acontece caso su perveniente, com atenução ao qual se devam augmentar ou diminuir os julgados, e taxados, não accrescem, nem decrescem *ipsojwé, sed causa cognitu, et Judieis ministério*, Salgado supra n. 56.: Entra aqui a Questão: Em que effeitos se deve receber a Appellação interposta da Sentença que augmenta, ou que diminue, os alimentos julgados? Esta Questão tractou o mesmo Saigad. de Reg. Prol. P. 3. Cap. 2. ex n. 10.,que seguiu Castilh. Tom. 8. de Aliment. Cap. 8. n. 19., e a Castilh. Boehmer supra: Em summa: A Appellação da Sentença, que não diminuiu os alimentos, pedindo o alimentante a diminuição, é receptivel em ambos os effeitos: A Sentença que os augmenta em favor do alimentario, se o alimitante appella, só é appellavel no devolutivo.

17. Quando devidos *ex dispositione hominis, et jure actionis*, é regra certa que a Sentença, que os julga pretéritos ou futuros, é appellavel em ambos os effeitos, Altim. supra n. 15., Solan. n. 254., Castilh. supra n. 16., Peg. n. 110., Saigad. in Labyr. P. 3. C. 1. n. 13.: Ha porém aqui huia Questão opí-

nativa: Se esta regra procede, ainda quando estes alimentos são pedidos por pessoa pobre; ou se só quando pedidos por pessoa providenciada de bens? Hons DD, firmão a regra, ainda quando os alimentos «*r dispositione hominis*» são constituídos a favor do pobre, Salgad. supra a o. 13., Vell. Diss. 89. sub. n. 41., Castilh. supra n. 16.: porém outros limitam a regra, quando é pobre o que pede os alimentos, Valasc. de Pyvil. Pauper. Q. 60 a n II. Amostaz. de Caus. piis, L. 4. Cap. 10. o. 70., Boehmer. supra §. 10.

18. N'esta variedade eu admitto estas dis ti noções : 1.* Se aquelle a que se devião alimentos *ex dispositione Legis, e judicie officio*, evitando demanda, transacciona sobre elles, estabelecendo-os em certa quantia por contracto, e depois os demanda em Juizo, julgando-se, e appellando-se, esta Appellação só produz o effeito devolutivo pelas genuínas razões, que dá Castilh. supra n. 10.: 2." Se os alimentos são deixados em Testamento a um pobre, este legado se reputa pio, e pelo privilegio da causa pia só é appellavel no devolutivo a Sentença, que o julga, Solan. supra sub n 266., Amostaz n. 68.: 3.* Se o pobre o não é tanto que pôde sustentar-se em quanto seguir a Appellação do Adversário, procederá a regra (n 17.): Se pobríssimo, pelo contrario, Amostaz. n. 71.

19. Exemplifica Sousa: 4.", o despejo das casas: Assim é, quando a controvérsia foi entre o Senhorio das casas, e o arrendatário: confira-se com outros mais DI). Silv. á Ord. L. 3 T 30. §. 3. n. 7.: Não assim, quando a controvérsia foi entre dous Arrendatários, Silv. n 16.: Nem quando não apparece o titulo do Arrendamento *, e se tractou a Questão do domínio, como refere julgado o mesmo Silv. n.

H., ou sobre expulsão de prédios rústicos, Franç.
ad Mend. P. 1. L 3. C. 19. n 46

ffl

- 9 * O remédio da L. Si quis ia
Ood. Locat., sim é su mm a rio, b privilegiado,
mas sò quando consta de arrendamento, e este
I se prova, Pacion. de Locat. Cap. 65. a n. 66.: O
arrendamento é qualidade fundamenta! da Ord. L;
3. T. 80. f «., Llv. 4. t\ 23. 24. e 54., qualidade, que
deve vereficar^se para se applicar a Lei, Barbos.
Thesaur. Loc. Coium.
n L. 16. C. 4. Ax. 6. Se pois esta qualidade se não
verifica, Cessa o favor das ditas Leis, e tem logar
a AppellaçSo suspensiva, Pacion. ri. 156.,
I Scac. de Áppell. Q. 16. Limit. í. n. 64.

ao. Exemplifica 5 °, na AppeJlação da Sentença
sobre soldadas, e sò cita Barbos, á Ord. L. 3. T. 70.:
Confirmam-se os muitos DD., com os quaes Peg. 2. For.
C. 16. n. 184., Oonciol. Alleg. for. 36.: Porque, quando
devidas a pobres, se equiparam a alimentos com os
mesmos favores, Valasc. de Privil. Paup. P. 1. Q. 60. a
n. 22., Boehmer. supra §. 12. Zacch. de Salar. Q. 107.
n. 4. no fim, et a n. /., Altim. de Nullit. T. 1. rubr. 5. Q.
ifl. a n. 12.: Porém esta regra, ou aliás este exemplo,
tem varias limitações, e declarações, que escreveo
originalmente Zacch. de Salar. Q. 107., e seguiram
Altimar. supra a n. 96., Peg. supra, Boehmer. supra, e
Conciol. supra. Entre ellas a principal é, quando o que
pede o salário é aliás opulento, Peg. n. 185., Conciol. d.
Alleg. 36. n. 17., Boehmer. supra f. *Si propter ino~*
piam, Zacch. supra a n. 6.

Nota: A maior dúvida é, se o que pede

(3*1)

o salário, para gosar do privilegio, e excluir a limitação se deve provar pobre, ou se lhe basta a presuopção da pobreza? Neste variam notavelmente os DD.: Coneiol. a n. 19. sustenta de- monstrativãmente que a pobreza é aqui a quali-dade fundamental para aflectar o privilegio, e que não basta a simples preso mpção dá natu-tureza, e do trabalho mesmo sem se provar: Em contrario estão A Rim. a n. 16 , e coincide Boeh-raer.: Se se recorre ao estylo dos Tribuna.es, o mesmo Altim. a n. 19. o attesta na França, e na Cúria Romana; isto é, não se admittir a Ap-pellação suspensiva indístinctamente, ou seja rico ou pobre o que pede o salário: Também da Romana o attesta Zacch. a n. 7., e Boehiner. o louva, e approva* exaggerando o seu favor superior ao dos alimentos.

21. Não duvidão porém os DD. de outras limitações, quaes: J.^a Se o salário não foi convencionado, nem *inter solitos locare et conducere*, 2.º Quando, ainda que *inter solitos locare et conducere*, e o Juiz a g\$to excede.o na taxa, e quantidade; porque neste caso* a Appellação deve suspender no excesso * •* 3. Quando se pede o salário de muitos annos, porque quanto ao de dous ou três suspende, e não quanto ao <j^o8 mais: 4.* Quando o que pedjo o salário suc-cumbio na primeira instância; porque, ainda que obtenha na segunda, tem effeito suspensivo< a Ap-pellação interposta pelo Réo para a 3.* instância #*•' 5.* Quando a Sentença foi notoriamente nulla, e injusta *•*: Assim Zacch. a n. 9., Altimar. a n. 25 , fioehm. supra §. 12.

• Esta limitação só pode ser praticavel en-

Ire n<5s, aggravando-se da Sentença, que recebe a Appellação, no todo julgado, só no devolutivo, para se mandar receber suspensivamente nò excesso. ** Esta he impraticável, porque só ha 3.* intancia por Aggravo Ordinário, que não suspende mais que por seis mezes. *** Esta he praticavel aggravando-se do recebimento só no devolutivo para o Corregedor, que para deferir ao aggravo hade conhecer da injustiça, e nultidade.

22. Aqui podemos classificar as Causas sobre pensões Ecclesiasticas, que são espécie de alimentos, maxime assignadas a Clérigos pobres, como digo no meu Tract. das Pena Ecclesiast. na Nota ao §. 279 , e com eAfeito as classifica, para só haver Appellação devolutiva, Boehm. supra §. 16.: O mesmo he applicavel ás Congruas dos Parochos, ex Ferrar. Verb. *Congrua*, art. 2. n. 13., as Causas de dízimos destinados para sustentação dos Clérigos, Boehmer, §. 16., aonde declara este lhese, Peg. 2. For. C. 15. n. 160.

23. Exemplifica: 6.º, a Appellação interposta nas Causas sobre Seguros, conforme a Resol. de 18 de Janeiro de 1796. Com effeito as Causas Cam-biaes por estylo das Nações, e Legislações dellas não admittem Appellação, ou só no devolutivo, Boehmer. supra §. 19.

24. Quanto ao 4." caso principal figurado por Sousa: Põe como regra geral (que coincide cor o 3.* caso) as Causas que não soffrem demora: E nel-las exemplifica: 1.º, as dos Prezos, citando Mend., Phaeb., e Leit.: Aqui pôde dizer-se a Sousa ==*Arc-vis esse laboro, obscurus Jio.* == Devia Sousa distinguir que a Appellação interposta do Despacho, que

H (3fi3)

decreta a prisão, não produz efeito suspensivo, como largamente demonstrou Salgad. de Reg. Prot. P 2. Cap. I. n. 11. até 18.: Porém o produz a Apelação interposta do Despacho, que manda soltar o Prezo; Isto he o que dizem o citado Phaeb. P. I. Ar. 101., e Peg. 2. For. Cap. 16. n. 120., e Silv. ad Ord. L. 3. T. 69. §. I. n. 7.. e 13., aonde faz a mesma distincção.

Nota: Pôde aqui exemplificar se o caso da Sentença, que manda proceder a seqüestro, e que não admite Appellação suspensiva, ex Boe-hmer. supra §. '21.

I 26. Exemplifica 2.º, entre as Causas, que não soffrem mora para só se dar Apellação no devolu-tivo, quando se tracta de demolir o edificio, que causa ruina: Eu não vejo que esta these se prove com a Ord. L. 3. T. 66. §. 11, nem com o A vis. de 7 de Fevereiro de 1794, vejo sim o citado Buehmer. §. 17. escrevendo sobre este caso, ut ibi:

«Transitum facio ad alias causas, in quibus mora plerumque cum summo alterius paejudicio conjuncta est, quaque ex natura sua de jure civili «• appellationem respuunt penitus, de jure autem « Canonico admittunt quoad effectum devolutivum. «Huc referuntur... causas sedificiorum, maxime si «de iis reficiendis conservandisque agitur, quippe «quod celerem executionem desiderat, decus urbium concernit... Manifestum est Jus Civile in «causis sedificiorum quandoque admisisse appellationem ex causa probabili, nec tali appellationi « unquam subtraxisse effectum suspensivum. Ast vero id roagis pertinuisse videtur ad extructionem inno-
varum aedium quae citius adhuc moram ferunt,
Pari. II. YY

«quam reparatio, ei conserva Lio iliarum, quae rui-MDin winantur, ut observai Me v... Si de bac re «agitur, ne necessárias refectiooes irapediantur, non K admiltenda appellatio, vel ad minimum denegan-« dus ei est effectus suspensivus.

26. Podemos exemplificar aqui o caso, em que se. iracia da refeição dos Marachões, ex Mev. P. 8. Decis. 16., Boehmer. d. §. 17. Temos neste Reino o Regimento dos Marachões com Provedor, e Juiz privativo, Regim. dalado em 8 de Setembro de 1606 (e também transcripto em Peg. Tom. d. á Ord. pag. 612.) o qual no §. 22. em todos os negócios, e duvidas a respeito dos mesmos Marachões, e sua re-l feição, só admite do Provedor Aggravo para p Juiz dos Feitos da Fazenda: E como este Aggravo não suspende, ficámos no mesmo effeito, como que se se interpozesse Appellação.

Nota: Podemos aqui Exemplificar o caso da Caução de *damno infecto*, de que tractei na minha Obra dos Interdict., e Remed. posses, a §. 156.; porque he um dos que não soarem demora ; e da Sentença que manda caucionar, se se appella, só pode sortir effeito devolutivo ú Appellação, Peg. 2. For. Cap. 16. n. 228., Salga d. de Reg. Prot. P. 3. C. 6. n. 16.: Podemos exemplificar o caso da expulsão das Meretrizes e rixosas da visinhança, e dos Alcovileiros, ex Boehmer. supra §. 17. in fio. Entre nós ha a praxe, de qua Phaeb. 1. P. Ar. 161., Cost in Dom. Supplicat. Annot. 20. a n. 9.: Praxe, conforme a qual, justificada com citação a pessoa escandalosa mal fallante, e rixosa, se lhe commina pena, e transgredindo o preceito he exterminada da visinhança. Se pois a pessoa assim precei-

tada appellar, só deve ter. effeito devolulivo a Appellação: Também a Sentença, que decreta seqüestro, e que não soffre mora, ex Boehmer. §• 21., o que não s<5 procede neste caso, mas l14 em todos os mais em que ha perigo na mora, Salgad. de Reg. Prol. P. 2. CL 16. a n» 26. Po-'dêmos em fim cumular aqui as mais causas especificadas na Ord. JL 3. T. 18. i Porque por isso mesmo que manda corram em tempo de Ferias, suppõem que a sua decisão não soffre moras, e por isso ficam na regra do n. 25.

27. Quanto ao 5."-caso principal figurado por Sousa: Não admite Appellação suspensiva nas Causas pössessorias sobre força nova. Quando sim, e quando não, está traciado mais amplamente na minha Obra dos Interdict. e Remed. possessor. a §• 181., a que inteiramente me reme-
|||

28. Quanto ao 6.º, nas Causas executivas: Não devemos aqui passar com esta generalidade: Nós devemos aqui fazer differença entre a execução, que principia, e procede por privilegio executivo, e a que procede por Sentença condemnatoria. Quando pelo primeiro modo, se se embarga (não falio do caso dos Direitos Reaes, a cuja execução dá fôrma a L. de 22 de Dezembro de 1761) os Embargos têm força suspensiva, quaesquer que elles sejam, ainda proban-dos ab extrinseco, sendo relevantes, como mostro no meu Tract. de Dir. Emphyteut. §. 1274: Erecebidos, ainda que a final se julguem não provados, e se mande proseguir a execução; se o executado appellia, produz a Appellação ambos os effeitos, como mostro no dito Tract §. 1273., aonde outras differenças.

29. Quando porém a execução procede por Sentença, o executado a embarga, e os embargos

YY 2

ou logo se rejeitam, ou recebidos se julgam a final não provados; aqui sim entra a regra, que a Appellação pelo executado não suspende a execução, Peg. 2. For. Cap. 16. n. 65., menos que o Juiz não exceda a execução, ou esta não contenha damno irreparável, ou essa Sentença na execução fosse nulla, e injusta, ou se rejeitassem embargos de bemfeitorias, limitações daquela regra, que largamente comprova o mesmo Peg. a n. 73. ad n. 77., e verificadas as quaes, a Appellação suspende

30. Jsto (n. 29.) Quando appella o executado: Quid vero se o Appellanle é algum Terceiro, que se oppoz na execução? Distingo: Se elle só embargou como Terceiro prejudicado não suspende a Appellação, Peg. supra n 68., assim como não suspendem os Embargos do Terceiro prejudicado, Silv. ad Ord. L. 3. T. 86, §.17. n. 10 : Se embargou como Terceiro Senbor e possuidor, e in Limine se lhe rejeitaram os Embargos, como calumniosos, ou não provados no triduo, não se admite Appellação sus-pensiva, Peg supra n. 80.: Se porém se receberam, e a final julgaram não provados, então ha Appellação suspensiva, Peg. a n. 79.: E quando o Terceiro agrava ordinariamente, não *BÓ* entra á disposição da Ord. L. 3. T. 84. §. 14., mas elle prepara o Ag-gravo, paga a gabella, e traslado dos Autos, Assent. de 12 de Janeiro de 1771 na Collec. n. 262. pag. 494, e quando a Sentença he sobre Compromisso, França ad Mend. P 1 L. 3 Cap. 19. n. 62.

31. Quanto ao 7.º: Não se admite appellação suspensiva nas Causas de liquidação: Esta he também a regra, que além dos O D citados por Sousa confirma Guerreir. Tract. 4. L. 8. Cap. 8. n. 26., e Cap. 9. n. 97. Esta regra porém padece uma limitação, qual é quando o Juiz executor excede o mo-

do da Sentença na liquidação, Guerreir. Tr. 2. L. 8. Cia n, 54., et Tract. 4. L. 8. Cap. 9. n. 99., Peg. 2. For. C. 15. a n. 55. et 72.: De fôrma que, havendo excesso, nao só suspende a AppellaçSo a execução do arguido excesso, mas de tudo o mais, Peg. supra sub n. 73. f< *JZi non solum*.

Nota: Não só excede o executor, e dá as-sumpto para a AppellaçSo suspensiva nos casos, que especifica a Ord. L. 3. T. 76 , bem exornados por Silva no seu Commentario, mas (e cómprehendendo alguns delies) diz Guerreir. Tract. 4. L. 8. C. 9. a n. loo.: « Primus est, l< quando sine citatione partis ad executionem

< seu liquidationem procedit: Secundus casus
« est, in quo Judex liquidationis modum exce
di t, et quando exceptiones in líquidatione ad-
<missibiles rejicit. Tertius, quando exequitur
*personas non nominatas in executorialibus, ne-
<que virtualiter, nec expresse. Quartus, quan-
*do facta condemnatione de una re. executio, « seu
liquida tio fit de alia, seu in aliam. Quin-
*tus, quando excedit de tempore ad tempus
<C aqui põe vários exemplos, em que se pôde £ dar
este excesso). Sextus, quando Sententiam
<male interpreta vi t, et in dúbio inlerpretatio fa-
<cienda est ad favorem Rei (vide Not. 584).
<Septimus, quando ordinem liquidationis, et
<executionis Senlentie prsBposteravit. Octavus,
quando Sententia est alternativa, et Judex li
« quidat non data electione, etc. Confira-se Sal-
gad. de Reg. Prot. P 4. Cap. 7. 8. 9. II. 12.

32. Quanto ao 8.*: Nâ*o se admilte Appellaçà*o
suspensiva nas Causas dos tributos, e imposições

\a&8)

Fisoaes: Porém esta regra não he geral, e india-l inata: Ella ee deve entender debaixo de trea pontos de vista: I.º, quando o trisbute se executa, o de vedor embarga, /o* embargos logo se receitam por calumniosos, ou inconcludentes, e*o devedor appella; então he que tem lugar f>r<f>rip esta regra, «0010 com muitos DD. firma Lim. de Gabell. pag. 266. a n. 69.: 2.º, quando o devedor embarga, os embargos se lhe recebem suspensivãmente, a final se julgam não provados, e eile -appúlla 5<então tem a Ap-pellação ambas os effeitos, JÚim. supra a n. 76. :3.º, quando o tributo se demanda ordinariamente por Libello *, Lim. pag. 2.67. a o. 86

• Os Rendeiros de redditos Fiscaeg nem sempre podem demandar executivamente os devedores: Porque supposto que o privjJeigio executivo se lhes. cora ai única pelo arrendamento, Moraes de Execut. L. I. Cap. 4. 4.. i. n. 77., entende-se durante o tempo do arrendamento, se por Lei, ou por condição do¹ contracto se lhe não espaça mais tempo para usarem deste privilegio, • Lina. ■ 4e Gabell. pag.. \$81. a n. J l. E isto .ainda que os devedores mesmos novan • do as obrigações se sacrificassem á via> executiva, passado o dito tempo, Peg. Tom. M. Á Ord. pag. 4 13. n. 21. Repertor. debaixo da Conclusão ==» *Devedor dó devedor de El-Rei, que lhe he obrigado = etc.* Let. (o) Os Artigos das Sizas Gap. 42. concedem seis mezes além tio tempo do arrendamento: E este he o estylo geral nas condições dos contractos de arrendamentos, e rendas Reaes, espaçarem-se seis mezes em execução «Ias Gôrtes do Senhor. D. João Hí. em Torres Novas. Lim. de Gabell. pag. 230. G 42. a

n. 2. Se pois os Rendeiros passados esse tempo accionão (e como devem accionar), ordinária- Aiente os devedores, e estes sendo condemna-dos, appellão, tem a Appellação ambos os effei- toa ex Lira. supra pag. 267. a n. 86.

O que fica dito a respeito dos Tributo», e imposições Fiscaes, procede nas Collectas publicas, em que lambem a Appellação por via de regra não suspende: Veja se largamente Bal-M saraed. de Collect. Q. 106. No n. 24. exceplua I a Appellação interposta por Terceiro, quando não maliciosa.

A Appellação das Coimas nem ainda no devo-lutivo se recobe sem deposito, L. de 9 de Abril de 1740: Outros mais casos, em que a Appellação não suspende, se vejão em Pegas d. C 16, e na minha Sec. 2. a n. 25.

Nota 634

1. Em muitas Nações ha Leis semelhantes áa nossas, que taião as alçadas, e fazem inappellaveis as Causas, que não excedem no valor a certas som-mas, Stryk. Vol. 14. *Disp. dê Caiu. ad Comeram Imperii non appellabilibus*, Cap 2. *de Causis ncn appellabilibus ralionc summae*, et in us. mod. Pan-dect. L. 49. T. 2. a §. 1. et 7. Struv. et Mull. Exerc. 50. thès. 7.: Se lá essas Alçadas se augmeotárão pela variedade dos tempos, sendo as primeiras até 50.. as segundas até 150., a ultima alteração até 400., Stryk. d. Cap. 2. §. 14. e 15., e pelas razões ahi expostas ; pelas mesmas entre nós se aogmenfárão as antigas AJçadas pela L. de 26 de Junho de 1696 (que no Proemio se funda naquellas idênticas razões), e ultimamente pelo Alvar, de 16 de Setembro de 1814.

- Nota: Por mais que a Appellação pareça favorável, o abuso das Appellações, e as razões destas Legislações prevalecem a esse favor, Stryk. d. G. 2. §. J8.: Sendo introduzidas em favor publico estas Leis, não podem as Partes renuncia-las, Mui. d. lhes. 7. prop. fín.j e sendo inappellavel a somma, pôde o Juiz *ex officio* sem requerimento de Parle rejeitar a Appellação: Idem Muler. jr. I. *Si summa*.

<g> 2. Causas ha, que por natureza própria não recebem estimação, e por isso sempre são appeliaveis, como as Causas sobre a liberdade, sobre a infâmia, sobre a emancipação: Silv. ad Ord. L. 3. T. 70. §. 6. n. 24., e 26. (onde cita os mais Reinicolas). Nas injurias, quando se pede a pena da palinudia, e se julga (*aliter* quando á estimação da injuria): Stryk. us. mod. L. 49. T. 2. §. 18., et d. Cap. 2. §. 25. in fin.: Outras, ainda que sobre cousas mínimas, são appeliaveis por privilegio; como quando a Questão versou sobre Jurisdicção, e sobre Direitos Reaes *, ou armas, e penas deilas, como com os mais Reinicolas, Silv. supra n. 22. e 23, Stryk. d. Cap, 2. § 26., e he bem clara a nossa Ord. L. 3. T. 70. §. 6.: As causas sobre Privilégios, inestimáveis pelos seus favores, podem aqui entrar, argum. Ord. L. 1. T. 9. §. 9.

Houve grande controvérsia se aqui se comprehendião os reguengos, e servidões a elles devidas, como se vé no Repertor. debaixo da Conclusão =*Appellação se não recebe cabendo na alçada*=etc, e se decidia pela afirmativa: Nas Appellações de tomadias, ou Direitos dos Portos Seccos (que são Reaes) tem os Provedores ai-

Cada alé 20#ooo rs. na Extravagante de 13 de Maio de 1698, na Ord. L. I. T. 62. Coll. I. n. ó., e aqui se reslringio a liberdade de appellar em toda a quantia, e hoje muito mais subindo

- I as Alçadas. Pelo Alvar, de 16 de Janeiro de 1769, revogado o Assento da Casa da Supplicação, e opinião em contrario, se manda avaliar a Causa sobre a liberdade para se admittir ou não a Appellação ou Aggravo, conforme a Al-
- I cada do Juiz, que proferir a Sentença.

3. Classifica Sousa entre as Causas inestimáveis, e appellaveis em toda a somma as criminaes, citando a Ord. L. 3. T. 70. §. (não se vê qual) *f. Salvo*, e Tit. 79. §. 6. Porém não se lembrou da Ord. L. 5. T. 122. § 9., que exceptuou alguns casos criminaes, em que o Juiz não deve appellar por parte da Justiça, e a Parte só pôde appellar, não cabendo a Causa na alçada do Juiz: Nos crimes com accusador, ha, e são complicadas á pena satisfactoria pela vindicta publica, e o interesse da Parle offendida ou do denunciante, como pessoa do Povo, quando as Leis (como ha innumeraveis) lhe applicão alguma condemnação ou parte delia (ordinariamente a 8.* parte :) E nestes casos o Juiz criminal (e que sò tem essa jurisdição criminal) conhece também do interesse, e dam no particular do Accusador, que junclamente o pede, Vid. Solan. Cog. 27.: As Leis, que regulão as Alçadas, taxarão lambem as alçadas nas penas criminaes, como se nota na de 26 de Junho de 1696, a que he relativo o Alv. de 16 de Setembro de 1814: Logo ha alçadas em causas criminaes; porque to das as penas são criminaes. A mesma Ord. L. 3. T. 79. §. 6. suppõe esta dislincção: Na pena publica admitte em lodo o tempo a Appellação: Na salisfa-

Pari. II.

zz

letoria da Parte, não passados os dez dias: Só sim se o Juiz appella por parte da Justiça nos casos, em <IUQ a Justiça ha. lugar, então essa Appellação fica commua ao não appealante, tuas isto. pela commu-HÍSO da Appellação (Vid. NoL 645.); E se o caso não he dos. appella veis por parte da Justiça, então a Parle só pôde appealJar pelo «eu interesse, não cabendo a Causa na alçada do Juiz; flião sei de outro modo conciliar a nossa Legislação. Também penso que as Leis das Alçadas fallão em penas, que se de-mandão por si sós sem serem accessorias a crime, em que haja lugar a Justiça, e se deva appealJar: Porque de outro modo seria fácil fraudar a Ord. L. 6-T. 121., não condemnando em penas superiores á Alçada, e subtrahíndo o crime do Juizo superior aonde ellas se excederão, e ficaria a vindicta publica sem a condigna satisfação: Mas nesta iutelligência, ainda nessas penas criminaes, que se pedem por si sós, ha Alçada, e não pensou bem Sousa, quando escreveo =* *Nas Causas criminaes iodas as Sentenças são ap-' pelletveis, adnda que conlenhão mínima somma.wAug-inenta-se o inconsiderado de Sousa á vista da Ord. L. I. T. 6S. §. 23., e T. 66. f. 6.*

4. Tenho visto mandar avaliar de novo, o como inestimáveis, Superiores a toda a Alçada, para se pagarem as respectivas assjgn aturas, Causas sobre bagatei las, em que além do mais (muitas vezes ridículo) se pede co mm inação de penas, come nos preceitos penaes, nas manutenções, nas acções confeasoria, e negatoria, etc.: E isto só porque a coraminação se pedio *accessoriè ad rem*, e porque a Lei manda avaliar as Causas conforme o pedido: Mas l.º, que avaliação pôde ter um futuro contingente, e que nunca se verificará acquiescendo a Parte ao preceito ? 2,% quando o contravenha, essas penas não se hão de

executar logo pela Sentença, que as cora mi na; mas só se hão de demandar por diversa acção Ordinária, Solan. ad Regim. Fodin. §. 1. n. 144., Ferreir. de Nov. Oper. L. 5. Disc. 4. n. 36., Moraes de Exec. 1*1. C 4. f 3. n. 34., Stlv. ad Ord. L. 3. T. 48 §. fin., Id. Solan. Cog. 69. n. 20.: 3.", *Tractus fuiuri temporis ad Judieis officium non spectat*, L. 23. ff. de Judie, L. 35. ff. eod. Tit. Desejaria vêr quem me removeisse o escrúpulo fundado nestas razões, e de que me não (ira a consideração de que os fruclos da cou8a pedida se computão na avaliação; porque pedidos, e certíssimos (bem que quanto aos interesses, he duvidoso, como logo veremos): Suba á revista huroa tal Causa: Tal he o plano de semelhante avaliação! As razões mesmas da L. de 1696 repugnão a tal exorbitância, porque se oppõem quanto possivel ás Appeilações, e Aggravos ordinários.

fr. Entre as Causas appeflaveis sem estimação, connumera Sousa o caso da condemnação de castas, citando Cabed. P. I. Ar. 78., Mend.- 2. P. JL. 3. C. 2.º n. lo., e Sífv. á Ord. L. 3. T. 67. pr. n. 8.: Po rém Silv. abi foliou muito perfnnotoriamente: EWe ao T, 70. § 6. n. 19., entendendo a Cabed., Mend. e Gam., só admitte essa Appellação quando a Causa principal he appellavel: Neste sentido só a admitte Così, nos estylos da Casa da Supplic. pag. 178. / *Avaliação*, e nos estyl. da Cas. do Port. pag, 227. ii. 73. *f. fim custas*: Só sim será plausível, não Appellação *quà tal*, mas Aggravo de Ordenação não guardada na fôrma, que eXpuz Sec 3. n. 130., e. 132. na Nota: mas duvido muito desse Aggravo neste caso á vista das razões das Leis, que regulão l as Alçadas.

6. Except nados pois os casos realmente inestimáveis (em que sempre deve haver essa mesma'

zz 2

avaliação de inestimáveis, ex Ord. L- 3 T. 70. §.j 11.) em todos os mais deve haver huma formal, e circumspecta avaliação. A fôrma do Compromisso para ella a dá a mesma Ord, o ommisso se pode supprir com Guerreir. Tr. 4. L. 6 C. 9., e melhor com Sousa hic Se ã pedido no Libello contém quantia certa, esta he, e deve ser o regulamento inalterável dos Louvados, ex d. Ord. §. 9.; Se oo Libello a cousa pedida se estima e sobre a estimação houve provas, estas dispensão de outra avaliação, ex d. Ord. §. i l. 7. Se nada disto consta dos Autos: se se tracta de avaliar v. g. prédios reivindicados, he abuso ava* liar-se a Causa por Letrados, e estes por informações que lomão, pois deve por peritos juramentados, que mesmo dêem as suas relações em Juízo, como bem discorre Silv. á Ord. L 3. T. 70. §. 11. a n. 6., e estes peritos o devem ser conforme a matéria, de cuja avaliação se tracta, Guerreir. supra A n. 16 , e conduz a L. de 20 de Junho de 1774, §• 11., e Alv. de 25 de Agosto da 1770 §. 30.: As normas para a avaliação dos prédios rústicos estão dadas no Alvar, de 14 de Outubro de 1773, e para os Urbanos no dito de 26 de Agosto de 1774 d. § 30. Como se devão avaliar as Servidões aotivas, e passivas (o que he muito freqüente) está assás demonstrado em huma minha Dissertação, em que analisei o Alv. de 24 de Novembro de 1904 §. II. 12. e 13, impressa em Collecção com outras anonymias em Lisboa na Imprensa Lacerdina: Eu excederia o projecto, e as segundas Linhas engrossarião demasiadamente, se aqui substanciasse huin meu Tractado manuscripto sobre as avaliações de tudo quanto he *pretio* estimavel, e dos damnos, e suas respectivas estimações, aonde *non plus ultra*. Se Deoa o permittir virá á \\i Publica: Por ora aqui me limito ao assumpto.

I 8. Como a Lei manda que nesta avaliação « sem-M pre se olhará a quantidade ou valor da cousa pelo « Auctor pedida sem custas. E isto, posto que a quan-M tia, ou valia da condem nação caiba na alçada do « Julgador de quem se appella », a Lei mesma oc-correo á grande Questão: Se no caso de que se tra-cta se deve fazer a avaliação conforme o pedido, ou conforme somente o em que gravou a Sentença appellada: Questão bem tractada por Stryk. us. mod. L. 49. T. 2. §. 12., e melhor na d. Disput. de *Oaus. ad Camer. Imper. non appellabilib.* C. 2. §, 29., sendo talvez mais fortes as razões, que mandão regalar o valor só pelo gravame, que irroga a Sentença, quando menor que o pedido no Libello. Porém *Le-yem habemus.*

i 9. Se o pedido no Libello se pode cumular com o pedido na reconvenção, quando nem um nem outro petitorio por si excede a alçada, he outra Questão controversa, que a Lei não decide claramente: Sousa aqui com Cabed. P. I, Dec. 21. n. 8., e Barbos, a Ord. L. 8. T. 70. §. 6. n. 8. segue a cumu-lação de ambos os petitorios, para o valor excessivo da Alçada, explicando-se por termos tão concisos, como estes = Ao pedido na acção ajunta-se o pedido na reconvenção para regular a Alçada =

Porém contra essa opinião de Cabedo, e Barbosa, que simplesmente o citou, estão Pereir. de Revis. Cap. 20. n. 10., digno de ser visto, e largamente Silv. ad Ord. L. 8. T. 70. §. 6. a n. 9.: Confirma-se a opinião de Pereir, e Silva: I.*, com a doutrina em caso semelhante dos muitos DD., com os quaes Fontanell. Dec. 214. a n. 9., Conciol. ad Stat. Eug. L. 2. rubr. 18 n. 20., Cortead. Decis. 242. n. 98. ibi: « *Non tamen auget, nec mutat reconven-« tio qualitatem, et naturam causa, ut maior dica-*

« tur ad effectum evocationis ad Regiam Audien-« tiam, aut ut non possit decidi ab uno Mio Relaiore « vel vi effectum denuntiationis procèsàts. » Gonfir-ma-se 2.º, com as doutrinas de TondüL de Prse-vention. P. 2. Cap. 61. a ri. 8: Bem que agora acho conforme com a opinião de Cabed. Coal. rn Dom. Suppl. pag 178 f. *Avaliação. O mesmo éstylo da Supplicação escreveo Peg. Tom, 4. á Ord. pag. lio. n. 9. Tu cogita.*

a—*M* *i Q; Quid verh.,* se o pedido na acção não excede a Alçada, mas a excede o pedido na reconvenção Eis-aqui o que decidio bura Assento da Relação do Ponto (o idêntico referido por Barbos, á Ord. L.-3. T. .70. §. 6. n. 3.) transcripto em Per. Tom» 4. á Ord. pag. 30. n. 35. « Assentou-se em Mesa Grande, perante o Senhor Governador Pedro Guedes, que « nos. Feitos, e.m que na acção se pede quantia, u que cabe na alçada desta Casa, que se na recon-« venção se pedir muito mais quantia da que cabe «na dita alçada, querendo as partes agravar, se « lhe conceda o agravado, hiavéúdo reapât&iao que « se> pede na reconvenção, posto que o-pelitorio da « dita acção caiba na alçada, e posio que em. alguns a Feitos se determinasse o contrarie antes de se fa-«f zer este Assento a 30 de Janeiro de 1688, foi. 219. tf do Liv. 3v. da Esphera. »

-11. He- bem certo que este Assento se satisfaz com que exceda á Alçada o pedida na reconveução, ainda que a não exceda o pedida na acção para ser a Causa appellavel, au aggravavel por qualquer das «Partes v Porém em contrario Cabed. Decis. 21. 0. &i id-ia,. tut ibi:

« Seeundus casus est, quando convênio subest «jurisdictionii Judieis* recouventiso autem roinime . « tunc-sol um super reccmrentione appellatio defer-

C 367)I

u tur, seu supplicatio á Senatu Portucalensi... et a « conventione non potèrit Réus supplicare, seu an-*u* pellare, si fuerit condemoatus in parte, aut in to-« to; nec item Actor, si Réus fuerit absolutas, etc.

12. *Quid ad fuxc* ("n. 10. et li.) Silv. ad Ord. L. 3. T. 70. §. 6. a n. 9.ad 13 : De tudo o que elle discorre, se deduzem estas theses. I.^a Os petitorios da acção, e reconvenção, cada hum dos quaes por si não excede a alçada, se não podem unir para a exceder, e fazer appellavel o caso: Esta these sim se confirma por Pereir. de Re vis., e DD. citados n. 9., mas encontra-se com o eslylo da Supplicação at-testado por Cabedo, por Costa, e por regas, acima citados no n. 9., e com Barb. á Ord. I o. T. 7o. §. 6. n. 3.'

13. -2,^a Se o pedido na acção não excede á alçada, mas a excede o pedido na reconvenção; só sobre o decidido nesta-se pôde appeJiar, mas não sobre o decidido na acção, e *vice versa*: Se o pedido na acção exceder a alçada, e não o pedido na reconvenção, s<5 o decidido naqueJla he appellavel: Esta these, conformando-se com Cabedo, transcripto n. 11, (quanto Á primeira parte) ella se encontra com o Assento da Relação do Porto n. 10.

14. 3 * Se a Sentença sobre a acção não he appellavel, também não a sobre a reconvenção, por mais que o pedido nesta exceda a alçada: 4.* Se a Sentença sobre a acção he appellavel por exceder a alçada, também o fica sendo a reconvenção, ainda que o pedido nella a não exceda: Estas duas theses 3.* e 4.* vão encontrar o Assento, e a Cabedo.

I *Quid ergo in tanta varitiate sequendum f*

Para eu interpor (se me he licito) o meu arbítrio: Devo notar: I.', que a Ord. L. 3. % 70.

ti

p
[**

KI

fj (l

§. 9. sim diz « quer o auctor apelle, quer o *a* réo, sempre se olhará á quantidade, ou va-« lor da cousa pelo auctor pedida »: Porém sendo certo que as Leis só têm em vista os casos mais freqüentes, L. 5. L. 10. ff. de Le-gib., L. de II de Maio de 1769 no Proem., e que o mais freqüente ho haver só acção, e raras vezes reconvenção, devemos assentar que esta Lei não comprehenileo o caso de haver reconvenção, e só suppoz os termos de acção, e do pedido pelo Auctor: 2.º Na reconvençfio figura Author o reconvinte R., e figura R. o A. originário, e ficção mutuamente Auctor, e Réo a diversos respeito, mas por propriedade, e não por ficção, Larrea Dec. 4. a n. 18., Gonzal. ad C. Ex littetis 8. >< de Probat. n. 16., Hontalb de Jur. Superv. Tom. 1. Q. 20. a n. 42, Luc de Judie. Disc. 2. n. 38.t A mesma Ord. L. 3. T. 39. no Principio chama á reconvenção, Li-bello do Réo, sem differença do Libello do Auctor, e por evitar (e só por evitar ex d. Ord. §. 2.) multiplicidade de processos, manda (quando opposta a reconvenção em tempo hábil) decidir ambos os Libellos na mesma Sentença: Ora se a Lei manda olhar o pedido pelo Auctor, he conseqüente que se ha de attender o pedido na reconvençSo, que he Libello, e pelo recon vinte, que nelle he Auctor: Aqui os axiomas de Silva = *N<m debent Actor, et Réus per imparia judicari* = etc. Bem que: 3.% (quando assim não ha reconvenção com a dita reciprocidade) esses axiomas tem a diversa applica-ção que se vê em Hontalb. supra Q. 13. n. 63., e Barbos. Thesaur. Loc Com L. I. C. 41. Ax. 8-: Supposto isto, já ao meu voto.

I.* Sendo diversos os Libellos, diversos os petitorios do A., e do R. reconvinte, v diversas as Sentenças (ainda que em huma só) que julgão a acção, e a reconvenção, ex Barbos. Thesaur. Loc. Com. L. 17. Cap. 22. Ax. 4. ap-posite Salgad. de Reg Prot; P. 2. C. 7. a n. 64 et 68., Conf. Peg. 8. For Cap. 39. n. 101., he consequente: f.\ que para o fim, de que tractâmos, se não unem os valores dos petilo-¹ rios do A. e R., ut ultra citados n. 9. Salgad. supra n. 68.: 2.º que a citada Ord. nas palavras = *valor da couns pelo aucíor pedida*, sim podem ser relativas ao Libello do R. reconvinte, mas d<»?criptivamente, isto he. ou pelo A. originário, ou pelo Réo. mas sem conjuncção alguma por serem diversos os petitorios, e diversas as Sentenças: 3.º, que esse estylo contrario (quando nem o pedido na acção, nem na reconvenção excede cada huni por si a alçada) he opposlo ao espirito da Lei, bem manifesto: 4.º, que ainda que nesse caso seja o Réo condemnado no pedido na acção, e o A. absoluto da reconvenção, ou *vice versa*, recahindo sobrp hum delles na condemnação, e absolvição t-om-ma excessiva da alçada, nem ainda assim ba cu-mulação, porque a Lei só quer que se olhe ao pedido por cada hum, e não ao julgado na Sentença.

2.* Dos mesmos Princípios he consequente, que se o pedido na acção excede a alçada, mas não o pedido na reconvenção: Se o R. he condemnado no pedido na acção, pôde appellar; se he absoluto, pôde appellar o A.: Oglpsmo *vice versa*, se cabendo na alçada o pedido na acção, e excedendo a o pedido na reconvenção: *Pari. II.*

AAA

Se o A. .he condeinnado no pedido nesta appella, se absoluto delia, appella o II. fj Este o sentido, a que se deva reduzir o Assento do Porte (n. 10.) resolyendo-se a palavra = *Par -tes=áo* plural em singularidade conforme esta distincção, ex regula, de qua Barbos, et Tab. L. 14. G, 61. Ax. 9., e he solida a doutrina de Cabedo transcripta n. 11.

St." Dos mesmos Princípios he consequente ser falsa a 3." these de Silva (n. 14.): Porque sendo diversos os Libellos, e respectivos pelitorios do A. e R., se hum não he appella-vel por caber na alçada, o fica sendo o outro que a excede ainda por argumento do dito Assento (que Silva não a-ttingio), e pela doutrina de Cabedo: .Pelos mesmos Princípios he falsa a 4." these; porque de ser appella vel pela especial permissão da Lei hum petitorio., que excede a alçada, não pôde inferir-se, que também o seja outro petitorio diverso, que cabe na alçada, e a cuja appeilação a Lei resiste: O appella vel não pôde ser com mu nica vel no favor ao diverso inappellavei, maiormente quando o mesmo Silva disse, que entre os diversos peti-torios não pôde haver conjuncção. O Cap. 2. £*} de Mui. petit., e DD. citados por.Silv. o. 12 , fallão em caso diverso. Ahi um Auctor pe-dio rescripto para se conhecer da causa eom a cláusula =*Appellatione remota* = contra o Réo, e reconvindo este, e succumbindo da reconven-ção, o A. quiz appellar, e o Papa o rechaçou com o Edicto = *Quod quisque júris in alterum*

f *tuerii, ut ipse eqdem jure ulalur* =Digest. L. T. 2., como assim se nola no d. C. 2. ibi: *Sieut desiderat aclor, ul síbi juxta rescripturn*

«*justitiam appellacione remota, eodem modo
reconvenienti debeat in sua justitia respondere* .> fc
que argumento se 'pôde aqui fazer com (ai Texto ?

lê. Co lio ca Sousa no seu n. 4. as causas appel-laveis, e inestimáveis sobre-prestações anuais, quando se controverte o fundamento da obrigação, citando Silv. á Ord. L. 3 T. 70. § 6. n. 26.: *Breais esse laboro, obscurus fio*. Eis-aqui o que diz Silva « In " annuis praestationibus, in quibus controverteretur « fundamentum, a quo oritur obligatio praestationis, " ^{slota} surama excedat Judieis Jurisdictionem da-" ^{reliur} appelJatio, licet praeslatio annua essefc raini-u ma, » Podia citar Stryk. us moti.-L. 49. T. 2. §. 16., e argumentar com o perpetuo, e suecessivo Irado, e pagamento da pensão annua: E por ventura a doutrina de Silva combina com a these ?

16, Eu me expJico mais claramente: Supponha-mos que se disputa a original obrigação de 10 alqueires de irigo de um foro annua). O capital he o que aqui se avalia, multiplicado em vinte a unos o valor do foro do trigo em cada anno: Vale v. g. bons annus por outros a 500 rs. o alqueire: Som ma em cada anno 5/000 rs., e em 20 a unos 100/000 rs : Eis-aqui o valor do capital do foro de 10 alqueires de trigo, conforme a norma do Decreto de 6 de Março de 1769, Cardos. da Cost. Me mor. sobre as avaliações dos Prazos pag. 113. À Lei de 9 de Maio de 1654. Ti 3. § 5., dá a norma de avaliar o preço dos fruetos, regulando-se pelo de cinco annos. e elegendo o médio delles: Ou som mando-se (o que he mais práctico) os preços de cada alqueire em cinco annos, e repartindo-se em cinco parles o total; essa 5.* par-

AAA 2

te he a que se multiplica em vinte annos: *El sic reliquis.*

11, Arbitra Sousa *cx própria marte* que « Nas « causas de alimentos com pula-se o pedido, inulii « plicando se a soturna total, que fazem em huin an-« no, por dez, em que se reputa o produclo vitali-«< cio. » Muitas vezes peio contrario tenho visto entrarem estas causas na classe das inestimáveis pelo dúbio evento da longa vida do alimentaria. A these de Sousa sim pôde ter apoio na regra 7." da Chan-cellaria, aonde per fu neto riam ente se diz, qne dez annos se contâu por vida (ainda que a não cita): Porém, e quanto a mim, a narina mais Legal he fazer a computação pela L. Computationi 68. ff. Ad. Leg. Falcid. ibi: '

« Computationi in alimentis faciendae bane for-» main esse Ulpianus scribit, ut a prima aetale, etc. « Solitum est lamen a prima aelate usque ad annum « trigesimum computationem annorum triginta fièri, *< ab annis vero triginta tot annorum computationem »< inire, quod ad annum sexagesimum deesse viden-** lur; nuuquam ergo amplius quam triginta anno-•• rum computatio inilur. Sic denique, et si Reipu-M blicae ususfructus legetur, triginta annorum com-«• pulatio fit. n

Nota; Nunca jamais se duvidou que a com -putação desta Lei he praticavel, quando se tra-cta da computação de alimentos ou usufructo vitalícios: O mesmo Ramos de Manzan. ás LL. Pap L. 1. C. II. a n. 4., que a fez inampliavel a outros casos, o confirma: Porém que eila deva ■ser a norma da computação em outros semelhantes, he geralmente recebido, Valasc. Cons.

■*H
■
F
d

1

16. a 11. IO., Portug. de Donat L. 1. Prael. 2
 * §. 6. n. 32. M *In omnibus contractibus, ei in qua-*
« cumque matéria ubi agitur de vila hominis as-
« iimanda» ut latissime Roce. Select. Cap. 151.
 a n. 17.; Para computar á proporção das armas,
 Portug. supra, os prejuízos do assassinado, ou
 aleijado, segundo o tempo que poderia viver,
 ou sem aleijão, Stryk. us inod L 9. T. 3. *Ú*
 4., etc. Confira-se Luc. de Donat. Disc. 34.,
 51. et 54. de Regai. Disc. 30. ei 35-, et in Con-
 I flict. Leg. Obs. ia. *

I 18. Escreve Sousa esta outra lthese = Nas causas de despejo
 faz-se a avaliação pelo. preço da locação = cita Cabed. I. P.
 Ar 74, Valasc Ali. 80. u. 30., e podia citar Silv. á Oi d. L. 3.
 T. 70. §. 10. n i, que cita os mesmos: Ninguém haverá, que
 não diga equivoca, e sobre equivoca inapplicavel a muitos
 casos esta these: Eu vendo Cabed. d. Arest. 74.. me não
 tirou da dúvida, porque só diz = Se a causa se tractar sobre o
 despejo de algumas casas, de que o Senhor.pertenda que o
 inquilino se saia, a quantia se regulará segundo o aluguer
 das casas fôr: Assim se assentou na Mesa Grande = (e não
 diz para que fim, se para este se para o da Dizima). Thomé
 Valasc. na d. Alleg. 80. n. 3., tão longe de comprovar a
 These, he contra, porque manda (para a Dizima) calcular
 não o preço, mas o interesse. O Regimento da Chancellaria
 no §. 8. e 9. também não tira as dávidas conforme a
 ocoerencia de vários casos: Sobre ter fins diversos, e causa,
 qual ser a dizima pena, que se dá ao que faz má demanda, ut
 §. 24.: Depende pois da variedade de casos, que passo a
 expor.

19. Primeiro: Esse he o caso da Ord. L. 4. T. 64.: Supponhamos que o renitente Arrendatário sustenta a demanda até final, e foi condemnado nessa pena ; ainda qutí esla.se deve pedir ordinariamente, Solar), ad Regim. Fodin. §. i. n. 144. et Cogit. 69. a n. 18.: Se elle appella, já na avaliação da causa se deve haver respeito ao valor do prédio.

20. Segundo: Este he o caso da Ord. L. 4. T. 9., quando o Successor particular expulsa do uso da coisa arrendada ao Arrendatário; pois que o Locador, ou seus herdeiros lhe ficSo responsáveis pelos interesses dos lucros cessantes, e danos emergentes, ex d. Ord. Estes interesses consistem, ou no que o Arrendatário podia lucrar sublocando a coisa arrendada, ou no que podia lucrar se continuasse no uso do arrendamento ení lodo o tempo da sua duração, Pacion. di- Local. Cap. 28. a n. ia.: Estes interesses pois são os que em tal caso se devem estimar.

21. Terceiro: Este pôde comprehender os quatro' casos expressos na Ord. L. 4. T. 24.: Se o Senhorio, fundado em algum deltas* demanda a expulsão do inquilino durante o tempo do arrendamento, e entra em disputa algum dos casos; como o Senhorio aqui he o que acciona, e pede por alguma-dessas causas, só se estima o seu. interesse, que elle teria expulso loiro o arrendatário;, e no caso das dam-nificações, se as pede, entram lambem em linha de conta, sendo erro avaliar a coisa arrendada», sobre cujo domínio se não disputa.

22. Quarto: Se o Locador não faz tradição da coisa arrendada ao Arrendatário, e este demanda, lhe está aquelle obrigado pelo interesse, Pacion. supra n. 9.: E esse interesse he o que aqni se deve avaliar, Thom. Vafasc. Ali. 80. n. 3^o. e 4,

23. Quinto: Se o Senhorio despoticamente ex-

pulsa o Arrendatário, lhe esta •brigado á remissão da pensão, e ao damno, e interesse, ut latissime Peg. *li For.* Cap. 3. a n. 913.: E isto he o que se deve avaliar. Se algum Terceiro impede o Arrendatário no uso do arrendamento, e avisando o Arrendatário ao Senhorio, que o defenda, o não faz, podendo, lambem lhe fica obrigado ao interesse, Pacion. supra n. 37. (aliter se não annunciou ao Senhorio o tal impedimento de Terceiro, Peg. supra pag. 292. in fio.): E em tal caso esse interesse se deve avaliar conforme os annos, que duraria o arrendamento: Ern nenhum destes casos se pede o preço para se regular por elle a avaliação: *tió* quando se pede se deverá regular por *elle*.

24. Quando se tracta do possessorio, he bem clara a Lei sobre a fôrma da avaliação: *Quid*, -quando sobre a posse da servidão? Esta (e não o prédio dominante, nem o semente) he a que se avalia t/a fôrma que expuz na citada Dissertação, e o posses-ário em a metade. *Quid*, quando se tracta da posse de Direitos incorporaes honoríficos, como precedências, etc. ? Estes julgo eu inestimáveis, bem como a posse dos Padroados, por aquelles muitos direitos dos Padroeiros, que recopiiou Osor. de Patron. Reg. Llesol. I., e Lagunez de Fructib. P. i, O. 32. §. 3. l. 25. Quando se pedem muitas cousas diversas a l bum só Réo, todas se devem computar, seja qual fôr a causa do petitorio, ex SiJv. ad Ord. L. 8. T. 70. §. 3. a D. 3., Pois a nossa Ord. manda geral, e in-dislin cta m ente' avaliar a causa conforme o pedido pelo Auctor. Pelo Direito Romano he bem clara a L. 10. §. 1. ff. de Appellat, e a L. JJ. ff. de Júris-dict.: Õ requisito << *ut diversas summce ex eadem couta oriantur*, v, g. *ex causa Societatis, mandati* >>eic, de quo DD. apud Silv. n. 4., Stryk. us mort. L. 49.

T. 2. §. 14., não h# necessário no nosso Reino, at-tenta a generalidade ria Lei.

26. Resta a dúvida: Se as usuras se devera computar para fazer appellavet a causa, que altenta só a sorte principal seria inappellavel por eaber na alçada ? O citado Stryk. § 13. segue a negativa, isto he, que as usuras se não computão para este fim de augmenlnr a alçada do Juizo: O mesmo Stryk. vol. 14. Disp. de Caus. ad Camer. non appellabil. Gap. 2. §. 81., mais fundamentalmente expõe as razões contrarias, e lhe responde persistindo na sua opinião, contra a de Gail..». Mynsinger... Bium., e outros : Esta resolução se confirma, porque também as custas vem accessoriè ad rem petitam, e não aug-mentão o valor da cousa, ex Ord. L. I. T. 8, §. 2., L. 3. T. 70. §. 6.; Também os fructos se não computão, porque vem accessoriè ad rem., Pereir. de Revis. C. 19. n. 13. et 14, Salgad de Reg. Froiect. P. 2. C. 7. n. 72 : Mas na acção de sonogados, intentada pela Ord. L. 1. T. 88. §. 9., a pena do dobro pedida se com puta para a avaliação, Repert debaixo da Conclusão —*Inventario sendo feito=ele*

Nota: As usuras estipuladas, pedindo se junetamente com o capital, necessariamente (fal-lo das antecedentes vencidas, e pedidas) se cu-mulão pela generalidade da nossa Lei, só por isso que vencidas e pedidas com o capital, assim como quando se pedem muitas cousas diversas (n. 25.): Os rendimentos, quando se pedem como devidos antes da lilis-contestação (nos muitos casos em que se devem) se computão só porque pedidos, como divida de pretérito, e que se pede como já devida: Outra interpretação

(377)

não pôde soffrer a generalidade das palavras da Lei = *Sempre se olhará á quantidade ou valor aa causa pelo Auctor pedida*=-)unctã a Ord. L. 3. T. 66. f l. ibi n *conforme ao Libelio* =: Us fructos, que no Libelio se pedem, e se jul-gao só da Litis-contestação, parece-me se devem computar só porque pedidos no Libelio, e porque *pari rei* L. Fructus pendentes ff. de reivind. Cabed. P. l. Dec. 68. n. 2.: Mas os fructos, e interesses depois da Lide contestada, que a Ord. L. a. T. «. §. l. permite julgar, ainda quando não pedidos, estes não se com-putão na avaliação, porque não forão pedidos, íse nos casos em que o Credor do censo pôde repetir o Capital (casos que refiro no meu Iract. dos Censos a §.) pede o Capital e os Censos decursos, e vencidos; tudo se coroputa pelas mesmas razões, porque tudo dívidas (se-jão ou não connexas, ut n. 25.), e tudo pedido no Libelio. etc A estas distincções se deve reduzir a doutrina de Pereir. de Revis., e Salgad. acima citados: Que a pena do dobro pedida na acção de sonogados em inventario se computa: Veja-se o Repertor. acima citado.

*- 27. Só me resta aqui advertir com a Nota do Senador Oliveira no Repertor. debaixo da Conclusão=*Alçada do Juiz de Fóra* = etc, que « Os Vereadores, que nas Terras, em que ha Juizes de *F6*-« ra, servem nos seus impedimentos, nos termos da «« Ord. L 1. T. 60. §. 61., e T. 66. L 2., e em ou-« trás, não se chamão Juizes Ordinários, mas Juizes *u* pela Ordenação, e estes trazem varas brancas, e " **tem** a mesma alçada, e levão as mesmas assignaturas que os de Fora, porque são subrogados em *Part. //*.

BBB

(*T8)

« lugar delles, excepto nos casos, em que a Lei de-*n* clara o contrario^ domo no L. S. T. 12*.'Ç. 9., e « por isso mesmo que o declarou, mostrou a Lei que «i fora daquêlie caso o Sobrugâdo terfl todas as quali-*u* dades do proprietário, é assim o mandou declarar " o Desembargo do Paço ao Corregedor de Laraego «em Provisão passada em Fevereiro de 1703.'»Vide Peg. Tom. 14. á Ord. L. I. T. 6 5. o. 14. e 13.

Nota 636. Conhecendo o Jüiz*peia avaliação qae a causa excede á Alçada, recebe a Appeü«çãO«*fcEsta a Linha de Sousa: E quanto á sua Nota: Não vejo que o recebimento da Appellação se possa embargai* com outro fundamento senão, ou por caber na Alçada, ou por não ser interposta em tempo; porque de outro modo, ôü por outro principio não a pode negar o Juiz à *quo*, e só ao Superior pertence decidir, se he ou não de appellação o casô/(V. Sec. I. ri. *f., Sec. 8 n. 16.) Sobre a competência do Aggravo no caso do recebimento ou rejeição da Appeilaçflo, está dicto Sect. 8. JNol. ao n* 123. juncto o n. 63. *jt. Pode ainda*, etc, aonde a differettça entre a denegação da Appellação, e do Aggravo Ordinário:'*

Nota 636.

1. Recebida a Appellação assigna o Juiz certo Termo para a sua apresentação na superior instância. Nas Appeilações do Ultramar já não ha que escrever; porque El-Rei N. Senhor abi estabelece© Sup-premos Tribunaes: Devem para a expedição, e segui-mento da Appellação no Juizô Superior, ser citadas as Partes; e, sendo a causa sobre bens dé raiz, deve citar se a mulher, menos que o marido não tenha nos autos Procuração delia: Esta citação deve ser pessoal.

menos que não esteja o Appejlado absente fora da Comarca; porque então pôde citar-se o Procurador, não qualquer, mas o que tiver mandato sufficiente para isso, ou gerai para todas as Causas, e instâncias, com tanto que nelJe não reservasse o Constituinte a nova citação, porque nova citação, e pessoal, he precisa para a superior instância, como novo Juizo,: Tudo assim com as Leis Pátrias, e Rei-nicolas comprova Sílv. á ürd. JL. 3. T. 70. §. 4. a n. 3 , o que Sousa omitlio explicar.

‘£■ Ha diflerença na nossa Legislação entre o caso, em que o Escrivão he negligente em expedir a Appeliação, e. em expedir o Aggravo: Quando na expedição da Appellação, na Ord. L. 3. T. 70. §• 2., a pena que o Juiz *à quo* lhe deve comminar he arbitraria: E quando na expedição do Aggravo de Petição ou instrumento, tem na Ord. L. I. T. 80. §. II. pena de suspensão, inhabilidade, e prisão: O mysterio desta diversidade de penas he, quanto a mim, porque para a expedição da Appeliação tem

O Escrivão o Juiz á face com u poder de lhe com minar, e executar logo as penas, e accessivel pelas Partes: Nos Aggravos porém á Ord. L. 1. T. 80. §. 9. e 10., tudo commette ao Escrivão, e como Juiz na expedição do Aggravo, sem subordinação ao Juiz de que se aggrava, e por isso foi preciso comminar maiores penas, que no caso da expedição da Appellação.

Nota: Quando o Juis denega o Aggravo. ou prohihe ao Escrivão com terror que dê Car-

- 1 ta teslemunhavel, ou o Escrivão por si mesmo he indolenle, ou renitente, em todos estes casos, he estylo recorrer ao Regedor das Justiças, na forma, que diz Peg. Tom. 1. á Ord. pag. 167. n. 41., e pag. 325. n. 26., e Tom. 6. á Ord pag.

BBC 2

390. n. 7., Phaeb. 2. P. Ar. 90., Silv. ad Ord. L. 3. T. 74. in. pr. n. 8., e a Nota da Senador Oliveir. no Reperl. debaixo da Conclusão «= *Cartas de Justiça* =, e te. :Isto dentro das cinco légua» da Corte, e *ad instar* se devo praticar o mesmo nas Comarcas do Reino, recorrendo-se aos Corregedores. Quanio ás Appellações, que depois de interpostas devolvem toda a jurisdição ao Superior, qual a Relação; Se a culpa na remessa he do Escrivão, ainda a Ord. L. 3. T. 70. §. 2. jurisdicciona ao Juiz para castigar as suas moras. Se a culpa da remessa he imputavel ao Juiz, então pra li cavei o Recurso ao Regedor, na fôrma daquelle estylo: Esse A resto de Peg. Tom. 3. á Ord. pag. 246. n 666-, he impraticável no no Foro Secular, e não menos o he essa doutrina de Silva á Ord. L. 3. T. 69. §. 6. n. 12. (citados por Sousa nesta Nota) maxime devendo remeite r-se (contra o caso de Silva) as Appellae.des pelo Correio,-como veio a dizer o mesmo Sousa I no fim da Noia. i í

Nota 637. 638. 639. 640. 641.

Sobre a Prática nos dias de apparecer, escreverão muito bem Sousa *hic*, e Pinl. Man das Ap-pellaç. C. 16 , e 16., Confira-se a minha Nota 630. n. 4 , e nada mais tenho a dizer, mas sô a louvar; A primeira prática no Juízo Superior, o regulamento das assignaiuras, etc, estão optímanamente escriptos por Sous. na Not. 339.: A fôrma, e ordem das Ten-ções na Nota 640., *ubi nan plus utra* • : Bem como na Nota 641., o resultado do Voto do Senador, que vence a decisão, e tira das Tençoe o Accordflo, resultado qual lie ficar sendo o competente para a decisão de todos os mais incidentes da Causa.

i

* Vide Peg. Tom. 1. á Ord. pag. 326. n. 36., aonde relata todos os casos, que se decidem sem Tenções, e só por conferência no Senado.

Nota 642. A Conclusão geral da linha, e as limitações na Nota, são bem claras na Ord. L. 3. T. 68. oo Principio, e §. 1.1 A a." limitação no T. 69. §. 6.: Isto quando a Causa sobe por Appellação da interlocutoria, que tem força de definitiva: *Quid vero* (caso aqui omisso por Sousa) se a Causa subir ao Juizo Superior por Aggravo de Petição, ou instrumento? A decisão he bem clara na Ord. L. 3. T. 69. §. 8., com o beilo commenlario de Silva, que no n. 8. amplia o caso, em que se aggrava para o Corregedor da Comarca: Dá se a mesma razão, porque quando ha Provimento no Aggravo, fica suspeito o Juiz que gravou, ainda que só na interlocutoria, Guerreir. de Recusat. L. 4. Cap I i. n. 6. (confutando Fon-tanell.) e por isso já o Corregedor pode avocar a si a Causa, ainda que pendente perante Juiz de Fora, ex Ord. L. 3. T. 68. §. 22. in fine, e consequentemente requerendo-o a parte aggravada, pôde o Corregedor deixar Gear a Causa na Correição, ad instar do caso da Ord. L. 3. T. 68. in princ, et 6. 1.; O mais se achará em Silv. a esta Ordenação.

1

Nota 643

Já antes da L. de 18 de Agosto de 1747, e Assento de 22 de Maio de 1783, subião ás Relações os originaes Processos, ficando nos Juizes inferiores os Traslados dos inventários, Silv. á Ord. JL 3. T. 69. §. 6. n. 7., e quando o Superior assim o mandava, Silv,' n. 8. Depois da dita Lei e Assento vão para o Juizo Superior os originaes, e ficão no inferior os

Traslados, menos quando 66 recorre á Coroa, porque não fica Traslado algum, quando a esse Juiz» se re-mettem os Autos como determinou o dito Assento; Lnemquando os Autos se a vocilo de ura Juizo para outro, como vi julgado na Relação do Porto: Quando se embarga a execução, e os Embargos se rre-j metlem ao Juizo Superior sem suspensão, vão os próprios Autos, e fica correndo a execução no tras,-lado de lies.

Nota 644. 1. Assim he que a AppeMação devolve lodo o conhecimento da Causa ao Juizo Superior, Peg. f. For. Gap. 15. D. 30.: Por ella («> que he mais especial no Juizo de inventario, e partilhas) se emendão no Juizo Superior as lesões de algnm Coherd«iro, ainda que módicas, e menores na sexta parte, Guer-reir. Tr. 2. L. 8. C. 5. n. 25., Valasc. Cap. 40. n. 7., Peg. Tom. 7. ad Ord. L. J. T. 87. §. 4. n. 68.: Ahi se deferem os Aggravos interpostos no Psocesso, quando justificados por elle: Ahi se pedem licenças, e se concedem*para Artigos da nova razão, e se ad-miitem quando concludentes (mas susumariamente só com contestação). Não se pôde porém no Juizo Superior, e nesses Artigos variar a acção, ou emendar o erro delia, se não pôde compadecer se ao menos implicitamente com o articulado no Libello, Silv. á Ord. L. 3. T. 83. in pr. a n. 14.: Nem os Senadores podem supprir taes erros, ainda que aliás lhe seja permittido julgar *sola facti veritate intpecta*, Solara. Cog. 28. a a. 9. ad 14., Maeed. Deeis. 58., Sik. ad Ord. L. 3. T. 63 in pr. o. 3.

Nota: Por exemplo: I." Se se pedio herança por Testamento, e se se succumbio, nAo n<Sde pedir se no Juizo Superior pelo direito ab

I intestato, Solan. supra o. 13., Urceol. forens. C. fft. a n. II., aonde outros exemplos, Hontaib. de Jur. Superv. Tom i. Q. 5. n. 16.: Por exemplo: 2." Não pode na segunda instância pedir-se como emprestado o que na primeira se pedio como depositado, Silv. ad Ord. L. 3. T. 83. in pr. n. 23. Por exemplo P 3." Se a reivindicação se fundamentou em numa Causa expressa do dominio da cousa reivindicada, não se pôde na superior instância allegar diversa causa: Se se pedio hum Cavailo, não se pôde depois pedir hum Boi, etc. Hontaib. de Jur. Superv. Tom. I. Q. II. a n 57., Salgad. de Suplicai. P. 2. Cap, 8. a o. 9.: Geralmente: 4.' No Juízo Superior nada de novo se pôde allegar, que não seja virtualmente comprehendido nos Artigos da 1.^a instância, que não seja comprovativa del-Jes, que não coincida com elles, e nada tão diverso, que não sendo opposto lhe não obstaría o julgado, ut latíssime, Salgad. supra a n. 3. ad 25. Hontaib. a n. 4.: Bem que as excepções peremptórias, omissas na primeira instância, se podem allegar na segunda, não para se processa rêm na forma da Ord. L. 3. T. 20. §. 15., *seií tanquam matéria nova ad actionem aclotis coad-juvandam, velad eam enervandam*, Silv. ad Ord. L. 3. T. 83. in pr. n. 30. 31. 32., Hontaib. n. 69. et 70.: Em fim: 5.º No RepeTtor. debaixo da Conclusão = *Prova no causa da Appellação*=* etc, se acha huma Nota do Senador Themudo que «Se na primeira instância foi o Réo revel u e foi lançado dos Artigos, não os pôde alle-u gar por artigos de nova razão, *et hocjure uti-u mur in Domo Supplicationis.* » Menos (o que leu commento) que aqui não entre o beneficio

da restituição, ou o Réo junctaraente com as novas razões allegue causas, que o excusera da contumacia que fundamentou o lançamento, legítimos impedimentos, etc.

Nunca vi formalmente praticado o §. 3. da Ord. L. 3. T. 83.: E na verdade a sua interpretação prática he difficil, attento o que ahi discorre Silva.

2. Pôde porém huma Sentença conter diversos Artigos; e não se appellando geralmente delia, mas só de certos Artigos, e estes diversos, só destes se conhece no Juizo Superior, Hontaib. supra n. 26. et 37., Silv. ad Ord. L. 3. T. 83. in princ. n. 8., Peg. 3. Forens. Gap. 34. n. 106: Porque tantas em sentido Jurídico se reputão as Sentenças, quantos os diversos Artigos que huma só comprehendeo, e julgou (Not. 634. sub n. 14., et adde Arouc. Alleg. 54. n. 3.): Por tanto appellando-se de huns Capítulos ou Artigos, e não de outros, aquelles em que se não appellou passão em julgado, e se podem executar logo, pendente a Appellação sobre os mais, Mor. de Exec. L. 6. C. 6 sub. n. *f. Fallii tamen*, optime Câncer. 3. Var. C. 17. a n. 63.: Fontanell. Dec. 112. n. II., Stryk. Vol. 5. Disp. 20 Cap. 3. a n. 73.

3. Firma a mesma Ord. L. 3. T. 88. §. 2. esta regra, que na segunda instância se não podem produzir novas testemunhas sobre artigos na primeira recebidos, e a que deo prova: Porém Silva limita racionavelmente esta Ord.: i.º, quando não houve prova alguma, nem dolo em deixar de a produzir: 2.º, quando as testemunhas erSo absentes ao tempo da prova, ou supervenientes á noticia: 3.º, quando na primeira instância forSo nullamente perguntadas: 4.º, quando o que na segunda as pretende produzir

KVMV

(385)

gosa do benefício da restituição; 6.\ nas Causas roa-
tnmoniaes: G.º, nas criminaes: 7.% quando ambas as i^rtes
querem dar novas provas: 8.', quando ha Artigos de nova
razSo recebidos, etc.

Nota 645. „ '• ^ Appellacjlo he
comaiua a ambas as Partes: lista Conclusão he certíssima:
Sousa muito bem ap-prova, e mais largamente Stryk. Vol. 5.
Disp 20. — *Ue Commumone AppeUationis*=, e ao nosso
propósito no Cap. 3= *De Communione Appellalionis rattone*
Partts adversa =(da Appellaç.Só quando com-mina aos Litis
consortea, está dito na Nota 61í> desde o n. 3). Não assim o
Aggravo, que he striclo, e incommunicavel, o Ordinário,
Sec. 3. sub n. 53. *f. Tertto diferunt*, e o de instrumento Sec.
3. n. 68. nQ fim: Resta só aqui ver os termos, em que pro-
cede a L. *Ampliare* Cod. de Appellat. fonte da Ord L. 3. T.
72.: Eis-aqui o que escreveo Stryk. d. Cap. 3. a n. 21. ibi:

** Effectum autem est per hanc legem, ut appel-u latio
utrique Parti cominune dicatur beneficium. «
Distinguendum tamen, an generaliter a tota Sen-« tenha, an
vero a certis tantum Sen te n tias capi-« tulis fuerit
appellatum. Etenim, si generaliter a « Sententia tota
appellatum est, liberum est Appel-««lato, an interpositae
appellationi adhaerere velit, an "Don poterit enim omnino ei
adhaerere, et sic dici-* tur effici anos spiritus com
Appellante.»

2. «< Uti autem appeliatio ab ipso Appellante in-
« tra decendium interponenda; ita et adhsasio intra
« decendium ab Appellato fieri debet. Qua adhssio-
" ne íacta, Appellans in prasjudicium Appellati ap-
« pellationem suam, nec frustratoriain dicere, nec ei
« sive tacile, sive expresse renuntiare potest. Licet
Pari. II. v^{ccc}

« enim quis appellationi suae renuotiare possitjñhic « tamen Appellantis facto jam suspensa esl Senten-« tia, et iode Appellato jus quaesiturn, qttod ipsi in-« vito rursus auferri nequit.

« Et nine est, quod Appellatus etiam prosequi «. possit appellationem, licet Appellans illam dese-u ruerit; nec proseculus fuerit; cum per desertionern " appellaliouis efectus ai te ri Parti cummunis non ait « sublatus, et negltgentia Appellantis in prosêquen-« do appellationem non debeat nocere Appellato.

4. M Quod si non adhaeserit expresse, inlegum u quidera est Appellanti appellationi suse renuntiare, •< antequam citationem adversas Partem adversam « extraxerit, ac appellationem interpositaiu porsequi « inchoaverit; cum ante citationem Appellato nul-'[<] lua aclhuc jus ex alterius appellatione quesesitum >< sit (de jure nostro etiam in inslantia appellationis Ord. L. 3. T. 72. §. 1. ubi Silva)•

i 5. « Postquam au tem appellationem suam prose-'[<] qui inchoavit Appellans, Appellatus se non minus u ajus appellatione juvare potesl, ae sr ipse appel-«< lasset,. wel appellationi expresse adhaesisset, et Ju-H dex appellationis, licet Appellatus nihil horum pe-« tat, Sententiam piiiozem reformare, ac in favorem « A ppellati corrigere potest (dummodo Appellans in « Superiori insta»tia ab appellatione non desistal, « pruuir ei permillit, Ord. L. 3 T. 72. §. i.)

6.. « Obstarè quidem videtur (1.), quod Pars, « quae tacuit, et non appellavit, videalur Sententise « acquiescere : Ver um respondetur: Videri quidem « hanc Parlem acquiescere, non lamen aliter, quam « qualeuus altera acquiescat, dissentire vero oninino « quatenus altera appellat. Et non est novum, quod « quis ex alterius persona consequatur quod ex sua " non poterat.

7. (2.) « Obstaré videtur, quod Iudex non posset sit iudicare, nisi de eo, quod in contestatione « est deducum, et non impetratur Officium suum, "nisi fuerit imploratus. Respondetur enim, Iudici « tamen appellationis stalem atque causa ad eum « devoluta est, incumbere Officium rerum omnium, « quaecumque in iudicio versantur: Et sic eum te-
<« neri ex actis, etiam absente Appellato, supplere « ea, quae pro Appellato faciunt. Quoties enim contra « absentem Sententia potest ferri definitiva, toties " Iudex supplere potest ea, quae sunt facti. >»

0 « Et hinc est, quod eum Appellatus non debeat ab omnia condemnatione expensarum appel-«< lare propter honorem scilicet, Iudicis, qui non mi-
nima affici videtur iniuria, si atque Pa-
rs appel-«< let ; Iudex Appellantem in eas, etiam si Appel-« Jatus id non petierit, condemnare debet. Quod si « autem victus non appellaverit, aut appellaverit «< quidem, sed non a tota Sententia, aut appellatio-
u nem non fuerit prosecutus, victor appellare uti-
" que ut expensas consequatur necesse habet ne « alias damno afficeretur, sciens a Parte victa ap-
-** pellatum esse, eaque propter se appellatione non « indigere, quod ferendum non est.

9 « Similiter, quamvis in prima instantia nihil « de usuris fuerit dictum, appellationis Iudex in « eas Appellantem condemnare et potest, et debet; H modo ex natura propositae actionis in condemna-
u tronem veniant. Iniquum enim foret, liberari Ap-« pel-
liantem ab earum restitutione, eum per protra-
u ctam appellationem sua Sententiae executionem <i nimium quantum exereverint; mora-
que amplius w purgari nequeat, si res integra non sit, quae tunc « integra esse desiit, quando actoris interesse cae-
» pit.

10 « Atque base iŕa obtinent, si a tota Sertten-•• tia fuerit appellatum, quod et amplius extendunt « ad eum casum, si Appellans à tota quidera ap-« pellavit Sententia; in justificai ione appellatŕonis « vero non omnia, sed certa dumtaxat Senlentie « capitula i m pugna vi t.

11 M Si autem a cerlis tantum capitulis ajTpeJ-" latum est, adversas Parti appellatio comrounis esse u non videtur. Distinguendo tatnen hic est, an Sen-M tentia, a qua pro parte tantum appellatum, plura « contineat Capitula connexa an vero Capitula se-« parala. Etenim si connexa contineat capitula, et w ab uno tanlum fuerit interposita appellatio adhuc •« adversae Parti communis erit, ita ut illi Liberum " sit in Capitulis connexis appellationi adha3rere : >< Connexilas enim communio, et unio causae ope-4i ranlur ut causas devolvant, quse alias non devol-" verentur. Connexio autem sestimanda in primis tf est, non ex rebus, sed ex causa, petendi; ita, ut « si haec una sit, capitula, quae in actionem veniunt u licet de diversis rebua sint concepta, adhuc tamen w censeantur connexa. Sic enim obligationes se in-« vicem respiciunt, unaque sine altera stare, vel ab « altera separari nequit.

12 « Sin autem capitula plura diversa, aut se-« parata * contineat Sententia, eo caso appellatio '» ab uno capitulo Parti adversas non est communis (Couf. Silv. ad Ord. L. 3. T. 72. in pr n. *, Peg. « 2. For. C. 13. n. 1.). Siquidem cum boc casu tot M iulelligantur Sententia, quot ejus sunt capitula; « appellatio ab uno non suspendit jurisdictionem << prioris Judieis in aliis capitulis separa tis; sed in u reliquis Sententia transit in rem judicatam » etc. • Conf. Repertor. debaixo da Conclusão

= 4ggravado quando se achar\ que he o dppel-

M

m c

ff'

r

o

(389)

lado, etc. Por exemplo: J.º Quando datur actio « pro parte Actoris, et reconventio pro parte « Rei ita ut si Réus absolvitur, et non appel-« lavit quia Actor non fuit condemnatus in re-«< conventione; tunc appellatio non est com-I ** munis, et solum cognosci debet circa Appel-I « lationem ab Aotore ínterpositam.» Repertor. supra: Por exemplo: 2.º, no caso julgado que refere Peg. 8. Por. Cap. 34. n. 106. ibi: « Revo-« gando sua Sentença vistos os Autos, e como w por elles se mostra conter o LibeJlo varias - u partidas, e da Sentença dada pelo Juiz ap-M « peilar somente o R. Aggravado da condemna-u ção dos ditos 60^000 rs., nos quaes termos. « conforme a Direito, sendo as outras partidas « diversas, e separaveis, como são, não se apel-« Jando dellas por nenhuma das Partes, ficarão u passando em cousa julgada, e se não podia ■ « dellas tomar conhecimento, nem alterar em «< cousa alguma a Sentença do Juiz, mandão «que nesta parte se guarde, e não a do Senado inferior» etc. Vid. Salgad. de Reg. Port P. 3. C. 15. tot.: Por exemplo: 3.**, quando um Co-herdeiro appelia dos particulares gravam es, W que experimentou nas partilhas confirmadas na I Sentença appealJada, Guerreir. For. Q. 94. o. 13. et 16.

13 «< Hinc (continua Stryk.) pro Appellante i.i cõsultius est, pro parte tantum, sive limitate á M prasjudícialibus capitulis appellare: Sic enim Ap-« pellatus ejusmodi appealJationi limitatae nec expres-<« se nec tacite adhasrere potest, nisi io illo capitulo « a quo appellatum: Unde opus habet, ut non tan-« tum expresse adhíreat, sed et reliqua Sententiae

« membro, quibus se gravalum putat, adhesiouis * < scheduía3 inserat, ac ita ipse appellel.

14 »> Cessabit hoc beneficium L. ult. Cod de « Appellat, si ulraque Pa rs seorsim appeliaverit, ac «< in prosecutione appellationis defecerit. Renuntiasse « eniro censetur huic Jegis beneficio. Nisi tamen ca-« pílula sint conhexa, ubi nihilominus ob connexi <* latem causas petere potest Appellatus, ut Senten-« tia in sui favorem reformètur >? etc.

15 « *Quid vero*, se o conderanado não appellou, mas depois obteve Provisão para appellar : Se a Ap-pellação interposta em execução desta Graça, fica também commua ao Adversário! O Reportor. debaixo da Conclusão = *Appdlação he commua a ambas as Parles**Begue* que sim : E bem se confirma: 1.", porque a Provisão obtida para com dispensa da Ord. JL. 3. T. 59., se provar o contracto pela prova do Direito Cemmura, aproveita ao Adversário, Thom. Valasc. Alleg. 72. a n. 26., França ad Mend. P. 2. L. i. C. 2. o. 104.: Confirma-se 2.º, coro o simüe da Provisão obtida para não residir nas Audiências, quando se tracta de accusação criminal, porque aproveita ao Adversário, Additio ad Phaeb. Dec. 139. prop. fin. *f Inquirunt*: E ainda que o contrario quiz persuadir Guerreir. Forens. Q. 94. a n. 13. et 14., eu não o sigo, mas o Repertório, attentas as ditas Comprovações.

Nota: Ainda que a nossa Ord. L. 3. T 72 teve por fonte a L. Ampliorem Cod. de Appellat., e delia receba estas illustrações, com tudo a mesma Ord. no §. 1. se apartou do Direito Commura, permitlindo ao Áppellanste desistir da Appellação, ainda quando no Juizo Su-

P perior esteja pendente, em quanto não julgada P a Appellação, e de negando ao AppeItado, neste caso, a communião da Appellação, posto que pelo Feito conste que foi aggravado pelo Juiz principal; pois que não appellou, e o Appellan-te desceo da Appellação: Esta d íffer ença da nos-I sa Lei, «Direito Com m um advertirão Pereir.

- de Revision. Gap. 86. n. 3-., Cald. na L. Si Eu-ratorem. Verb. *Adversarii dolo o*» 35. f. *Sed non satisfacit: E* assim o que conforme o Direito Commum escreveo Stryk. acima transcripto n.
- 4. e 5., he impraticável neste Reirro. ■'

ARTIGO.IIÍ.

Do Aggravo.

Nota 646 , até 650. Parece-me que na Secção 3. \$.10. e li. ex-puz o systema <)a nossa Legislação a respeito dos Aggravos de Petição, e instrumenlo: No n. 9. o que he Aggravo Ordinário, e de quaes Magistrados senão pôde appellar, mas só aggravar ordinariamente, e tudo era differença dos Direitos Romano, e Cano-nico: Em que casos são ou não competentes estes Recursos, se mostrou em toda a Secção 3.*

Notas 651. até 661. Em que conferem, e em que differem os Aggravos de Petição, e de Instrumento, e os requisitos do Aggravo de Petição, e Instrumento, tudo está demonstrado na Secção 3. a n. 79., e desde o n. 54. e seguintes.



(392)

Nota 662.

Confira-se a Secção 3. n. 59., e Secção 4. n.

§3., aonde mais largamente: I _____

* I

Nota 663. Confira-se a Secção 3. n. 163. na Nota, e ad-dicione-se o ahi exposto: E sobre isto advirta-se, que obtendo-se Provimento por meio do Aggravo, tudo se restitue ao estado, em que estava a Causa quando se aggravo u, e o Aggravo não suspendeo o progresso delia, Leit. de Gravamin. Q. 6. n. 149 , e he o Aggravante restituído a tudo de que foi re-pellido, ou o Adversário repellido de tudo o a que foi admitlido, e cassado tudo o que se lhe permittio, Leit. supra f* *Ubicumque igitur.*

Nota 664. I. Dos Recursos á Coroa, e casos mais freqüentes da sua competência tractei na SecçSo 4. a n. 63.: Que elles suspendem os procedimentos ad ulteriora pelos Juizes Ecclesiasticos, está mostrado Sec 4. n. 76.: Estes Recursos se podem interpor para a Coroa, e ao mesmo tempo appellar para a Metrópole sem incompatibilidade, como contra Pereir.tle Man. Reg., Osor. de Patron. Reg. Coron. Resol. 67. n. 12. Neste Recurso figurão só Ires Pessoas, o Recorrente, ou Procurador da Coroa, o Juiz da Coroa, e o Juiz Ecclesiastico, de que se aggrava ou recorre, Osor. de Patron. Reg. Resol. 24. n 2 : O Assento de 30 de Março 1694 permittia á Parle contraria Embargos; mas foi revogado pela Carta Regia de 30 de Julho de 1694, e confirmado aquelle antigo estylo. * Porém isto não tira que a Parte adversa, que não figura no Recurso, possa subministrar ao Juiz Ecclesiastico algumas auriculares informações, e

entregar-lhe Documentos para responder ás Cartas rogatórias, Osor. supra n. 2. Os Bispos, quando dei-les se recorre, podem responder ás rogatórias por mão alheia, A vis. de 27 de Fevereiro de 1793.

* Bem (e parece que com justa razão) declamou contra esse estylo Pereir. de Man. Reg. •

I Cap. 11. n. 8 , porém ainda que se seguio no dito Assento, a Carta Regia o revogou, e ficou sub-
I sisündo perpetuamente o estylo antigo de não serem admitlidos nem ouvidos os Adversários.

2. No Districlo da Relação do Porto conhece dos Recursos o Juiz da Coroa, e ainda que não pôde conhecer dos Padroados Reaes, Osor. de Patron. Reg. Resol. 8. n. 8.: Comtudo (sendo certo que commetle violência o Ordinário, que#ecusa collar no Beneficio do Real Padroado o Apresentado pela Coroa, ou seu Donatário, que está na posse, ex Osor. de Patron. Res. 25.) pôde o Juiz da Coroa do Porto conhecer, deste Recurso (Sec. 4. art. 7. n. 83.)j porque conhece primariamente da violência,, ainda que incidentemente da natureza do Padroado, e posse de apresentas.

3. Se no Juízo da Coroa do Porto se decidio algum Recurso, v. g., denegando-se Provimento ao Recorrente, não tem este outro regresso, que não seja o meio da Revista (Sec. 4 art. 7. n. 82.): Sim o Regio Procurador sempre pôde embargar os Acórdãos, ex Osor. Resol. 24. a n. #., et Resol. 99. n. 8., quando de algum modo se referem os Direitos da Coroa, e ainda os Recorrentes são admitlidos ahi a embargar, maxime com assistência do mesmo Procurador,. Peg. Tom. 3. ad Ord. L. 1. T. 9. glos. 16. n. 613. pag. 239 *
Pari. II. DOD

I

(39*)

41 Nota: O Juiz da Coroa de Lisboa nSo pode conhecer dos Recursos interpostos dos Juizes-Ecclesiasticos do Districto da Casa do Porto, Peg. Tom. 3. á Ord. Jlag. 234. n. 57âv

4. Papa se interpor este Recurso não ha tempo limitado, como, além dos DD. citados por Sousa, Mell. Freir. L. 1. T. 5, e § 57. na Nota, Silv. á Ord. L. 3. T. 74. § 5. n>. 8., Peg, Tom. 9. á Ord. L. 2. T. I. §. J4.. n. 71. Oroilto a razSo de difiêrença entre estes, e os mais Recursos.

5. A Petição de Recurso (o primeiro, e principio do Processo) se faz ao Juiz da Coroa, (por Senhor como ao Soberano: Cost. m Dom. Supplic. An-not. 8. n. 6*4.) expondo-se as causas- justificas" do Gravamen, e que fundamentam o Recurso (vid. Sect. 4. art. 7. n. 79. na Nota^f Por Aceordão com Adjun-ctos sé manda passar Carta para o Juiz Eccfesiastrcso responder, e remetter os Autos * com a c o mm inação de se* haver o> Recurso por justificado **, como assim estava determinado em antigos Assentos, de qoibus Pfereir. de Man. Reg. Cap. 11. n. 6., Confira-se a Sec-ção 4. n. 76., aonde que as costumadas Rdversaes aos Núncios assim o requerem: (Conf. Cosk sopra).

* Está declarado pelo Assento de 33 de Maio de 1783, que não deve ficar traslado dot Autos no JUÍZO Ecclesiastico, em dhTerença do que a respeito das A ppellações determinou a L. de 18 de Agosto de 1747.

#* Ha hum Decreto de 16 de Dezembro do 1678, na Ord. L. I. T. 9. §. 12. o. 9., em que se ordenou que os Aggravos, que se interpor zerem para a Coroa? tanto dos Juizes delegados, como dos Ordinários, se lhe peção respostas»,

e os Processos; «que quando o Nuncio, ou seu Auditor recusão da-Jos, se proceda adian te, com tanto que ae justifique o gravamen peta modo possível, -não bastando sempre .a reni-teocia somente de dar os Processos para justificação do gravamen, como algumas vezes se praticou. Porém sobre -este Decreto e soa i-o-telligencia fez o memorável Procurador da Corroa Manoel Lopes de Oliveira o exeellente d;is-Curso, que se vê copiado em Peg. Tom.. 14 á Ord. ,pag. 68. 59. <e 60.,; com que demonstrou que supposto mencionasse os Ecclesiasticos 4á> Reino, ou Ordinários ou Delegados, suppoz o .Príncipe, que não poderião denegar os Autos como nunca denegarão; nem podia haver razão jurídica para que, renuindo remettellos, não se houvesse o gravamen por justificado; e que o ha-ver-se em tal caso por justificado he conforme as nossas Leis, estylo, e Direito (que expendeo): J5 só quanto aos Núncios ha diversase políticas razões, que abi exhibio, etc. Essa resposta, e interpretação do dito Decreto he digna de ser vista.

6. Passada assim a Carta, notifica-se peJa Justiça Secular ao Juiz recorrido; responde, remette os Autos: Despacha-se em Relação: Se não exculpa a arguida injustiça, e o caso he de Recurso (muitos ha que o não são, utSect. 4. aN. 77.), se profere Accor-dão (dá 0 Form,uJario Cosi. pag. 63. Col.?.), em que se julga o Gravamen justificado, e ue manda passar Carta para que o Juiz Recorrido ae abstenha, não proceda, etc.: Se não cumpre a primeira, ae passa segui)da, e terceira na forma da pratica original, de qua Costa supra pag. 63. e 64., e bem declara Sousa

POD 2

hic: Conf. Pereir. de Man. Reg. Cap. 4 a n. 3., Cap. 12. a n. i.

7. A Pratica que se segue depois das três Sentenças da Coroa até haver Assento no Desembargo do Paço, e mesmo a respeito das Temporalidades, (ultimo remédio, exercício do Poder Real) nenhum melhor a expoz como Caídos. Osor. de Palron. Reg. Resol. 75 : Ahi com vários exemplos, e Decisões, os Formulários dos mais Requerimentos, Accordãos, Assentos, etc.: Ahi n. 15. transcreve a Carla Regia [de 21 de Junho de 1617, sobre a fôrma das Temporalidades contra os Ministros Ecclesiasticos, que não cumprem os Assentos do Desembargo (Carta também na Coll. á Ord. L. I T. 9. §. 12. n. 3. pagin. **487.** e na Deducç. Chronol. P. I. Divis. 8. §. **328.**), Confira-se a Carla Regia de 28 de Julho da 1620 na mesma Ord. pag. 438, e na mesma Deducç. §. 329.

8. No Assento do Desembargo do Paço se tem ou não voz os Procuradores da Coroa, disputa Osor. Resol. 100. Que podem embargar o Assento, he sem dá vida, Osor. Resol. 24. a n. 5., et Resol. 99. n. 8., Peg. Toro. 7. ad Ord. in Regim. Senat. Cap. 94.: Se porém os Juizes Ecclesiasticos podem embargar os Assentos ? Nega com hellas razões Osor. Resol. 44. n. 6.: Mas Peg. supra d. Cap. 99.. diz que o Rei o permiltira, e assim se observa, e deve observar: O que se observa eu o ignoro.

Nola I.*: Vários casos específicos, em que compete, ou não este Recurso, além dos por mim referidos na SecçSo 4. a n. 65 , se vejam em Solan. no Succ. de Peg. verb. *Recensus*. 2.* Quanto ás custas dos Recursos, veja se a minha Nola 687.

UV

Depois do que escreveram Van-Esp. de Recurs. ad Princip. Cavallar. Inst. Canon. P. 3. Cap. 34; a Deduc. Chronolog., etc. Seria puerilidade ou pedantismo querer demonstrar hoje os poderes dos Reis, para por via de Re* I cursos protegerem os Vassailos ainda Ecclesias-ticos, e procederem as Temporalidades, etc.

9. Mistura Sousa nesta Nota como espécie de Recurso as Cartas *Tuítivas Appellatorias*, de que tracta a Orei. L. I. T. 8. §. 7., L. 2. T. 10. §. I., L. 3. T. 85. §. I.: Não devo porém aqui deixar de advertir, que como usar em taes casos do remédio destas Ordenações, ou do Recurso á Coroa hee-le-ctivo ás Partes, Oliv. de For. Eccies. P. I. Q. 17. a n. 62., Peg. Tom. ad Ord. L. 3. T. 10. in pr. n. 13., Repor!. debaixo da Conclusão = *Cartas Tuítivas se passar*, etc.; e o remédio do Recurso á Coroa he mais fácil e providente: Por isso este he o que está no uso do Foro, e não o das ditas Ordenações, *Re-pertor. debaixo da Conclusão = Desembargadores do Paço mandão passar Cartas Tuítivas*=etc.

Das Cartas Tuitivas Appellatorias, sua competência, em que casos, e sua prática, fractarão Mend. P. 2. L. 2. §. 11. ex n. 15., Portug. de I Donat. JL. 2. C. 33., Pereir. de JMan. Reg. Cap. 22., Peg. Tom. 8. ad Ord. L. 2. T. 10., Cald. For. Q. 28.; Com effeito: Que o meio do Recurso he mais prompto, e providente, *persepa-tet*; porque a Tuiliva Appellatoria depende dos difficeis requisitos das dietas Ordenações; e o curso logo que se intima ao Juiz Ecclesiastico Jhe liga as mãos, e suspende todo o procedimento-: Sim está sujeito ás rogatórias, e por fim a As-

sento, mas a Jurisdicção do Ecclesiastico suspensa. A Tuitiva Appellatoria he mais summaria, e decisiva, porém os preparatórios difficeis. Não he fácil sacar dos Escrivões do Auditório Ecclesiastico esse Instrumento : Eu já me vali da es-•tratagem de levar o Appellante á Audiência do Ecclesiastico hum Escrivão do Foro secular, que observasse a denegação da Appellação, e passando delia Attestação, com esta fundamentei o Recurso, e foi feliz a es-•tratagem. Hum a tal Certidão parece que bastará para o primeiro Requerimento da Tuitiva, e se assignarem os três .mezes de manutenção (até se í«-zerem diligencias) na fôrma do §. J. da Ord-L-2. T. 10. lato quando se denega totalmente a Appellação: E quando se recebe só a Jftevoluti-vo, he mais fácil hum Certidão dos Autos para fundar o requerimento: Se o Juiz nega a copia, he fácil pedir vista dos Autos, e faze-la passar por hum Escrivão do Foro Secular.

Das Taltivas Conservatórias da posse tractarão Por tu g. de Donat. L. 2. C. ;}2., Osor. de Patron. Reg. Resol. 72. e 73., Velasc. Cons. 79., Peg. 2. For. C. II. a pag. 861., e eu no meu Tract. dos Interdict Poss. á §t*

Nota 665. até 668. Dos Aggravos no A.eto do Processo tractei na See. 3. a n 70, e mais especialmente a m. 114.: O modo de deferir a elles no Juizo Superior, quando ahi sobem os Autos (jn. 83.): Que seja uecesario interpor-se em dez dias (n. 55. e 80.) Que baste se escreva nos Autos pelo Advogado sem necessidade de termo (n. 61.): A regra geral (n. U5.); Os casos específicos, em que sé he competente (a n. 116.):

(399)

Quanto ao caso do a (.tentado: Veja-se a variedade de opiniões (à n. lio.): Quanto á Sentença sobre a habilitação: Vejam-se CM DD. citados n. 109.: O mais está também dicto, e comprovado (ainda com addiçdes) desde 114, até 127.

Nota 669. 670.

Dos Aggravos de Ordenação não guardada tra-ctei na Secção 3. desde o n. 128. até 133.; Quanto ao excesso na execução, duvido seja Aggravo de Petição, como diz Sous. Not. 670., porque a Ord. L. 3, T. 76. dá a providencia da AppeJfação, e esta mesma dfá Franç. ad Mend. P. i. L. 3. Cap. 19. n. 20.

■

Nota 671. 672.

I Na mesma Secção 3. desde o n. 86. até o n. 115. Iraclei os casos em que por Lei, e por estylo compele Aggravo de Petição ou Instrumento, jun-ctos os mais que compendiei debaixo do n. 78., e nada mais me resta addicónar.

Nota 673.

Confira-se a Secção 4., aonde tractei dos Superiores competentes para as decisões dos Aggra-vos, e Recursos .* e nada tenho mais a addiccionar ou censurar nesta Nota de Sousa, senão augmen-lar-lhe os elogios, e eeder-lhe a' palma no bem disposto, e comprovado desta Nota 673.

ARTIGO IV.

Do Aggravo Ordinário.

Nota 674.

Das Sentenças interlocutorias, que tem forças de definitivas, se lembrou aqui Sousa, e relatou os casos, em que sSo appellaveis, ou aggravaveis por Petição ou instrumento Quaes são as interlocutorias, que conforme o systema da nossa Legislação tem forças de definitivas, e quando appellaveis, o mostrei na Secção 3. a n. 70.: Em que casos com pete dellas o Aggravo de Petição ou Instrumento o mostrei na dita SecçSo, debaixo do n. 78. Das interlocutorias pois, que tem força de definitivas, e que contém damno irreparável nas definitivas finaes, tem lugar o Recurso da Revista, Pereir. de Revi-sion. Cap. 26. a n. 17.

Nota 675 até 692

Os Magistrados, dos quaes pela sua graduação se não appelta, mas só se agrava ordinariamente, ficão referidos na minha SecçSo 3. n. 9 , e por Sousa na Nota 647 , sendo aqui supérflua a Nota 678.: Das diferenças que fiz na Secção 3. desde o n. 52., entre a Revista, e o Aggravo Ordinário, e das combinações, e diflTerenças que fiz do Aggravo Ordinário, e Appellação na mesma SecçSo, desde o n. 53-, se infere a comprovação de muitas lheses, que es-creveo Sousa nas suas Notas 676., e seguintes, e nada me resta adicionar.

Nota 693. Quanto á Nota 693., confira-se a minha Secção a. n. 63. junto ao fim, e addicione-se a Cabed. 2. P. Decis. 60. a doutrina de Silv. á Ord. L. 3. T. 84. §• 11-, e ao principio do mesmo Tit. a n. 13, *ila ut sensus sil*: 1.º, iem todos os Juízos, em que pela graduação dos Magistrados só se concede Aggravo Ordinário, e não Appellação; se elles concedem o Aggravo Ordinário, desta concessão só ha Aggravo no Processo: 2.º, se o denegão, ha aqui huma difleren-ça entre os mais Magistrados, e os da Relação do Porto: Se aquelles os denegão» podem as Parles recorrer ao Superior por Aggravo de Petição ou Instrumento: Se estes, só em Mesa Grande se decide a concessão, ou denegação do Aggravo Ordinário, Se o Aggravo se interpõe do Relator na Causa de Revista, não pertence á Mesa dos Aggravos, mas aos mais Juizes nomeados para a Revista. Tudo assim, e com estas di&lincções, comprova Silva supra ad Ord. L. 3. T. 84 in pr. a n. 13. a d 15.

Nota 694., até 702.

Denega-se o Aggravo Ordinário . 1.', quando a Causa cabe na alçada, e nem ainda neste caso se concede dispensa da Lei (Sec. 3. n. 63. no fim): Sobre a avaliação da Causa para este, e outros fins, discorri largamente na Nota 634. Não se concede: 2.º, quando se interpõe fora do decendio (Sec. 3. o. 63.): Mas pôde haver dispensa da Lei (Not. 691., confira-se a minha Secção 3. debaixo do n. 18.) Não se concede: 3.º, quando a parte vencida consente na Sentença (veja-se a minha Nota 621.) Denega-se: 4.*, ao mesmo tempo o Aggravo Ordinário ao que embarga na Chancellaria, menos que não desista
Pari. II EEE

dos Embargos dentro dos doas mezes: Adde Silv. ad Ord. L. 3. T. 84. §. 4. n. 14.: *Aliter* nas Sentenças dos Juizes Ecclesiasticos, quë sem repugnância se pôde contra ellas ao mesmo terapo aggravar para a Coroa, e áppellàr para a Metrópole (Setí-. 3. d. 64. no fim dá Nota. Rejeita-se: 6.º quando ê Réô for verdadeiro revel (Vid. Not. 621.) Rejeita-se: 6.º, quando o Juiz foi mero executor de facto (quaes os tjue refere a Ord. L. 3. T. to.); i diz a mesma Ordenação que « quando ôlles passarem o que « Itoes fôr mandado, e fizerem o que não devem, ag» <« gravar-sé-hão as Partes ao Julgador, <}tre mandou '- fazer a execução, para que emende o aggrávo: 9 « quando o Julgador o não emende, poderão delle « appellar, sendo a quantia de que se possa appellar." Se o Executor he de Direito, também se não aggra-ra deite, eXcêpto se excede o modo da execução: Quando* o modo da execução se excede, e em ijtié casos está dito na Nota 633. n. 01. Recusa-se 7.º, nos casos "Crimes processados nas Relações Subalternas : MM ha exemplos de Revistas Graciosas, Sec 3. n. 46. Not. ****

ARTIGO V.

úa Revista.

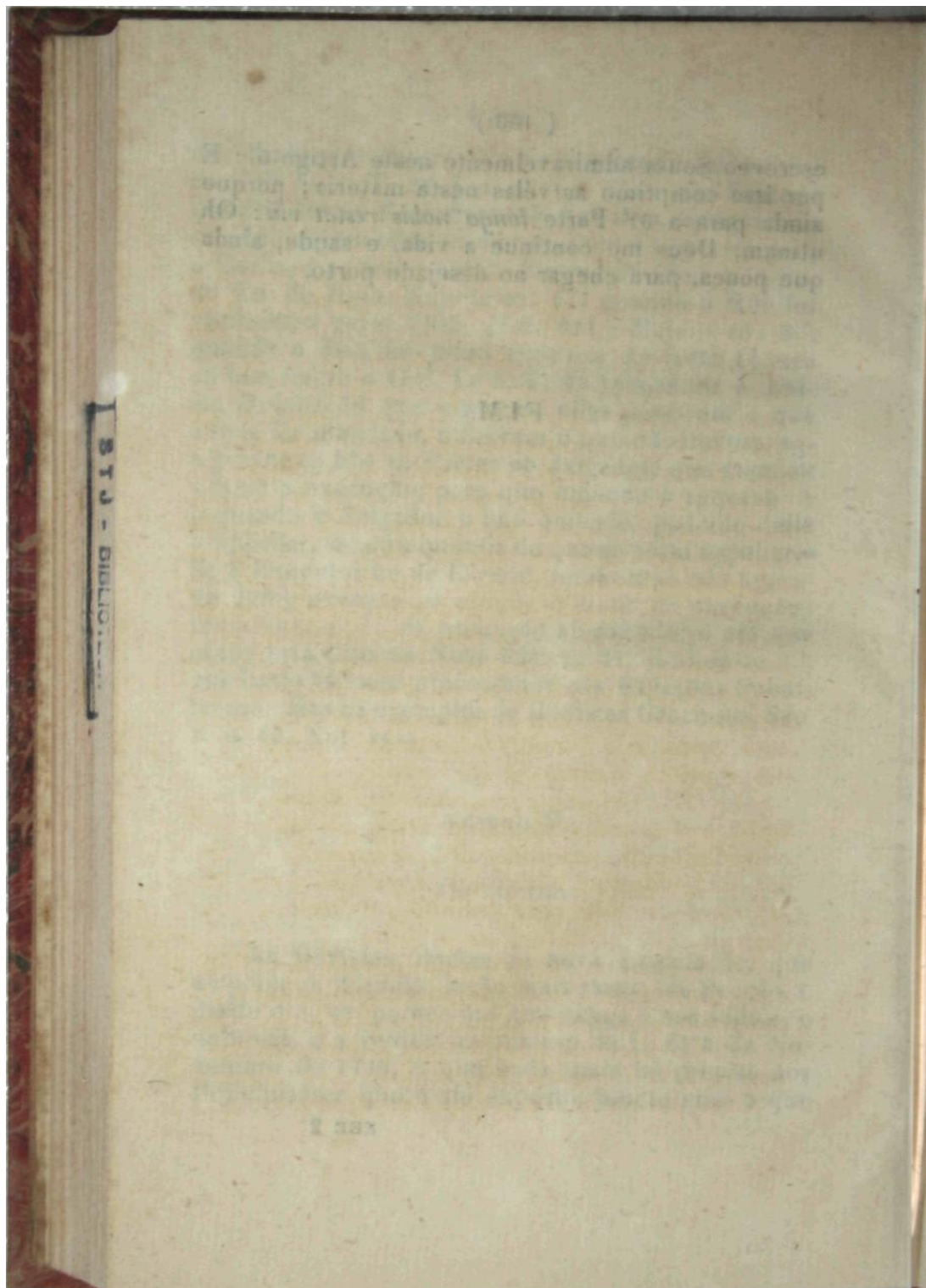
■j As Revistas, depois da nova Legislação, que ampliou as Alçadas, serão inais raras: Na Secção 3. desde o n. 44. parece-me que' exípuz a sua índole, e natureza, e a verdadeira analyse da L. de 3. de Novembro de 1768, e que, nada mais he preciso aos Principiantes que o ahi exposto, juhcto com o que

(403)

cscreveo Sousa a d mira velai ente neste Artigo í»: E por isso comprimo as velas nesta matéria; porque ainda para a 3." Parte *longa nobis restai via*: Oh utinam, Peos me continue a vida, e saúde, ainda que pouca, para chegar ao desejado porto.

FIM.

r.EK 2



ÍNDICE

nm

CAPÍTULOS, SECÇÕES, E ARTIGOS DA*S SEGUNDAS LINHAS SOBRE O PROCESSO CIVIL, PARTE SEGUNDA.

(- -> _____	
Paginas	
JAP. XXVIII. <i>Dos Recursos</i>	jtf*
.....	5
Art. I, <i>Dos Embargos N'... :A'..... í,,}</i> *«	
p	
Art. II. <i>Das Appellações</i> *»..... ^y*	4R
Secç3o I. <i>Origem e progressos das Appel'</i>	
<i>lações conforme o Direito Romano</i>	Í...-V-! 49
Secç II <i>Origem e progressos da Appella-</i>	
<i>ção com ampliação dos casos do Direito Civil</i>	
<i>pelo Canonico no Foro Ecclesiastico, e sua</i>	
<i>pratica neste Juízo •.....»0</i>	6 (
Subsecç. I. <i>Em que concorda o Direito Canonico, e</i>	
<i>Civil, quanto áfórma, casos das suas competências, c</i>	
<i>expediente das Apptllações. v!/></i>	ti 3
Subsecç. II. <i>Appellações no Foro Ecclesiastico, de que</i>	
<i>o Direito Romano não teve idea, introduzidas pelo Direito</i>	
<i>Canonico das Deere*' taes, e pelo novíssimo em vários</i>	
<i>casos... 'Jv ' 70</i>	
Secç. III. <i>Origem, e progressos das Appellações, e</i>	
<i>Aggravos neste Reino: O que dos Di- tin rei tos Civil; e</i>	
<i>Canonico adaptarão as nossas Legislações: Systéma</i>	
<i>deltas nas Appellações, e Aggravos das Sentenças</i>	
<i>definitivas e interlo-</i>	
<i>cutorias</i>	A..... 94
Art. I. <i>Origem* e progresso das Appellações, e</i>	
<i>Aggravos neste Reino: Julgadores que deites</i>	
<i>conhecido, € conhecem</i>	J*••••»••..... ibid.
Art. II. <i>Confrontação da nossa Legislação</i>	
<i>com eu Leis Romanas, e Canonicas</i>	105
<i>Casos, em que as nossas Leis Pátria» se cou-</i>	

ÍNDICE.

Página

formão com os Direitos Romano, e Canonico, e em que discordão delles....» ibid.

Art. III. índole, e natureza da Revista, do Aggravo Ordinário, da Appellação, do Aggravo de Instrumento, «fo Aggravo de Petição, do Auto do Processo s>Differenças entre a Revista, € Aggravo Ordinário; entre este, ea Appellação; entre esta, e o Aograoo de Instrumento; entre este, eo de Petição; entre este eodo Auto do Processo: Tudo conforme ú nossa Legislarção, € Esyl&s da Supplicação, ePorto 433

Divis. I Revista: Sua Índole, € natureza. ibid-

Differenças entre a Revista, e o Agijrasao

Ordinário pJ&.%,' J.54

L Divis. II. índole, e natureza do mesmo Aggravo Ordinário: JEm que se equipam .com * Appellação: Em que differe delia *»«, í 56

Divis. \A. índole, e natureza da Appellação, e do Aggravo dê Instrumento, ou de Peição: Aqttelia em que confere.; e em que differe destes &d&it

Subdivisão 1. Qual pata .este fim se deva julgar inlerlocutoria mixUi .aom força de definitiva, qual inlerlocutoria simples III.. 174

■ SubdivJB li. -Casos em que das interlocutorias com»força de definitivas não ha Appeia-ção, mas só Aggravo de Petição ou Instrumento & ..àüil

Limitações da Orâ. L. 8. T. 63,.. . <nb.au.-n *Wtf.

Divis. IV. índole, e natureza d'estas três espécies de Aggravos, de Petição, de .Instrumento, -do jiuiio.ydo \Pracesso: suas differenças e Aqgravo de Ordenação não.guardada, sua pratica . vJ. 'úfgfX ...;.....'-. •... ■ ,..■;■ ♦ ■■-»■ I •,U4

Subdivis. I. Em quaes vasos compete espcialmenteo Aggravo daRetição owimtnumen-

ÍNDICE.

Paginas

<i>to, por Lei, que o permitia, ou em vaso omissso,</i>	
<i>por praxe.....</i>	1&9
<i>Prenoção geral</i>	ibid.
<i>Ki Casos, em que compete este Aggravo por Lei</i>	190
<i>Casos em que competem estes Aggravos por "praxe do</i>	
<i>Foro semfundamento em f.ei clara..</i>	j 94
<i>Subdivis. II. Casos em que campeie, e só he competente o</i>	
<i>Aggravo no Auto do Processo. .</i>	199 Subdivis III.
<i>Aggravo de Ordenação não</i>	
<i>guardada, e sua pratica.....</i>	207
<i>Secç. IV. Quaes Magistrados superiores co-</i>	
<i>nhecem (e em diversos casos) de todas as es</i>	
<i>pedes de Recursos, e Aggravos.....</i>	'...' • 212
<i>Art. I. O Rei</i>	■, \ . . 212
<i>Art. II. O Dezebargo do Paço</i>	213
<i>Ari. III Concelho da Real Fazenda</i>	222 Art.
<i>IV. Mesa dos Aggravos da Supplica-</i>	
<i>cão.....Y»....</i>	". 229
<i>Art. V. Mesa dos Aggravos da Relação do</i>	
<i>Porto</i>	J. V. 5:« 235
<i>Especialidades nos Aggravos aativos, e pas</i>	
<i>sivos desta Relação</i>	238
<i>Eslylos do Porto quando se erra o meio da Appellação ou</i>	
<i>Aggravo, ou Juízo ad quem..</i>	239 Art. VI. Juízo dos
<i>Feitos da Fazenda ...</i>	240 Ari. VII. Juízo dos Feitos
<i>da Coroa, da</i>	
<i>Casa da Supplicação, e do Porto... ..</i>	241
<i>I Ari. VIII. Corregedor do Crime da Corte</i>	
<i>de Lisboa, e Porto</i>	271
<i>Art. IX. Corregedor do Cível da Corte.. .</i>	276
<i>I Art. X. Junta da Bulla da Cruzada.....</i>	280
<i>Art. XI. Mesa da Consciência.,;.....</i>	285
<i>Art. XII. Junta dos Três Estados.....</i>	288
<i>Art. XIII. Juiz da Chancellaria.....</i>	289
<i>Art. XIV. Corregedor da Comarca.....</i>	291

■	INDICK.	■
		<i>Paginas</i>
	Art. XV- <i>Provedores</i>\	293
	Art. XVI. <i>Juizes de Fora, ou Ordinários,</i>	
	<i>e Câmaras</i> , , ***««	' 295
	<i>Coniinuão as Notes ao Ari. II. do Cap. 28</i>	
	<i>de Sousa.</i>*!»,	298
	Art. III. <i>Do Aggravo</i> Y^nr^wb	Hí
	Art. IV. <i>Do Aggravo Ordinário. ..;</i>	JOÔ
	Art V <i>Da ffrnirftij;</i> ____	402

